UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOANA EL-JAICK ANDRADE

O MARXISMO E A QUESTÃO FEMININA:
As articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário

SÃO PAULO
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

O MARXISMO E A QUESTÃO FEMININA:
As articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário

Joana El-Jaick Andrade

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo com vistas à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Musse

Exemplar Original

SÃO PAULO
2011

O marxismo e a questão feminina: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário

Tese submetida à banca de Doutorado como requisito necessário à obtenção do título de Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

São Paulo, 30 de maio de 2011.

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Ricardo Musse - Universidade de São Paulo/ FFLCH

_____

Prof. Dr.

_____

Prof. Dr.

_____

Prof. Dr.

_____

Prof. Dr.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador, Ricardo Musse, por seu apoio e confiança, bem como por suas imprescindíveis críticas e reflexões, fundamentais para a realização desta empreitada.

Expresso minha dívida e gratidão às professoras Olgária Mattos e Maria Lygia Quartim de Moraes, pelas valiosas contribuições e sugestões a este trabalho.

Por fim, gostaria de prestar minhas homenagens a todos os membros da Secretaria de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, por sua gentileza e atenção.

Dedico este trabalho à minha família, meu querido companheiro Alexandre e nosso aguardado bebezinho.

“Não foi por acaso que o socialismo moderno, ao nascer tornou-se naturalmente um ponto de convergência para o qual afluíram as ações libertárias de algumas mulheres inquietas, que denunciavam pioneiramente formas sutis de opressão adotadas ao longo de séculos nas nossas sociedades.”

Leandro Konder, 1994, p. 115

“A visão materialista da história não nos deu, é verdade, respostas prontas à questão das mulheres, mas nos deu algo melhor: o método correto e preciso de estudo e compreensão da questão.”

Klara Zetkin

SUMÁRIO

Introdução **10**

1. O lugar da mulher na teoria marxista.. ..... **12**

1.1. A crítica marxista à condição feminina no capitalismo..... **13**

1.2. A esfera reprodutiva em questão..... **37**

1.3. Capitalismo e patriarcado: dualismo sistêmico?..... **77**

2. A social-democracia e a emancipação feminina..... **97**

2.1. O enfrentamento inicial da questão das mulheres pela social-democracia..... **99**

2.2. Entre o passado e o futuro: a "nova mulher revolucionária" e a construção de um paradigma feminino alternativo..... **114**

2.3. Mulheres em luta: as estratégias de organização e a definição dos objetivos..... **154**

3. Considerações Finais..... **196**

4. Referências Bibliográficas..... **202**

Resumo

As profundas transformações sociais, políticas e econômicas em processo na Europa no final do século XIX e início do século XX, decorrentes da expansão das relações de produção capitalistas, afetaram indelevelmente inúmeros aspectos da vida privada, trazendo à lume as contradições insertas no modelo de família reproduzido pela sociedade patriarcal burguesa. O relevante papel desempenhado pelos teóricos marxistas neste período histórico possibilitou o desenvolvimento de um movimento feminino organizado com vistas à concretização de um projeto emancipatório socialista, capaz de colocar fim à opressão de gênero e classe. O trabalho em questão pretende analisar a visão de mundo, organização e estratégias de ação formuladas pelos membros da social-democracia no tocante às "novas mulheres revolucionárias", bem como a sua repercussão sobre as futuras gerações de feministas socialistas, a fim de questionar a possibilidade de articulação entre as categorias de gênero e classe social no âmbito da teoria marxista.

Palavras-chave: Feminismo; Gênero; Marxismo; Mulheres; Social-democracia.

Abstract

The deep social, political and economical transformations in process in Europe at the end of the 19th and the beginning of the 20th century, due to the expansion of the capitalist relations of production, affected countless aspects of the private life, shedding light on the contradictions inserted in the family model reproduced by the bourgeois patriarchal society. The relevant role performed by Marxist theorists in this historical period made possible the development of an organized feminine movement aiming at the materialization of an emancipative socialist project, capable of putting an end to both gender and class oppressions. This study intends to analyze the world vision, organization and action strategies formulated by social-democrats concerning the "new revolutionary women", as well as their repercussions for the future generations of socialist feminists, in order to question the possibility of articulating the categories of gender and social class within the Marxist theory.

Key words: Feminism; Gender; Marxism; Women; Social democracy.

Introdução

As profundas transformações econômicas, políticas e sociais em processo na Europa no final do século XIX e início do século XX, decorrentes da expansão industrial e do predomínio das relações de produção capitalistas, afetaram indelevelmente inúmeros aspectos da vida privada. O crescimento das cidades, o surgimento de novas técnicas de produção, a ruína dos pequenos camponeses, a precarização da indústria doméstica ou "à domicílio" e a implementação do grande sistema fabril elevaram o grau de insegurança dos trabalhadores e provocaram a rearticulação das relações sociais e da organização tradicional da família. Neste sentido, o ingresso de mulheres e crianças no mercado de trabalho sob a égide de um capitalismo industrial ainda ancorado em relações patriarcais pode ser compreendido como um aspecto social relevante vinculado ao próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Malgrado a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, sua opressão e dominação no âmbito familiar e sua exclusão da esfera pública persistiam. Como Geoff Eley atenta, "a industrialização não subverteu tanto os velhos padrões de subordinação feminina, mas antes, os reproduziu sob novas formas" [1]. À exploração das mulheres em profissões precárias, serviços domésticos, indústrias de suadouro, trabalhos informais e na prostituição somou-se a desvalorização social refletida nos níveis inferiores de salário, na sujeição à autoridade masculina paterna, marital e/ou patronal e na dificuldade de sua integração a associações políticas e sindicais.

A forte resistência encontrada no meio operário à incorporação das mulheres refletia não apenas o apego a valores tradicionais e a preocupação com a dissolução ou arrefecimento dos laços familiares, mas, sobretudo, uma reação ao que representaria um rebaixamento quase generalizado dos salários. Com efeito, além da miséria, exploração e reificação reproduzidas pela sociedade burguesa, as trabalhadoras enfrentavam ainda a tirania familiar e os entraves impostos por relações de dependência material, política e psicológica.

Esta situação conduziu a uma forma particular de inserção das mulheres nas fileiras do movimento operário. Ao mesmo tempo em que procuravam engajar-se nos órgãos e instituições de classe, exigindo a inclusão de suas demandas à pauta reivindicatória, constituíam grupos exclusivamente femininos que se debruçavam sobre questões específicas das mulheres. Assim, as mulheres forjaram múltiplas estratégias de resistência com vistas à assunção de um papel mais ativo e significativo no interior do movimento operário[2]. Esta orientação manifestou-se, inclusive, no cerne do movimento socialista, vinculando-se ao princípio segundo o qual a luta pela emancipação

---

[1] ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, p.48.

[2] Cf. MCCUNE, Mary. "Creating a place for women in a socialist brotherhood: class and gender politics in the workmen's circle, 1892-1930". In: *Feminist Studies*. v.28, n.3. College Park: The University Press, 2002.

da mulher seria indissociável da luta de classes, posto que aquela seria parte integrante de um projeto mais amplo e radical de igualdade que visa acabar com todas as formas de opressão.

A militância no movimento socialista contribuiu igualmente para a abertura de novas formas de expressão, cooperação e identidade. Neste sentido, as feministas revolucionárias, munidas do arcabouço teórico marxista, puderam diferenciar-se dos demais grupos feministas de vertente liberal que propunham reformas moderadas visando em geral atender aos anseios das mulheres oriundas das classes privilegiadas por acesso à escolaridade e maior independência econômica. A recusa a um recorte de gênero que obscurecesse as contradições entre as mulheres de diferentes classes sociais e a vociferação de sua solidariedade com a luta de seus companheiros de classe elevou o movimento feminista revolucionário a um papel de vanguarda dentro das organizações socialistas, ao contribuir para o aprofundamento teórico, reflexão crítica e radicalização dos partidos políticos social-democratas. O papel histórico desempenhado por este movimento, no entanto, ainda hoje permanece oculto, mesmo em círculos de estudo marxistas. Com raras exceções – como o reconhecimento isolado às contribuições de personalidades como Rosa Luxemburgo, Klara Zetkin e Alexandra Kollontai –, as ações e a produção intelectual das militantes socialistas tendem a ser subestimadas.

Não obstante a persistente hegemonia de uma visão de mundo misógina nos diferentes grupos políticos reformistas ou revolucionários, a importância prática das combatentes feministas socialistas para o avanço e sucesso das lutas não pôde ser completamente desprezada por seus contemporâneos. Não surpreende, portanto, que a condição feminina tenha sido objeto de inúmeros debates no âmbito do movimento social-democrata europeu, que passou a abordar uma vasta gama de tópicos, tais como a liberação sexual, a emancipação política feminina e a necessidade de reformas assistencialistas.

Várias tendências emergiram no tocante à definição de formas de organização das mulheres enquanto sujeitos políticos, desde as mais conservadoras, como de Edmund Fischer e Victor Adler – que rejeitavam a proposta de incluir a emancipação feminina na pauta oficial dos partidos social-democratas –, passando pelas reformistas, como de Lily Braun – que buscava a conciliação entre mulheres burguesas e proletárias na luta por direitos políticos –, até as mais radicais, que incluíam Rosa Luxemburgo, Klara Zetkin, Alexandra Kollontai, Nadezhda Krupskaya e Angélica Balabanova.

Tais discussões produziram um fértil campo de estudos para as feministas dos séculos XX e XXI que incorporaram importantes contribuições da teoria e prática das gerações passadas de revolucionárias, atentas, porém, aos novos desafios e necessidades históricas. Diversas correntes teóricas tributárias da perspectiva materialista histórica emergiram no contexto da segunda onda do feminismo, entre as décadas de 1960 e 1970, procurando conjugar o marxismo com as

preocupações emanadas pelos novos movimentos sociais feministas, negros, homossexuais, pacifistas, ecológicos e nacionalistas. A efervescência cultural emanada principalmente dos meios acadêmicos não penetrou, todavia, com tanta profundidade as organizações políticas tradicionais. Ainda hoje, partidos e sindicatos mostram-se receosos diante das inúmeras tendências de "feministas socialistas", "feministas marxistas", "feministas vermelhas", "feministas materialistas", dentre outras denominações, que em sua visão levariam à fragmentação interna ou ao desvio de foco das lutas anti-sistêmicas e das reivindicações gerais.

Ao mesmo tempo, os círculos marxistas nas universidades não raro apresentam igual resistência em incorporar interpretações heterodoxas e críticas dos escritos marxistas clássicos, mesmo que essas se proponham a analisar a questão da mulher no escopo do próprio materialismo histórico. Neste sentido, as relevantes discussões que abordam temas como as inter-relações entre a opressão de classe e de gênero/raça/etnia/religião no âmbito da sociedade capitalista, a economia política do patriarcado, as bases materiais e estruturais da dominação de gênero, o papel da ideologia nas construções sociais de gênero e do "culto à domesticidade", a estruturação histórica da divisão do trabalho, as relações de poder e violência na família, o controle da sexualidade e da reprodução e a articulação entre as forças sociais comprometidas com a transformação social, não recebem a devida atenção de teóricos contemporâneos.

Diante deste desafio, a tese em questão pretende analisar justamente a visão de mundo, organização e estratégias de ação formuladas pelos membros da social-democracia no tocante às "novas mulheres revolucionárias", bem como a sua repercussão sobre as futuras gerações de feministas socialistas, a fim de questionar a possibilidade de articulação entre as categorias de gênero e classe social no âmbito da teoria marxista.

1. O lugar da mulher na teoria marxista

A recorrente crítica direcionada ao marxismo, hodiernamente sustentada por correntes teóricas "pós-estruturalistas" e "pós-modernas", concernindo a sua suposta indiferença em relação a questões de gênero, é comumente aceita nos meios acadêmicos. Em geral tende-se a atribuir ao marxismo uma postura teórica economicista, segundo a qual a dominação de gênero seria o resultado mecânico de exigências impostas pelo modo de produção capitalista. Deste modo, acusa-se a teoria marxista de subsumir as relações hierárquicas entre homens e mulheres à questão da exploração de classe, ou ainda, de propagar a idéia segundo a qual no capitalismo apenas as

mulheres burguesas são oprimidas, apresentando uma "visão romântica" das relações de gênero no interior da classe trabalhadora, como se nesta houvesse igualdade nas relações de gênero[3].

Não obstante o seu amplo acolhimento entre intelectuais dos mais diferentes matizes, tais perspectivas equivocam-se quanto a dois aspectos fundamentais. O primeiro consiste na desconsideração da relação histórica que a tradição marxista guarda com os movimentos feministas desde o século XIX. O segundo refere-se à omissão acerca da contribuição do marxismo para o embasamento de teorias que buscam desnaturalizar e historicizar as categorias, relações e instituições sociais. Suprime-se, assim, a importância do pensamento marxista e sua influencia decisiva na trajetória do feminismo, propiciando sua radicalização e aprofundamento crítico.

Ao oferecer indispensáveis subsídios teóricos para a compreensão das origens e do funcionamento do modo de produção capitalista, o materialismo histórico desenvolvido por Marx e Engels possibilitou uma análise histórica da problemática de gênero que procura desvendar sua inter-relação com a totalidade social.

Neste capítulo discutiremos as principais linhas da abordagem marxiana relacionada à problemática da opressão feminina, considerando as mudanças de enfoque e opinião que marcaram a guinada materialista e dialética de Marx e Engels. As mudanças constatadas na teoria, longe de representar o demérito dos autores, sinalizam o amadurecimento intelectual e a atenção ao processo histórico que elevaram a compreensão e enriqueceram a sua análise social.

1.1. A crítica marxista à condição feminina no capitalismo

A ruptura com o hegelianismo foi o passo fundamental que permitiu a Marx a construção teórica de uma contundente crítica à cisão entre as esferas pública e privada, reproduzida pelos pensadores modernos. Tal cisão confinava as mulheres ao espaço doméstico e reservava exclusivamente ao homem o *status* de cidadão, dotado de virtudes cívicas indispensáveis à moralidade pública. Como é sabido, Hegel aderiu a esta concepção, percebendo a sociedade como sendo composta por três diferentes esferas: a família, a sociedade civil e o Estado[4]. Segundo esta tripartição, a família seria o lócus da "primeira relação ética" dos indivíduos, constituindo uma entidade legal duradoura e universal, dotada de personalidade jurídica, isto é, da capacidade abstrata de exercer e reclamar direitos e reconhecimento. Neste sentido, o Estado não derivaria da evolução

[3] Cf. SOUZA, Vanessa Bezerra de. *Gênero e marxismo: um estudo sobre suas aproximações*. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Serviço Social, 2003, p.6.
[4] Cf. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito (1821)*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

histórica da família, mas esta seria a "raiz moral do Estado", formando as características por meio das quais o indivíduo pode tornar-se membro do Estado como moralidade "objetiva".

Assim, conforme nos explica Herbert Marcuse, para Hegel, a família é "a primeira forma imediata e natural da universalidade objetiva, na qual a "singularidade subjetiva" é superada" [5]. Através da família ocorreria, portanto, a "unificação imediata de indivíduos em uma universalidade sem que a pessoa seja negada como tal", de forma que "o caráter real dessa universalidade (...) se torna consciente para os indivíduos em sua existência diária"[6]. A "comunidade factual de necessidades e interesses" elevaria os indivíduos em relação à esfera do simples egoísmo, constituindo um fator de moralização[7].

Deste modo, Hegel, não encara o casamento como uma mera relação contratual, aberta à negociação e modificação, mas sim como o resultado da unificação de elementos complementares de substância ética, crucial para a estabilidade da vida humana. Através do casamento, homens e mulheres engendrariam uma relação absoluta e indissolúvel, marcada pela entrega simultânea pelas duas partes de suas respectivas personalidades individuais. Embora ambos sejam subsumidos na entidade familiar, apenas ao homem caberia a função de representante legal da família na esfera pública. Estes, ao assumirem seus papéis de pais, irmãos, maridos e, sobretudo, proprietários[8], seriam capazes de realizar a mediação entre o domínio privado e o público. A propriedade conferiria à família sua "realidade exterior" e sua "personalidade substancial", constituindo a ligação do indivíduo com a universalidade. Por meio do direito de herança a propriedade seria desprovida de seu caráter egoísta privado, tornando a família o sujeito próprio da propriedade[9].

Como representantes da família, os homens aproximam-se do mundo exterior e da consciência da universalidade. Para os homens, portanto, a cisão entre os diferentes domínios sociais não é absoluta e incontornável, posto que se encontram imersos em uma relação recíproca e dialética com a comunidade política[10]. Quanto às mulheres, estas seriam naturalmente inaptas para atividades que demandam a faculdade racional e criativa – como as ciências mais avançadas, a

---

[5] MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.110.
[6] MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.110.
[7] MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.110.
[8] "É a partir disso que se torna claro o significado integral que tem a família no caminho que leva do indivíduo ao Estado, do egoísmo à convicção estatal. O indivíduo é, para Hegel essencialmente o proprietário privado. Somente com a propriedade é que a pessoa "se encerra consigo mesma", somente na propriedade ela adquire a "esfera externa de sua liberdade". (MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.111).
[9] "Na medida em que a propriedade é ligada à família e garantida na herança por meio da descendência, o indivíduo recebe sua propriedade, por assim dizer, da própria universalidade, por força de uma ordem natural eterna de submissão e serviço à universalidade. Somente aqui, por meio da função específica da família no sentido de moralizar e eternizar a propriedade, é que se justifica a elevação do Estado acima da esfera da propriedade que havia começado por meio da separação entre o Estado e a sociedade civil. A sociedade e o Estado são liberados da tarefa da primeira garantia "peremptória" da propriedade". (MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.112).
[10] "A família descobre na comunidade sua substância e subsistência universal e a comunidade, por sua vez, encontra na família o elemento formal de sua própria realização". (ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public man, private woman: women in social and political thought*. New Jersey: Princeton, 1981, p.176).

filosofia e certas formas de produção artística –, sendo absorvidas completamente na particularidade da família.

Segundo Hegel, as mulheres podem ter idéias felizes, gostos e elegância, mas não conseguiriam desenvolver o pensamento conceitual e a autoconsciência. Somente a personalidade masculina seria capaz de evoluir à pessoa legal com direitos e deveres, justamente por experienciar a fragmentação de seu pensamento entre a inclinação individual e a escolha racional. A natureza cindida da mente masculina permitiria aos homens a ação e influência sobre o mundo exterior, na medida em que é no conflito com o mundo externo que buscam superar a sua divisão interna. Como os homens lutam contra si mesmos para alcançar a unidade de si, a unidade do Estado se torna um símbolo para o homem dividido se auto-unificar, daí sua própria inclinação para a participação nas lutas e guerras pela unidade do Estado. Assim, os homens têm sua verdadeira vida substantiva no Estado, encontrando na esfera pública a possibilidade de realização dos objetivos universais da ação racional pela participação política.

Enquanto a família permanece para o homem como um refúgio, no âmbito do qual ele vive uma vida subjetiva e ética no plano dos sentimentos, ela assume um diferente significado na vida feminina. Enclausurada na família, a mente uniforme e homogênea da mulher se ocuparia apenas de reproduzir os valores tradicionais da vida ética familiar. A "devoção familiar", que domina sua mente, tornaria a mulher uma inimiga da comunidade política, impossibilitando-a de tomar decisões em prol da coletividade.

Voltadas para a individualidade e presas às suas vontades substantivas e sentimentos concretos, as mulheres regulariam suas ações não pelas demandas de universalidade, mas por paixões particulares, opiniões arbitrárias e interesses familiares. Diferentemente dos homens, cuja autoconsciência individual vê-se dissolvida na universalidade, a mulher mostrar-se-ia incapaz de transcender a comunidade ética natural. Assim, conforme nos explica Jean Bethke Elshtain,

> Hegel, como Aristóteles, exclui as mulheres do envolvimento no "bem" do domínio público. Ao invés, as mulheres se definem pela família: a família é o início e o fim de uma mulher. Para o homem, a família é aquela relação ética que serve de base para todas as outras, incluindo a cidadania. Somente o homem pode se tornar um real e substancial cidadão. Caso ele ab-rogue de sua cidadania, afundando novamente na família, torna-se meramente uma "sombra irreal e insubstancial", um companheiro para aquelas incompletas e umbrosas formas femininas que chamam de "lar" a família. [11]

[11] ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public man, private woman: women in social and political thought.* New Jersey: Princeton, 1981, p. 174.

Os homens estariam envolvidos em uma luta ativa com o mundo exterior, como sinal de sua racionalidade e capacidade de crescimento intelectual, ao passo que as mulheres se encontrariam passivas, estáticas e submissas, não conseguindo alcançar além de si mesmas. Marginais ao desenvolvimento da razão, não compartilhando dos progressos na consciência da liberdade, as mulheres são tolhidas de participar do processo político, de reivindicar direitos e formar associações para representar interesses coletivos contra outros existentes na sociedade civil ou no Estado.

Como seres incapazes de autodesenvolvimento, as mulheres estariam definitivamente destinadas à maternidade e à administração do lar. Todas as atividades humanas que afastariam os indivíduos do instinto natural em direção à autodeterminação e realização da liberdade – isto é, o trabalho, a luta e a filosofia – seriam vedadas às mulheres. Por não considerar que as mulheres exerçam trabalhos na esfera doméstica, Hegel considera-as excluídas igualmente da sociedade civil[12], não podendo aproveitar-se dos efeitos liberalizantes do trabalho, suscitados pela conversão das necessidades naturais em necessidades sociais.

Este raciocínio leva Hegel a recorrer a uma polêmica analogia que equipara a diferenciação entre homens e mulheres à diferenciação existente entre os animais e as plantas. Os homens corresponderiam a animais, já que seriam forçados a se opor à natureza exterior a eles próprios, estando imiscuídos em uma série de conflitos e contradições que engendraria um processo de diferenciação mais sofisticado no domínio do espírito. As mulheres, por sua vez, corresponderiam a plantas, apresentando um desenvolvimento mais plácido, de dentro para fora, permanecendo incompletas, presas nos processos repetitivos e não dirigidos da diferenciação natural. Desta maneira, como analisa Joanna Hodge,

> Ao confinar as mulheres na família, Hegel reserva a mudança e o desenvolvimento, autoaperfeiçoamento e a imortalidade da fama para os homens. Ele exclui as mulheres da vida social, da política, da história e da liberdade. O outro lado desta manobra é que ele reserva a repetição natural e cíclica para as mulheres. Isto traz consigo os perigos associados com a retirada dos homens da natureza e da reprodução (...). Os homens tornam-se alienados da natureza e hostis ao corpo, à sexualidade e às mulheres, a quem eles passam a identificar com a natureza, o corpo e a sexualidade. Desejando controlar suas próprias naturezas, corpos e sexualidade, passam a

[12] Segundo Hegel, na sociedade civil o homem se distancia de seus laços familiares e dos demais membros da família. Reconhecido como pessoa auto-suficiente, torna-se filho da sociedade civil, não mais dependente do solo paterno, mas dependente do solo metafísico da sociedade civil.

> procurar controlar as mulheres. Negando sua própria naturalidade e seus próprios corpos, eles procuram negar sua própria mortalidade. [13]

Ao atribuir às mulheres características e propriedades associadas às plantas, como imobilidade, passividade e incapacidade de autocontrole, Hegel cria um impasse no núcleo de sua filosofia, que enxerga a História como o progresso na consciência da liberdade. A idéia de que os seres humanos tornam-se mais livres e mais conscientes de sua liberdade como o resultado de serem capazes de assimilar mais e mais o que está fora deles, afastando-se do determinismo natural em direção à maior autodeterminação, portanto, exigiria uma revisão. A suposta incapacidade das mulheres de se confrontarem com o mundo exterior e de reconhecerem o que lhes é externo como sujeito à sua ação e influência, levaria, em última análise, a considerar homens e mulheres como seres integrantes de espécies diferentes, tais como as plantas e os animais. A justificativa para a exclusão das mulheres da esfera pública repousaria, enfim, na diferenciação natural, entendida como aspecto de sua complementaridade biológica. Ao trilhar este caminho, Hegel passa então a aderir a argumentos naturalizantes e essencialistas, tão rechaçados pelo autor na defesa de sua teoria da História.

A crítica ao pensamento de Hegel formulada por Marx não se mostrou indiferente a estas contradições. Desde seus primeiros escritos na *Rheinische Zeitung,* Marx apontava os equívocos cometidos por Hegel ao recair em concepções a-históricas de natureza humana e em uma diferenciação fixa e imutável entre homens e mulheres. Em um artigo de 19 de dezembro de 1842, acerca de um projeto de lei prussiano que flexibilizaria as regras para o divórcio, Marx condena a perspectiva hegeliana, que estaria apegada a categorias e conceitos abstratos – no caso, o casamento –, desconsiderando as transformações nas condições históricas e sociais. Para Marx, as categorias não existiriam independentemente da realidade que elas descrevem:

> Um verdadeiro Estado, um verdadeiro casamento, uma verdadeira amizade são indissolúveis, mas nenhum Estado, casamento ou amizade correspondem totalmente ao seu conceito, e como a real amizade, mesmo na família, como o real Estado na história mundial, também o real casamento no Estado é dissolúvel. Nenhuma existência moral corresponde à sua essência, ou ao menos não precisa corresponder à ela. (...) O divórcio não é mais do que a constatação do fato de que o casamento em questão é um casamento morto, cuja existência é mera aparência e insídia. É óbvio que nem a decisão arbitrária do legislador, nem o desejo arbitrário das pessoas privadas, mas somente a essência da questão pode decidir se um casamento está

[13] HODGE, Joanna. "Women and the Hegelian State". In: *Women in Western Political Philosophy: Kant to Nietzsche.* New York: St. Martin's Press, 1987, p. 150-151..

> morto ou não, pois é de conhecimento geral que a declaração de que a morte ocorreu depende de fatos, e não dos desejos das partes envolvidas. (...) Quanto ao casamento o legislador pode apenas estabelecer quando é permitido dissolvê-lo, quer dizer, quando em sua essência ele já está dissolvido. A dissolução jurídica do casamento pode ser apenas o registro de sua dissolução interna[14].

A possibilidade de dissolução legal do casamento a partir do reconhecimento jurídico de sua dissolução fática efetiva marca um significativo distanciamento moral em relação à perspectiva hegeliana. Marx já havia questionado a indissolubilidade do casamento e sua identificação como categoria imutável em nota editorial, publicada um mês antes, na mesma revista. Nesta, Marx advertia também:

> É inadequado dividir a natureza do casamento em duas partes, uma essência espiritual e uma secular, de tal modo que uma é reservada à Igreja e consciência individual e a outra ao Estado e ao senso jurídico dos cidadãos. A contradição não é abolida pela divisão entre duas esferas diferentes; ao contrário, o resultado é uma contradição e um conflito não resolvido entre estas duas esferas de vida[15].

Não obstante as objeções direcionadas ao hegelianismo nestes dois artigos, Marx ainda apresentava traços marcantes do idealismo alemão, com o qual romperia nos anos seguintes. A postura conservadora de Marx em relação ao casamento nestes escritos se sobrepõe a suas desavenças teóricas com Hegel. Assim, embora rejeite tanto a concepção idealista quanto a interferência da religião em matérias de lei, afirmando que a essência do casamento é a moralidade humana e não a santidade espiritual, Marx assume a defesa da inviolabilidade da família. Assim, insurge-se contra os individualistas que pensariam apenas em direitos e não em deveres, esquecendo-se de que "quase todo divórcio é a ruptura de uma família e que mesmo do ponto de vista puramente jurídico as crianças e suas propriedades não podem depender da sua vontade arbitrária e seus caprichos" [16].

Para Marx, a "indulgência das vontades individuais se transformaria em agressão à essência dos indivíduos, às suas razões morais, que estão encarnadas nas relações morais" [17]. Levar em conta

---

[14] MARX, Karl. "The Divorce Bill". In: *Rheinische Zeitung*, n. 353, 19 de dezembro de 1842. [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/marx/works/1842/11/15.htm* >. Acesso em Janeiro de 2007.

[15] MARX, Karl. "Criticism of a criticism: editorial note of "The divorce Bill"". In: *Rheinische Zeitung*, n. 319, 15 de novembro de 1842. [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/marx/works/1842/12/18.htm* >. Acesso em Janeiro de 2007.

[16] MARX, Karl. "The Divorce Bill". In: *Rheinische Zeitung*, n. 353, 19 de dezembro de 1842. Disponível em: [On line]. < *http://www.marxists.org/archive/marx/works/1842/11/15.htm* >. Acesso em Janeiro de 2007.

[17] MARX, Karl. "The Divorce Bill". In: *Rheinische Zeitung*, n. 353, 19 de dezembro de 1842. [On line]. < *http://www.marxists.org/archive/marx/works/1842/11/15.htm* >. Acesso em Janeiro de 2007.

apenas a vontade individual, o desejo arbitrário do casal, significaria desconsiderar a "vontade do casamento", a substância moral dessa relação:

> Ninguém é forçado a contratar casamento, mas todos que o fizeram devem ser obrigados a obedecer as leis do casamento. A pessoa que contrata casamento não cria o casamento, não o inventa, não mais do que um nadador cria ou inventa a natureza e leis da água e da gravidade. Portanto, o casamento não pode estar subordinado a seus desejos arbitrários; ao contrário, seus desejos arbitrários devem ser subordinados ao casamento. Qualquer um que romper arbitrariamente um casamento atesta que arbitrariedade, ausência de lei, é a lei do casamento, pois nenhuma pessoa racional terá a presunção de considerar os seus atos como exceções, dizendo respeito apenas a ele; ao contrário, ele alegará que suas ações são legítimas, que elas consideram a todos.

Como Hegel, Marx entende aqui o casamento como relação ética que não pode ser reduzida a um contrato legal. Deste modo, se os desejos arbitrários não devem subordinar o casamento, tampouco a legislação poderia decretar a moralidade. O divórcio, portanto, deveria ser facultado aos indivíduos, mas sua justificativa não poderia incidir sobre casos frívolos e arbitrários. Sendo assim, Marx considera necessária a reforma das leis que tratam do casamento, já que a legislação existente trataria o casamento como uma instituição religiosa, e não moral (cuja essência é secular), e os procedimentos instituídos seriam imorais, avessos à dignidade da questão.

É importante frisar, no entanto, que Marx revisa sua posição acerca do divórcio e do casamento quando entra em contato com o pensamento de reformadores sociais, como Charles Fourier, e se aproxima do movimento operário. Assim, ao contrário do que fazem crer as críticas feministas contemporâneas, a contribuição de Marx à teorização da opressão de gênero torna-se mais contundente e poderosa à medida que este abandona o campo moral e se dedica à análise das contradições envoltas nas relações sociais materiais.

Já em "A questão judaica"[18] (1844), Marx apresenta uma desconstrução radical da perspectiva hegeliana que enxerga a esfera pública como força unificadora da razão e da liberdade e o Estado como paradigma moral e objetivação do espírito universal. Nesta obra, a cisão da ordem social em diferentes domínios – família (reprodução), economia (produção material) e política (regulação) – que tem por conseqüência a redução do espaço de confinamento da mulher, é duramente contestada por Marx.

[18] MARX, Karl. *A questão judaica*. São Paulo: Laemmert, 1969.

Para o autor, o Estado e as instituições liberais abrigariam interesses particulares e distinções de riqueza, educação, ocupação, religião, raça, classe, etc., sob o manto ideológico da universalidade. A igualdade formal, característica da cidadania moderna, passa a ser encarada como instrumento ideológico a serviço de uma classe dominante. Deste modo, a cisão rígida entre o mundo privado (do comércio, do trabalho e da família) e o mundo público dá lugar a uma inter-relação determinante e dialética entre as várias dimensões da totalidade social. Esta nova perspectiva possibilita analisar a opressão de gênero como um fenômeno social complexo que permeia tanto as relações familiares, como as relações de trabalho, as relações de produção e distribuição e as relações político-jurídicas e morais. Com efeito, o papel social das mulheres e sua clausura na esfera doméstica passam igualmente a ser questionados.

Nos seus "Manuscritos Econômico-filosóficos", escritos em 1844, Marx observa que "com as transformações no organismo do trabalho, coube, portanto, ao sexo feminino um novo círculo de afazeres (*Erwerbsthätigkeit*) (...) as mulheres [ocupando] uma posição economicamente mais autônoma... ambos os sexos aproximados um do outro nas suas relações sociais." [19]. Ao mesmo tempo, demonstra preocupação com as condições enfrentadas pelas trabalhadoras nas fiações inglesas e com a crescente "prostituição da carne não-proprietária sob todas as formas"[20]:

> A prostituição é somente uma expressão particular da prostituição universal do trabalhador e, posto que a prostituição é uma relação na qual entra não só o prostituído, mas também o prostituidor – cuja infâmia é ainda maior – assim cai também o capitalista etc., nessa categoria.[21]

Diferentemente de seu texto anterior sobre o divórcio (1842), o casamento aqui passa a ser percebido enquanto reflexo das relações sociais de produção, inserido em um particular contexto histórico e social. Embora o compreenda como "uma forma de propriedade privada exclusiva", contraposto à comunidade das mulheres, próprio de um "comunismo rude e irrefletido", no qual a mulher vem a ser uma propriedade comunitária e comum[22], Marx não abdica completamente de suas elucubrações sobre a essência ética do casamento e da família. Esta relação ética, no entanto, manifesta-se sobre uma base "natural", "imediata" e "necessária", de tal modo que a relação entre homens e mulheres seria capaz de servir de parâmetro para sinalizar os avanços ou retrocessos do progresso civilizatório galgados em determinada sociedade, sendo um indicativo do grau a "humanização" dos seres humanos:

---

[19] MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 33.
[20] MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 34.
[21] MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 107.
[22] MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 104.

> Na relação com a mulher como presa e criada da volúpia comunitária está expressa a degradação infinita na qual o ser humano existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem a sua expressão inequívoca, decisiva, evidente, desvendada, na relação do homem com a mulher e no modo como é apreendida a relação genérica imediata, natural. A relação imediata, natural, necessária, do homem com o homem é a relação do homem com a mulher (...). A relação do homem com a mulher é a relação mais natural do ser humano com o ser humano. Nessa relação se mostra também até que ponto o comportamento natural do ser humano se tornou humano, ou até que ponto a essência humana se tornou para ele essência natural, até que ponto a sua natureza humana tornou-se para ele natureza. Nesta relação também se mostra até que ponto a carência do ser humano se tornou carência humana para ele, portanto, até que ponto o outro ser humano como ser humano se tornou carência para ele, até que ponto ele, em sua existência mais individual, é ao mesmo tempo coletividade (*Gemeinwesen*)[23].

No entanto, como apontado por autoras como Juliet Mitchell, a utilização da condição das mulheres como símbolo do progresso humano, da vitória de sua verdadeira natureza, transformaria as mulheres em categorias ontológicas, abstratas, sem uma substância específica[24]. Esta perspectiva filosófica e antropológica seria aos poucos abandonada, à medida que Marx se aproxima da análise histórica. Apenas um ano após a redação dos "Manuscritos", Marx dedicara-se à elaboração de um artigo sobre a teoria de Jacques Peuchet acerca do suicídio – fenômeno que considera um sintoma da luta social geral. Neste escrito, Marx aborda mais detidamente a situação da mulher sob o capitalismo, considerando, sobretudo, suas angústias, dilemas e indagações de foro íntimo. O enfoque de Marx em aspectos da vida privada, no entanto, não o impede de correlacioná-los aos efeitos e contradições sociais próprios da sociedade burguesa. Deste modo, ao analisar três casos de suicídio cometidos por mulheres, o autor realiza uma contundente crítica à opressão familiar e à dupla moral vigente. A família patriarcal, que estabelece o poder arbitrário paterno ou marital, conduziria à tirania familiar e à subjugação moral e econômica das mulheres. Exemplo deste poder é revelado em um dos casos examinados por Marx:

> A infeliz mulher fora condenada à mais insuportável escravidão, e o Sr. Von M... podia praticá-la apenas por estar amparado pelo Código Civil e pelo direito de propriedade, protegido por uma situação social que torna o amor independente dos livres sentimentos dos amantes e

[23] MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 105.
[24] MITCHELL, Juliet. "Women: the longest revolution". In: *New Left Review*, n. 40, Londres, 1966, p. 13.

> autoriza o marido ciumento a andar por aí com sua mulher acorrentada como o avarento com seu cofre, pois ela representa apenas uma parte de seu inventário.[25]

Vemos, portanto, nas obras de juventude de Marx, a equiparação da condição da mulher à de servo ou ainda à de mera propriedade: "O ciumento necessita de um escravo; o ciumento pode amar, mas o amor é para ele apenas um sentimento extravagante; o ciumento é antes de tudo um proprietário privado" [26]. Tal comparação paulatinamente cede lugar à caracterização das mulheres como "trabalhadoras", à medida que o trabalho feminino torna-se cada vez mais freqüente em ramos da indústria e do comércio.

Ao analisarmos a trajetória teórica de Engels, verificamos que este percorre itinerário semelhante, de uma visão moralista a uma perspectiva histórica e crítica. Em sua obra "A situação da classe operária na Inglaterra" (1844), Engels revela-se ainda dividido entre a condenação moral da exploração da mão de obra feminina e infantil e a efetiva compreensão deste aspecto relevante do processo histórico.

Utilizando dados empíricos, Engels examina a progressiva eliminação do homem adulto da fábrica mediante o crescente emprego das máquinas na produção industrial da cidade de Manchester. Assim, infere que, quanto mais a atividade dos braços e os esforços musculares fossem substituídos pela força hidráulica ou do vapor, tanto menos se necessitaria de homens. Como resultado, estes seriam deslocados por mulheres e crianças que, além de serem mais hábeis, receberiam salários menores. Esta tendência seria evidente nas indústrias têxteis que incorporaram o tear mecânico; nestas, como Engels observa, 52% dos operários fabris já seriam mulheres.

De acordo com Engels, esta nova conformação da classe operária produziria efeitos absolutamente negativos sobre a família, promovendo sua desestruturação e a subversão dos valores morais tradicionais, sobretudo das novas gerações:

> A conseqüência necessária é a subversão da ordem existente que, precisamente porque é imposta, tem implicações deletérias para os operários. Sobretudo, o trabalho das mulheres desagrega completamente a família – com a mulher trabalhando diariamente doze ou treze horas na fábrica e com o homem também ocupado, na mesma fábrica ou em outro lugar, quais podem ser os resultados para as crianças? Crescem sem cuidados, como ervas daninhas, são

[25] MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.37.
[26] MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.41.

> entregues à guarda alheia por 1 shilling ou 1,5 shilling por semana – e pode-se imaginar qual o tratamento que lhes é reservado[27].

Engels elenca ainda um vasto rol de doenças físicas e mentais que sobreviriam graças à entrada das mulheres no trabalho industrial, como o aumento da mortalidade infantil, a debilitação da saúde (que inclui males como debilidade orgânica geral, desmaios freqüentes, dores de cabeça, costas e quadris, taquicardia, náuseas, vômitos e inapetência, desvios da coluna vertebral, escrofulose e héctica, anemia, etc), e o crescente emprego de narcóticos para manter as crianças sossegadas. Engels adverte, no entanto, que as precárias condições de trabalho não seriam encontradas exclusivamente nas fábricas, sendo as pequenas oficinas uma das grandes responsáveis pela morte prematura de mulheres. Nestas, as trabalhadoras vivem, comem e dorme no próprio local de trabalho, sendo "completamente escravizadas pelos patrões" [28]. Quando executam as tarefas em casa, necessitam acelerar o seu ritmo de trabalho para custear a moradia (em geral em casas exíguas e miseráveis onde trabalham amontoadas num único cômodo). Deste modo, "essas infelizes moças, submetidas ao chicote moral da escravidão moderna, que é a ameaça do despedimento, são obrigadas a um trabalho tão contínuo e fatigante que nenhum homem robusto suportaria, quanto mais jovens frágeis de 14 a 21 anos" [29].

Entretanto, dentre as seqüelas associadas ao ingresso das mulheres na indústria, Engels dá considerável destaque às "nefastas" conseqüências morais, que atingiriam os cônjuges e as crianças. A entrada de jovens solteiras nas fábricas, por exemplo, torná-las-ia desfamiliarizadas com as tarefas domésticas, sendo "completamente inexperientes e incapazes de se tornarem boas donas-de-casa. Não sabem costurar, cozinhar ou lavar, desconhecem as atividades mais elementares da vida doméstica e ignoram totalmente como lidar com crianças (...)" [30].

Além do desconhecimento dos "deveres da vida familiar", as jovens estariam mais propensas a se casarem precoce e levianamente, devido à inevitável e compulsória proximidade física de ambos os sexos e de diferentes idades no local de trabalho. O ambiente da fábrica, portanto, onde proliferariam costumes e linguagem indecentes, não constituiria certamente as condições mais indicadas para o "desenvolvimento do caráter feminino".[31] A falta de orientação no lar e a precária formação intelectual e moral das mulheres também seria um fator de estímulo à promiscuidade, isto é, de adesão às relações sexuais precoces e desregradas, à prostituição juvenil, à imoralidade e aos costumes "deploráveis". Por conseguinte, a exploração brutal do trabalho feminino tornaria as mulheres incapacitadas para se ocuparem das tarefas domésticas, levando ao

---

[27] ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 181.
[28] ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 242.
[29] ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 243.
[30] ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 185.
[31] ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 186.

abandono da casa e dos filhos. Este novo modo de vida produziria assim uma indiferença e até mesmo uma hostilidade em face da vida familiar, aproximando-as da degradação moral. Os efeitos desagregadores do trabalho feminino decorreriam inclusive da progressiva independência econômica da esposa e dos filhos dos operários, que levariam à debilitação da autoridade paterna e, ultimamente, à "destruição da família".

> A mãe que não tem tempo para ocupar-se do filho, que em seus primeiros anos não pode dedicar-lhe os cuidados mais elementares, que mal pode vê-lo, não pode ser para ele uma verdadeira mãe: torna-se-lhe indiferente, trata-o sem amor e solicitude, como a uma criança estranha. Por seu turno, crianças que crescem nessas condições mais tarde serão incapazes de vida familiar, não se sentirão à vontade na família que vierem a constituir porque conheceram apenas uma vida solitária – e acabarão contribuindo para a destruição da família, fenômeno já comum entre os operários ingleses [32].

O sinal mais claro de que a família estaria em processo de "destruição" seria a sua desorganização interna, marcada pela inversão dos papéis nas relações familiares. Os homens, sobrepujados pela competição no mercado de trabalho e "condenados ao trabalho doméstico" – o "mau trabalho" – se encontrariam emasculados, atingidos em sua virilidade. Já as mulheres ver-se-iam despidas de sua feminilidade, sem, no entanto, assumirem totalmente as características viris masculinas. A "subversão na situação dos sexos", portanto, promoveria a confusão de suas identidades sexuais. Assim, homens e mulheres, numa posição "falsa" e "artificial" diante do outro, testemunhariam à degradação de sua própria humanidade.

> Em muitos casos, a família não se desagrega com o trabalho da mulher, mas se desorganiza: é a mulher que mantém a casa, o homem desempregado cuida das crianças e da vida doméstica. Isso é muito freqüente: em Manchester, contam-se às centenas os homens condenados ao trabalho doméstico. É fácil imaginar a justificada exasperação provocada nesses operários por essa emasculação de fato e seus resultados na inversão das relações familiares, tanto mais quanto as outras relações sociais permanecem inalteradas [33].

A abjeção de Engels à troca de papéis sociais no âmbito do trabalho e da família é explicitada em seus comentários à carta de um operário inglês na qual este relata a experiência de outro operário. Nesta carta, conta o operário:

---

[32] ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 182.
[33] ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 183.

> Veja bem: remendava as meias de sua mulher com agulha e fio e quando viu seu velho amigo entrar tentou esconder o que fazia, mas Joe, assim se chamava seu amigo, viu tudo e perguntou: "Jack, que diabo, que estás fazendo, onde está tua mulher? É este teu trabalho?" e o pobre Jack teve vergonha e disse: "Não, sei bem que este não é meu trabalho, mas minha pobre mulher está na fábrica, tem de sair às cinco e meia da manhã e trabalha até às oito da noite e quando chega à casa está tão cansada que não pode fazer nada e tenho de fazer o que puder no lugar dela porque não tenho trabalho, procuro trabalho há três anos e não encontro e não encontrarei pelo resto da vida" e depois deixou cair uma lágrima. "(...) Eu nunca acreditei que tu ou outro pudessem me ver remendando as meias da minha mulher, porque isso é um mau trabalho, mas veja que ela quase não se agüenta em pé. Eu tenho medo que ela adoeça e depois não sei o que acontecerá com a gente. Há muito tempo é ela que mantém a família e eu é que sou a mulher; é um mau trabalho Joe", e chorava amargamente dizendo: "Nem sempre foi assim" (...). "Tínhamos uma boa casa com móveis e Mary não precisava trabalhar, eu podia trabalhar pelos dois, mas o mundo mudou e Mary tem de trabalhar e eu tenho de ficar aqui, cuidar das crianças e cozinhar, porque quando a pobre chega em casa está esgotada" [34].

Diante do caso narrado, Engels adere ao sentimento de indignação exposto pelo operário, colocando em questão os supostos avanços e conquistas da "civilização", que afastariam os seres humanos de sua "verdadeira" humanidade. A "subversão" das atribuições de cada sexo conduziria a uma situação "paradoxal e absurda", na qual o caráter verdadeiramente viril do homem e a verdadeira feminilidade da mulher seriam tolhidos de modo degradante e infamante, produzindo resultados escarnecedores:

> Pode-se imaginar uma situação mais paradoxal e absurda do que a descrita nessa carta? E, no entanto, essa situação, que tolhe o caráter viril do homem e a feminilidade da mulher, sem oferecer ao homem uma verdadeira feminilidade e à mulher uma verdadeira virilidade, essa situação que degrada de modo infamante os dois sexos e o que há de humano neles, essa situação é a conseqüência última de nossa tão decantada civilização, o último resultado dos esforços de inúmeras gerações para melhorar suas vidas e as de seus descendentes! Ou

[34] ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.183.

> devemos desesperar inteiramente da humanidade, de suas aspirações e de seus empenhos, ao ver que todo nosso sofrimento e nosso trabalho conduziram a resultados que nos escarnecem ou devemos admitir que, até hoje, a sociedade humana procurou a felicidade por caminhos errados. Temos de reconhecer que uma tal subversão na situação dos sexos deriva necessariamente do fato de eles estarem colocados, desde o princípio, numa posição falsa diante do outro. Se a supremacia da mulher sobre o homem, inevitavelmente provocada pelo sistema fabril, é inumana, a do homem sobre a mulher, tal como existia antes, também o era. Se a mulher pode hoje, como antes podia o homem, reclamar a supremacia porque contribui com a maior parte, quando não com a totalidade, dos bens comuns da família, segue-se inevitavelmente que essa comunidade familiar não é verdadeira nem racional, pois que um de seus membros ainda pode reclamar por ter dado um contributo maior. Se a família da sociedade atual se desagrega, essa desagregação mostra justamente que, no fundo, não é o amor familiar que constitui seu vínculo substantivo, mas sim o interesse privado, necessariamente conservado nessa falsa comunidade de bens [35].

Neste sentido, Engels reproduz nesta obra a concepção sexista tradicional dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, reivindicando veladamente um retorno das mulheres aos seus afazeres "naturais" no lar, na maternidade e nos cuidados com o marido. Sua nostalgia em relação aos paradigmas familiares pré-industriais torna-se aspecto relevante de sua crítica à sociedade burguesa, ainda pouco desenvolvida neste momento.

Há que se ressaltar, no entanto, que, de acordo com Engels, a retomada dos papéis tradicionais de ambos os sexos não implicaria necessariamente no restabelecimento da supremacia masculina sobre a mulher, considerada por ele como desumana. Em lugar de uma comunidade familiar organizada em função da participação de seus membros na aquisição dos bens comuns da família, isto é, do interesse privado, Engels aponta para a necessidade de uma comunidade familiar "verdadeira e racional", ancorada no amor familiar, que constituiria seu vínculo substantivo. Assim, vemos como Engels, tal como Marx, inicialmente associava a família à "comunidade ética", preocupando-se com o seu resgate da deturpação promovida pelo predomínio dos interesses particulares e pela ânsia individualista.

A parceria entre Engels e Marx será de profunda relevância para a superação do discurso idealista, baseado na argumentação moral. A primeira grande obra realizada a partir desta

[35] ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.184.

cooperação, "A Sagrada Família" (1845), sinaliza a mudança de postura de ambos, no tocante à crítica da família. Embora abordem os "aspectos desumanos da situação geral da mulher na sociedade de hoje" [36], destacando a desonra moral, o adultério e a sedução, já conferem maior peso ao entendimento das relações entre os sexos como historicamente determinadas. Seguindo Fourier, passam a vislumbrar a emancipação feminina como possibilidade histórica necessária à emancipação geral de homens e mulheres:

> A mudança de uma época histórica pode ser sempre determinada pela atitude de progresso da mulher perante a liberdade, já que é aqui, na relação entre a mulher e o homem, entre o fraco e o forte, onde a vitória da natureza humana sobre a brutalidade, que ela aparece de modo mais evidente. O grau da emancipação feminina constitui a pauta natural da emancipação geral. A humilhação do sexo feminino é uma característica essencial tanto da civilização quanto da barbárie, porém com a diferença de que a ordem civilizada eleva todos os vícios que a barbárie comete de um modo simples a um modo de pensar mais complexo, de duplo sentido, equívoco e hipócrita... A pena por manter a mulher na escravidão não atinge a ninguém de um modo mais profundo do que ao próprio homem [37].

Abre-se, então, espaço para a compreensão das causas históricas da opressão feminina, em lugar de aceitá-la como fato naturalmente dado, inscrito na "feminilidade" ou "masculinidade" humanas. Em trabalhos subseqüentes, como "A ideologia Alemã" (1845-1846), Marx e Engels remontarão às origens da divisão sexual do trabalho, estabelecendo que "a escravidão na família, embora ainda tosca e latente", teria sido a primeira propriedade. Apesar de avançarem na questão, os autores ainda partiam do pressuposto, no entanto, de que a divisão "natural" do trabalho na família, que resulta na distribuição quantitativa e qualitativamente desigual do trabalho e de seus produtos, teria um fundo biológico, calcado na diferenciação de funções reprodutivas. Cabe lembrar que esta fundamentação da divisão do trabalho é igualmente retomada em "O Capital" (Livro 1, Capítulo XII, Seção 4), quando Marx discute os antecedentes da divisão do trabalho dentro da manufatura e da sociedade:

> Dentro de uma família, e com desenvolvimento ulterior dentro de uma tribo, origina-se uma divisão do trabalho que evolui naturalmente das diferenças de sexo e de idade, portanto sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade,

[36] MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 218.
[37] MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 219.

> com o crescimento da população e notadamente com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo pela outra [38].

A rejeição da argumentação moral aplicada às relações sociais materiais volta a ser notada na crítica de Marx a Proudhon, em "A miséria da Filosofia" (1847). Nesta, Marx elucida sua posição teórica, recusando-se a tratar os fatos econômicos do ponto de vista moral, isto é, a classificá-los como justos ou injustos. O fundamental para o autor não está na averiguação se aqueles estão ou não em contradição como nosso senso de moralidade, mas sim em sua vinculação ao funcionamento do modo de produção capitalista. Embora não aborde diretamente a questão da opressão feminina, o viés materialista sublinhado por Marx marcará uma nova linha analítica da condição feminina sob o capitalismo, para além da sua condenação moral.

O diagnóstico da família sob o modo de produção capitalista seria efetivamente intentado no ano seguinte, no "Manifesto do Partido Comunista" (1848). No trecho reservado às considerações sobre a instituição familiar, Marx e Engels reforçam a idéia de que a família burguesa repousa sobre o ganho individual e interesses econômicos. A crítica à família na sociedade burguesa, contudo, não aponta para a plena rejeição da instituição familiar ou da monogamia. O processo de dissolução familiar, desencadeado pela grande indústria, e a destruição dos laços familiares dos proletários constitui objeto de preocupação dos autores, não sendo visto como algo salutar. A abolição das atuais relações de produção não significaria a erradicação da família – como poderia parecer –, mas a emergência de novas formas familiares, díspares à família burguesa:

> Supressão da família! Até os mais radicais se indignam com esse propósito infame dos comunistas. Sobre que fundamento repousa a família atual, a família burguesa? Sobre o capital, sobre o ganho individual. A família, na sua plenitude, só existe para a burguesia, mas encontra seu complemento na ausência forçada da família entre os proletários e na prostituição pública. A família burguesa desvanece-se naturalmente com o desvanecer de seu complemento, e ambos desaparecem com o desaparecimento do capital [39].

A condição social da mulher também é analisada no "Manifesto", que destaca sua transformação em simples artigos de comércio e instrumentos de trabalho. Sua subordinação não é colocada em dúvida, seja em sua caracterização como instrumento de produção, seja por serem impelidas à prostituição oficial ou não-oficial. Esta posição subalterna, no entanto, não obscureceria sua identidade de classe. Ao evocar a união cada vez mais ampla dos trabalhadores e sua

[38] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 277.
[39] MARX, Karl., ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 55.

organização em um partido político, Marx e Engels pretendem dissolver as particularidades e divisões internas ao campo do proletariado.

Deste ponto de vista, as identidades de gênero não deveriam obstaculizar o conflito de classes e a divisão da sociedade em dois campos opostos. Como parte do proletariado[40], tanto as trabalhadoras como as esposas e filhas de trabalhadores que compartilham desta posição de subordinação participariam do processo de simplificação dos antagonismos de classe, contrapondo-se às mulheres burguesas – o que não impediria, todavia, que setores de outras classes, como, por exemplo, parte das feministas burguesas, aderissem à causa operária.

A descrição, presente em "O Capital" (1867), das condições de vida das operárias e dos efeitos sociais da substituição da mão de obra masculina pela feminina e infantil, contribuiu para a consolidação desta nova imagem feminina associada às "mulheres proletárias". Este empreendimento representou uma mudança significativa na concepção do papel desempenhado pelas mulheres sob o modo de produção capitalista, que agora avocam um papel ativo social, política e economicamente.

Em cartas escritas à Kugelmann, no final de 1868, Marx reafirma a importância da participação política feminina, em posição de paridade com o homem, para a realização das grandes revoluções[41]. Não obstante, ao fazer referência ao movimento feminino operário na Alemanha, Marx diz acreditar que as mulheres deveriam, antes de tudo, cooptar seus maridos para a luta pela emancipação da classe, ao invés de se preocuparem com sua auto-organização [42]. Esta dubiedade, característica da postura das organizações operárias do período, revela a descrença e a subestimação do potencial organizativo das mulheres.

A opinião conflitante de Marx, ilustrada nestas cartas, demonstra o quanto as concepções conservadoras acerca das mulheres permaneceram arraigadas nos meios operários, mesmo entre seus principais líderes e mais proeminentes teóricos. A visão imperante no movimento operário ao

---

[40] Em nota à edição de 1888, Engels caracteriza as duas classes de acordo com critérios mais abrangentes, que resultam na equiparação entre trabalhador assalariado e proletário: "Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que , não tendo meios próprios de produção são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver". MARX, Karl., ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista.* São Paulo: Boitempo, 2005, p. 40.

[41] "*Tell your dear wife that I never 'suspected' her of serving under Madame General Geck. I queried only in jest. Incidentally, the ladies cannot complain about the 'International', since it has appointed a lady, Madame Law, as a member of the General Council. Joking aside, very great progress was demonstrated at the last congress of the American 'Labor Union', inter alia, by the fact that it treated the women workers with full parity; by contrast, the English, and to an even greater extent the gallant French, are displaying a marked narrowness of spirit in this respect. Everyone who knows anything of history also knows that great social revolutions are impossible without the feminine ferment. Social progress may be measured precisely by the social position of the fair sex (plain ones included*)". (MARX, Karl. "Letter to Kugelmann, London, december 12, 1868". [On line]. < *http://www.marxists.org/archive/marx/works/1868/letters/68_12_12.htm*>. Acesso em janeiro de 2010.)

[42] "*Is your wife also active in the German ladies' great emancipation campaign? I think that German women should begin by driving their husbands to self-emancipation*" (MARX, Karl. "Letter to *Kugelmann*, London, december 5, 1868". [On line]. < *http://www.marxists.org/archive/marx/works/1868/letters/68_12_05.htm*>. Acesso em janeiro de 2010).

longo de todo o século XIX em geral retratava as mulheres como passivas, conservadoras, imediatistas e até mesmo egoístas (por estarem comprometidas primeiramente com o bem-estar de suas famílias). Considerada um risco para as organizações, por ser capaz de provocar o refluxo e a paralisação das lutas, a personalidade feminina estaria em oposição à personalidade masculina, esta sim, destemida, ativa, impetuosa, inquieta e transformadora.

Não obstante as incongruências evidenciadas no pensamento de Marx e Engels no tocante às mulheres, o complexo processo histórico capaz de forjar uma identidade feminina "proletária" aproveitou-se enormemente de suas contribuições teóricas. Neste sentido, o esforço empreendido por Engels em "A Origem da Família, da Propriedade e do Estado"(1884), foi bastante significativo.

A alegação de Engels de que a família individual moderna, baseada na "escravidão doméstica, transparente ou dissimulada, da mulher", representaria a "forma celular da sociedade civilizada", espelhando suas contradições e conflitos internos, pôde lançar luz sobre o caráter multifacetado da opressão feminina e suas implicações sociais, políticas e econômicas. A dupla jornada feminina, ao mesmo tempo em que submeteria as mulheres a árduas e incessantes tarefas sob o jugo tanto do marido quanto do burguês, as aproximariam da luta geral de sua classe, possibilitando sua emancipação. Deste modo, a situação particular das mulheres passa a necessariamente integrar o projeto de transformação social mais abrangente. Essas já não são vistas como simples vítimas das relações sociais reproduzidas pela sociedade moderna, mas como protagonistas da mudança.

O paralelo traçado por Engels entre a condição enfrentada pelas mulheres e aquela experimentada pelos trabalhadores[43], que implicaria na convergência de suas lutas, foi igualmente apontado por Marx. Como foi visto, já em 1844, em sua brochura "Manuscritos Economico-Filosóficos", Marx relaciona a superação das relações de produção capitalistas à emancipação de toda a humanidade:

> Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada, da servidão, se manifesta na forma política da *emancipação dos trabalhadores*; não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a emancipação humana universal. Mas esta está aí encerrada

[43] De acordo com Marx e Engels há uma inter-relação entre a dominação de classe e a dominação de gênero, no âmbito da família, de forma que a superação de ambas só poderá ocorrer a partir da profunda e radical transformação social, mediante a socialização dos meios de produção: "A família individual moderna está baseada na escravidão doméstica, transparente ou dissimulada, da mulher (...) é o homem que, na maioria dos casos, tem de ser o suporte, o sustento da família, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe dá uma posição de dominador que não precisa de nenhum privilégio legal específico. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletariado" (ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p.80).

> porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências essa relação [44].

Uma vez que toda servidão humana está enredada na relação do trabalhador com a produção, e todos os tipos de servidão são somente modificações ou corolários desta relação, pode-se deduzir que a emancipação feminina só seria efetivamente atingida através da luta contra o trabalho alienado, que reduz o homem, em suas funções humanas, a um animal. A produção social apresenta-se, assim, simultaneamente como reduto liberador das mulheres e aprisionador de suas potencialidades humanas.

Destarte, se, por um lado, em "As origens da família, da propriedade e do Estado", encontramos a crítica à família burguesa, nos deparamos também com a tentativa de entendimento das raízes históricas do domínio patriarcal e da opressão masculina, fenômenos estes que não são restritos às sociedades capitalistas, mas que a elas se vinculam. Reproduzindo uma citação de Marx, Engels ressalta:

> A família moderna contém em germe não apenas a escravidão (*servitus*) como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada aos serviços da agricultura. Ela contém em si, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolverão mais tarde na sociedade e em seu Estado. (...) a mulher é entregue incondicionalmente ao poder do homem. Mesmo que ele a mate, não faz mais do que exercer um direito seu [45].

Recorrendo a autores como Morgan[46] e Bachofen[47], Engels busca compreender como se deu a passagem de sociedades organizadas com base no direito materno – "gyneocracia" –, para sociedades fundadas no direito paterno, nas quais as mulheres assumem uma posição subalterna em relação aos homens. A "descoberta" de Bachofen, de acordo com Engels, desconstruiria as teorias

---

[44] MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 88-89.
[45] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p. 65.
[46] Lewis Henry Morgan, em "*Ancient Society*" (1877), divide a história humana em três estágios fundamentais de desenvolvimento social: selvageria, barbarismo e civilização, cada um destes caracterizado por formas materiais distintas. A família seria um elemento ativo e mutável, passando de uma forma inferior a uma forma superior ao longo do processo evolutivo. Em sociedades que vigoraria ainda o matrimônio por grupos, a família se aglutinaria em grupos consangüíneos pelo lado materno, onde a filiação feminina poderia ser determinada, sendo organizada, portanto, de acordo com o direito materno.
[47] Cf. BACHOFEN, Johan J. "*Das Mutterrecht: Eine Untersuchung über di Gynaikokratie der alten Welt nach ihrer religiösen und rechtlichen Natur*". Stuttgart, 1861.

que naturalizam a opressão da mulher, ao indicar a existência de períodos históricos em que as mulheres, além de livres, seriam muito consideradas socialmente[48].

A economia doméstica comunista "primitiva"– em que a maioria das mulheres, se não a totalidade, pertence à mesma *gens* –, fundamentada no domínio feminino, teria sido suplantada pelo modelo de família pré-monogâmica, própria do período de transição entre a fase média e superior da barbárie. Neste, verificar-se-ia o domínio do homem, cuja necessidade de transferir suas propriedades privadas aos seus herdeiros diretos passa a ditar um controle efetivo da sexualidade das mulheres. Os vínculos conjugais, portanto, são enrijecidos, de forma que a infidelidade passa a ser concebida como direito exclusivo dos homens e a castidade um dever feminino:

> A monogamia, portanto, não entra de modo algum na história como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de casamento. Pelo contrário, surge sob a forma de subjugação de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, em toda a pré-história [49].

Engels, portanto, desassocia a monogamia da idéia de amor sexual individual, produto da livre união de vontades. Os casamentos de conveniência – predominantes na sociedade burguesa – atenderiam às necessidades de uma forma de família que não se baseava em condições naturais, mas em condições econômicas, decorrentes do triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva – que havia surgido espontaneamente.

Logo, de acordo com sua análise, o surgimento da propriedade privada teria dado ensejo à subordinação das mulheres aos homens, sendo o marco inicial das lutas de classes. O "grande progresso histórico" representado pela monogamia, que permitiu o acúmulo privado de riquezas, viria acompanhado do desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher[50]. Desta forma, o advento das sociedades modernas capitalistas não teria significado a dissolução dos laços familiares patriarcais. Pelo contrário, a família monogâmica patriarcal torna-se base de sustentação para o desenvolvimento das novas relações de propriedade e produção, reproduzindo seu caráter contraditório, consubstanciado no fato de que "cada progresso é simultaneamente um relativo

---

[48] Como observa Clara Araújo, "não obstante os limites de alguns dos referenciais antropológicos presentes em *A origem da família, da propriedade e do Estado*, particularmente a suposição de que, originalmente, haveria um padrão universal de família, assim como certa simplificação no modo de conceber a divisão sexual do trabalho em sua origem, essa obra permanece uma referência para pensar a relação entre condições materiais, surgimento da propriedade privada, das instituições e a opressão da mulher." (ARAÚJO, Clara. "Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero". In: *Crítica Marxista*. n.11. São Paulo: Boitempo, 2000, p.66).

[49] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p.71.

[50] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p.72.

retrocesso" já que "o bem-estar e o desenvolvimento de uns se realizam às custas da dor e da repressão de outros" [51].

O autor considera então a queda do sistema matriarcal como representativa da "derrota histórica mundial do sexo feminino", de modo que somente a abolição das relações de produção capitalistas levaria ao fim da escravidão doméstica, da separação entre a esfera de reprodução – o lar (que converte o trabalho feminino em "serviço privado") – e a esfera de produção social, bem como da prostituição oficial e não oficial das mulheres. O aparecimento do contraste entre as classes, na transição para o sistema patriarcal, estaria, portanto, vinculado à separação entre a vida pública e a privada:

> A administração do lar perdeu seu caráter público. A sociedade já nada mais tinha a ver com ela. A administração do lar se transformou em serviço privado. A mulher se converteu na primeira criada e foi afastada da participação na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a mulher proletária – o caminho da produção social. Mas isso se fez de tal modo que, se a mulher cumpre seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho público e nada pode ganhar. Se quer participar da indústria pública e ganhar dinheiro de maneira autônoma, torna-se impossível para ela cumprir com suas obrigações domésticas. Da mesma forma que na fábrica, acontece o mesmo com a mulher em todos os ramos de atividade, inclusive na medicina e na advocacia [52].

A condição de dependência econômica, na sociedade moderna, levaria as mulheres a depositarem no casamento suas expectativas e projetos de vida. Irremediavelmente condicionado pela posição social dos contraentes, o casamento resumir-se-ia, assim, a uma prostituição, posto que a esposa só se diferenciaria da prostituta habitual pelo fato de não alugar seu corpo por hora, como uma assalariada, mas sim por vendê-lo para sempre, como uma escrava[53], cujo propósito fundamental seria fornecer herdeiros legítimos que sejam legatários de propriedades.

Enquanto a classe dominante se encontraria mais fortemente submetida às influências econômicas, somente desfrutando da plena liberdade de contrair matrimônio em casos excepcionais,

---

[51] "Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim ["A Ideologia Alemã"], encontro o seguinte: "A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação de filhos". Hoje posso acrescentar que a primeira oposição de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia e que a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, inaugura, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um relativo retrocesso e no qual o bem-estar e o desenvolvimento de uns se realizam às custas da dor e da repressão de outros".ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p.80.
[52] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p.79.
[53] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p. 77.

os casamentos realizados nas classes dominadas expressaria mais fielmente uma união de livres vontades. Em lugar de uma relação econômica, o casamento tornar-se-ia efetivamente aquilo que o pensamento burguês proclama ser, isto é, uma relação calcada no afeto, na afinidade e na solidariedade:

> Nas relações com a mulher, o amor sexual só se torna e só se pode tornar norma efetiva entre as classes oprimidas, quer dizer, em nossos dias, entre o proletariado, estejam ou não oficialmente autorizadas essas relações. Mas desaparecem também, nesses casos, todos os fundamentos da monogamia clássica. Faltam aí, por completo, os bens e as riquezas, para cuja conservação e transmissão por herança foram instituídas precisamente a monogamia e a dominação do homem. E por isso, falta aí também toda a motivação para estabelecer a dominação do homem. Mais ainda, faltam até os meios para consegui-lo. O direito burguês que defende essa dominação só existe para as classes possuidoras e para regular as relações dessas classes com os proletários. Isso custa dinheiro e, em virtude da pobreza do operário, não desempenha papel algum na atitude deste para com sua mulher.[54]

Diferentemente do que é comumente argumentado por feministas contemporâneas[55], ao relacionar a condição de proprietário com a opressão da mulher, Engels não pretende atribuir aos proletários um temperamento mais dócil ou uma moral baseada em valores igualitários. Não se trata de uma visão romântica da classe operária, mas antes a constatação de que aos trabalhadores masculinos na sociedade capitalista industrial vêm perdendo sua posição social dentro da família, à medida que seu poder econômico decai.

Cada vez mais vulneráveis no mercado de trabalho, os operários passam a gozar de menor domínio sobre as mulheres, assim como de menos condições para exercer os direitos a eles reservados pela legislação patriarcal em vigor. O fundamento do controle masculino sobre as mulheres, isto é, o acesso à propriedade – faltante aos homens das classes dominadas –, asseguraria, assim, a supremacia masculina impedindo as mulheres de galgarem maior status e de desfrutarem de plena autonomia. Isto não significa, porém, que no âmbito da família proletária não subsistam costumes opressivos e práticas de violência e brutalidade no trato com as mulheres:

---

[54] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p. 77.

[55] "(...) para este autor [Engels], o casamento seria uma instituição baseada em interesses econômicos apenas no interior da burguesia, sendo que a classe trabalhadora estaria livre da supremacia masculina, baseando as uniões no amor sexual, ou seja, Engels não reconhecia que a desigualdade entre homens e mulheres também existia na classe trabalhadora, e que portanto, não derivava da questão meramente econômica." (SOUZA, Vanessa Bezerra de. *Gênero e marxismo: um estudo sobre suas aproximações*. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Serviço Social, 2003, p. 60).

> (...) sobretudo desde que a grande indústria arrancou a mulher do lar para jogá-la no mercado de trabalho e na fábrica, convertendo-a freqüentemente em sustentáculo da família, ficaram desprovidos de qualquer base os últimos restos da supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com a mulher, muito arraigada desde a introdução da monogamia. Assim, a família do proletário já não é uma família monogâmica no sentido estrito da palavra, apesar do amor mais apaixonado e da fidelidade mais absoluta de ambos e apesar de todas as bênçãos espirituais e temporais possíveis. Por isso, o heterismo e o adultério, eternos companheiros da monogamia, desempenham aqui um papel quase nulo. A mulher reconquistou, na prática, o direito de divórcio e os esposos preferem se separar quando já não se podem entender um com o outro. Em resumo, o casamento proletário é monogâmico no sentido etimológico da palavra, mas de modo algum em seu sentido histórico.[56]

A completa liberdade ao contrair matrimônio, no entanto, só poderia concretizar-se em caráter geral quando "a eliminação da produção capitalista e das relações de propriedade por ela criadas tivessem removido todas as considerações econômicas secundárias que ainda hoje exercem uma influência tão poderosa na escolha dos esposos"[57]. Nesse momento, o matrimônio não terá outra causa determinante além da inclinação recíproca, de modo que a sua continuidade não possa ser forçada. A indissolubilidade do matrimônio, portanto, seria revogada:

> Se somente o casamento baseado no amor é moral, só pode ser moral o casamento em que o amor persiste. (...) quando o afeto desaparece ou é substituído por um novo amor apaixonado, a separação será um benefício tanto para ambas as partes como para a sociedade. Apenas se deverá tomar o cuidado de poupar o casal de ter de passar pelo lamaçal inútil de um processo de divórcio.[58]

Desse modo, Engels segue os ensinamentos de Morgan, ao considerar que "a família terá que progredir na medida em que a sociedade progride", "mudar na medida em que a sociedade se modificar"[59]. Concebendo a família como um produto do sistema social e cultural[60], sujeito à

---

[56] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p. 78.
[57] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p.87.
[58] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p. 88.
[59] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p.89.

transformação, Engels vislumbra a possibilidade de desenvolvimento de um novo modelo de família, advindo a partir da alteração nas relações de produção, em que a igualdade entre os sexos seja atingida. No entanto, afirma que "se, num futuro distante, a família monogâmica não mais atender às exigências sociais, é impossível predizer a natureza da família que irá sucedê-la" [61].

Engels, portanto, não faz um prognóstico definitivo acerca da superação da família monogâmica. A seu ver, apenas as novas gerações poderão estabelecer suas próprias normas de conduta e, em consonância com elas, criar uma opinião pública para julgar a conduta de cada um. A nova geração em ascensão após a dissolução da sociedade capitalista seria composta por uma geração de homens que "nunca se tenha encontrado em situação de comprar a entrega de uma mulher por dinheiro ou por outros meios sociais representantes do poder" e de uma geração de mulheres que "nunca tenha chegado à situação de se entregar a um homem em virtude de outras considerações que não sejam as de um amor real, nem de recusar entregar-se ao homem amado por medo das consequências econômicas" [62].

Sem desejar prescrever fórmulas prontas, Engels, contudo, oferece algumas pistas de como seriam as novas relações sociais na futura sociedade. Segundo Engels, a indústria doméstica se converteria em indústria social e o tratamento e a educação das crianças passariam a ser uma questão pública. Para tanto, a sociedade cuidaria, com o mesmo empenho, de todos os filhos, sejam legítimos ou ilegítimos. Gradualmente apareceriam relações sexuais mais livres, de modo que a opinião pública se tornaria menos rigorosa quanto à honra da virgindade e à desonra das mulheres[63].

Por conseguinte, segundo Engels, a libertação da mulher exigiria, como primeira condição, a inclusão de todo o sexo feminino na indústria social, o que, por sua vez, requereria a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade. Nestes termos, o alcance da verdadeira igualdade entre os sexos pressuporia uma transformação radical da ordem social através da socialização da propriedade privada. A derrota do capitalismo, portanto, significaria a derrota do patriarcado, posto que a base material da submissão da mulher ao homem seria minada.

Como foi observado, à medida que Marx e Engels se propõem a analisar a família de um ponto de vista materialista histórico[64], a partir da compreensão das relações de produção e de reprodução da vida imediata, abdicam de um discurso eminentemente ético e idealista. A mudança

---

[60] A teoria evolucionista de Morgan, no entanto, prescreve um progresso unilinear, que dá origem a um padrão universal de família. Esta perspectiva é reproduzida apenas em parte por Engels, que leva em conta a ação dos sujeitos históricos na transformação dos diferentes modos de produção.

[61] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p.89.

[62] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p.88.

[63] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p.82.

[64] Como nos mostra Clara Araújo, "a perspectiva histórica e material possibilita pensar as práticas sociais, a construção das instituições, assim como os valores transmitidos através das gerações, como processos mutáveis, que ocorrem via uma agência humana ativa e dinâmica, embora não determinista, como mostrou Marx em "O 18 Brumário de Luís Bonaparte."". (ARAÚJO, Clara. "Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero". In: *Crítica Marxista*. n.11. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 65).

de sua percepção sobre as mulheres, que de vítimas passam a agentes de sua emancipação, será fundamental para a defesa de sua incorporação nas organizações operárias e de sua participação política.

Não obstante sua grande contribuição, a perspectiva histórica marxiana, no entanto, guarda ainda reminiscências de seus primeiros escritos, particularmente no tocante à sua concepção acerca das origens da divisão social do trabalho, que teria como fundamento uma divisão sexual do trabalho "natural", ditada pela procriação. Neste sentido, a cisão entre as esferas pública e privada seria substituída por uma separação entre a esfera da produção e da reprodução, conforme esboçado no prefácio à primeira edição de "As origens da família, da propriedade e do Estado":

> Segundo a concepção materialista, o fator determinante, em última instância, na história é a produção e a reprodução da vida imediata que, no entanto, se apresentam sob duas formas. De um lado, a produção de meios de subsistência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para isso. De outro lado, a produção do mesmo homem, a reprodução da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época histórica e de determinado país está condicionada por esses dois tipos de produção: de um lado, pelo grau de desenvolvimento do trabalho e, de outro, pela família [65].

Ao longo do século XX, a problemática da pretensa inserção das mulheres numa esfera reprodutiva apartada da produção gerou uma série de intervenções por parte de autoras feministas, dentro e fora do campo marxista. Infindáveis discussões procuraram levantar questionamentos acerca da relação da família e do trabalho doméstico com o processo produtivo. Devido à sua repercussão e relevância, nos debruçaremos mais detidamente sobre a formulação marxiana a respeito da "reprodução" no ponto seguinte.

1.2. A esfera reprodutiva em questão

A distinção entre os dois tipos de produção indispensáveis a toda ordem social, apontada por Engels no prefácio ao seu livro de 1884, isto é, a dimensão da produção dos meios de subsistência e necessidades sociais e a da produção dos próprios seres humanos, não foi objeto de maior elaboração dos fundadores do materialismo histórico. Os escritos de Marx, particularmente "O

[65] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p. 11- 12.

capital", não visavam uma teoria geral da reprodução, abordando a questão a partir da análise histórica das relações sociais desenvolvidas no âmbito do modo de produção capitalista.

De acordo com Marx, produção e reprodução (*latu sensu*) da ordem social são processos inter-relacionados, que não podem ser concebidos como momentos isolados. O processo de produção, portanto, é considerado "em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação", de modo que todo processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução[66]. Sob o capitalismo, tal continuidade exigiria o permanente consumo da força de trabalho pelo capitalista e a renovação das condições de exploração do trabalhador – que o obrigam a constantemente vender sua força de trabalho para viver[67]:

> Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista. Sua servidão econômica é, ao mesmo tempo, mediada e escondida pela renovação periódica da venda de si mesmo, pela troca de seus patrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho. O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz, por conseguinte, não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado [68].

Como Marx destaca, se o processo de produção é iniciado com a compra da força de trabalho por determinado tempo, esse início deve se renovar incessantemente[69]. O consumo da força de trabalho pelo capitalista como meio para a autovalorização do capital depende, assim, da constante manutenção e reprodução biológica e social da classe trabalhadora. Desta maneira, a reprodução do capital encontra-se vinculada ao consumo individual de meios de subsistência realizado pelos trabalhadores, ainda que este se dê fora do ambiente da produção, por exemplo, na esfera familiar.

---

[66] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1, Tomo 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.153. Trata-se do Livro 1, capítulo XXI ("Reprodução simples") de "O Capital".

[67] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1, Tomo 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.153. Trata-se do Livro 1, capítulo XXI.

[68] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1, Tomo 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 161.

[69] "Como o processo de produção é, ao mesmo tempo, o processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que explora a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que empregam o produtor. O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a condição *sine qua non* da produção capitalista" (MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1, Tomo 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 158).

Embora este consumo individual do trabalhador seja "para ele mesmo improdutivo, pois reproduz apenas o indivíduo necessitado; ele é produtivo para o capitalista e para o Estado, posto que produz a força produtora da riqueza alheia"[70]. Podemos concluir, portanto, que, segundo Marx, o consumo individual dos trabalhadores apresenta-se, em última instância, como condição objetiva do processo produtivo, sendo o combustível necessário para o dispêndio da força de trabalho. Tal como uma máquina necessita de permanente manutenção para o seu efetivo funcionamento, os trabalhadores, mesmo fora do processo direto de trabalho, tornam-se um acessório do capital e seu consumo individual, dentro de certos limites, "é apenas um momento do processo de reprodução do capital" [71]:

> Ao considerar a "jornada de trabalho" etc., mostrou-se oportunamente que o trabalhador é com frequência forçado a fazer de seu consumo individual mero incidente do processo de produção. Nesse caso, ele se abastece de meios de subsistência a fim de manter sua força de trabalho em andamento, como se abastece de água e carvão a máquina a vapor e de óleo a roda. Nesse caso, seus meios de consumo são simples meios de um meio de produção; seu consumo individual, consumo diretamente produtivo.[72]

O consumo individual dos trabalhadores, destarte, seria imprescindível ao capital não somente por aqueles converterem o que lhes é pago em meios de subsistência comprados no mercado – permitindo a circulação de mercadorias –, mas também por garantir a conservação e reprodução do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalhador. O consumo do trabalhador, então, seria de dupla espécie, já que tanto atuaria como força motriz do capital como executaria funções vitais fora do processo de produção[73]:

> O consumo individual do trabalhador continua sendo, pois, um momento de produção e reprodução do capital, quer ocorra dentro, quer fora da oficina, da fábrica etc., quer dentro quer fora do processo de trabalho, exatamente como a limpeza da máquina, se esta ocorre

[70] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1, Tomo 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 158.
[71] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1, Tomo 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 158.
[72] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1, Tomo 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.157.
[73] "O dinheiro – essa parte do capital que o capitalista gasta para adquirir capacidade de trabalho – , considerado sob a sua forma real, representa nem mais nem menos do que os meios de subsistência existentes no mercado – ou nele lançados em certas condições que entram no consumo individual do operário. O dinheiro não é mais do que a forma modificada destes meios de subsistência; mal o recebe, o operário converte-o de novo em meios de subsistência. Esta transformação, assim como posteriormente o consumo destas mercadorias enquanto valores de uso, é um processo que não conserva nenhuma relação direta com o processo imediato de produção, mais exatamente com o processo de trabalho; antes se efetua à margem do mesmo." (MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 49).

> durante o processo de trabalho ou durante determinadas pausas do mesmo. (...) Em nada altera a coisa se o trabalhador realiza seu consumo individual por amor a si e não ao capitalista. Assim, o consumo do animal de carga não deixa de ser um momento necessário do processo de produção porque o animal se satisfaz com o que come. O capitalista pode deixar tranquilamente seu preenchimento a cargo do impulso de autopreservação e procriação dos trabalhadores. Ele apenas cuida de manter o consumo individual deles o mais possível nos limites do necessário (...) [74].

Ao mesmo tempo em que Marx considera o consumo essencial ao processo de trabalho[75] e à reprodução das relações sociais no seu conjunto, o autor destaca a relativa autonomia dos trabalhadores na fruição de seus salários – dentro dos limites já estabelecidos pelo seu próprio valor de troca. Nestes termos, o consumo seria revestido de uma aparência voluntária, pois, em regra, o operário consome os seus meios de subsistência quando o processo imediato de produção é interrompido[76], longe do controle do capitalista. Assim, "a parte do capital gasta em salários aparece formalmente como uma parte que já não pertence ao capitalista, mas sim ao operário", adotando a forma de meios de subsistência que, por sua vez, serão consumidos privadamente pelos trabalhadores[77].

> É o próprio operário que converte o dinheiro em valores de uso quaisquer, compra com eles esta ou aquela mercadoria e, como possuidor de dinheiro, como aquisidor de mercadorias se encontra face aos vendedores de mercadorias exatamente na mesma relação que todos os demais compradores. As condições da sua existência – assim como a quantidade de valor do dinheiro por ele ganho – forçam-no desde logo a realizar esse dinheiro num círculo bastante restrito de meios de subsistência. Mesmo assim, é possível aqui algumas variações. (...) O operário pode fazer economias e pode imaginar que entesoura. Pode, do mesmo modo, desbaratar o salário em aguardente, etc. Ao fazê-lo, contudo atua como agente livre e tem que arcar com as consequências; é ele o responsável que pela forma como gasta o seu salário, aprende a autodominar-se ao contrário do escravo, que

[74] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1, Tomo 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 157.

[75] "É certo que na realidade o consumo de meios de subsistência pelos operários pode englobar-se (incluir-se) no processo de trabalho; assim como, por exemplo, se inclui nas máquinas o consumo de matérias instrumentais pelas mesmas, também o operário se apresenta apenas como um instrumento adquirido pelo capital que para a sua função no processo de trabalho exige consumir, receber, certa porção dos meios de subsistência com caráter de matérias instrumentais"(MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 49).

[76] MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p.50.

[77] MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 50.

> necessita de um amo. É claro que isto é válido apenas se se considerar a transformação dos servos ou escravos em trabalhadores livres, assalariados. A relação capitalista apresenta-se neste caso como uma promoção na escala social.[78]

De acordo com Marx, portanto, apesar do consumo dos meios de subsistência não integrar o processo imediato de produção de mercadorias, constitui pressuposto da própria venda da capacidade de trabalho, sendo determinante para a absorção do maior quantum possível de trabalho vivo pelo capital[79]. Se, como sublinha Marx, o trabalhador livre é responsável pela mercadoria que fornece ao capitalista, devendo fornecê-la com certo nível de qualidade se não quiser ceder o seu lugar a outros vendedores de mercadorias do mesmo gênero, o consumo dos meios de subsistência deve ser realizado de maneira a atender da melhor forma possível aos anseios do capital. Mesmo afastados do processo produtivo imediato e do controle do capitalista individual, as vidas dos trabalhadores continuam, pois, regidas pelas necessidades impostas pela produção capitalista, em sua totalidade.

Do mesmo modo que seu consumo individual, as relações familiares, que em geral interferem neste consumo, estariam também sujeitas aos efeitos da exploração capitalista. À medida que a indústria e a organização social da produção se desenvolvem, todos os membros da família tornam-se potenciais vendedores de força de trabalho, de forma que, se o trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho – da qual dispunha como pessoa formalmente livre –, agora vende igualmente sua mulher e filhos, tornando-se, nas palavras de Marx, um "mercador de escravos"[80].

A apropriação de forças de trabalho suplementares pelo capital conduziria cada vez mais à substituição do trabalho masculino adulto pelo trabalho feminino e infantil[81] levando à ruína física, devastação intelectual e degradação moral das crianças, jovens e mulheres trabalhadoras. Além de

---

[78] MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 103.

[79] "A forma do valor de uso de que essa parte se reveste, na sua condição de mercadoria, antes do seu ingresso no processo de produção – como meios de subsistência – é pois completamente diferente da forma que adota no interior desse processo e que é a da força de trabalho que se manifesta ativamente, a do próprio trabalho vivo. É isto portanto o que diferencia especificamente esta parte do capital daquela que existe com a forma de meios de produção, e essa mesma é a razão pela qual, com base no modo capitalista de produção, os meios de produção no sentido lato – ao contrário de (e antítese com) os meios de subsistência – aparecem como capital em si e para si." (MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p.50).

[80] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 23. (Trata-se originalmente do Livro 1, Capítulo XIII de "O Capital").

[81] "À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso o trabalho de mulheres e crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! (...). transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro dos limites decentes, para a própria família." (MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 23).

convertê-los em meras máquinas de produção de mais-valia, "com a adição preponderante de crianças e mulheres ao pessoal de trabalho combinado", a maquinaria quebraria finalmente a "resistência que o trabalhador masculino ainda opunha na manufatura ao despotismo do capital" [82]. A rebeldia dos trabalhadores masculinos daria lugar à docilidade e subserviência, consideradas características próprias das mulheres e crianças, o que viria a repercutir negativamente na luta de classes. Marx reafirma esta preocupação em uma nota de pé de página, ao analisar a questão das leis fabris na Inglaterra em "O Capital", quando apresenta a seguinte citação de um trecho do discurso de Lord Ashley ao Parlamento inglês[83]:

> O Sr. E., um fabricante, informou-me de que emprega exclusivamente mulheres em seus teares mecânicos; ele dá preferência às mulheres casadas, especialmente àquelas com família em casa, que depende delas para se sustentar; são muito mais atentas e dóceis, e são compelidas a aplicar o máximo de seus esforços para obterem os meios de subsistência de que necessitam. Assim, as virtudes, as virtudes peculiares do caráter feminino, são pervertidas para seu próprio prejuízo – assim, tudo o que há de mais honesto e terno em sua natureza é transformado num meio de sua escravização e sofrimento.[84]

A troca de homens por mulheres e crianças, portanto, contribuiria para conter a revolta contra os patrões, promovendo a tolerância às formas mais brutais de exploração em nome da preservação do emprego e da garantia do sustento da família. Além de provocar o rebaixamento geral dos salários pela introdução de novas reservas de trabalhadores cujo trabalho é depreciado, a substituição da força de trabalho masculina levaria o valor dos salários – antes equiparado ao tempo necessário à reprodução da força de trabalho do trabalhador e seus dependentes – a decair ao patamar de subsistência do trabalhador individual:

> O valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda a sua família. Ela desvaloriza, portanto, sua força de trabalho. A compra de uma família parcelada, por exemplo, em 4 forças de trabalho, custa,

[82] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 28.
[83] "Tem Hours Factory Bill. The Speech of Lord Ashley", discurso pronunciado em 15 de março de 1844, no Parlamento ingles.
[84] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 28.

> talvez, mais do que anteriormente a compra da força de trabalho do cabeça da família, mas, em compensação, surgem 4 jornadas de trabalho no lugar de uma, e o preço delas cai proporcionalmente ao excedente de mais-trabalho dos quatro em relação ao mais-trabalho de um. Agora, quatro precisam fornecer não só trabalho, mas mais-trabalho para o capital, para que uma família possa viver. Assim a maquinaria desde o início amplia o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração [85].

O barateamento da força de trabalho e a intensificação da exploração na indústria atingiriam inclusive o trabalho domiciliar moderno[86]. O trabalho a domicílio passaria a ter sua estrutura tradicional completamente revolucionada, sendo regido pelo ritmo industrial e pela superexploração da força de trabalho. Para suprir as necessidades familiares, o lar converte-se em "antro de miséria"[87], marcado pela "brutalidade do trabalho excessivo e noturno", sob o controle da autoridade paterna (*patria potestas*).

Contudo, se por um lado a exploração capitalista teria contribuído para o abuso do poder paterno no seio da família, por outro, ao desafiar os fundamentos da economia tradicional e lançar ao mercado de trabalho mulheres e crianças, abriu caminho para a dissolução das antigas relações familiares[88]. Marx, então, reconhece na grande indústria a oportunidade de mulheres, jovens e crianças transitarem para além da esfera domiciliar, propiciando a sua participação no processo de produção social. Desta maneira, o modo de produção capitalista gera o fundamento econômico para uma forma mais elevada de família e de relações entre ambos os sexos:

> Não é, no entanto, o abuso do poder paterno que acarretou a exploração direta ou indireta de forças de trabalho imaturas pelo capital, mas, pelo contrário, é o modo de exploração capitalista que fez do poder paterno, ao suprimir sua correspondente base econômica, um abuso. Por terrível e repugnante que agora pareça a dissolução do

---

[85] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 23. (Trata-se originalmente do Livro 1, Capítulo XIII de "O Capital").

[86] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 78.

[87] "A necessidade de generalizar a lei fabril de uma lei de exceção para fiações e tecelagens, estas primeiras formações da empresa mecanizada, em uma lei de toda a produção social decorre, como se viu, da marcha histórica de desenvolvimento da grande indústria, em cuja esteira é completamente revolucionada a estrutura tradicional da manufatura, do artesanato e do trabalho domiciliar; a manufatura transforma-se continuamente em fábrica, o artesanato em manufatura e, por fim, as esferas do artesanato e do trabalho domiciliar tornam-se, em tempo relativo espantosamente curto, antros de miséria, onde campeiam livremente as mais fantásticas monstruosidades da exploração capitalista." (MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.91).

[88] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.90.

> antigo sistema familiar no interior do sistema capitalista, a grande indústria não deixa de criar, com o papel decisivo que confere às mulheres, pessoas jovens e crianças de ambos os sexos em processos de produção socialmente organizados para além da esfera domiciliar, o novo fundamento econômico para uma forma mais elevada de família e de relações entre ambos os sexos. É, naturalmente, tolo tomar como absoluta tanto a forma teuto-cristã de família quanto a forma romana antiga, ou a grega antiga, ou a oriental, que, aliás, constituem entre si uma progressão histórica de desenvolvimento. É igualmente óbvio que a composição do pessoal coletivo do trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos mais diversos grupos etários – embora em sua forma capitalista espontaneamente brutal, em que o trabalhador comparece para o processo de produção e não o processo de produção para o trabalhador –, fonte pestilenta de degeneração e escravidão, tenha, sob circunstâncias adequadas, de converter-se inversamente em fonte de desenvolvimento humano [89].

Apesar de afetar o sistema familiar, o desenvolvimento capitalista não extinguiria a família como instituição. A produção de novas gerações de trabalhadores para a indústria capitalista exigiria não somente a sua manutenção física como ainda a transmissão e a acumulação de habilidades. Neste sentido, a família ainda se apresentaria como instituição fundamental, a despeito de cada vez mais os trabalhos complementares agrícolas e domésticos – limitados à satisfação das necessidades familiares –, se transformarem em ramos de trabalho autônomos de tipo capitalista[90]. Vale notar que a perspectiva de teóricas contemporâneas, como Christine Delphy, que encaram a família moderna não apenas como unidade de consumo, mas como lugar de relações de produção não remuneradas e não valoradas e como "instância de repartição de bens hierárquica e desigual"[91], aprofundam a crítica e reflexão de Marx sobre a função social da família, conferindo peso e importância ao trabalho doméstico gratuito realizado no lar e destacando as relações de poder nele existentes.

De acordo com o materialismo histórico clássico, o trabalho doméstico, geralmente atribuído à mulher, assumiria um papel significativo para a conservação e reprodução da capacidade de trabalho. Ao fornecerem meios de subsistência e assistência aos membros da família que ainda não trabalham, os trabalhos domésticos garantem as condições objetivas para a sobrevivência dos futuros trabalhadores. Do mesmo modo, o trabalho útil gratuito, produtor de valores de uso e

---

[89] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.91.
[90] MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 96.
[91] DELPHY, Christine. *L'Ennemie Principal*. Paris: Syllepse, 2002, p.80.

fornecedor de serviços para a família, garante a preservação do esforço e do dispêndio de força vital para a sua utilização no processo de produção. Quanto menos os trabalhadores precisarem se ocupar com a sua própria manutenção – seja através do trabalho doméstico gratuito ou mesmo pela compra de bens e serviços no mercado –, maior o consumo produtivo de sua capacidade de trabalho por parte do capital.

Como o capitalista procura prolongar o máximo possível a duração e intensidade do processo de trabalho – para além do tempo necessário para a reposição do salário – a liberação do trabalho doméstico (como preparação de alimentos, limpeza da casa, lavagem e costura de roupas, fabricação e reparo de utensílios, cultivo de hortas, criação de animais, cuidados com crianças, etc.) leva o trabalhador a expandir os limites de sua própria exploração. Ao mesmo tempo, o fornecimento gratuito de trabalho doméstico evitaria o efeito que o aumento dos custos de reprodução da força de trabalho produziria na média dos salários.

Segundo Marx, como foi visto, uma combinação de fatores sociais articulados fora do processo produtivo imediato, derivados do desenvolvimento do modo de produção capitalista, servem à intensificação da exploração da força de trabalho – por exemplo, a venda da força de trabalho de mulheres e crianças, a depreciação do trabalho de determinadas categorias de trabalhadores (seja em função de seu sexo, idade, etnia, nacionalidade ou religião), o incremento da competição entre trabalhadores, o declínio da oposição ao controle patronal, a precarização do trabalho a domicílio e a utilização do trabalho doméstico gratuito. O reconhecimento da importância do consumo individual e da família para a continuidade do sistema produtivo, todavia, não conduz Marx a uma maior problematização acerca do trabalho doméstico. As causas da preservação da prerrogativa masculina de fruição gratuita do trabalho doméstico feminino e seu papel na conservação do valor de uso da força de trabalho para o processo de valorização, portanto, não são abordados de forma mais específica.

A opressão feminina na esfera familiar, então, é percebida como parte dos resquícios de um modo produtivo decadente e de relações patriarcais anacrônicas, pois a exploração do trabalho das mulheres tenderia cada vez mais a estar concentrada em mãos capitalistas. Como Marx enunciara ainda em 1847, na obra "A miséria da filosofia", à medida que a sociedade torna-se industrializada e a divisão do trabalho na oficina ou na fábrica submete os trabalhadores, em regime de trabalho cooperativo, à autoridade incondicional do capitalista – criando uma forma despótica de direção que visa a determinado objetivo – as demais formas de regulação social enfraquecem-se ou ao menos se tornam menos regradas. Neste sentido, a autoridade parental passa a integrar um processo social global anárquico e arbitrário, em que não há um plano que regule todo o processo da produção social. Em contraste, este mesmo processo passa a ser marcado pelo controle e organização cada vez mais intensos por parte do capitalista individual:

> Enquanto no interior da oficina moderna a divisão do trabalho é minuciosamente regulada pela autoridade do industrial, a sociedade moderna tem como única regra e autoridade, para distribuir o trabalho, a da livre concorrência. Sob o regime patriarcal, sob o regime de castas, sob o regime feudal e corporativo, havia divisão do trabalho em toda a sociedade segundo regras fixas. Foram essas regras estabelecidas por um legislador? Não. Nascidas primitivamente das condições da produção material, só muito mais tarde foram erigidas em leis. Foi assim que essas diversas formas da divisão do trabalho se transformaram em outras tantas bases de organização social.quanto à divisão do trabalho na oficina, era muito pouco desenvolvida em todas essas formas de sociedade. (...) É mesmo possível estabelecer como regra geral que, quanto menos a autoridade preside à divisão do trabalho no interior da sociedade, mais a divisão do trabalho se desenvolve no interior da oficina, e mais ela é aí submetida à autoridade de um só. Por isso, a autoridade na oficina e a autoridade na sociedade, relativamente à divisão do trabalho, estão na razão inversa uma da outra [92].

Marx, assim, parece conceber que com o desenvolvimento da produção capitalista, gradativamente as funções e atividades ainda não abarcadas pela relação de assalariamento – exercidas gratuitamente ou remuneradas de forma indireta – tenderiam a transformar-se em trabalhos assalariados[93]. Conseqüentemente, o trabalho doméstico gratuito estaria em vias de extinção à medida que mais mulheres são envolvidas diretamente na produção, tendo sua força de trabalho consumida produtivamente. A satisfação das necessidades domésticas seria suprida então pela compra de tais serviços[94], fato que produziria efeitos nas relações entre os sexos e no poder da autoridade paterna/marital. Se no trabalho a domicílio o *pater famílias* ainda conservava seu poder tradicional, coordenando a exploração da mão de obra de sua mulher e filhos, cada vez mais estas relações seriam substituídas por relações de tipo capitalista. Deste modo, Marx adverte que as

---

[92] MARX, Karl. *A miséria da filosofia.* Porto: Escorpião, 1976, p. 107-108.

[93] "Uma série de funções e atividades envoltas outrora por uma auréola e consideradas como fins em si mesmas, que se exerciam gratuitamente ou eram remuneradas de forma indireta (...) transformam-se diretamente em trabalhadores assalariados, por mais diferente que seja o seu conteúdo e o seu pagamento (...). Com o desenvolvimento da produção capitalista todos os serviços se transformam em trabalho assalariado e todos os seus executantes em assalariados, tendo por conseqüência essa característica em comum com o trabalho produtivo (...).". (MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 112)

[94] "Serviço não é em geral mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade. (...) Uma grande parte dos serviços entra nos custos de consumo das mercadorias, como o da cozinheira etc. A diferença entre o trabalho produtivo e o improdutivo consiste apenas em que, em si, o trabalho é trocado por dinheiro como dinheiro e em dinheiro como capital." (MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 118).

relações de trabalho tradicionais, realizadas no âmbito do modo de produção capitalista, passariam a estar subordinadas, ainda que idealmente, ao modo de produção dominante:

> No interior do modo de produção capitalista há certas partes dos trabalhos que produzem mercadorias que continuam a ser executados de um modo que é próprio dos modos de produção precedentes, em que a relação entre o capital e o trabalho assalariado ainda não existe de fato, de modo que não lhes são de maneira nenhuma aplicáveis as categorias do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo, características do ponto de vista capitalista. Todavia, essas relações embora não estejam ainda subordinadas realmente ao modo de produção dominante, estão-lhe subordinadas idealmente. O trabalhador independente, para dar um exemplo, é o seu próprio assalariado, os seus próprios meios de produção defrontam-se-lhe na sua imaginação como capital. Na sua condição de capitalista de si mesmo, auto-emprega-se como assalariado. Semelhantes anomalias são farto campo para as mais ocas dissertações em torno do trabalho produtivo e improdutivo [95].

Não obstante sua subordinação à exploração capitalista em sua dimensão social, tais atividades tradicionais, mesmo quando remuneradas, não podem ser enquadradas no conceito de trabalho produtivo. Conquanto certos trabalhos improdutivos possam estar vinculados incidentalmente ao processo de produção – sendo possível inclusive que o seu preço entre no preço da mercadoria[96] –, não se confundem com o trabalho produtivo, isto é, criador de valor de troca. Neste sentido, a categorização como "produtivo" nada tem a ver com o conteúdo determinado do trabalho, com sua utilidade particular ou valor de uso resultante. Conforme dispõe Marx, "é produtivo o trabalhador que executa um trabalho produtivo, e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia[97]". Isto é, como o fim imediato e o produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, somente seria considerado produtivo o trabalho que fosse consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital[98].

Sendo assim, para o autor, o fato de os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformarem em produtos separáveis dos trabalhadores, leva a que, "embora possam ser explorados de maneira diretamente capitalista, constituem grandezas insignificantes se os compararmos com a massa da produção capitalista. Por isso, deve-se pôr de lado esses trabalhos e

---

[95] MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 113.
[96] MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 113.
[97] MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 109.
[98] MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 108.

tratá-los somente a propósito do trabalho assalariado, que não é simultaneamente trabalho produtivo"[99]. O mero desfrute do trabalho por outrem, portanto, não serviria para a caracterização do trabalho como "produtivo", sendo necessária a apropriação do trabalho não pago – sobretrabalho – como mais-valia, ou seja, que haja absorção "significativa" de trabalho vivo em prol da valorização do valor, da geração de valor de troca:

> Todo trabalhador produtivo é um assalariado mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo. Quando se compra o trabalho **para o consumir como valor de uso, como serviço** [grifo nosso], não para colocar como fator vivo no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. O seu trabalho é consumido por causa do seu valor de uso e não como trabalho que gera valores de troca; é consumido improdutivamente. O capitalista, portanto, não o defronta como capitalista, como representante do capital; troca o seu dinheiro por esse trabalho, mas como rendimento, não como capital. (...) O dinheiro funciona aqui unicamente como meio de circulação, não como capital. Assim como as mercadorias que o capitalista compra para consumo privado não são consumidas produtivamente, não se transformam em fatores do capital, também tal não acontece com os serviços que compra de livre vontade ou forçado (ao Estado etc.) por causa do seu valor de uso, para consumo. Os mesmos não se convertem em fatores do capital. Por conseguinte, não são trabalhos produtivos e os seus executantes não são trabalhadores produtivos.[100]

Nestes termos, os "serviços" – isto é, os trabalhos destinados ao consumo como valores de uso, como é o caso dos trabalhos domésticos –, na medida em que não são utilizados como fatores vivos do capital no processo capitalista de produção (capital variável), não são considerados produtivos. Mesmo sendo consumidos pelo capitalista, este não o faz como representante do capital, mas de forma improdutiva, tal como ocorre com o consumo privado de mercadorias.

A caracterização do trabalho doméstico como improdutivo motivou uma série de críticas por parte de feministas contemporâneas, que atribuem à Marx uma visão misógina que tende a menosprezar a importância da contribuição do trabalho doméstico feminino para a indústria social. Na tentativa de adequar a análise da peculiar situação das mulheres na esfera doméstica às

---

[99] MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p.116.
[100] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1, Tomo 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 111.

categorias econômicas marxistas, inúmeros autores, principalmente a partir da década de 1960, produziram reflexões teóricas com o objetivo de evidenciar a importância da opressão feminina para o funcionamento e perenidade do sistema como um todo.

Margaret Benston, por exemplo, foi uma das primeiras autoras marxistas vinculadas à segunda onda do feminismo a destacar o trabalho realizado pelas mulheres fora do âmbito da produção de mercadorias como sendo a base econômica de sua opressão específica. Neste trabalho doméstico desvalorizado e imensurável estariam as raízes materiais do *status* social secundário das mulheres. Assim, "numa sociedade em que o dinheiro determina o valor, as mulheres são um grupo que trabalha fora da economia monetária", não sendo a atividade por elas realizada considerada um "verdadeiro trabalho" [101]. Embora realizem um trabalho social e historicamente necessário para a acumulação capitalista, sendo responsáveis pela produção de valores de uso em atividades associadas ao lar e à família, as mulheres participariam do trabalho assalariado produtivo apenas de forma transitória e excepcional, como um exército industrial de reserva conveniente e elástico. A relação das mulheres, enquanto grupo, com os meios de produção seria, portanto, análoga à da produção pré-industrial desenvolvida por servos e camponeses. Cada família constituiria uma unidade de produção, uma entidade pré-mercantil, que desempenharia uma função estabilizadora na sociedade capitalista.

De modo aproximado, Mariarosa Dalla Costa e Selma James também conferiram maior relevância ao papel social da instituição familiar, apresentando-a como "o pilar da organização capitalista do trabalho"[102]. Longe de considerá-la um mero reflexo da esfera produtiva, a família nuclear seria indispensável para o desenvolvimento da produção capitalista, já que, como "fábrica social", ela se tornaria um centro de condicionamento, consumo e reserva de trabalho. Conforme nos explica James, "a comunidade não é uma arena de liberdade e lazer auxiliar à fábrica, em que por coincidência se encontram mulheres que são degradadas como serventes pessoais dos homens. A comunidade é a outra metade da organização capitalista, a outra área oculta de exploração capitalista, a outra fonte escondida de trabalho excedente"[103].

O capital, portanto, teria moldado a família para atender às suas necessidades, desatrelando o homem dos trabalhos realizados na esfera doméstica a fim de liberá-lo para a venda de sua força de trabalho. Ao mesmo tempo, esta fratura na família intensificaria o isolamento e a opressão dos seus

---

[101] BENSTON, Margaret. "The Political Economy of Women's Liberation" (1969). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 19.

[102] COSTA, Mariarosa Dalla; JAMES, Selma. "Women and the subversion of the community" (1972). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p.49.

[103] JAMES, Selma. "Introduction to 'The Power of Women and the Subversion of the Community'" (1972). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p.34.

membros não assalariados – mulheres e crianças –, que perderiam seu relativo poder e *status* ao serem excluídos da produção de mercadorias, passando a depender do salário do trabalhador adulto masculino para sua subsistência. Neste sentido, a dependência das mulheres seria concebida a partir de um ponto de vista equivocado – ancorado no "mito da incapacidade feminina" –, qual seja, o de que o trabalho empreendido pelas mulheres se resumiria à realização de serviços e à produção de valores de uso que em nada contribuiriam para a produção da mais-valia. Logo, como o capital as excluiu do processo imediato de produção social organizada, seu papel no ciclo de produção social permaneceria invisível e somente o produto de seu trabalho – o trabalhador – seria aparente. A dominação do capital, portanto, atingiria indelevelmente as mulheres, transformando seus órgãos vitais e reprodutivos em instrumentos para a acumulação de trabalho excedente, uma vez que torna seu trabalho primordial a reprodução da força de trabalho.

De acordo com Costa e James, o obscurecimento da exploração do trabalho doméstico feminino seria inclusive encampado por parte do movimento socialista, que não reconheceria o fato de que a exploração do trabalho não assalariado seria organizada justamente por meio do sistema de assalariamento[104]. Presa em condições de trabalho pré-capitalistas, submetida ao controle coercitivo e à chantagem afetiva de seus familiares, a mulher encontrar-se-ia então na posição de "escrava de um escravo assalariado", de modo que sua escravidão asseguraria a escravidão de seu marido[105]. Ao não se ver obrigado a pagar pelas horas de trabalho despendidas pelas mulheres dentro de casa, a figura do patrão ficaria camuflada por detrás da do marido, que assim aparenta ser o único a usufruir do trabalho doméstico. Destarte, para as autoras, não basta a renúncia aos trabalhos domésticos e a participação no trabalho social para que se atinja a liberação plena das mulheres. A rejeição do papel social de dona-de-casa e a superação do isolamento doméstico seriam apenas elementos da luta geral anticapitalista a ser levada adiante pelas mulheres. A ideia da "liberação pelo trabalho" é substituída pela luta contra a dupla escravidão e pela destruição da família nuclear, tal como foi estabelecida pela ordem social capitalista. Caberia às mulheres, portanto, saírem de casa e se unirem a outras mulheres, participando ativamente de reuniões de fábrica, assembleias de bairro, encontros de estudantes e quaisquer espaços em que possam expor as contradições e frustrações impostas pelo capital sobre a família.

Fora do "gueto doméstico" e da "clausura da família" as mulheres são capazes de descobrir novas identidades e exercer o seu poder como protagonistas da luta, desfrutando de vastas experiências de organização e planejamento da luta coletiva. A revolta social, pois, seria a fonte

---

[104] COSTA, Mariarosa Dalla; JAMES, Selma. "Women and the subversion of the community" (1972). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p.44.

[105] COSTA, Mariarosa Dalla; JAMES, Selma. "Women and the subversion of the community" (1972). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p.50.

básica de educação e capacitação das mulheres, que juntamente com suas próprias formas de rebelião adeririam também às tradicionais organizações de classe. Sendo assim, mesmo constituindo uma "casta" própria, caracterizada pelas relações sociais derivadas da exploração de seu trabalho doméstico, as mulheres donas-de-casa não poderiam ser consideradas como exteriores à classe trabalhadora.

Os argumentos apontados por Benston, Costa e James foram de suma importância para a formulação de uma perspectiva feminista marxista ao localizarem a opressão das mulheres no centro da dinâmica capitalista e reavivarem a discussão teórica sobre a conciliação da luta revolucionária com as iniciativas e estratégias autônomas das mulheres socialistas, através do questionamento da postura machista e excludente dos partidos e sindicatos. Seguindo esta mesma linha, Wally Seccombe, em dois artigos[106] publicados na revista "*New Left*", retomou a questão do trabalho doméstico argumentando que este é responsável por parte do valor de troca produzido, uma vez que ao reproduzir e sustentar o trabalhador é indiretamente apropriado pelo capitalista. Desta forma, Seccombe chama a atenção para as raízes estruturais da dupla opressão de mulheres e suas conseqüências para a sua posição e consciência dentro das estruturas do capitalismo tardio. Logo, o fato de terem seu trabalho apropriado indiretamente tanto pelo capitalista como pelo próprio marido, que retém grande parte do salário como se este fora exclusivamente seu, faz com que a luta das mulheres assuma um caráter problemático e volátil. A abordagem de Seccombe, contudo, recebeu inúmeras críticas de feministas socialistas como Jean Gardiner[107], que o condenaram por não ter colocado em evidência as razões de o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças, nas sociedades industriais capitalistas, continuarem a ser de responsabilidade quase exclusiva das mulheres e organizados privadamente no seio da família.

As críticas às explicações estritamente econômicas e funcionalistas – que procuram enfatizar a relevância do trabalho doméstico na produção de mais-valia – em geral concentraram-se no repúdio da categorização do trabalho doméstico como produtivo e na ênfase ao aspecto ideológico relacionado à opressão feminina e à posição subordinada das mulheres sob o capitalismo. Desta forma, partiam do argumento sustentado por autores como Himmelweit e Mohun de que "se o trabalho doméstico é privado, ele é desempenhado fora da lei do valor", de maneira que "não se pode falar de valor fora da lei do valor" [108].

---

[106] Cf. SECCOMBE, Wally. "The housewife and her labour under capitalism". In: *New Left Review*, n. 83, Londres, 1974; SECCOMBE, Wally. "Domestic Labour: reply to critics". In: *New Left Review*, n. 94, Londres, 1975.
[107] GARDINER, Jean. "Women's Domestic Labour ». In: *New Left,* n. 89, Londres, 1975.
[108] HIMMELWEIT, S.; MOHUN, S. "Domestic labour and capital". In: *Cambridge Journal of Economics*, n.1, Londres, 1977, p.205.

Maxine Molyneux, igualmente, afirma que reconhecer a importância social do trabalho doméstico não implica em igualá-lo ou inseri-lo na lógica da produção social capitalista[109]. Embora a autora não conteste que a subordinação feminina funda-se em uma base material, vinculada à economia política, adverte que "qualquer que seja a relação entre a esfera doméstica e as exigências da reprodução social, ela não se estabelece simplesmente pela sua funcionalidade para o capitalismo"[110]. Assim, ao invés de pressupor o trabalho doméstico como sendo crucial ao capitalismo, de forma que sua abolição acarretaria a queda do próprio sistema, as análises teóricas sobre o trabalho doméstico deveriam considerar as suas profundas transformações, resultantes da expansão do capitalismo e da luta de classes, capazes de gerar efeitos contraditórios para o capital.

Segundo Molyneux, o reducionismo econômico e os argumentos funcionalistas obliterariam a especificidade cultural e histórica do trabalho doméstico. A seu ver, o trabalho útil, "concreto", na esfera doméstica e o trabalho abstrato vinculado à produção de valor, portanto, não seriam trabalhos comparáveis, de modo que não haveria base para o cálculo da transferência do tempo de trabalho excedente entre as duas esferas – a não ser que a lei do valor fosse redefinida[111]. Nestes termos, para Molyneux, "uma coisa é produzir uma análise marxista do trabalho doméstico", e outra coisa bem diferente seria tentar incluir o trabalho doméstico no conceito de modo de produção capitalista e nas leis de movimento da economia capitalista[112].

Mais recentemente, Roswitha Scholz apresentou sua interpretação da obra de Marx, na qual condenou a construção teórica dos conceitos de "trabalho abstrato" e de "valor" como fundada em princípios masculinos atrelados a relações sexuais assimétricas. A socialização através da forma valor seria determinada por uma especificação sexual, embora fosse encoberta por um modelo universal e assexuado de trabalho. Precisamente esta ascensão do princípio masculino do trabalho abstrato como um "tautológico fim em si mesmo", teria como resultado "o confinamento doméstico e a repressão da mulher na história ocidental, produzindo, ao fim e ao cabo, a perda da dimensão sensível das relações humanas, a destruição da natureza e a ameaça de guerra nuclear"[113]:

> A constituição do valor sexualmente específica produz, em última instância, a repartição conhecida dos papéis entre os sexos; o "feminino" assim adjudicado torna-se a condição de possibilidade do princípio masculino do "trabalho" abstrato. A assimetria dessa

[109] MOLYNEUX, Maxine. "Beyond the domestic labour debate." In: *New Left Review*, n.116, Londres, jul-ago, 1979, p. 18.
[110] MOLYNEUX, Maxine. "Beyond the domestic labour debate." In: *New Left Review*, n.116, Londres, jul-ago, 1979, p. 20.
[111] MOLYNEUX, Maxine. "Beyond the domestic labour debate." In: *New Left Review*, n.116, Londres, jul-ago, 1979, p.9.
[112] MOLYNEUX, Maxine. "Beyond the domestic labour debate." In: *New Left Review*, n.116, Londres, jul-ago, 1979, p. 20.
[113] SCHOLZ, Roswitha. "O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP. N.45, julho de 1996, p. 16.

> relação, na qual o elemento sensível é marcado como *feminino* e, por isso mesmo, posto de lado e avaliado como inferior, justifica a fórmula algo sensacionalista com que caracterizamos o patriarcado sem sujeito: "o valor é o homem[114].

Deste modo, a "esfera feminina" e as qualidades imputadas às mulheres representariam apenas o outro lado da moeda do trabalho abstrato no patriarcado ligado à forma-valor. As teses que buscam elevar o trabalho doméstico à mesma categoria do trabalho abstrato, procurando determinar o valor do trabalho doméstico e ampliar o conceito de trabalho produtivo, abririam caminho, então, a uma "reificação ainda maior das relações sociais no plano teórico, uma vez que a "produção da vida", assim chamada erroneamente, passa também ela a ser abarcada em categorias que se orientam pela produção de mercadorias" [115]. Assim, de acordo com Scholz, "o movimento feminista não precisa – para dar prova de seu valor (moral e econômico) – tentar a redefinição da atividade feminina em termos de trabalho, já que o "trabalho" é de certo modo a "raiz de todo o mal"[116]. Ao invés de atrelar as mulheres ao trabalho abstrato, Scholz advoga pela formulação de um novo conceito com o qual se possa definir com maior precisão teórica a atividade tradicional da mulher na esfera da reprodução. Assim, através de uma alteração qualitativa da teoria do valor, seria possível elaborar também uma crítica do patriarcado enquanto estrutura de relações sociais assimétricas, estabelecidas em conexão com o trabalho abstrato e a lógica do valor. Se a esfera do trabalho abstrato, com a industrialização e a entrada massiva de mulheres na produção social, deixou de ser propriedade exclusiva dos homens, o pressuposto patriarcal básico da relação de valor, porém, não teria sido com isso eliminado, tornando-se apenas mais precário e conflituoso:

> A despeito de toda atividade remunerada, o "trabalho" abstrato não possui até hoje para as mulheres o mesmo poder fundador de identidade que para os homens. Vê-se que o fetichismo do "trabalho" como "tautológico fim em si mesmo" e os critérios de sucesso por ele implicados estão enraizados na personalidade de cada homem[117].

Esta crítica, segundo a autora, seria suscetível de embasar a luta feminista de ambos os sexos contra as formas de identidade e existência sociais objetivadas e reificadas, derivadas das divisões patriarcais produzidas pelo valor. Neste sentido, a superação do patriarcado consistiria, ao mesmo

---

[114] SCHOLZ, Roswitha. "O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP. N.45, julho de 1996, p.18.
[115] SCHOLZ, Roswitha. "O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP. N.45, julho de 1996, p. 16.
[116] SCHOLZ, Roswitha. "O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP. N.45, julho de 1996, p.16.
[117] SCHOLZ, Roswitha. "O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP. N.45, julho de 1996, p. 34.

tempo, na superação da forma fetichista da mercadoria, pois esta seria o fundamento da dominação patriarcal. O objetivo revolucionário jazeria, portanto, em alcançar "um grau mais elevado de civilização, no qual homens e mulheres sejam capazes de fazer pelas próprias mãos sua história, para além do fetichismo e de suas atribuições sexuais" [118].

O destaque conferido às formas psicológicas e à dimensão ideológica da dominação masculina, internalizada e institucionalizada, também foi um caminho trilhado por autores que procuravam se distanciar do viés econômico. Mesmo repudiando o idealismo feminista, que concebe a opressão patriarcal como fenômeno universal e a-histórico, inúmeros teóricos buscaram conciliar a análise de fatores geralmente concebidos como superestruturais com a perspectiva materialista. A síntese das contribuições de Marx, Althusser e Freud, desenvolvida por Juliet Mitchell, procurou mover-se neste mesmo sentido. Segundo a autora, a família assume um papel de socialização e reprodução das relações sociais hierarquizadas, cuidando para que as crianças aprendam a se autodisciplinarem, a fim de trabalhem de maneira eficiente sem a necessidade de uma supervisão constante. Com efeito, o espaço reprodutivo é visto como uma espécie de imitação "caricata" do mundo produtivo, no qual os filhos são encarados como "produtos". Assim, a procriação se transformaria em uma espécie de substituto do trabalho, isto é, "uma atividade na qual o filho é visto como um objeto criado por sua mãe, do mesmo modo que uma mercadoria é criada por um operário"[119].

A manutenção da mulher em casa e o lugar subalterno que ela ocupa nas sociedades de classe através da injunção das regras da família patriarcal, garantiriam a produção de valores de uso necessários à reprodução biológica da força de trabalho e à conservação de um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Contudo, segundo a autora, a posição das mulheres na esfera econômica, por si só, não seria suficiente para explicar a construção social das diferenças sexuais e seus componentes psíquicos – algo que somente a psicanálise poderia fornecer a chave teórica. A condição feminina, destarte, deveria ser compreendida a partir da análise das estruturas específicas e sobre-determinadas que juntas formam uma unidade complexa.

Assim, conforme assinala Mitchell, a produção, a reprodução, o sexo e a socialização das crianças seriam estruturas autônomas e independentes – embora sejam, em última instância, determinadas economicamente – que comporiam uma "totalidade complexa". A combinação histórica e a inter-relação entre as várias estruturas dariam origem a uma "unidade complexa" da posição feminina, sendo necessário examiná-las separadamente e em profundidade para se entender qual é a presente unidade e como mudá-la [120]. Por este prisma, o "modo de reprodução" não variaria

---

[118] SCHOLZ, Roswitha. "O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP. N.45, julho de 1996, p.36.
[119] MITCHELL, Juliet. *La condición de La mujer.* Barcelona: Editorial Anagrama, 1977, p. 199.
[120] MITCHELL, Juliet. "Women: the longest revolution". In: *New Left Review*, n. 40, Londres, 1966, p. 17.

necessariamente de acordo com o "modo de produção", podendo inclusive continuar efetivamente o mesmo em face às alterações dos diferentes modos de produção. A revolução socialista, portanto, não ocasionaria inevitavelmente uma transformação nas relações de reprodução e no convívio entre os sexos, uma vez que a liberação das mulheres só poderia ser conquistada se todas as quatro estruturas em que estão integradas fossem transformadas. Para tanto, seria preciso atacar o elo mais fraco da combinação, isto é, as estruturas que sejam mais facilmente modificadas, de modo a desencadear uma ruptura conexa ("*unité de rupture*") que transforme todas as estruturas[121]. Neste sentido, a luta por reformas seria concebida como parte da luta revolucionária pela liberdade e pelo socialismo:

> As reivindicações femininas sempre foram apresentadas como reformas. (...) As posições de esquerda que afirmam indubitavelmente que elas o são, não somente mimetizam a atitude da sociedade burguesa, mas também subestimam seriamente o papel do reformismo na política revolucionária. Apenas quando uma teoria e estratégia revolucionárias da opressão feminina que desafiem os governos "democráticos" forem desenvolvidas nós poderemos decidir quais questões são reformas e subordiná-las à luta pela liberdade e pelo socialismo. Na ausência desta estratégia, estas "reformas" podem se tornar a primeira *stepping-stone*[122].

Embora Juliet Mitchell tenha sido muito criticada por encarar produção, reprodução, sexo e socialização como realidades autônomas com dinâmicas próprias, também proporcionou uma renovação dentro da teoria feminista-socialista no tocante às análises sobre as relações entre a ideologia de gênero e a condição econômica das mulheres na sociedade capitalista. Michèle Barrett, por exemplo, considerou sua defesa da validade da psicanálise como a clave para a compreensão de como a feminilidade e a masculinidade são construídas [123]. Para Barrett, a ideologia sexista não deve ser concebida como reflexo das condições materiais de poder e domínio masculinos, nem tampouco como uma manipulação da realidade que serve aos interesses dos homens. Assim, resumir a ideologia à "falsa consciência", a uma derivação de contradições econômicas ao nível mental, seria resvalar para uma concepção mecânica.

Segundo a autora inglesa, "está claro que uma concepção do capitalismo em que todas as formas de ideologia são percebidas como um reflexo da exploração capitalista do trabalho pelo

---

[121] MITCHELL, Juliet. "Women: the longest revolution". In: *New Left Review*, n. 40, Londres, 1966, p. 30.
[122] MITCHELL, Juliet. *Woman's Estate*. Maryland: Penguin Books, 1971, p. 73.
[123] BARRETT, Michèle. "Narcisism and the family: a critique of Lasch". In: *New Left Review*, n. 135, Londres, set-out, 1982.

capital, em que o gênero não toma parte, terá pouca utilidade para uma análise feminista"[124]. Barrett desenvolve então uma crítica tanto à noção de que a ideologia seria tão material quanto as relações econômicas, como à perspectiva de que a economia e a ideologia estão relacionadas em um único sistema de determinação. Neste sentido, propõe a revisão da teoria de Louis Althusser, aliando-a a uma teoria do discurso que leve em conta os efeitos materiais da ideologia de gênero e as condições históricas de produção e reprodução da vida material. Deste modo, ainda que Barrett restrinja a definição do conceito de ideologia a fenômenos mentais – isto é, a processos relacionados à consciência, motivação, emoção e à categorias de significação – ela procura relacioná-lo às práticas históricas e contextos sociais específicos em que ele se apresenta:

> Ideologia é o termo genérico para os processos pelos quais o significado é produzido, desafiado, reproduzido, transformado. Como o significado é negociado primordialmente através dos meios de comunicação e significação é possível sugerir que a produção cultural proporciona um importante lugar para a construção de processos ideológicos. (...) A ideologia está embutida historicamente na prática material, mas isto não significa que a ideologia seja teoricamente indistinguível das práticas materiais ou que ela tem uma relação direta com elas [125].

O processo ideológico vinculado a uma particular formação social, portanto, possui conexão com as relações de produção, sem, no entanto, ser inexoravelmente determinado por elas. A ideologia de gênero não seria um requisito essencial para o funcionamento do capitalismo, mas poderia desempenhar um papel importante para a construção histórica da divisão de trabalho capitalista e a reprodução da força de trabalho. Assim, as ideologias que acompanham a divisão sexual do trabalho e o significado atribuído aos trabalhos de homens e mulheres, podem concorrer para a manutenção do sistema, de forma que:

> A crença de que um homem (branco) tem o "direito" a trabalhar sobre e acima dos direitos das mulheres casadas ou imigrantes tem tido efeitos significativos na organização da força de trabalho. Esta crença tem que ser, então, levada em consideração quando se analisar a

[124] BARRETT, Michèle. "Ideology and the cultural production of gender" (1980). HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 89.

[125] BARRETT, Michèle. "Ideology and the cultural production of gender" (1980). HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 93.

divisão do trabalho, mas seu lugar nas práticas materiais não a torna material [126].

Se a ideologia de gênero desempenha um papel significativo nas relações de produção – através da socialização pelo gênero, do sistema educacional, da fundamentação da participação intermitente e suplementar feminina no trabalho, das definições de competências e habilidades, da destinação feminina ao trabalho doméstico e à maternidade –, para a autora, contudo, a relação de assalariamento e a contradição entre trabalho e capital seriam "*sex-blind*" (cegos ao sexo) e operariam independentemente do gênero [127]. Diferentemente de autoras como Johanna Brenner e Maria Ramas[128], que apresentam a divisão sexual do trabalho como sendo decorrente dos papéis assumidos na reprodução biológica, reservando às mulheres as funções de lactação, gestação, procriação e cuidado com crianças, Barrett considera a divisão sexual do trabalho e a ideologia de gênero como vestígios pré-capitalistas, apropriados e moldados pelas formações sociais capitalistas[129], podendo, assim, ser contestados no plano das representações.

Recorrendo igualmente ao estruturalismo althusseriano, mas dispensando a fundamentação psicanalítica, Martha Gimenez também procurou enfatizar as condições legais e ideológicas que permitiriam a preservação da propriedade capitalista e sua transmissão hereditária. Além da divisão do trabalho, estas condições superestruturais incidiriam também sobre o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres, de modo que fundamentaria as relações de tipo pré-capitalista que promovem o domínio sobre as mulheres como produtoras dos futuros membros da classe. Estas relações são preservadas e reproduzidas sob o capitalismo através de condições superestruturais (legal, ética, religiosa, ideológica, etc.) que a universalizam para todas as classes, obscurecendo as diferenças qualitativas entre elas no processo de definição dos homens como sujeitos legais, políticos e éticos.

Estas condições superestruturais – como, por exemplo, o aparato legal que cerca o casamento, o divórcio e a herança; a moralidade burguesa; as ideologias sobre o aborto, a contracepção e a maternidade, etc. – contribuiriam para criar as circunstâncias em que o controle exercido pela classe capitalista sobre as condições de reprodução de todas as classes aparece como controle exercido pelos homens sobre as mulheres. Por outro lado, o controle de classe sobre os

---

[126] BARRETT, Michèle. "Ideology and the cultural production of gender" (1980). HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 91.

[127] BARRETT, Michèle. "Ideology and the cultural production of gender" (1980). HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p.94.

[128] BRENNER, Johanna; RAMAS, Maria. "Rethinking Women's oppression today". In: *New Left Review*, n. 144, Londres, mar-abr, 1984, p. 33-71.

[129] BARRETT, Michèle. "Rethinking women's oppression: a reply to Brenner and Ramas". In: *New Left Review*, n. 146, Londres, jul-ago, 1984.

meios de produção e sobre as condições para sua própria reprodução como classe alocam os próprios homens e mulheres capitalistas em relações sociais independentemente de suas vontades individuais. Mas, ao contrário da classe trabalhadora, dentro dos lares capitalistas, a divisão do trabalho assegura a completa liberdade das mulheres da rotina e das dimensões servis da reprodução, assim como garante a liberdade parcial da reprodução social:

> Trabalhadores domésticos pagos (dos quais a maioria é provavelmente mulheres) fazem o trabalho de casa, cuidam das crianças e de alguns aspectos da socialização das crianças sob a supervisão direta ou indireta da mulher capitalista, que geralmente delega as tarefas de administração para trabalhadores contratados para este fim. A existência de uma camada de empregados domésticos, majoritariamente composta por mulheres, é, portanto, o suporte básico da quase exclusiva dedicação das mulheres capitalistas à reprodução social diária e geracional (socialização de crianças, atividades sociais que aumentam ou complementam o papel público do marido, etc.), e as características únicas das relações domésticas entre homens e mulheres nos lares capitalistas (...) [130].

Já nas famílias da classe trabalhadora, as responsabilidades domésticas das mulheres e sua opressão econômica reforçar-se-iam mutuamente. O trabalho doméstico, como trabalho socialmente necessário, expandiria os bens e serviços à disposição da classe trabalhadora para além do que pode ser comprado com o salário, mas, ao mesmo tempo, estabeleceria um acesso desigual às condições de reprodução, produzindo relações assimétricas. Segundo Gimenez, é interessante ao capital ter uma força de trabalho dividida, de modo que o antagonismo entre sexos torna-se um dos muitos que o capital utiliza e reforça para seu benefício. Cultivam-se, assim, formas de legitimação e ideologias sobre masculinidade e feminilidade que eclipsam a contradição entre capital e o trabalho e o fato de que ela determina as relações assimétricas entre homens e mulheres da classe trabalhadora. O modo de reprodução da força de trabalho pode então ser corretamente compreendido como uma unidade de opostos, onde laços de cooperação e solidariedade são também laços de dependência enraizados na gama de possibilidades estruturais abertas aos homens e mulheres membros da classe trabalhadora:

> Deve estar claro que não é o poder dos homens da classe trabalhadora (ou o papel reprodutivo das mulheres) que mantém as mulheres como as primordiais agentes da reprodução dentro dos lares da classe

[130] GIMENEZ, Martha. "The oppression of women: a structuralist marxist view."(1978). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 76.

> trabalhadora, nem é o poder dos homens que cria um mercado de trabalho segregado e outras barreiras para a igualdade entre os sexos. É o poder do capital que estabelece relações estruturais aos possíveis meios pelos quais a classe não proprietária pode ter acesso às condições necessárias para sua reprodução diária e geracional, e é a relativa impotência dos homens e mulheres da classe trabalhadora como indivíduos lutando pela sobrevivência que os forçam a estas relações de produção, que são tanto relações de cooperação como relações desiguais de dependência econômica[131].

A nosso ver, embora as análises que se debruçam sobre as formas ideológicas e os aspectos não econômicos vinculados à opressão feminina tenham contribuído para a compreensão da sobrevivência de idéias e concepções pré-capitalistas sobre a identidade e papéis sexuais de homens e mulheres que contradizem o modelo universalista do *homoeconomicus*, tal perspectiva apresenta um sério risco de resvalar para uma concepção idealista e a-histórica que atribui à esfera ideológica uma autonomia e dinâmica próprias, apartadas da realidade material. Como Marx já havia alertado, considerar a moralidade, a religião, a metafísica e as demais formas da consciência como realidades próprias, fundantes do ser social, é elevar a vida social a mero reflexo ou determinação das consciências individuais. O debate entre feministas marxistas a respeito da relação entre a ideologia de gênero e as bases materiais com frequência centrou-se em concepções que ora dissociavam as representações sociais das relações engendradas no âmbito produtivo, ora recaíam na dualidade e separação entre as esferas produtiva e reprodutiva. A totalidade sistêmica é concebida, assim, no plano da abstração e não em termos históricos.

Por outro lado, se autores e autoras taxados de "economicistas" ou "reducionistas" falharam em detectar o sistema de valores e papéis que contribui para reproduzir o modo de produção como um todo, realizaram um válido esforço intelectual para inserir a complexa subordinação feminina na lógica de acumulação capitalista. Graças a esta perspectiva, fenômenos vinculados à vida familiar tiveram seu aspecto econômico desnudado. Desta maneira, tornaram visível o controle da mão de obra feminina e infantil através da instituição casamento – que permite ao capitalismo regular a participação feminina no mundo do trabalho produtivo e a expandir ou reduzir a dimensão do exército de reserva constituído por uma força de trabalho sub-remunerada. Ao mesmo tempo, nos permitiu atentar para a relação entre a suposta "vocação materna natural da mulher", que resulta na sua responsabilização pelas atividades domésticas, e a divisão sexual do trabalho nos espaços produtivos.

---

[131] GIMENEZ, Martha. "The oppression of women: a structuralist marxist view."(1978). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p.80.

Como nos mostra Helena Hirata e Philippe Zarifian[132], considerar o trabalho doméstico como o oposto da objetificação, ou como "forma privilegiada de expressão do amor", baseado na "disponibilidade materna e conjugal" e em relações afetivas, é não somente desconsiderar os gestos repetitivos e os atos cotidianos estafantes de manutenção do lar e da educação dos filhos que são atribuídos exclusivamente às mulheres [133], como a própria dimensão sexuada do trabalho produtivo. Sob este ponto de vista, a entrada das mulheres no mercado de trabalho deve ser compreendida abarcando sua permanente conexão com o trabalho doméstico, pois "para as mulheres, os limites temporais se dobram e multiplicam entre trabalho doméstico e profissional; opressão e exploração se acumulam e articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação entre as esferas da vida – privada, assalariada, política – que regem oficialmente a sociedade moderna"[134]. Sendo assim, podemos concluir juntamente com os autores que "trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classes social e sexo social são categorias indissociáveis"[135].

O trabalho reservado às mulheres na esfera produtiva, bem como a sua precarização e baixa remuneração, refletem sua posição na hierarquia de gênero existente tanto na família quanto no mundo do trabalho. Neste sentido, produção e reprodução condicionam-se reciprocamente, alimentando um padrão de divisão do trabalho que garante a reprodução de todo o sistema social. Esta divisão sexual do trabalho contribui, igualmente, para generalizar e acentuar o processo de precarização do trabalho, que se torna cada vez mais "feminino" em sua caracterização[136] – isto é, com a predominância de ocupações subordinadas que exigem baixa qualificação, pagam baixos salários e são realizados em jornadas parciais.

A opressão da mulher constitui, portanto, inegavelmente um dos pilares de sustentação da sociedade burguesa, o que, todavia, não significa que sua condição de opressão possa ser efetivamente compreendida fora do marco de classe. Embora mulheres oriundas de diferentes

---

[132] HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. "Trabalho (conceito de)". In: *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 251-256.

[133] HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. "Trabalho (conceito de)". In: *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 253.

[134] HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. "Trabalho (conceito de)". In: *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 254.

[135] HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. "Trabalho (conceito de)". In: *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 254.

[136] Hirata, ao analisar as particularidades e metamorfoses que vêm ocorrendo no mundo do trabalho sob a nova forma de organização da produção pós-fordista ou toyotista, destaca a sobrevivência de tal diversidade na gestão da força de trabalho: o trabalho manual, intensivo e repetitivo ainda é predominantemente atribuído às mulheres, sendo que aquele mais dotado de atributos e conhecimentos técnicos é geralmente destinado aos homens. As mudanças na estrutura produtiva, marcada pela flexibilização do trabalho, levariam à revalorização de virtudes antes relacionadas ao caráter feminino (criatividade, polivalência, integração de tarefas, adaptabilidade e capacidade de trabalhar em equipe). (HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002).
Sobre a "feminização" do trabalho confira também: NOGUEIRA, Cláudia, Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão popular, 2006.

classes possam sofrer os efeitos do *status* inferior atribuído ao sexo feminino, sua própria posição subalterna está associada à divisão sexual do trabalho estruturada na sociedade. Sendo assim, como destaca Cecília Toledo, entre a condição de opressão e o capitalismo existe um vínculo indissolúvel:

> A opressão, atitude de se aproveitar das diferenças que existem entre os seres humanos para colocar uns em desvantagem em relação aos outros, gera uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e econômica. A existência de setores oprimidos e marginalizados não é fruto do acaso. É o resultado de um sistema que se assenta na desigualdade e na divisão; numa sociedade dividida em classes e num sistema econômico assentado sobre a exploração, a pilhagem e a submissão de milhões e milhões de seres humanos [137].

Desta forma, a opressão cultural e social das mulheres é combinada à sua exploração econômica, reforçando-se mutuamente. Conforme Toledo, as desigualdades de gênero são alimentadas e aprofundadas a cada dia, de inúmeras formas, para que continuem a servir ao modo de produção dominante. O trabalho doméstico, por exemplo, seria responsável por agravar o processo de alienação vivenciado pela mulher no mercado de trabalho e no conjunto das relações sociais. Além de embrutecê-la, porque lhe toma o tempo ao aprimoramento intelectual e artístico, à participação política e social, separa-a da produção material do conjunto da sociedade ou reserva-lhe um lugar subalterno[138]:

> Seu trabalho é o trabalho alienado em si mesmo, já que nem mercadorias produz. Seu resultado não é concretizado em coisas palpáveis que possam se contrapor à mulher enquanto trabalhadora doméstica. Ela se anula em objetos não-visíveis. É trabalho que se esvai em trabalho. Se a alienação vem com a separação do homem do produto de seu trabalho, um trabalho que não gera produto (como é o caso do trabalho doméstico) só gera trabalho, é um trabalho contínuo, sem fim. (...) Ela trabalha para que ele produza mercadorias, ou seja, para que o trabalho de outrem se fixe no objeto. (...) O trabalho da mulher em casa, então, não se objetiva em nada, portanto, nem mesmo se realizaria efetivamente enquanto trabalho. (...) o trabalho da mulher só pode se efetivar no trabalho do homem, no produto que ele cria; por isso ela é duplamente alienada[139].

---

[137] TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.* São Paulo: Sundermann, 2005, p. 16.
[138] TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.* São Paulo: Sundermann, 2005, p. 54.
[139] TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.* São Paulo: Sundermann, 2005, p. 55.

Se a dupla alienação a que a mulher é submetida constitui um fator importante para a estabilidade do sistema, não é cabível, no entanto, concluir que a sociedade burguesa é incapaz de reproduzir-se sem a estrutura familiar patriarcal. A apropriação do valor produzido pela força de trabalho excedente pelos proprietários dos meios de produção não depende diretamente de esta força de trabalho ser reproduzida e mantida no interior de uma organização privada – a família. Indivíduos isolados, providos ou não de auxílios por parte do Estado, continuam à mercê da venda de sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Historicamente, contudo, a organização familiar ainda permanece regra nas diferentes sociedades industriais, desempenhando um papel ideológico importante, organizando o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva da mulher e moldando a educação das futuras gerações de trabalhadores.

A família nuclear, portanto, conforme atenta o filósofo húngaro István Mészáros, encontra-se "sintonizada com a necessidade de relações flexíveis de propriedade adequadas às condições de alienabilidade e reificação universais", atendendo à exigência essencial da "boa reprodução de uma força de trabalho móvel sem a qual a fase capitalista do desenvolvimento do sistema do capital talvez não funcionasse" [140]. Assim, a família nuclear, tida como "microcosmo" da sociedade, além de deter a função de reprodução da espécie, participa de todas as relações produtivas do "macrocosmo" social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos. Através do estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação, como as inscritas nas relações familiares, mantém-se a ordem sociometabólica existente[141].

O pensador italiano Antonio Gramsci, em sua análise acerca do americanismo e fordismo nas primeiras décadas do século XX[142], nos mostrou as diferentes dimensões em que o modo de vida privado encontrava-se imbricado com a esfera produtiva e com o mecanismo global de acumulação de capital. Gramsci evidenciou, assim, como o taylorismo e a organização fordista do trabalho e da produção tiveram êxito em refrear a combatividade classista por meio da estratégia dos altos salários e da difusão de ideologias proibicionistas entre as famílias operárias. A difusão e inculcação de traços culturais associados a uma nova visão social de mundo, plasmada pelo proibicionismo e pela regulação puritana dos hábitos sexuais, teriam criado práticas individuais e coletivas adequadas à produção em série. Deste modo, através da instrução pública e da propaganda moral, forjou-se um novo modo de vida e de regulação, que intervia diretamente na vida privada dos trabalhadores.

Com efeito, a combinação entre persuasão e coerção possibilitou o surgimento de um novo tipo de trabalhador, cuja força de trabalho seria mais facilmente apropriada e adaptada às necessidades originadas a partir da reorganização do processo produtivo – com a introdução das

[140] MÉSZÀROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 207.
[141] MÉSZÀROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 213.
[142] GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

cadeias de montagem, de novas técnicas e da definição científica dos tempos, dos movimentos e das funções. A implantação do mecanismo de produção fordista exigiu, portanto, um complexo de novas superestruturas, isto é, um "novo ajuste entre estrutura e superestrutura", a fim de "recompor a unidade entre relações sociais de produção e aparelhos de hegemonia" [143].

De acordo com Gramsci, "a vida na indústria demanda um tirocínio generalizado, um processo de adaptação psicofísico a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de hábitos etc., que não é inato, natural, mas que deve ser adquirido" [144]. Para tanto, é preciso que as novas práticas sejam aprendidas e repassadas às gerações vindouras, pois o "novo modo de viver, pensar e sentir a vida" exige um processo longo para generalizar-se[145]. Neste sentido, a família aparece como instância fundamental para a adequação aos novos paradigmas produtivos e à mutação das condições sociais. Através dela é possível consolidar novos hábitos e mentalidades capazes de atender às necessidades dos novos métodos de trabalho fordistas-tayloristas, que demandam uma rígida disciplina dos instintos sexuais, a obediência às rigorosas normas e a cobrança por ordem, exatidão e precisão.

O reforço da família, portanto, permitiria a regulamentação e estabilidade das relações sexuais, garantindo que os extratos populares sejam obrigados a observar a "virtude" e a seguir os preceitos puritanos. Este papel seria ainda incentivado por iniciativas do Estado e dos industriais que promoveriam investigações sobre a vida íntima dos operários, serviços de inspeção em empresas e formas de controle da moralidade dos operários, com o objetivo de conservar, fora do trabalho, certo equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Assim, mantém-se a continuidade da eficiência física, muscular e nervosa, do trabalhador, evitando-se abusos de substâncias como o álcool e as irregularidades das funções sexuais. É de interesse do capitalista, portanto, "ter uma competência estável, um complexo harmonizado permanentemente, porque até o complexo humano – o coletivo trabalhador – de uma empresa é uma máquina que não deve ser desmontada com grande frequência, nem ver renovados os seus pedaços individuais sem grandes perdas" [146].

Logo, para Gramsci, o controle da moralidade e dos costumes dos trabalhadores afeta claramente a produção, sendo a família monogâmica a instituição capaz de trazer estabilidade às relações de produção do "novo industrialismo", já que este

> quer que o homem-trabalhador não desperdice as suas energias na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional. O operário que vai ao trabalho depois de uma noite de extravagância não

[143] GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008, p. 44.
[144] GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008, p. 47.
[145] GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008, p. 69.
[146] GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008, p. 71.

> é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos dos mais perfeitos automatismos. Este complexo de compressões e coerções diretas e indiretas exercitadas sobre a massa obterá indubitavelmente os resultados almejados e gerará uma nova forma de união sexual da qual a monogamia e a estabilidade relativa parecem ser o traço característico fundamental [147].

Teóricos importantes da Escola de Frankfurt também atentaram para a função estabilizadora da família, vislumbrando suas conseqüências para a luta de classes. Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, em análises desenvolvidas a partir da década de 1930, lançaram luz sobre a família, concebendo-a como um espaço de produção da personalidade autoritária. Assim, diante da ascensão do nazismo e do retrocesso nas leis civis durante o regime de Stalin na União Soviética, o exame da dominação de gênero e da instituição familiar ganhou um novo enfoque, passando a repousar sobre os mecanismos psíquicos conscientes e inconscientes que possibilitariam a reprodução do autoritarismo na esfera familiar.

Norteado por tal preocupação o trabalho de Horkheimer intitulado "Autoridade e família"[148] (1936) apresentava a família como o "embrião da cultura burguesa"[149] precisamente por desempenhar um papel decisivo na reprodução dos caracteres humanos tal como os exige a vida social, bem como lhes emprestar, em grande parte, a aptidão imprescindível para o comportamento especificamente autoritário do qual depende amplamente a sobrevivência da ordem burguesa[150]. A seu ver, portanto, a família assumiria a tarefa de educar para o comportamento autoritário através do estímulo à sujeição, obediência e subordinação, calcado na naturalização do poder patriarcal. Este poder seria manifestado na legitimação de uma posição econômica hierarquicamente superior e na utilização juridicamente secundada de sua força física no espaço privado:

> Graças à divisão espaço-temporal entre vida profissional e familiar, todo pai burguês, mesmo que na vida social ocupe uma posição mesquinha e tenha de curvar o espinhaço, pode agora aparecer em casa como senhor e exercer a função sumamente importante de acostumar os filhos à humildade e obediência. Assim, é possível que, não só das camadas de alta burguesia, mas também de muitos grupos

---

[147] GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008, p.73.
[148] HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva; USP, 1990.
[149] HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva; USP, 1990, p.236.
[150] HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva; USP, 1990, p.214. "A transformação do homem na economia em mera função de uma grandeza econômica, do capital, ou de um trabalho manual ou intelectual exigido pela técnica, de fato continua também na família, na medida em que o pai se converte num provedor, a mulher num objeto sexual ou numa escrava doméstica e os filhos em herdeiros da fortuna ou em garantes vivos dos quais se espera que devolvam mais tarde com juros todos os trabalhos despendidos" (Idem, p.225).

> de trabalhadores e empregados, surjam sempre novas gerações que não questionem a estrutura do sistema econômico e social, mas o aceitem como natural e eterno e deixem ainda que seu descontentamento e rebelião se transformem em forças executantes da ordem vigente.[151]

Em sua análise, Horkheimer agrega ainda conceitos oriundos da psicanálise – tais como "repressão" e "sublimação" – no intuito de compreender o processo de formação do caráter autoritário. Recorrendo à moderna psicologia, conclui que as realizações culturais dos homens convertem a autoridade num hábito. A submissão da mulher ao homem reforçaria a autoridade estabelecida, redundando na renuncia a qualquer resistência. Desta forma, a subordinação feminina aprisionaria importantes energias psíquicas que poderiam beneficiar a reestruturação ativa do mundo[152]:

> Se com isso a família atual, por força das relações humanas determinadas pela mulher, constitui um reservatório de forças de resistência contra a total desumanização do mundo e contém em si mesma um elemento anti-autoritário, certamente a mulher, graças à sua dependência, mudou sua própria maneira de ser. Ao se colocar social e juridicamente sob a tutela do homem e ao depender dele, experimentando, portanto, em si própria a lei desta sociedade anárquica, sua própria realização está sendo continuamente bloqueada. O homem, e nomeadamente aquele marcado pelas circunstâncias vigentes, domina-a de duas maneiras: porque a vida social é gerida essencialmente pelos homens e porque é o homem quem preside a família. Esta relação de dependência não foi interrompida nos países civilizados desde aquela revolução primitiva[153].

Herbert Marcuse também considerou a esfera da família como dependente do processo capitalista de produção, estando envolvida no processo de produção e reprodução material. A própria idéia da hereditariedade seria um dos elementos mais eficazes por meio dos quais a família é ligada à ordem social e o sistema de propriedade que a protege. Logo, a realidade da família burguesa, como todas as formas de vida no capitalismo, seria condicionada pelo caráter da economia de mercado; ela entraria na contabilidade geral como um "bem", com seus custos e

---

[151] HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva; USP, 1990, p. 221.
[152] HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva; USP, 1990, p. 230.
[153] HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva; USP, 1990, p.229.

gastos, lucro e mais-valia específicos[154]. A exploração do trabalho das mulheres e das crianças teria destruído os fundamentos da antiga família, de modo que "à exploração geral e crescente se acrescenta como que uma exploração adicional da mulher e das crianças pelo pai, exploração essa que chega até a venda[155]".

A família assume, assim, uma posição decisiva no âmbito do sistema social da autoridade, sendo "a imagem original de toda dominação social"[156]. Nela são transmitidos dogmas e preconceitos que fariam parte da base da sociedade, pois garantiriam a dominação autoritária do capital sobre o trabalho que resulta na produção do maior montante possível de mais-valia, isto é, da maior exploração possível da força de trabalho do trabalhador assalariado:

> A autoridade que decorre do poder econômico se apresenta a eles como a autoridade pessoal do capitalista, que "como poder de uma vontade estranha submete a ação deles ao seu objetivo". A coisificação se transforma em uma falsa personificação: o dirigente casual do processo de trabalho já tem sempre a autoridade que só poderia decorrer da direção real do processo de trabalho. O capitalista possui e utiliza sua autoridade essencialmente como "personificação do capital"; sua autoridade pessoal diante dos trabalhadores é apenas "a personificação das condições de trabalho em relação ao trabalho"[157].

Desta maneira, como Marcuse nos mostra, "da mesma forma que as funções fisiológicas, também os valores espirituais são relacionados necessariamente aos interesses econômicos; em sua forma convertida em costume e comodidade eles dominam inteiramente a convivência cotidiana"[158]. Com efeito, a forma específica do processo de trabalho capitalista determina a forma das relações de autoridade vigentes na sociedade, inclusive no seio da família. Assim, a família não se apresenta como o fundamento moral do sistema social de dominação, mas sim uma formação histórica vinculada às relações de produção do modo de produção vigente:

> O conceito de família é uma abstração indiferente (que, aliás, tem um sentido ideológico preciso como eternização e generalização de uma determinada forma singular de família); trata-se da forma da pequena família patriarcal e monogâmica que surge de um longo desenvolvimento histórico e em um estágio determinado do processo social, transformada em objeto como um elemento importante desse

[154] MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.145.
[155] MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.147.
[156] MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 125.
[157] MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.137.
[158] MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 146.

> processo. Marx distingue a aparência ideológica da família burguesa de sua realidade material, ao passo que a teoria até então havia unificado ambas as coisas [159].

Em sua análise acerca da indústria cultural, Theodor Adorno reflete igualmente sobre a força despótica da dominação capitalista sobre a vida privada dos trabalhadores. O domínio autoritário do capital invadiria a mente dos indivíduos regulando o consumo tanto na vida material como na espiritual[160]. O tempo "livre" do trabalho passa a ser concebido como uma extensão do tempo de trabalho, "acorrentado ao seu oposto". Deste modo, a subordinação às necessidades do capital leva a que os trabalhadores "nem em seu trabalho, nem em sua consciência dispõem de si mesmos com real liberdade" [161]. A internalização das normas e da moral do trabalho vigente faz com que o trabalhador utilize seu "tempo livre" para repor sua força de trabalho, reproduzindo formas de comportamento próprias do trabalho. Assim, sua vida é reduzida à dimensão do trabalho, subordinada ao processo de reificação:

> Como, segundo a moral do trabalho vigente, o tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho, o tempo livre do trabalho – precisamente porque é um mero apêndice do trabalho – vem a ser separado deste com zelo puritano. Aqui nos deparamos com um esquema de conduta do caráter burguês. Por um lado, deve-se estar concentrado no trabalho, não se distrair, não cometer disparates; sobre essa base, repousou outrora o trabalho assalariado, e suas normas foram internalizadas. Por outro lado, deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho. Esta é a razão da imbecilidade de muitas ocupações do tempo livre. Por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas. (...) Toda mescla, aliás, toda falta de distinção nítida, inequívoca, torna-se suspeita ao espírito dominante. Essa rígida divisão da vida em duas metades enaltece a coisificação que entrementes subjugou quase completamente o tempo livre [162].

Podemos inferir, portanto, que longe de ser um espaço de liberdade, criatividade e expressão afetiva, a vida "privada", fora do trabalho, reflete os comportamentos e formas de consciência

---

[159] MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 145.
[160] ADORNO, Theodor. "Tempo livre". In: *Indústria cultural e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.124.
[161] ADORNO, Theodor. "Tempo livre". In: *Indústria cultural e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.112.
[162] ADORNO, Theodor. "Tempo livre". In: *Indústria cultural e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.116.

presentes na esfera produtiva. A família como "refúgio", então, não passa de uma representação ideológica que contribui para que as suas contradições internas sejam obscurecidas ou aparentem ter vida própria, dissociada das relações de produção. Por conseguinte, em concordância com a afirmação de Frigga Haug, "podemos assumir que o desenvolvimento das forças produtivas, do progresso, e da acumulação de riquezas se relaciona com a esfera da produção dos meios de vida, que portanto parece ter prioridade, subordina a esfera de vida como uma pressuposição e um resultado" [163]. Devemos considerar, assim, as diferentes maneiras pelas quais o desenvolvimento das forças produtivas se introduz na produção da vida em si mesma, seja na reprodução da vida como forma de mercadoria, seja pela utilização do corpo da mulher como matéria-prima para a produção, ou ainda pela subordinação da moral às exigências das relações de produção em seu modo capitalista de orientação utilitária [164].

Seguindo o argumento de Haug, é importante considerarmos as relações de gênero como relações de produção, reconhecendo o emprego de relações de gênero no nível do conjunto total como um fundamento de acumulação capitalista, isto é, entendendo a função da divisão do trabalho entre o lar e a indústria e, com isso, o papel das relações de gênero na reprodução da sociedade capitalista. Neste sentido, o gênero se converte em uma categoria que ajuda a reproduzir o conjunto das relações sociais, não sendo mais uma questão acessória, estritamente privada:

> Sustento que todas as práticas na sociedade estão determinadas por relações de gênero – têm um subtexto de gênero-, sendo, por isso, colocadas em chave de dominação e que, portanto, devemos incluí-las em qualquer análise e compreensão da sociedade. Isso se fundamenta em uma produção social dupla, na medida em que produz a vida e os meios de vida. Já sabemos que a produção da vida se refere à própria vida como também à procriação; chamamos essas duas produções de reprodução, embora este seja um conceito errôneo já que a produção dos meios de vida deve também ser reproduzida, na forma de capital, matérias primas, força de trabalho, etc. Por conseguinte, a diferença não é entre produção e reprodução, mas sim entre vida e meios de vida, e preferiria falar não de reprodução, mas sim de sustento de vida (subsistência) e desenvolvimento de atividades vitais[165].

---

[163] HAUG, Frigga. "Para uma teoria das relações de gênero". In: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectiva*s. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 322.
[164] HAUG, Frigga. "Para uma teoria das relações de gênero". In: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectiva*s. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 322.
[165] HAUG, Frigga. "Para uma teoria das relações de gênero". In: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectiva*s. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 321.

Como a autora aduz, produção e reprodução são inseparáveis, compondo a totalidade da organização da produção dos meios de vida. Por conseguinte, um determinado modo de produção leva sempre aparelhado um determinado modo de cooperação que abarca a soma das forças produtivas acessíveis ao homem e condiciona o estado social [166]. A específica divisão social e doméstica do trabalho compõe o complexo de relações sociais inscritas em um modo de produção em dado momento histórico, determinando igualmente um padrão de dominação nas relações de gênero [167]. Logo, pensar em relações de gênero como relações de produção, implica em considerar a multiplicidade de práticas que concorrem para a reprodução do conjunto social.

As relações de gênero, portanto, tal como as relações de produção, devem ser percebidas como aspectos da prática social através das quais a produção dos meios de vida é socializada. Neste sentido, a nosso ver, o conceito de Marx de cooperação, que leva em conta um número relativamente grande de trabalhadores sob o comando de um mesmo capitalista, deve ser analisado em suas conexões com a divisão do trabalho fora da produção direta de valor.

De acordo com Marx, a cooperação seria o mecanismo social de produção composto de muitos trabalhadores parciais individuais submetidos ao comando e à disciplina do capital e inseridos numa graduação hierárquica[168]:

> A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação. (...) O efeito do trabalhado combinado não poderia neste caso ser produzido no todo pelo trabalho individual ou apenas em períodos de tempo muito mais longos ou somente em ínfima escala. Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas [169].

Neste processo de produção, a força produtiva originada da combinação dos trabalhos aparece como "um modo específico de existência do capital"[170]. O trabalhador individual é mutilado, sendo convertido em trabalhador parcial, membro de um organismo que trabalha e que compõe a força produtiva do capital. A sua agrupação e combinação em um mecanismo global dá

---

[166] HAUG, Frigga. "Para uma teoria das relações de gênero". In: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 315.
[167] HAUG, Frigga. "Para uma teoria das relações de gênero". In: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 317.
[168] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 282.
[169] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 259.
[170] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 264.

forma à organização do trabalho social capitalista, permitindo o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho a fim de garantir a maior autovalorização possível do capital. O emprego simultâneo de muitas jornadas combinadas de trabalho em diferentes fases do processo de trabalho permite a divisão do trabalho em operações individuais que formam partes contínuas de uma operação global, além de possibilitar a extensão do espaço em que se realiza o trabalho. Deste modo, o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial, desenvolvendo sua atividade produtiva como acessório da oficina capitalista, incapacitado em sua qualidade natural de fazer algo autônomo. Nas palavras de Marx, "como o povo eleito levava escrito na fonte que era propriedade de Jeová, assim a divisão do trabalho marca o trabalhador manufatureiro com ferro em brasa, como propriedade do capital" [171].

Nota-se, assim, que a análise de Marx não pretende enxergar o trabalho produtivo individual de forma isolada, inserindo-o no contexto mais amplo das relações sociais de produção em sua totalidade. Conforme esboçado em seus "Manuscritos Econômicos", escritos entre 1861 e 1863, os trabalhadores individuais, subsumidos ao capital, tornam-se elementos das formações sociais, de modo que as formas sociais de seu próprio trabalho são relações constituídas de maneira independente deles próprios. Como estruturas e combinações pertencentes ao capital, distintas da força de trabalho individual, as formas sociais de trabalho modificam a própria força de trabalho, tornando-a impotente para a ação autônoma[172]. Neste sentido, Marx destaca que, com o desenvolvimento da subordinação real do trabalho ao capital ou do modo especificamente capitalista, não é o operário individual que se converte no agente real do processo de trabalho no seu conjunto, mas sim uma capacidade de trabalho socialmente combinada:

> como as diversas capacidades de trabalham que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente do processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso, de produtos – um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor, engenheiro, técnico etc., aquele como capataz, aquele outro como operário manual ou até como simples servente – temos que são cada vez em maior número as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito de trabalho produtivo imediato, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e de produção. Se se considerar o trabalhador coletivo constituído pela oficina, a sua atividade combinada realiza-se materialmente e de maneira direta num produto total que, simultaneamente, é uma massa total de mercadorias e aqui é

[171] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 283.
[172] MARX, Karl. *Teorias da Mais Valia*. Volume 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, p. 384-406.

> absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. Porém, então, a atividade desta capacidade de trabalho coletiva é o seu consumo direto pelo capital, ou por outra, o processo de autovalorização do capital, a produção direta de mais-valia e daí, como se há de analisar adiante, a transformação direta da mesma em capital.[173]

Mas, se a cooperação dos assalariados na produção imediata é um efeito do capital, de modo que "a conexão de suas funções e sua unidade como corpo total produtivo situa-se fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos"[174], não se pode perder de vista a complementaridade e a conexão destes trabalhos com aqueles não subordinados diretamente à autoridade capitalista. Embora não caiba a dilatação do conceito de trabalho produtivo, no sentido de abarcar trabalhos não produtores de mais-valia, sob o risco de se comprometer o entendimento do processo de acumulação capitalista, também não é adequado encarar o trabalho coletivo como suficiente para a reprodução do modo de produção. Estando as esferas não-produtivas atreladas à produção capitalista, vista em sua totalidade, podemos inferir, então, em assonância com as análises marxianas, que as atividades voltadas para a manutenção dos trabalhadores podem ser concebidas como sendo igualmente indispensáveis para a reprodução do sistema como um todo. Conforme Marx esclarece, sob o modo de produção capitalista, produção e reprodução apresentam-se como partes do mesmo processo global de valorização:

> Se a produção tem forma capitalista, então a terá a reprodução. Como no modo de produção capitalista o processo de trabalho só aparece como um meio para o processo de valorização, assim a reprodução aparece apenas como um meio para reproduzir o valor adiantado como capital, isto é, como valor que se valoriza [175].

A participação feminina na indústria social, ainda que indireta, através do trabalho doméstico, não pode ser concebida isoladamente. Por esta razão, mesmo que não componham o corpo de trabalho social que atua no processo produtivo – que depende da articulação de muitos processos de trabalho individuais, dispersos e independentes entre si, formando um processo de trabalho social combinado – as mulheres que desempenham trabalhos domésticos fazem parte do exército proletário, na medida em que participam do trabalho global, tendo sua força de trabalho

---

[173] MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004, p.110.
[174] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 263.
[175] MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1, Tomo 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.153.

simultaneamente explorada. Deste modo, como Frigga Haugg depreende, "o entrelaçado da exploração capitalista e uma específica divisão do trabalho em relações de gênero históricas mostram que entre outros tipos de opressão, a produção capitalista se apóia na opressão da mulher"[176].

Neste aspecto, não compartilhamos do entendimento de Sérgio Lessa, que oferece uma conceitualização bastante restritiva de proletariado, que abarca basicamente trabalhadores produtivos manuais que compõe o trabalho coletivo, a seu ver os únicos a pertencerem a uma classe rigorosamente não-parasitária da sociedade capitalista, cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes [177]:

> No modo de produção capitalista maduro, é a parte dos trabalhadores assalariados que exerce a função social do intercâmbio orgânico com a natureza, no contexto da "oposição como inimigos" de classe do trabalho manual com o trabalho intelectual. (...) Para Marx não há trabalhador coletivo que não tenha por função social a transformação da natureza para produzir os meios de produção e subsistência sem os quais não há qualquer sociabilidade[178].

Se considerarmos somente o "trabalhador coletivo" – isto é, trabalhadores envolvidos em uma multiplicidade de operações semelhantes como partes de uma operação global contínua – como proletários, não há como conciliar as análises de Marx acerca do desenvolvimento das forças produtivas e a tendência social à bipolarização das classes, pois, diante dos avanços técnicos, os trabalhadores que executam o intercâmbio orgânico do homem com a natureza tenderiam cada vez mais a um número reduzido, devido à sua substituição por máquinas.

Nesta medida, a distinção teórica entre classe proletária e classe trabalhadora, em virtude de sua função social ou inserção na estrutura produtiva, e a particularização da primeira como "verdadeiro sujeito revolucionário" podem conduzir a um grave problema que Marx e Engels certamente desejariam evitar, qual seja, a fragmentação política dos trabalhadores. Com efeito, desconsiderar a dimensão política da consciência de classe, fazendo a identidade de classe depender exclusivamente da posição ocupada na estrutura produtiva torna-se problemático em termos práticos, uma vez que já excluiria de antemão um enorme contingente de trabalhadores sazonais, terceirizados ou que se encontram no exército industrial de reserva, para citar apenas alguns exemplos.

---

[176] HAUG, Frigga. "Para uma teoria das relações de gênero". In: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 317.
[177] LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 181.
[178] LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 100.

Embora em termos analíticos as distinções e diferenciações entre os trabalhadores e sua participação individual na produção do conteúdo da riqueza social sejam relevantes, tirar conclusões políticas a partir deste fato é reduzir a práxis social à forma material específica assumida pelo dispêndio da força de trabalho individual. Assim, ao anunciar simplesmente que "os setores assalariados não proletários, por terem na riqueza que a burguesia expropria dos proletários a fonte de sua propriedade privada e dos seus salários, possuem também uma forte ligação com a manutenção do capitalismo"[179], as relações de produção nas quais eles estão imersos são colocadas em segundo plano. Os assalariados não-proletários, deste ponto de vista, possuiriam "identidades e contradições tanto com a burguesia como com o proletariado", pois não viveriam do "conteúdo material da riqueza" produzida pelo seu trabalho[180].

A perspectiva de Lessa, portanto, não sopesa a íntima relação existente tanto entre os diversos trabalhos produtivos, quanto entre os trabalhos produtivos e improdutivos nas sociedades industriais avançadas. Justamente este fator foi objeto de exame de Adam Przeworski, que concluiu:

> Na análise de Marx, também o trabalho dos empregados no comércio, embora não crie mais-valia, permite ao comerciante capitalista apropriar-se da mais-valia sem pagar aos empregados o equivalente total do seu trabalho. Neste sentido, ambas as categorias – **a reprodutiva e a de serviços** – embora vivendo à custa do excedente produzido pelos trabalhadores, estão **separadas dos meios de produção, forçadas a vender sua força de trabalho e, neste sentido particular, exploradas pelo capitalista** [grifo nosso]. Isto produz uma comunhão de interesses definida em termos de uma série de características secundárias, principalmente de natureza distributiva, e leva à noção da massa trabalhadora, o equivalente moderno das "*classes labourieuses*". Assim definida, a classe trabalhadora é suficientemente ampla para constituir a classe trabalhadora em maioria[181].

Edward P. Thompson também ressaltou a dificuldade de se ajustar a diversidade de ocupações e a complexidade das formas de trabalho a uma concepção estrutural rígida e fechada de classe, ancorada exclusivamente na estratificação. Neste sentido, o conceito de classes desenvolvido por Thompson, que a apreende enquanto relação e processo, parece resgatar a dimensão histórica ausente no modelo anterior. Assim, enfatiza que as relações objetivas com os meios de produção

---

[179] LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 180.
[180] LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 180.
[181] PRZEWORSKI, Adam. "O processo de formação das classes". In: *Revista Dados*, n.16. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1977, p.24.

são significativas na medida em que estabelecem situações antagônicas que acabam por gerar experiências subjetivas de luta e conflito. Ou seja, é a experiência comum de resistência à exploração que reúne grupos heterogêneos em uma classe. As formações de classe e a descoberta da consciência de classe se desenvolvem, portanto, a partir do processo de luta, à medida que as pessoas "vivem" e "trabalham" suas situações de classe[182].

Com efeito, a grande diversidade no interior do mundo do trabalho, que engloba uma imensa gama de trabalhadores nos mais diferentes postos e regimes de trabalho, percebendo rendas variadas, não obstaculizaria a sua união em uma única classe social. Não obstante, como Maria Lygia Quartim de Moraes explicita, se para os trabalhadores em seu conjunto a contradição própria à produção capitalista não é um dado imediato, facilmente apreensível, no caso das mulheres das classes trabalhadoras a dificuldade se duplica, pois, "para entender o verdadeiro caráter de sua inserção na esfera produtiva, é preciso que compreenda também sua sujeição enquanto sexo feminino"[183]:

> O caráter coletivo da atividade produtiva que faz com que milhares de indivíduos compartilhem de uma mesma experiência diária de trabalho, sob as leis que regem a produção capitalista, permite a confraternização, a consciência de interesses comuns. Nesta medida, a inserção da mulher na esfera produtiva significa um importante passo adiante na tomada de consciência de sua inferioridade econômica e social. Mas é também neste momento que a adaptação ideológica da mulher (seu "condicionamento social") à mística do "sexo frágil", imposta por nossa sociedade, põe à descoberto os entraves existentes à própria solidariedade das classes trabalhadoras. Isto é, assimilando a esfera doméstica como própria a seu sexo, as mulheres enfrentam a esfera produtiva (e a pública em geral) a partir da perspectiva de sua família, de seus maridos e filhos que constituem os meios e os fins socialmente estabelecidos de sua realização como indivíduo[184].

Deste modo, pode-se concluir que as mulheres (e homens) que desempenham atividades reprodutivas não se encontram descoladas da "experiência de classe", muito embora estejam submetidas a formas brutais de alienação. Mesmo quando alijadas do processo de produção, constituindo uma força auxiliar na reprodução do capital, encontram-se subordinadas a ele, compartilhando da sorte dos membros assalariados da família. Isto também se aplica às mulheres que compõem a família burguesa: ainda que não possuam propriedade e se encontrem em uma

[182] THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
[183] MORAES, Maria Lygia. "A questão feminina". In: *Estudos CEBRAP*. N. 16. São Paulo: CEBRAP, 1976, p.159.
[184] MORAES, Maria Lygia. "A questão feminina". In: *Estudos CEBRAP*. N. 16. São Paulo: CEBRAP, 1976, p. 164.

posição subordinada dentro do lar, sua vivência às aproxima da classe capitalista, partilhando do interesse na continuidade da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. Porém, convém mencionar, seu pertencimento à classe burguesa não implica, necessariamente, em seu ingresso na luta de classes como opositoras das classes trabalhadoras, pois, como Marx e Engels elucidam no "Manifesto do Partido Comunista", diante da intensificação da luta de classes, uma fração da classe dominante – "especialmente a parte dos ideólogos burgueses que chegaram à compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto" – se desliga desta, ligando-se à classe revolucionária[185]. Neste sentido, a opressão feminina e o controle sobre sua força de trabalho e sua capacidade reprodutiva por parte dos homens de sua própria classe podem conduzir à percepção das contradições sistêmicas e ao desenvolvimento de uma empatia e solidariedade em relação às demais formas de opressão e exploração existentes na sociedade.

Finalmente, como pretendemos mostrar, a dimensão reprodutiva não pode ser devidamente compreendida apartada da produção social, uma vez que é sua premissa e condição fundamental. A família, por conseguinte, não é uma instituição autônoma e independente, não cabendo a separação tradicional no pensamento moderno entre as esferas pública e privada. Devemos considerar o fato de que a apropriação privada do trabalho doméstico e os papéis e estereótipos atribuídos às mulheres contribuem para estruturar o modo de produção através da permanência de configurações de divisão sexual do trabalho dentro e fora da indústria. Como aduz Clara Araújo, a exploração de classe articula-se com a opressão de gênero, ainda que os processos de trabalho ganhem uma aparência naturalizada, tornando-se gradativamente elementos "coisificados" e exteriores aos indivíduos que deles compartilham[186].

Sendo assim, a dominação patriarcal e a dominação capitalista constituem duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida, colaborando para a manutenção de determinada ordem social. Conquanto, a dominação feminina seja anterior ao advento do capitalismo, este tende a captar e acentuar as contradições existentes em qualquer sociedade baseada na propriedade privada em proveito da acumulação capitalista – sejam elas baseadas em distinções de sexo, raça, etnia, religião, nacionalidade, ou qualquer outro critério.

Diante da análise da vasta produção teórica dentro do campo materialista histórico acerca da subordinação e exploração das mulheres, a crítica de feministas contemporâneas como Andrea Nye[187] de que a teoria marxista teria relegado a questão das mulheres à "periferia" [188], estando preso

---

[185] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.49.

[186] ARAÚJO, Clara. "Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero". In: *Crítica Marxista*. n.11. São Paulo: Boitempo, 2000, p.67.

[187] Professora de filosofia e teoria feminista da University of Wisconsin-Whitewater.

[188]"O marxismo deixa de lado as questões da família e do sexo por se tratarem de assuntos privados e nada terem a ver com a produção. A teoria marxista explica as relações sociais com referência aos arranjos econômicos nos quais o trabalho é vendido por salários e um produto manufaturado é vendido por lucro. Não só muitas mulheres vivem e trabalham no lar, fora desses arranjos "econômicos", como também mulheres trabalhadoras são definidas, em seu

a um "economicismo estreito"[189] – de modo que não ofereceria instrumentos teóricos para a compreensão do papel secundário das mulheres na família, sua exploração nos meios de comunicação de massa, seu constrangimento sexual e vitimização –, não encontra fundamento. Neste aspecto concordamos com Lise Vogel, que considera que a origem de grande parte das críticas direcionadas ao marxismo, reside justamente na apropriação e vulgarização de uma vertente específica da teoria marxista de caráter determinista, que contribuiria para ocultar a potencialidade do marxismo para a compreensão da questão da opressão das mulheres[190].

A contribuição mais importante derivada da teoria marxista reside justamente em sua perspectiva histórica, dialética e totalizante. A partir desta perspectiva, o "patriarcado" adquire um significado histórico determinado e concreto, no qual a família constitui uma unidade de produção sob o domínio do pai – não sendo concebido como um sistema abstrato de dominação política das mulheres pelos homens que assumiria a mesma forma em todas as sociedades.

Malgrado as relações patriarcais possam compor o complexo de relações sociais vigentes em determinado modo de produção, contribuindo para estruturá-lo e reproduzi-lo, o patriarcado em si não constitui um sistema próprio e autônomo. Neste sentido, o marxismo tende a se diferenciar de análises que encaram o "modo de reprodução" e o "modo de produção" como realidades separadas que podem ou não reforçar-se mutuamente, compondo um dualismo sistêmico. No ponto seguinte examinaremos precisamente esta posição teórica que ganhou espaço entre feministas contemporâneas dentro do espectro da esquerda política.

---

detrimento no mercado de trabalho, pelas funções domésticas de mãe ou esposa. Portanto, a opressão das mulheres permanece fora da mecânica da explicação marxista e da prática revolucionária marxista, sujeita à restauração sentimental de Engels e Bebel da família socialista" (NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem.* Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 74).

[189] "O marxismo já não oferece uma explanação histórica da opressão das mulheres ou um modo de situar a opressão em realidades materiais específicas; nem oferece um programa de ação. As representações da feminilidade ou da masculinidade – seja na mente das pessoas, ou na cultura popular, ou na ciência ou na filosofia – devem ser examinadas independentemente de serem burguesas ou proletárias (...) Não é o caso que a teoria marxista omita certa espécie de opressão por um lapso que possa ser corrigido por simples ampliação de conceitos marxistas tais como "reprodução" e "ideologia": qualquer desses conceitos permanece estreitamente econômico na aplicação e por isso não abrangem a situação das mulheres. Ou então são ampliados a ponto de ficarem vazios. A teoria marxista não pode analisar a reprodução da personalidade humana na família porque na teoria marxista não são as personalidades as responsáveis pela mudança social. A teoria marxista não pode explicar a dinâmica das relações familiares porque na teoria marxista as relações são uma conseqüência do modo de produção. A teoria marxista não pode dar uma análise textual de filmes populares, porque no marxismo os textos devem refletir realidades econômicas" (NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 82-83).

[190] VOGEL, Lise. "Marxism and feminism: unhappy marriage, trial separation or something else?". In: SARGENT, Lydia (org.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism.* Boston: South End Press, 1981.

1.3. Capitalismo e patriarcado: dualismo sistêmico?

A alegação de que o marxismo não daria a devida atenção à esfera reprodutiva e às relações sociais que têm lugar na família se tornou muito comum entre feministas da segunda metade do século XX, particularmente aquelas influenciadas pelo "feminismo radical", associado ao movimento de liberação feminina nos Estados Unidos e Europa. As tentativas de contornar as supostas incongruências ou lacunas do marxismo conduziram muitos autores e autoras a conciliarem as análises econômicas da teoria marxista clássica com teorias que procuram enfocar um sistema de dominação masculino que operaria de modo paralelo e independente do modo de produção. Esta perspectiva, conhecida como a "teoria dos sistemas duais", assumiu diferentes contornos e versões, embora mantivesse as mesmas características fundamentais, sendo a mais relevante destas precisamente a retomada da separação entre produção e reprodução social.

De modo paradoxal, muitos teóricos buscaram justificar a separação entre "modo de produção" e "modo de reprodução" com base no prefácio à primeira edição de "As origens da família, da propriedade e do Estado", no qual Engels estabelece a diferenciação entre a produção de meios de subsistência e a produção do próprio homem. Desta maneira, fazem uma interpretação particular e descontextualizada da afirmação de que "a ordem social em que vivem os homens de determinada época histórica e de determinado país está condicionada por esses dois tipos de produção: de um lado, pelo grau de desenvolvimento do trabalho e, de outro, pela família" [191]. Ao invés de considerarem os dois tipos de produção como dimensões do mesmo modo de produção e organização da vida, estes autores passaram a encará-los como dois modos de produção relativamente autônomos que teriam origens e desenvolvimentos próprios.

Não obstante o apelo às obras de Marx e Engels, de acordo com os teóricos dos sistemas duais, o marxismo tradicional não seria capaz de compreender adequadamente as bases, origens, estrutura e dinâmicas referentes à opressão das mulheres. Neste sentido, seria necessário suplementar a teoria marxista da sociedade de classes com elementos da análise sobre a "sociedade sexista". A síntese entre o marxismo e o feminismo radical produziu, no entanto, uma teoria universalista, idealista e a-histórica, que tende a enxergar a opressão das mulheres como um sistema de dominação à parte. A produção da opressão específica de gênero, portanto, não estaria diretamente atrelada ao modo de produção, regendo-se por uma lógica própria que ordenaria as relações familiares, estabelecendo divisões hierárquicas, padrões de conduta e formas de representação que concretamente se manifestariam na dominação das mulheres pelos homens em todas as camadas sociais.

[191] ENGELS, F. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000, p. 11- 12.

Partindo da premissa de que o sistema de dominação masculina é estruturalmente independente das relações de produção, chegou-se à conclusão de que a luta das mulheres deveria ser travada de forma destacada da luta anticapitalista. Seguindo o entendimento de feministas como Kate Millett[192], o antagonismo de classe ficaria em segundo plano, sendo substituído pelo antagonismo entre homens e mulheres. A sobreposição de dominações isoladas – a capitalista e a patriarcal – não conduziria, assim, à unificação das lutas, sendo necessário congregar as mulheres em um grupo coeso, indiferente a divisões de classes, para combater uma estrutura ideológica e psicológica patriarcal e o sistema de relações sociais de produção (ou "reprodução") encontrados na família. Assim, para os defensores da teoria dos sistemas duais, o movimento socialista não seria o meio mais suscetível de gerar novas formas de organização e uma nova estrutura social de gênero, mas sim o movimento feminista.

Dentre as primeiras autoras a atribuírem uma autonomia relativa ao "modo de reprodução", está Juliet Mitchell. Para a autora, o marxismo ortodoxo teria tornado invisível o "modo de reprodução" ao tratar a família como se esta fosse "natural e biológica e, pois, inevitável"[193]. Mitchell, assim, chamara atenção para a desintegração e a disfunção da unidade familiar, geradas por mudanças na base material do modo de reprodução. A "mística da maternidade", útil à organização e controle da produção, estaria cada vez mais abalada:

> Embora possa ser exigida uma socialização na família mais extensa e concentrada para produzir trabalhadores com as devidas qualificações e a disciplina para operar em organizações hierárquicas, as mulheres viram-se ainda menos ocupadas com a reprodução e os cuidados infantis. Foi necessária uma mística ilusória da maternidade para manter as mulheres no lar. (...) A família, ao satisfazer apenas um desejo anacrônico de propriedade privada eliminada numa produção socializada sob controle de uns poucos capitalistas, tinha de continuar unida pelas mulheres. A impossibilidade dessa tarefa poderia levar à ação revolucionária das mulheres[194].

A perspectiva de uma ação autônoma "revolucionária" das mulheres, independente da contestação do modo de produção, reforça sua distinção entre os sistemas de dominação de gênero e de dominação de classe, de maneira que a emancipação feminina é vista como possibilidade mesmo dentro da sociedade de classes. Ao mesmo tempo, a abordagem psicanalítica de Mitchell de dois

---

[192] Para Millett, a "classe das mulheres", composta por todas as mulheres de determinada sociedade, estaria subordinada à "classe dos homens", através de uma variedade de meios econômicos, psicológicos, legais e ideológicos, com repercussões especialmente no nível privado, pessoal (MILLETT, Kate. *Sexual Politics* (1969). New York: Avon, 1971).
[193] MITCHELL, Juliet. *Woman's Estate*. Maryland: Penguin Books, 1971, p. 79.
[194] MITCHELL, Juliet. *Woman's Estate*. Maryland: Penguin Books, 1971, p. 80.

domínios sociais autônomos por vezes aproxima-se de uma diferenciação entre uma dimensão econômica ("modo de produção") e uma dimensão ideológica e psicológica ("modo de reprodução"). Nestes termos, a situação concreta das mulheres variaria de acordo com o modo como as estruturas particulares de um determinado modo de produção se intersectam com as estruturas psicológicas universais do patriarcado.

Outra autora de considerável influência a tentar conciliar a teoria marxista com análises freudianas e estruturalistas foi Gayle Rubin. Em seu célebre trabalho, publicado em 1975[195], Rubin pretende analisar os mecanismos sociais e históricos que produziriam o gênero e heterossexualidade compulsórias. Através desta estrutura, denominada por Rubin de "sistema de sexo/gênero", as sociedades transformariam a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Desta maneira, assim como cada sociedade possuiria um certo tipo de organização da atividade econômica, cada sociedade também possuiria um sistema de sexo/gênero, isto é, um "conjunto de arranjos pelo qual o material biológico bruto do sexo e a procriação são moldados pela intervenção humana, social, e satisfeita de acordo com convenções" [196]. Este sistema – composto de formas concretas de sexualidade socialmente organizadas – poderia ser sexualmente igualitário ou estratificado de acordo com o gênero, variando histórica e culturalmente.

Para a autora, a origem do sistema de sexo/gênero poderia ser atribuída ao surgimento do sistema de parentesco ancorado na prática histórica da "troca de mulheres". Recorrendo aos trabalhos de Marcel Mauss ("Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas", de 1925) e Lévi-Strauss ("As estruturas elementares de parentesco", de 1949), Rubin examina como a "troca de mulheres" teria permitido a formação de laços de parentesco entre homens pela transferência do acesso à sexualidade, do status genealógico, dos nomes de linhagem e de ancestrais, de direitos e de pessoas. Logo, através da "troca de mulheres" estabelecem-se relações sociais em que os homens têm certos direitos sobre seus parentes mulheres, enquanto que as mulheres não gozam dos mesmos direitos, nem sobre elas mesmas nem sobre seus parentes homens. Consequentemente, a subordinação das mulheres e a opressão de gênero são consideradas por Rubin como produtos das relações que organizam e produzem o sexo e o gênero.

A "troca de mulheres", de acordo com Rubin, seria um primeiro passo em direção à construção de um arsenal de conceitos capazes de descrever os sistemas sexuais, na medida em que representaria a profunda percepção histórica de um sistema no qual as mulheres não tem plenos direitos sobre elas mesmas. Assim, mesmo que a "troca de mulheres" seja vista, como faz Lévi-Strauss, como um princípio fundamental de parentesco, estas relações sociais específicas não

---

[195] RUBIN,Gayle. "The Traffic in Women: notes on the political economy of sex". In: REITER, Rayna Rapp. (ed.) *Toward an Anthropology of Women. New York, Monthly Review*, 1975.

[196] RUBIN, Gayle. "L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et systèmes de sexe/genre". In: *Les cahiers du CEDREF* ,n. 7, 1998. Acesso em 19 fevereiro de 2011. URL : http://cedref.revues.org/171.

deveriam ser percebidas como naturais ou necessárias, mas como aspectos morais e históricos de determinadas culturas. Embora proponha estender o método materialista histórico à análise do sistema de sexo/gênero, a autora adota uma perspectiva culturalista e fragmentada da realidade social. Ao isolar o sexo e o gênero em um sistema próprio, separado do "modo de produção", e ao rejeitar a visão da opressão de sexo como um reflexo de forças econômicas, Rubin adere à perspectiva geral da teoria dos sistemas duais.

Convém ressaltar, no entanto, que distinção entre sistemas "econômicos" e "sistemas sexuais" e a sinalização de que os sistemas sexuais teriam uma certa autonomia em relação à economia, não leva Rubin a encarar os atos recíprocos de obrigações de parentesco como meros símbolos de aliança, posto que seriam também considerados transações de natureza econômica e política. Sendo assim, o sistema de sexo/gênero descrito por Rubin condensa aspectos políticos e econômicos estruturados nas relações de parentesco, não sendo simplesmente o momento reprodutivo de um "modo de produção". Ele apresentaria suas próprias relações de produção, de distribuição e de troca que comportam certas formas de domínio e propriedade sobre as pessoas. Deste modo, conforme a autora, tratar-se-ia então de uma "produção" no sentido mais geral do termo, isto é, "uma faceta, uma transformação de objetos (aqui, de pessoas) em direção e por um fim subjetivo" [197]. Rubin entrevê então a existência de uma "economia do sexo e do gênero", que torna necessária a formulação de uma economia política dos sistemas sexuais, a fim de estudar cada sociedade e determinar os mecanismos exatos que produzem e mantém suas próprias convenções sobre a sexualidade.

Nas sociedades capitalistas, por exemplo, a economia política dos sistemas sexuais deveria ser capaz de explicar a posição da mulher como uma mão de obra de reserva para o capitalismo – cujos salários, geralmente inferiores, fornecem um excedente suplementar a um empregador capitalista – além de seu papel na esfera do consumo capitalista, na qualidade de administradoras do lar. Neste sentido, seria o elemento moral e histórico que determinaria que uma esposa "faz parte das coisas indispensáveis ao trabalhador" e que são elas que devem fazer o trabalho doméstico. O capitalismo, portanto, seria herdeiro de uma longa tradição de sociedades em que as mulheres "não herdam, não dirigem, nem falam com deus". Ele herdaria um legado cultural que engendra formas de masculinidade e feminilidade, o domínio do sexo e da sexualidade, e toda uma estrutura de opressão sexual[198].

---

[197] RUBIN, Gayle. "L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et systèmes de sexe/genre". In: *Les cahiers du CEDREF* ,n. 7, 1998. Acesso em 19 fevereiro de 2011. URL : http://cedref.revues.org/171.

[198] RUBIN, Gayle. "L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et systèmes de sexe/genre". In: *Les cahiers du CEDREF* ,n. 7, 1998. Acesso em 19 fevereiro de 2011. URL : http://cedref.revues.org/171.

Diferentemente de outros teóricos da teoria dos sistemas duais[199], Rubin não aceita rotular esta herança cultural relativa à organização do sexo e gênero com o conceito genérico de "patriarcado". Para a autora, embora o termo "patriarcado" tenha sido introduzido para "distinguir as forças que mantêm o sexismo de outras forças sociais, como o capitalismo", o uso do termo "patriarcado" esconde outras distinções:

> É como se utilizássemos o termo "capitalismo" para recorrer a todos os modos de produção, enquanto a utilidade do termo reside precisamente em ele estabelece uma distinção entre os diferentes sistemas pelos quais as sociedades são organizadas e provêem suas necessidades. Qualquer sociedade terá um sistema de "economia política ". Pode ser igualitário ou socialista. Pode ser estratificado em classes, no qual a classe oprimida pode consistir nos servos, camponeses ou escravos. A classe oprimida pode ser formada de trabalhadores assalariados para qual o sistema é rotulado como "capitalista"[200].

O patriarcado seria uma forma específica de domínio masculino, de forma que o uso do termo deveria ser reservado a sociedades em que os homens mais velhos possuem um poder absoluto sobre as esposas, as crianças, os rebanhos e os dependentes, sendo este poder um aspecto da instituição da paternidade. Como existiriam sistemas estratificados de acordo com o gênero que não são adequadamente descritos como patriarcados, seria mais conveniente substituir tal conceito por outro mais "neutro", como o de "sistema de sexo/gênero", para se referir ao domínio dos homens que "não é fundado nos papéis de pais ou patriarcas, mas na característica coletiva de machos adultos, encarnado nos cultos secretos, nas associações de homens, na guerra, nas redes de troca, nos saberes rituais e vários procedimentos de iniciação" [201].

Mas estes sistemas sexuais também não poderiam ser compreendidos isoladamente, uma vez que a sexualidade, a economia e a política seriam mutuamente interdependentes. Assim, "uma análise consistente da situação das mulheres, quer seja para uma só sociedade ou ao longo da história, deve levar em conta tudo: a evolução dos tipos de mercadoria que as mulheres constituem,

---

[199] Cf. PHELPS, Linda. "Patriarchy and Capitalism". In*: Quest*, n.2. , New York, 1975. Nesta obra, Phelps descreve dois sistemas de relações sociais distintos que contradizem e reforçam um ao outro, ao interagirem na sociedade contemporânea. As relações sociais patriarcais e capitalistas seriam duas formas diferentes de os seres humanos interagirem uns com os outros, construindo instituições sociais, políticas e econômicas. O conceito de "patriarcado" englobaria todo sistema de interação que emerge desta relação básica de dominação sexual.

[200] RUBIN, Gayle. "L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et systèmes de sexe/genre". In: *Les cahiers du CEDREF* ,n. 7, 1998. Acesso em 19 fevereiro de 2011. URL : http://cedref.revues.org/171.

[201] RUBIN, Gayle. "L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et systèmes de sexe/genre". In: *Les cahiers du CEDREF* ,n. 7, 1998. Acesso em 19 fevereiro de 2011. URL : http://cedref.revues.org/171.

os sistemas de posse fundamentais, a organização política, as técnicas de subsistência, etc." [202]. Da mesma maneira, as análises econômicas e políticas estariam incompletas se não levassem em consideração as mulheres, o matrimônio e a sexualidade.

Entretanto, a separação entre modo de produção e sistema sexo/gênero permitiu a Rubin desenvolver um projeto de emancipação feminina baseado na "revolução feminista". Assim, adverte para a necessidade de um movimento feminista que não apenas busque a eliminação da opressão das mulheres, mas que sonhe com a eliminação das sexualidades obrigatórias e dos papéis sexuais. Deste modo, vislumbra uma sociedade andrógena e sem gênero (mas não sem sexo) onde "a anatomia sexual não teria nada a ver com o que se é, com o que a pessoa faz, nem com quem se faz amor" [203]. Para que se atinja esta nova sociedade o sistema de sexo/gênero deve ser reorganizado pela ação política:

> A evolução cultural nos oferece a ocasião de ter o controle das fontes da sexualidade, da reprodução e da socialização, e de tomar decisões conscientes para liberar a vida sexual humana das relações arcaicas que a deformam. Definitivamente uma revolução feminista completa liberaria mais do que as mulheres. Liberaria as formas de expressão sexual e a personalidade humana da camisa de força do gênero[204].

Assim como Gayle Rubin, Shulamith Firestone apontou a necessidade de uma revolução sexual feminista, apartada da revolução socialista. Segundo a autora, "as feministas têm que questionar não só toda a cultura ocidental, como a própria organização da cultura, e, mais, até a própria organização da natureza" [205]. Deste modo, a meta final da revolução feminista deveria ser não apenas a eliminação dos privilégios dos homens, mas também da própria distinção sexual, de forma que "as diferenças genitais não mais significariam culturalmente"[206].

Segundo Firestone, o desequilíbrio sexual do poder estaria baseado biologicamente[207]. A divisão biológica dos sexos em função da reprodução seria reforçada por instituições culturais

---

[202] RUBIN, Gayle. "L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et systèmes de sexe/genre". In: *Les cahiers du CEDREF* ,n. 7, 1998. Acesso em 19 fevereiro de 2011. URL : http://cedref.revues.org/171.

[203] RUBIN, Gayle. "L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et systèmes de sexe/genre". In: *Les cahiers du CEDREF* ,n. 7, 1998. Acesso em 19 fevereiro de 2011. URL : http://cedref.revues.org/171.

[204] RUBIN, Gayle. "L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et systèmes de sexe/genre". In: *Les cahiers du CEDREF* ,n. 7, 1998. Acesso em 19 fevereiro de 2011. URL : http://cedref.revues.org/171.

[205] FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminina*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976, p. 12.

[206] FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminina*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976, p. 21.

[207] "(...) as mulheres através de toda a História, antes do controle de natalidade, estavam à mercê constante de sua biologia – menstruação, menopausa e "males femininos", de contínuos partos dolorosos, amamentação e cuidado com as crianças, todos os quais fizeram-nas dependentes dos homens (seja irmão, pai, marido, amante, ou clã, governo, comunidade em geral) para a sobrevivência física. (...) a diferença natural da reprodução entre os sexos levou diretamente à primeira divisão de trabalho baseada no sexo, que está nas origens de toda divisão posterior em classes econômicas e culturais e possivelmente se encontra ainda na raiz de todas as castas (discriminação baseada no sexo e

responsáveis por fomentar um chauvinismo agressivo. A "família biológica", portanto, é concebida como "a unidade básica de reprodução homem/mulher/criança", existente em qualquer forma de organização social[208]. Não obstante o caráter "fundamental" e "natural" atribuído à "família biológica", sua transmutação é vista como uma possibilidade. Assim, conforme a autora, "não podemos mais justificar a conservação do sistema discriminatório de classes sexuais, sob o pretexto de que se originou da natureza"[209]. Neste sentido, tal como Rubin, Firestone advoga pela liberação dos papéis sexuais e da tirania da família biológica. Apenas através da libertação das condições biológicas básicas – isto é, pela introdução da reprodução artificial e a tomada do controle da reprodução pelas mulheres – seria possível assegurar a eliminação das "classes sexuais".

A revolta da "classe baixa" (as mulheres) deveria visar à restituição da propriedade de seus próprios corpos, bem como ao controle feminino da fertilidade humana, seja pela adoção de novas tecnologias seja pela implementação de instituições sociais destinadas à nutrição e educação das crianças[210]. Para Firestone, as "lutas sexuais" pelo controle das funções reprodutivas seriam a verdadeira força motriz da história. A fim de compreender a dinâmica da "guerra dos sexos", a autora defende que se recorra ao método analítico de Marx e Engels, mas não a suas opiniões sobre as mulheres, pois, em sua opinião, "eles não sabiam quase nada sobre a condição das mulheres enquanto classe oprimida, reconhecendo-a somente quando isso coincidia com a economia"[211]:

> Apesar de Marx e Engels fundamentarem sua teoria na realidade, ela era apenas uma realidade parcial. Esta é a definição estritamente econômica do materialismo histórico, tirada de "Socialismo utópico ou científico", de Engels. (...) Seria um erro tentar explicar a opressão das mulheres a partir desta interpretação estritamente econômica. A análise de classes é um belo instrumento de trabalho, mas é limitada. Apesar de correta num sentido linear, ela não se aprofunda o suficiente. Há todo um substrato sexual da dialética histórica que Engels algumas vezes percebe obscuramente. Mas por ver a sexualidade somente através de um filtro econômico, reduzindo tudo a isto, não é capaz de avaliá-la por si mesma[212].

---

outras características biologicamente determinadas, como a raça, a idade, etc.)". (FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminina*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976, p.18-19).

[208] FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminina*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976, p.18.

[209] FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminina*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976, p. 20.

[210] FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminina*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976, p. 21.

[211] FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminina*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976, p. 12.

[212] FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminina*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976, p. 14.

De acordo com Firestone, portanto, a análise marxista seria insuficiente, sendo necessária a construção de um novo materialismo dialético baseado no sexo que considere as raízes psico-sexuais das classes. Para a autora, diferentemente das classes econômicas, as classes sexuais brotariam diretamente de uma realidade biológica e seriam perpetuadas através de formas ideológicas e psicológicas, como a idéia do "amor sexual". Estas diferenças biológicas expressas na divisão do trabalho teriam sido superficialmente analisadas por Engels em "As origens da família, da propriedade privada e do Estado":

> Engels observou que a divisão original do trabalho entre o homem e a mulher estabeleceu-se para fins de reprodução; que dentro da família o homem era o proprietário, a mulher os meios de produção, o filho o trabalhador, e que a reprodução da espécie humana era um sistema econômico importante, distinto dos meios de produção. Mas Engels deu crédito demais a esses reconhecimentos dispersos da opressão das mulheres como uma classe. Na verdade, só admitiu o sistema sexual de classes enquanto ele se sobrepunha ou iluminava sua estrutura econômica[213].

Conforme foi visto, a versão de Firestone da teoria dos sistemas duais tende a transitar entre um essencialismo e um voluntarismo igualmente problemáticos. Assim como Johanna Brenner e Maria Ramas[214], a autora apresenta a opressão das mulheres como algo a-histórico, originado da biologia, de modo que o domínio da sexualidade e da reprodução é percebido como derivado de divisões e diferenciações naturais e universais, encontradas em todas as sociedades. Neste sentido, ao contrário da concepção marxiana expressa particularmente nos "Manuscritos Econômico-Filosóficos" de que a emancipação econômica e política deveria reaproximar os seres humanos de sua "natureza humana", isto é, de suas verdadeiras necessidades e potencialidades, para Firestone a mudança dos papéis sexuais – desenvolvida a partir da educação, reconceitualização e conscientização das mulheres (processo denominado por feministas radicais de "*consciousness-raising*") – significaria uma luta contra a própria natureza humana e o descolamento entre a natureza e a cultura.

A separação entre a luta de classes e a luta dos sexos foi também analisada pela teórica inglesa Sheila Rowbotham[215]. Segundo a autora, os movimentos revolucionários até então não teriam questionado suficientemente as relações entre os sexos e a condição de opressão das

---

[213] FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminina*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976, p.15.

[214] BRENNER, Johanna; RAMAS, Maria. "Rethinking Women's oppression today". In: *New Left Review*, n. 144, Londres, mar-abr, 1984, p. 33-71.

[215] Cf. ROWBOTHAM, Sheila. "O movimento de mulheres e a organização para o socialismo". In: *Além dos fragmentos: o feminismo e a construção do socialismo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

mulheres, embora tenham recorrido freqüentemente a elas para concretizarem seus anseios. A fim de arquitetar uma real reorganização social seria imperativo aprofundar e radicalizar as lutas, realizando uma "revolução dentro da revolução".

Sendo assim, embora Rowbotham considere que o capitalismo guarda laços importantes com o sexismo, o "patriarcado" apresentaria uma estrutura própria, historicamente independente do modo de produção capitalista, podendo resistir à sua dissolução. O "patriarcado" é caracterizado pela autora como uma estrutura universal e formal de padronização de parentesco e desenvolvimento psíquico que estabelece formas de interação com a estrutura particular do modo de produção. A posição social subordinada das mulheres, portanto, só poderia ser explicada com referência a forças econômicas e culturais encontradas nos dois modos de produção coexistentes na sociedade: o modo de produção capitalista e o modo de produção pré-capitalista, encontrado na família. Neste sentido, a família nada mais seria do que um vestígio do modo de produção feudal, no qual as mulheres estariam obrigadas a servirem a "seus senhores", presas por laços de obediência, lealdade e dependência. Com efeito, mesmo sob o capitalismo, as mulheres continuariam definidas por seu papel nas organizações de parentesco.

O argumento de Rowbotham de que a situação das mulheres poderia ser mais bem compreendida através de uma teoria que leve em conta o convívio e interação de dois modos de produção distintos, quais sejam, o capitalismo e o patriarcado, foi retomado por diversas outras estudiosas contemporâneas, como Heidi Hartmann e Christine Delphy. Tal como Rowbotham, estas autoras produziram contundentes críticas à família e à instituição do casamento, vistos como instrumentos reprodutores e legitimadores de relações de gênero assimétricas e hierárquicas.

Segundo Heidi Hartmann, as relações patriarcais não seriam resquícios atávicos a serem rapidamente ultrapassados pelo capitalismo, mas sim estruturas que sobreviveriam e prosperariam ao seu lado[216]. A base material do patriarcado se apoiaria fundamentalmente no controle dos homens sobre a força de trabalho e a sexualidade das mulheres, garantida através do casamento monogâmico heterossexual. Deste modo, existiria uma solidariedade básica entre homens de todas as classes sociais, na medida em que todos possuiriam um interesse comum na conservação de seu domínio sobre as mulheres. Mesmo que ocupem posições de classe diferentes, os homens localizados em um nível hierárquico mais alto cooptariam aqueles que estão em patamares mais baixos "oferecendo a eles poder sobre quem se encontra ainda mais abaixo"[217]. Assim, graças à conciliação entre os homens das diferentes classes, as mulheres se encontrariam excluídas do acesso

---

[216] HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union" (1979). In: SARGENT, Lydia (org.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism.* Boston: South End Press, 1981, p. 5.

[217] HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union" (1979). In: SARGENT, Lydia (org.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism.* Boston: South End Press, 1981, p.15.

aos recursos produtivos essenciais, devendo servir aos homens de forma pessoal e sexual, criar crianças e realizar determinados trabalhos subvalorizados dentro e fora de casa dos quais os homens estão exonerados.

Nesta medida, Hartmann define o patriarcado como um conjunto de relações sociais entre homens – assentado em uma base material – que estabelece ou cria uma interdependência e solidariedade entre eles, lhes permitindo dominar as mulheres. Embora o patriarcado seja hierárquico e os homens de classes, raças ou grupos étnicos distintos ocupem diferentes lugares na estrutura do patriarcado, todos estariam unidos em sua relação compartilhada de dominação das mulheres, dependendo um do outro para manter esta dominação:

> Nós definimos patriarcado como o conjunto de relações que possuem uma base material e em que há relações hierárquicas entre homens e solidariedade entre eles que os possibilita dominar as mulheres. A base material do patriarcado é o controle dos homens sobre a força de trabalho das mulheres. Este controle é mantido pela exclusão das mulheres do acesso a recursos economicamente produtivos necessários e pela restrição da sexualidade das mulheres. Os homens exercem seu controle ao receberem serviços pessoais das mulheres, ao não terem que fazer trabalho de casa ou cuidar das crianças, ao terem acesso aos corpos das mulheres para sexo e ao se sentirem e serem poderosos. Os elementos cruciais do patriarcado como nós o experimentamos atualmente são: o casamento heterossexual (e conseqüente homofobia), o trabalho doméstico feminino e criação das crianças, a dependência econômica das mulheres em relação aos homens (imposta por arranjos no mercado de trabalho), o Estado e numerosas instituições baseadas em relações sociais entre os homens – clubes, esportes, sindicatos, profissões, universidades, igrejas, corporações e forças armadas. Todos estes elementos precisam ser examinados se nós queremos entender o capitalismo patriarcal [218].

Com efeito, segundo a autora, o patriarcado consistiria em um sistema de dominação distinto do capitalismo, baseado em um conjunto específico de relações sociais e leis próprias de desenvolvimento. Hartmann rejeita, contudo, uma concepção de patriarcado como um fenômeno universal e imutável[219] ou como uma estrutura psíquica – posto que este seria também uma estrutura

---

[218] HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union" (1979). In: SARGENT, Lydia (org.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism.* Boston: South End Press, 1981, p.18-19.

[219] "A definição feminista radical de patriarcado é aplicado a maioria das sociedades conhecidas e não consegue fazer a distinção entre elas. O uso da história por feministas radicais é tipicamente limitado a exemplos da existência do

econômica e social –, preferindo então recorrer ao conceito de "sistema de sexo/gênero", formulado por Gayle Rubin. De acordo com sua abordagem, não existiria o "capitalismo puro" nem tampouco o "patriarcado puro", sendo a produção econômica e o sistema sexo/gênero duas realidades que necessitam coexistir. Não obstante a inter-relação existente entre capitalismo e patriarcado nas sociedades modernas, não haveria uma conexão necessária entre mudanças em um aspecto da produção e mudanças no outro, de modo que uma sociedade poderia transitar do capitalismo ao socialismo e permanecer patriarcal[220]. Como o capital e a propriedade privada não seriam a causa e a origem da opressão das mulheres como mulheres, sua abolição não resultaria no fim da opressão sobre elas. Contudo, o entrelaçamento entre os "dois aspectos da produção" – capitalismo e patriarcado –, levaria a que uma eventual mudança ocorrida no cerne de um crie movimento, tensão ou contradição no outro.

Hartmann, destarte, considera o marxismo insuficiente para compreender a dinâmica da opressão específica das mulheres, na medida em que suas categorias analíticas seriam "cegas ao sexo" ("*sex-blind*"). Deste modo, as categorias marxistas tradicionais não seriam capazes de explicar as hierarquias de gênero e raça, as causas da desigualdade sexual entre homens e mulheres e a dominação masculina, pelo fato de subsumirem as relações das mulheres com os homens às relações dos trabalhadores com o capital. Apesar de atentarem para a situação deplorável das mulheres em seu tempo, os primeiros marxistas teriam fracassado em focar as diferenças entre as experiências de homens e mulheres sob o capitalismo, pois "não focaram na questão feminista – como e por que as mulheres são oprimidas como mulheres", e assim "não reconheceram o interesse que os homens tinham na continuação da subordinação das mulheres"[221].

Ainda de acordo com a autora, os marxistas teriam subestimado a força e a flexibilidade do patriarcado e superestimado a força do capital. O patriarcado e o capitalismo teriam sofrido uma acomodação e adaptação mútuas, de forma que ao invés de estarem fadadas ao desaparecimento as relações patriarcais teriam moldado o curso do desenvolvimento capitalista. Neste sentido, além de

---

patriarcado em todas as épocas e lugares. Para o marxismo e a corrente principal de cientistas sociais antes do movimento das mulheres, patriarcado se referia a um sistema de relações entre homens, que formava os contornos políticos e econômicos de algumas sociedades feudais e pré-feudais, em que a hierarquia seguia determinadas características. Sociedades capitalistas são entendidas como meritocráticas, burocráticas e impessoais, por cientistas sociais burgueses; marxistas veem as sociedades capitalistas como sistemas de dominação de classe. Para os dois tipos de cientistas sociais nem as sociedades patriarcais históricas nem as sociedades capitalistas do ocidente são entendidas como sistemas de relações entre homens que torna possível a eles dominar as mulheres." (HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union" (1979). In: SARGENT, Lydia (org.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism.* Boston: South End Press, 1981, p.14).

[220] HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union" (1979). In: SARGENT, Lydia (org.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism.* Boston: South End Press, 1981, p.17.

[221] HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union" (1979). In: SARGENT, Lydia (org.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism.* Boston: South End Press, 1981, p.5.

instituir uma divisão sexual do trabalho, as relações sociais patriarcais teriam segmentado a classe trabalhadora pela marginalização das mulheres no mercado de trabalho e seu confinamento ao lar. Da mesma forma, o patriarcado teria se adaptado ao capitalismo, admitindo a mudança do papel econômico das mulheres e crianças e abdicando do total controle sobre os membros dependentes da família, submetidos igualmente à autoridade capitalista. Logo, o patriarcado contribuiria para legitimar o controle capitalista e para deslegitimar certas formas de luta contra o capital, ao estabelecer uma divisão sexual hierárquica, uma interdependência entre homens de diferentes classes e uma subordinação das mulheres. Em contrapartida, a acumulação do capital se acomodaria à estrutura social do patriarcado, ajudando a perpetuá-la. A abordagem dualista de Hartmann, portanto, resulta na caracterização da ordem social como sendo um sistema "capitalista patriarcal", isto é, uma sociedade organizada pelo capitalismo e pelo patriarcado.

Em suas análises desenvolvidas ao longo dos anos 70 e 80, Christine Delphy também procurou enfocar a coexistência de dois modos de produção distintos e autônomos – o modo de produção capitalista-industrial (definido por relações de propriedade capitalistas) e o modo de produção doméstico-familiar (definido por relações de produção patriarcais). Este último seria regido por relações patriarcais que organizariam as relações sexuais, a educação das crianças, os serviços domésticos e a produção de certos bens, como pequenas produções mercantis.

Assim, segundo Delphy, o sistema patriarcal, que estabelece a subordinação das mulheres nas sociedades industriais contemporâneas, seria composto por vários subsistemas, dentre os quais constaria o modo de produção doméstico – sua base econômica[222]. Sendo um modo de produção, o modo de produção doméstico também implicaria em um determinado modo de circulação e de distribuição de bens. O modo de circulação peculiar ao modo de produção doméstico seria manifesto precisamente através da transmissão do patrimônio, que estabeleceria divisões de classe (entre proprietários e não proprietários) dentro da família. Já o modo de distribuição de bens relativo ao modo de produção doméstico estaria amparado no consumo e na repartição de bens e valores de uso destinados aos diferentes membros da família.

> Como todo modo de produção, o modo de produção doméstico é também um modo de circulação e consumo de bens. Enquanto é difícil a primeira vista identificar no modo de produção capitalista a forma de consumo que distingue o dominante do dominado, pois o consumo é mediado pelo salário, as coisas são muito diferentes no modo de produção doméstico. Aqui o consumo é de primeira importância e tem esse poder de servir como a base para fazer discriminações, pois uma

[222] "Desde 1970 eu tenho dito que o patriarcado é o sistema de subordinação das mulheres aos homens nas sociedades industriais contemporâneas, que este sistema tem uma base econômica e que esta base é o modo de produção doméstico." (DELPHY, Christine. "Patriarchy, domestic mode of production, gender, and class". In: *Marxism and the interpretation of culture.* Basingstoke: Macmillan Education, 1988, p. 261.).

> das diferenças essenciais entre os dois modos de produção é que a produção doméstica não é paga mas mantida. Neste modo, portanto, consumo não é separável da produção e a repartição desigual de bens não é mediada pelo dinheiro[223].

Mas o modo de produção doméstico não seria capaz de abranger a totalidade nem da dimensão econômica da subordinação das mulheres, nem de outras dimensões desta mesma subordinação. Desta maneira, o capitalismo contribuiria para a opressão feminina, estabelecendo divisões no mercado de trabalho que conduziriam as mulheres a recorrerem ao casamento e a ingressarem em relações de produção domésticas em que vigora a apropriação privada de sua força de trabalho pelo marido. Esta interpenetração entre capitalismo e modo de produção doméstico significaria que estes sistemas estariam entrelaçados em uma relação de mútua assistência.

Não obstante sua opressão no cerne da produção capitalista, a subordinação das mulheres na família seria determinante para a sua constituição como "classe". Destarte, as mulheres comporiam uma classe distinta, unida em função da opressão masculina. O contrato de casamento estabeleceria o controle sobre o trabalho feminino, de forma que o marido passaria a definir os trabalhos a serem realizados e a destinação do resultado deste trabalho. Assim, ao desempenharem trabalhos domésticos de graça, as mulheres ingressariam em uma relação de exploração com os beneficiários desta situação, sacrificando-se em prol de seus maridos. A execução do trabalho doméstico determinaria a condição de todas as mulheres, que mesmo dentro da família capitalista estariam atreladas a relações feudais de produção[224].

Neste sentido, a ênfase de Delphy recai sobre a posição subordinada das mulheres consagrada pelo casamento, ao invés dos antagonismos originados das relações de produção capitalistas. As condições de vida das mulheres seriam, antes de tudo, marcadas pela relação de servidão com seus maridos. Deste ponto de vista, as mulheres da burguesia não seriam propriamente burguesas, estando imbuídas de uma falsa consciência que as identificariam com a classe patriarcal inimiga. O conceito de classe adotado pela autora, portanto, foge da acepção marxista, ganhando uma abrangência que compromete seu poder analítico e sua capacidade explicativa. Para Delphy, o conceito de classe poderia ser aplicado a toda relação dicotômica na qual um grupo não pode ser considerado separadamente do outro por estarem ligados por uma relação de dominação[225]. Com efeito, a autora posiciona a dominação social no centro da explicação

---

[223] DELPHY, Christine. "Patriarchy, domestic mode of production, gender, and class". In: *Marxism and the interpretation of culture.* Basingstoke: Macmillan Education, 1988, p. 261.
[224]DELPHY, Christine. "Patriarchy, domestic mode of production, gender, and class". In: *Marxism and the interpretation of culture.* Basingstoke: Macmillan Education, 1988, p. 258.
[225]DELPHY, Christine. "Patriarchy, domestic mode of production, gender, and class". In: *Marxism and the interpretation of culture.* Basingstoke: Macmillan Education, 1988, p. 266.

da hierarquia de classes, aplicando tal classificação às relações entre homens/mulheres, adultos/crianças, brancos/não-brancos, etc.

O polêmico posicionamento de Delphy foi submetido a inúmeros questionamentos, mesmo dentro do movimento feminista, como por exemplo: Seriam as mulheres solteiras exploradas? Comporiam elas a "classe" das mulheres? As mulheres que não realizam trabalhos domésticos ou que dividem igualmente as tarefas de casa com seus maridos encontram-se imersas em relações patriarcais de servidão? As mulheres que transferem os trabalhos domésticos a outras mulheres encontram-se lado a lado na sua "condição de classe"? Os filhos e filhas beneficiários do trabalho doméstico feminino também participariam da "classe patriarcal dominante"?

Ao desconsiderar as relações de classe propriamente econômicas em detrimento das relações de gênero, a autora cria obstáculos para a compreensão das condições de vida efetivamente enfrentadas pelas mulheres, definindo suas experiências exclusivamente em função de sua vivência no lar. A exploração e opressão experimentadas no trabalho fora de casa tornam-se secundários para a construção de sua identidade e solidariedade de classe. Mesmo Heidi Hartmann já havia atentado para os problemas decorrentes deste tipo de análise:

> Certamente, classe, raça, nacionalidade, e até estado civil e orientação sexual, bem como a idade, desempenham um papel aqui. E mulheres de diferentes classes, raças, nacionalidades, estado civil e orientação sexual estão sujeitas a diferentes graus de poder patriarcal. As mulheres podem elas mesmas exercer poder de classe, raça, nacionalidade, e até mesmo poder patriarcal (através de suas conexões familiares) sobre homens mais abaixo na hierarquia patriarcal do que o seu próprio parente homem[226].

Se parte das próprias mulheres pode exercer o poder patriarcal, desfrutando de uma posição superior na hierarquia social calcada no patriarcado, a condição de gênero não pode ser considerada determinante para a estruturação de relações de classe. Há algo além da diferenciação por gênero a ditar a posição social das mulheres dentro do modo de produção. Ainda que recusássemos as categorias marxistas e propuséssemos um outro referencial de análise, as diferenciações internas – materiais e ideológicas – ao grupo das mulheres são tamanhas e tão relevantes que nos levam a questionar sobre a propriedade de unificá-las sob uma mesma classe social.

Como nos explica a historiadora inglesa Elizabeth Fox-Genovese, a dominação masculina varia social e historicamente, não podendo ser resumida pelo conceito de patriarcado. Deste modo, o status e o poder relativo dos homens e das mulheres dentro da família aumenta ou diminui de

[226] HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union" (1979). In: SARGENT, Lydia (org.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism.* Boston: South End Press, 1981, p.18.

acordo com as condições materiais e tendências ideológicas, além do controle imediato dos membros da família, ou do temperamento dos envolvidos[227]. Sendo assim, o termo "patriarcado", que infestou as tentativas de descrever a persistência da dominação masculina sobre mulheres e crianças, não pode ser estendido para além de suas manifestações históricas específicas. Com efeito, identificar simplesmente o "governo do pai" com a dominância paterna em famílias ou casas abstrai as relações sociais e políticas que constituem diferentes sociedades.

As relações de gênero, portanto, encontram-se profundamente integradas nas formações sócio-econômicas e nas instituições políticas, não podendo ser devidamente compreendidas pelo desprezo de outras divisões, antagonismos e contradições sociais. Como nos lembra Elizabeth Fox-Genovese,

> A experiência da classe trabalhadora e, consequentemente, as estratégias reprodutivas adotadas por ela foram estruturadas pelo desenvolvimento do capitalismo como modo de produção. De modo que uma poderosa associação emergiu entre mulheres, esfera doméstica, valores de uso e valores tradicionais, associação esta que era um produto do capitalismo, não as sobras de uma ordem social anterior[228].

Nestes termos, devemos ter em mente que as experiências de classe são formadas por um complexo de relações sociais desenvolvidas no cerne de formações sociais e históricas determinadas. Um "sistema de gênero", portanto, não pode ser compreendido no vazio histórico, isolado das forças sociais atuantes e das contradições existentes em uma organização social. A teoria do dualismo sistêmico, como atenta Lindsey German, ao pretender justificar a separação das lutas contra o capitalismo das lutas contra os homens, recairia numa combinação de determinismo econômico e completo idealismo. Não conseguiria enxergar o capitalismo como totalidade, isto é, como um sistema econômico que interfere em cada área da vida, mudando toda a produção precedente e alterando todas as relações sociais de produção:

> Toda área da vida – incluindo a família e a opressão das mulheres – está enraizada na produção social. A implicação da teoria de Marx é que a revolução socialista dissolverá a velha família, dará um fim às restrições legais à igualdade das mulheres e fundará as bases para uma genuína liberação das mulheres. Esta visão corta através da visão dos teóricos do patriarcado. Do ponto de vista marxista há duas grandes

[227] GENOVESE, Elizabeth Fox. "Placing Women's History in History". In: *New Left Review*. N. 133. Londres: NLR, maio-jun, 1982, p.5-29.
[228] GENOVESE, Elizabeth Fox. "Placing Women's History in History". In: *New Left Review*. N. 133. Londres: NLR, maio-jun, 1982, p.28.

> falhas na teoria do patriarcado. É idealista – não há uma concepção de idéias enraizadas na realidade material – e não considera o sistema capitalista como um todo[229].

A polarização entre a família e a economia e sua alocação em dois sistemas distintos e relativamente autônomos obscurece os vínculos entre produção e reprodução, bem como entre a vida material e as idéias, representações culturais e formas de consciência. As relações de reprodução não surgem separadas das relações de produção, nem vice-versa. Ambas são produtos de um modo de produção particular, historicamente situado, que guarda igualmente relação com os modos de produção que o precederam. Deste modo, como observa Lindsey German, a família tem um papel econômico muito importante – assim como outras formações superestruturais como o Estado capitalista – mas ela não forma sua própria dinâmica, sendo seu papel econômico subordinado ao processo de acumulação[230]. A opressão das mulheres dentro do lar, portanto, só poderá ser plenamente compreendida se levarmos em consideração a multiplicidade de fatores sociais que atuam e contribuem para a reprodução das relações de gênero assimétricas. No caso da família proletária, por exemplo,

> Para desenvolver um panorama total nós temos que olhar a classe trabalhadora como uma totalidade. Nós devemos ver a família como parte da sociedade de classes – produto do modo de produção capitalista. Vista assim, o destino da família é considerado amarrado ao destino do próprio capitalismo. O fim da opressão das mulheres está infalivelmente ligado à auto-emancipação da classe trabalhadora[231].

Uma visão totalizante da realidade social, portanto, perceberá a necessidade de unificação das lutas contra a dominação de gênero e de classe sem, com isso, colocar quaisquer das duas em segundo plano. A perspectiva socialista deve reconhecer como parte integrante de seu projeto social a rearticulação das relações entre homens e mulheres e o fim de hierarquias sociais de gênero, raça, etnia, etc. Isto não significa que mulheres fora da classe trabalhadora que sofrem com a dominação masculina devam ser excluídas da luta, mas que a falta de igualdade e a ausência de plenos direitos deve aproximá-las de um ideal de transformação social que atinja mulheres de todas as classes,

---

[229] GERMAN, Lindsey. "Theory of the family"(1989). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 148.
[230] GERMAN, Lindsey. "Theory of the family"(1989). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 153.
[231] GERMAN, Lindsey. "Theory of the family"(1989). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p.159.

raças, etnias e nacionalidades[232]. Da mesma maneira, as lutas por igualdade jurídica não devem ser reservadas para um momento posterior, pós-revolucionário, como revela Lise Vogel:

> Dado o caráter contraditório da igualdade na sociedade capitalista, lutas para expandir seu escopo ameaçam a dominância das relações sociais capitalistas em duas frentes. Primeiro eles tendem a reduzir divisões dentro e entre classes oprimidas, bem como entre essas classes e outros setores, movendo todas as pessoas para um caminho mais igualitário. Em segundo lugar, eles revelam que o fundamento da sociedade burguesa é a exploração de classe, não a igualdade individual , pois os direitos democráticos são estendidos quanto mais o caráter econômico e social opressivo do capitalismo é revelado. Longe de um inútil exercício de reformismo, o combate pela igualdade pode apontar para além do capitalismo[233].

Ao analisarmos a totalidade social, econômica, política e cultural, percebemos então que há uma interconexão fundamental entre a luta das mulheres e a luta de classes, de forma que o capitalismo penetra em todos os cantos da vida social. Conforme nos mostra Barbara Ehrenreich, a subjugação das mulheres foi crucial para o processo de atomização da classe trabalhadora, uma vez que "são as mulheres que estão mais isoladas em o que se tornou uma existência familiar cada vez mais intensamente privatizada"[234], sendo encorajadas a serem passivas, acríticas e dependentes. Não obstante sua condição social prejudique e atrapalhe a formação de sua consciência de classe, não deixam de pertencer à classe trabalhadora, ainda que não estejam envolvidas diretamente em relações de trabalho capitalistas:

> claro que as mulheres são parte da classe trabalhadora – não porque temos um esquema elaborado de que elas realmente produzem mais-valia, mas porque nós entendemos uma classe como sendo composta por pessoas e tendo uma existência social à parte do campo da produção dominado pelo capitalista. Quando nós pensamos a classe desta forma, nós vemos que de fato as mulheres que parecem mais

---

[232] Convém destacar a advertência formulada por Lise Vogel: "As mulheres na sociedade capitalista, em resumo, tem uma distinta posição política e econômica. Sua posição desprivilegiada na esfera política é um fenômeno que é analiticamente separável, embora enraizada nela, de seu lugar subordinado nas relações de produção capitalistas. Marxistas que ignoram este aspecto político do status das mulheres nas sociedades capitalistas se abrem para a antiga cantilena que toma o marxismo como uma teoria do determinismo econômico." (VOGEL, Lise. "From the woman question to women's liberation"(1983). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 144).

[233] VOGEL, Lise. "From the woman question to women's liberation"(1983). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 144.

[234] EHRENREICH, Barbara. "What is socialist feminism?"(1976). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p.67.

> periféricas, as donas de casa, são o verdadeiro coração de sua classe – criando as crianças, mantendo unidas famílias, conservando as redes culturais e sociais da comunidade [235].

A necessidade de restaurar uma teoria social unitária – na contramão das vertentes desconstrutivistas pós-modernas[236] – em que o domínio e controle masculinos no trabalho estejam imbricados com as relações de poder dentro da família, considerando-se a complexa dinâmica entre as relações de gênero e classe, já foi apontada por inúmeras autoras feministas-socialistas[237], sendo uma das mais conhecidas Iris Marion Young. Em sua réplica à Heidi Hartmann[238], Young defendeu que as relações patriarcais estão internamente relacionadas às relações de produção como um todo[239], de modo que focalizar a divisão de trabalho por gênero poderia revelar a dinâmica de um único sistema de opressão. Assim, o capitalismo e o patriarcado comporiam um sistema único – o "patriarcado capitalista" – que não seria equivalente à soma de dois sistemas de relações sociais distintos.

Para a autora, a teoria do sistema dual declina de confrontar o marxismo diretamente em sua falha em dar conta da situação de opressão das mulheres. Seria então necessário criar um "materialismo histórico feminista" – ao invés de uma mera síntese do feminismo com o marxismo tradicional – capaz de lançar luz sobre o espaço central que ocupa o trabalho das mulheres em qualquer sistema de produção, sobre a divisão de gênero como um fator essencial da estruturação social em todas as existentes formações sociais, bem como sobre como a hierarquia de gênero serve como um elemento pivô na maioria dos sistemas de dominação social[240].

O "materialismo histórico feminista" deveria encarar as relações sociais de uma formação social histórica particular como um sistema em que a diferenciação de gênero é um atributo central, sem deixar de ser uma teoria verdadeiramente materialista, isto é, sem reduzir todos os fenômenos sociais aos fenômenos estritamente econômicos – estreitamente entendidos como os processos de

---

[235] EHRENREICH, Barbara. "What is socialist feminism?"(1976). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 68.

[236] Convém destacar que a abjeção a visões sistêmicas, totalizantes e calcadas em metanarrativas é justamente uma das principais características das correntes pós-modernas: "O niilismo e desconstrutivismo pós-moderno dissolvem qualquer referência às sistematizações, às visões totalizantes, à cientificidade e tecnicidade, à unidade, à estabilidade, em troca de uma incitação ao pontual, ao fragmentário, ao local, ao instável, ao diferente, ao errático, ao senso comum, à experiência estética, ao irracional." (DINIZ, Antonio Carlos. "Pós-modernismo". In: Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

[237] Cf. LEWIS, Jane. "The debate on sex and class". In; *New Left Review*, n. 149, Londres, jan-fev, 1985.

[238] YOUNG, Iris Marion. "Socialist Feminism and the limits of the dual systems theory". (1980). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 93-106.

[239] YOUNG, Iris Marion. "Socialist Feminism and the limits of the dual systems theory". (1980). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 93-106.

[240] YOUNG, Iris Marion. "Socialist Feminism and the limits of the dual systems theory". (1980). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p.102.

produção e distribuição de bens materiais. Além disto, o "materialismo histórico feminista" deveria explorar a hipótese de que a dominação de classe surge intimamente ligada à dominação patriarcal:

> Um materialismo histórico feminista deve ser uma teoria social total, não meramente uma teoria da situação e opressão das mulheres. Esta teoria tomará a diferenciação de gênero como seu ponto de partida fundamental, no sentido de que ele sempre buscará manter o fato da diferenciação de gênero no centro de suas análises e rejeitará qualquer perspectiva que obscureça o fenômeno da diferenciação por gênero. Ele tomará os status de gênero, a hierarquia e dominação de gênero, mudanças nas relações de gênero, ideologias de gênero, etc., como aspectos centrais de qualquer formação social. Estes devem ser analisados em qualquer questão da formação social, e outros aspectos da formação social devem ser ligados a eles[241].

De acordo com Young, embora o desenvolvimento da abordagem dos sistemas duais tivesse promovido avanços teóricos, analíticos e práticos em relação ao tratamento marxista tradicional da "questão das mulheres" e contribuído para a revitalização do método marxista, a teoria persistiria no erro de representar a dominação masculina como universal e criar um falso otimismo quanto à possibilidade de uma consciência comum entre mulheres[242]. Assim, embora a análise de Young torne centrais as posições historicamente diferenciadas das mulheres, não postula, todavia, que todas as mulheres desfrutam de uma situação comum, unificada.

Segundo a autora, as lutas contra a opressão de classe e de gênero devem ser unificadas, sendo abraçadas por homens e mulheres. Desta maneira, nenhum programa político ou atividade política seria verdadeiramente socialista sem debruçar-se sobre a situação e opressão das mulheres. Esta reformulação da teoria e prática do movimento feminista seria motivada inclusive por uma necessidade prática:

> A necessidade de todo o trabalho socialista ter uma dimensão feminista e de socialistas na esquerda mista levarem a sério as questões envolvendo a opressão das mulheres torna-se mais aguda nas condições contemporâneas. A nova direita não parece separar capitalismo e patriarcado em dois sistemas distintos. Aqueles a atacarem os direitos das mulheres e dos homossexuais se aliam, não

---

[241] YOUNG, Iris Marion. "Socialist Feminism and the limits of the dual systems theory". (1980). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p.104-105.

[242] "(...) a noção de um único sistema de patriarcado que persistiria sob uma forma basicamente imutável através das diferentes épocas paralisa a ação feminista porque representa o monstro contra qual estamos lutando como antigo e monolítico." (YOUNG, Iris Marion. "Socialist Feminism and the limits of the dual systems theory". (1980). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p.99).

> ambiguamente, àqueles que atacam sindicatos ou àqueles que promovem a corrida armamentista. A nova direita tem um programa total, cuja principal plataforma é a defesa da santidade da família monogâmica, heterossexual, com muitos filhos. Com uma teoria do patriarcado capitalista que mostrasse suas relações de trabalho e hierarquia como um sistema estruturado pelo gênero, em que a opressão das mulheres é um elemento central, feministas socialistas estariam em uma posição melhor para argumentar e atender a esta necessidade prática[243].

Diante da resistência à incorporação deste "materialismo histórico feminista" pelas organizações socialistas, a diretriz política a ser seguida pelas socialistas-feministas deveria consistir na organização autônoma das mulheres. Portanto, para ser vitorioso, o movimento socialista deveria despertar uma consciência feminista, prestando atenção às questões das mulheres e apoiando a organização autônoma das mulheres socialistas[244]. Ao mesmo tempo, a luta e organização feministas devem ser necessariamente anticapitalistas e fazer conexões explícitas entre a opressão das mulheres e outras formas de opressão, como o racismo e o imperialismo.

A perspectiva unitarista de Young e sua intenção de produzir efeitos políticos práticos sobre a forma de organização e o trabalho político socialista podem ser concebidas como uma iniciativa salutar frente à disseminação de teorias dualistas dentro do movimento feminista das décadas de 70 e 80 – com forte penetração até os dias de hoje –, mas não constituem efetivamente uma novidade. Neste sentido, Young apresenta sua versão de um "materialismo histórico feminista", sem, no entanto, diferenciá-lo das contribuições teóricas e práticas legadas pelas militantes social-democratas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Sua preocupação em afastar as críticas geralmente dirigidas ao "marxismo histórico tradicional" fez com que deixasse de reconhecer a validade de uma interpretação não-ortodoxa do materialismo histórico, que levou milhares de mulheres a se organizarem autonomamente em grupos socialistas, em que possuíam liberdade de participação e poder de decisão e nos quais desenvolviam relações de solidariedade

---

[243] YOUNG, Iris Marion. "Socialist Feminism and the limits of the dual systems theory". (1980). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 103-104.

[244] "Eu estou convencida da necessidade da organização separada das mulheres em torno das questões de sua própria situação. Sem este movimento autônomo das mulheres o próprio movimento socialista não pode sobreviver e crescer. Pode-se argumentar pela necessidade estratégica destes movimentos de mulheres autônomo, porém sem postular que a dominação masculina e a dominação capitalista consistiriam em sistemas sociais distintos. Basta apelar para as realidades práticas inquestionáveis que a sociedade patriarcal capitalista estrutura a vida das mulheres de modo especial e que estas estruturas patriarcais capitalistas dão à maioria dos homens relativo poder e privilégio". (YOUNG, Iris Marion. "Socialist Feminism and the limits of the dual systems theory". (1980). In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p. 103).

umas com as outras em um ambiente livre da dominação masculina ou do paternalismo. No capítulo seguinte analisaremos de perto estas experiências históricas que buscaram confrontar o sexismo vigente no movimento socialista, revitalizando igualmente a teoria marxista.

2- A social-democracia e a emancipação feminina

Conforme exposto no capítulo precedente, Marx e Engels estabeleceram uma relação fundamental entre a dominação de classe e a dominação de gênero – no âmbito do Estado, da sociedade e da família –, de forma que a superação de ambas só poderia ocorrer a partir da profunda e radical transformação social, mediante a socialização dos meios de produção. Sob este prisma, portanto, somente a transformação revolucionária da sociedade – a abolição da exploração capitalista e a construção de uma ordem social socialista – poderia dar origem a um sistema verdadeiramente igualitário, capaz de conferir validade e efetividade aos preceitos legais que na sociedade burguesa só possuem existência formal.

A crítica à condição feminina sob o capitalismo, tal como concebida por Marx e Engels, foi retomada por inúmeras correntes vinculadas ao movimento operário, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, dando ensejo a intensos debates e discussões no seio dos partidos de massa social-democratas em expansão, particularmente na Europa e América do Norte. No entanto, o reconhecimento da "questão feminina" como sendo parte fundamental do projeto emancipatório mais amplo não foi atingido facilmente.

A própria participação feminina no movimento socialista enfrentou múltiplos obstáculos, sendo freqüentemente desvalorizada e desencorajada pelos líderes e militantes proletários, que a consideravam irrelevante ou mesmo desabonadora de sua causa. O papel destinado às mulheres no cerne das organizações de classe, portanto, durante muito tempo espelhou o papel subordinado ocupado dentro de casa. As funções a elas reservadas estavam atreladas às suas identidades "privadas" de mãe, esposa, filha, irmã e amante, em oposição à identidade "pública" de "camarada", "companheiro" ou "revolucionário", imputada aos militantes masculinos.

Mesmo quando as mulheres passaram a arrogar-se sua identidade de classe, a forma de sua inclusão nas lutas e nas tarefas diárias de organização as manteve em segundo plano. Eram elas as responsáveis pela limpeza e arrumação das sedes e escritórios dos partidos e sindicatos, pela datilografia e arquivamento de cartas, panfletos e documentos, pela decoração e apresentação de reuniões e encontros, pela preparação de alimentos e sua distribuição em momentos de greve ou em

jantares do partido, pelo atendimento aos trabalhadores feridos e doentes, dentre muitos outros afazeres. Mas, ainda que seu apoio e colaboração fossem vitais para o sucesso das ações – inclusive empunhando armas quando necessário –, sua participação na tomada de decisões, na formulação de estratégias e no desenvolvimento teórico dos organismos de classe permanecia diminuta. Aquelas que se destacavam como escritoras, jornalistas, dirigentes, oradoras ou agitadoras não estavam livres dos olhares de reprovação, deboche ou menosprezo de seus companheiros[245]. Quando suas intervenções não eram interrompidas em assembléias e debates por ofensas, xingamentos, assovios, gritos, saídas do recinto, conversas ou risos, geralmente eram tratadas de modo condescendente e igualmente sexista.

Esta posição subordinada das mulheres dentro do movimento socialista não sofreu uma alteração considerável até a segunda metade do século XX. Como nos lembra Lydia Sargent, as experiências das mulheres da "nova esquerda" ou do movimento pelos direitos civis das décadas de 60 e 70 ainda eram marcadas por dois problemas principais:

> (1) o problema do trabalho cotidiano (quem limpa o escritório/ quem o bagunça, quem escreve panfletos/ quem os datilografa, quem fala nas reuniões/ quem anota, quem ganha status através de relações sexuais/ quem confere status através de relações sexuais) e; (2) o problema da teoria (quem lidera a revolução, quem a faz, quem é liberado por ela e quem mantém o fogo aceso em casa durante a revolução)[246].

Imprensadas entre a reprodução de papéis femininos tradicionais em organizações mistas e sua completa exclusão política, vários círculos de mulheres socialistas encontraram como solução a formação de organizações compostas exclusivamente por mulheres comprometidas com a luta socialista, capazes de contrapor uma visão estreita da teoria marxista propagada por muitos setores do movimento e colocar em relevo, ao lado das relações de trabalho e produção, a opressão das mulheres, a reprodução, a família e a sexualidade.

Neste capítulo analisaremos a trajetória da questão das mulheres no campo da social-democracia, considerando os conflitos emergentes em seu seio e a teorização de novos paradigmas de relações entre os sexos.

---

[245] Em carta de 22/1/1900 a Leo Jogiches, Rosa Luxembugo reclama de alguns líderes do partido que ao lhe oferecerem um trabalho de editoria na *Neue Zeit,* ofereceram-lhe um salário mais baixo do que era pago ao ex-editor: "O salário de Cunow era de 200 M por mês, mas Dietz queria me pagar menos. Eu disse a Kautsky que não aceitaria um salário inferior ao de Cunow" (LUXEMBURGO, Rosa. *Camarada e amante: cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.112).

[246] SARGENT, Lydia. "New Left women and men: the honeymoon is over". In: *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism.* Boston: South End Press, 1981, p. XII.

2.1. O enfrentamento inicial da questão das mulheres pela social-democracia

A "questão feminina" nem sempre foi objeto de preocupação e atenção do movimento operário. A importância de se considerar a particular situação da mulher e sua posição subalterna na família, no trabalho e na política, não raramente foi contestada. A imprescindível união de homens e mulheres da classe trabalhadora em um mesmo pólo na luta contra a burguesia tornava a emancipação feminina um tópico incômodo, do qual mesmo as principais lideranças procuravam se esquivar. As mulheres, assim, enfrentavam inúmeros preconceitos ao exporem suas reivindicações, especialmente se encetassem suas "incessantes reclamações femininas", tidas como absurdas ou secundárias aos objetivos principais da classe.

Ao analisarmos a postura assumida pelas organizações operárias ao longo do século XIX, podemos verificar a prevalência de um discurso misógino, caracterizado pelo menosprezo do potencial político e revolucionário das militantes socialistas. A adoção de valores ultraconservadores por vezes chegava a traduzir-se na prática de uma política segregacionista baseada na exclusão expressa ou velada das mulheres a filiações partidárias e sindicais, no impedimento de sua participação em assembléias e processos decisórios, ou na proibição de sua interferência na administração burocrática dos negócios do partido.

Da mesma forma, as demandas formuladas pelos grupos femininos – como o direito ao voto, o ingresso de mulheres em todos os níveis do sistema educacional, o fim da revista e inspeção sanitárias compulsórias contra doenças venéreas, a regulação do trabalho feminino e equivalência da remuneração em relação ao masculino, a instituição de programas de assistência social (voltados principalmente para a maternidade) e o fim das restrições ao direito de associação de jovens e mulheres – eram freqüentemente descartadas por serem vistas como sendo apenas de interesse de um grupo específico.

Conforme expresso pelo historiador Eric Hobsbawm, este paradoxo do movimento operário, que faria conciliar uma ideologia igualitária e uma prática cotidiana discriminatória, colaboraria para a manutenção dos laços que prenderiam as mulheres trabalhadoras a um papel social definido e subordinado. Ainda assim, segundo o autor, o movimento operário teria fornecido às mulheres "as melhores oportunidades para que se desenvolvessem como seres humanos de fato, como líderes e figuras públicas"[247].

Convém destacar, contudo, que a abertura dos novos espaços às reivindicações femininas deu-se de modo gradual e descontínuo no âmbito da social-democracia. Durante os trabalhos da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876) – a Primeira Internacional – Marx sofreu oposição dos adeptos de Proudhon (1809-1875) e Lassalle (1825-1864), além de parte considerável

[247] HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 138.

das lideranças *trade unionistas* inglesas, ao defender a admissão de mulheres na organização e o direito ao trabalho de mulheres e crianças, aliado a uma legislação protetora. Na petição, apresentada à assembléia da AIT em 1866, Marx argumentara que somente através da participação direta no processo produtivo, exterior à esfera doméstica, e da inserção no trabalho coletivo as mulheres teriam condições de romper as amarras morais da família tradicional e posicionar-se de modo mais independente na luta de classes.

Esta posição, entretanto, contrariava aqueles que viam no trabalho feminino uma dupla ameaça: por um lado o aumento da competição em um mercado de trabalho extremante volátil e o conseqüente rebaixamento geral dos salários, por outro a dissolução da família enquanto unidade produtiva e a progressiva perda do controle exercido pela autoridade paterna sobre o trabalho e a vida dos seus dependentes. A retórica então utilizada para justificar a proibição do trabalho feminino recaía freqüentemente em concepções essencialistas e naturalizantes de cunho proudhoniano (de forte influência rousseauniana), que tomava as características físicas e fisiológicas femininas – "quadris largos, pélvis, seios, menor tamanho do cérebro", etc. – como provas da suposta imutabilidade da posição social de dependência, sujeição e obediência que elas ocupam em sociedade. Assim, atribuía à mulher uma natureza própria à vida doméstica e ao homem o papel de provedor e chefe da família, encarregado da tomada de decisões:

> O homem, vivendo naturalmente em sociedade, segue também naturalmente um chefe. No princípio esse chefe é o pai, o patriarca, o velho, quer dizer, o homem íntegro, o sábio cujas funções, por conseqüência, são todas de reflexão e inteligência[248].

O argumento de que a mulher, por sua suposta fragilidade, vulnerabilidade e docilidade, deveria ser preservada dos perigos e degradações promovidos pela indústria moderna e, assim, confinada è esfera do lar, teve grande aceitação nos meios operários justamente por atender à inquietação desperta pela competição feminina, ocultada sob a aparência de um discurso paternalista. Até mesmo Engels, cujo livro "As origens da família, da propriedade privada e do Estado" tanto contribui para uma visão sócio-histórica da dominação feminina, chegou a afirmar a necessidade de limitações do trabalho feminino na indústria, em nome da proteção das "futuras gerações", fortalecendo, assim, a idéia de que a função social primordial da mulher está vinculada à reprodução. Em uma carta destinada a Gertrud Guillaume-Schack, Engels descreve sua oposição em relação à demanda pela completa abertura das ocupações às mulheres formuladas por feministas inglesas:

[248] PROUDHON. *O que é a propriedade?* Lisboa: Editora Estampa, 1997, p.236.

> Os franceses são menos insistentes que os alemães em limitar o trabalho feminino pelo fato de que na França, e particularmente em Paris, o trabalho que as mulheres fazem nas fábricas é comparativamente secundário. Salários iguais para trabalhos iguais para ambos os sexos são, até a sua abolição em geral, exigências, até onde eu sei de todos os Socialistas. Que a trabalhadora necessite de proteção especial contra exploração capitalista devido a suas funções fisiológicas específicas parece óbvio a mim. As mulheres inglesas que defenderam o direito formal de membros de seu sexo serem tão duramente exploradas pelos capitalistas como os homens estão, direta ou indiretamente, interessadas na exploração capitalista de ambos os sexos. Eu admito que esteja mais interessado na saúde das gerações futuras que na igualdade formal absoluta dos sexos durante os últimos anos do modo capitalista de produção. É minha convicção que a verdadeira igualdade entre mulheres e homens só pode se tornar realidade quando a exploração de ambos pelo capital for abolida e o serviço doméstico privado for transformado em uma indústria pública[249].

A persistência da diferenciação de tratamento em relação às mulheres ganhou expressão nos programas dos partidos social-democratas, que ora ignoravam a questão ora incorporavam-na apenas superficial e formalmente. Na Alemanha, por exemplo, onde o movimento socialista obteve grande êxito na formação de um modelo abrangente e estável de aparelho partidário, o voto feminino somente foi introduzido no programa de princípios em 1891. Até então, os partidos não mencionavam em seus estatutos a conquista dos direitos políticos das mulheres como um objetivo a ser perseguido[250].

---

[249] ENGELS, Friedrich. "Letter to Gertrud Guillaume-Schack, July 5, 1885". [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/marx/works/1885/letters/85_07_05.htm*>. Acesso em Janeiro de 2007.

[250] O programa lassalleano , de maio de 1863, estabelecia: "Sob o nome de Associação Geral dos Operários Alemães, os abaixo-assinados fundam, nos Estados confederados alemães, uma associação que, partido da convicção de que só o sufrágio universal, igual e direto pode assegurar uma representação conveniente dos interesses sociais da classe trabalhadora alemã bem como a eliminação dos antagonismos de classe, prossegue o objetivo de agir, pela via pacífica e legal e, particularmente, conquistando a opinião pública, para o estabelecimento do sufrágio universal igual e direto."

Já o programa de Eisenach, de agosto de 1869, dispunha: "Entre as reivindicações mais urgentes que o Partido Operário Social-Democrata deve tomar como objeto de uma viva agitação, tem que citar-se as seguintes: 1. sufrágio universal, igual, direto e secreto concedido a todos os homens acima de vinte anos, para as eleições para o Parlamento, os landtags, as assembléias provinciais e municipais e todos os outros corpos representativos. (...) 3- Supressão de todos os privilégios de classe, de propriedade, de nascimento e de culto. (...) 8- Revogação de todas as leis sobre a imprensa, sobre o direito de reunião e de coligação; introdução do dia de trabalho normal; limitação do trabalho das mulheres, proibição do trabalho das crianças (...)". (MARX, Karl; ENGELS, F; LENIN, V. I. *Critica do Programa de Gotha, Critica do Programa de Erfurt e Marxismo e Revisionismo*. Porto: Portucalense, 1971, p. 89-91).

Tanto o programa lassalleano da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, de 1863[251], como o programa de Eisenach do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães (1869), de orientação marxista, tinham o sufrágio universal masculino como uma bandeira de luta fundamental que, uma vez conquistada, propiciaria um avanço na organização e o amadurecimento político do proletariado. Em discurso dirigido a trabalhadores de Frankfurt, em 19 de maio de 1863, o reformista Lassalle assumiu esta visão pragmática, que encara o sufrágio como um instrumento de extrema utilidade à disposição da classe, embora não significasse necessariamente a sua iminente vitória eleitoral:

> Já se disse que o sufrágio universal não é, de nenhum modo, uma varinha de condão. Naturalmente! Isso também sei muito bem. Vou dizer o que é: é uma lança, que vem curar as feridas que ela mesma fez. Não se pode descartar, em absoluto, que vocês errem uma, duas ou três vezes ao votar usando o sufrágio universal. No entanto, não se cria uma instituição política para que dure só dois ou três anos! O direito ao sufrágio universal educa a população à força de praticá-lo; e não há dúvida de que, no final das contas, essa educação também trará frutos positivos para os trabalhadores. [252]

Não obstante a importância prática e pedagógica atribuída ao voto, eisenachianos e lassalleanos anuíam quanto à exclusão de metade da população adulta de seu acesso. Neste sentido, ao advogarem pelo sufrágio "universal" exclusivamente masculino, agiam contra seus próprios princípios, comprometidos com o fim de privilégios e com a igualdade de direitos e deveres.

A junção dos dois partidos e a conciliação dos programas no Congresso de Gotha, em maio de 1875, não trouxe novidades no tocante à questão feminina, introduzindo apenas como meta a "proibição do trabalho das mulheres que prejudique a saúde e a moralidade"[253]. A despeito dos esforços realizados por August Bebel (1840-1913), um dos principais fundadores do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães, para incluir o voto feminino e igualdade entre os sexos na carta de intenções do novo partido, o repúdio à participação política feminina prevaleceu uma vez mais. Contudo, as discussões internas acerca da questão feminina sinalizavam a emergência de uma significativa mudança nos meios operários, refletida na crescente participação das mulheres nas

---

[251] Esta organização foi fundada por Ferdinand Lassalle em 1863 e prosseguiu sobre a influência de suas idéias mesmo depois de sua morte, em 1864, até a sua fusão com o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães no Congresso de Gotha, de 1875.

[252] LASSALLE, Ferdinand. *Manifesto operário e outros textos*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999, p. 153-154.

[253] MARX, Karl; ENGELS, F; LENIN, V. I. *Critica do Programa de Gotha, Critica do Programa de Erfurt e Marxismo e Revisionismo*. Porto: Portucalense, 1971, p.93.

greves e manifestações[254], na ampliação da mobilização das *sufraggettes* para além dos círculos pequeno-burgueses, na criação de novas formas de cooperação entre as mulheres fora e dentro do trabalho e no engajamento feminino na Comuna de Paris (1871).

Nesta última, embora o direito ao voto não tenha lhes sido concedido, as mulheres ganharam considerável expressão em termos políticos devido à sua própria iniciativa e organização. Sua participação ativa na construção e defesa das barricadas nas ruas de Paris[255], na fabricação de armamentos e no atendimento aos feridos, tornou-as elementos fundamentais à resistência. Além disso, constituíram clubes responsáveis pela administração de indústrias cooperativas e pela formulação de políticas públicas – como o reconhecimento de uniões livres, o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, o estabelecimento da educação laica extensiva às mulheres (com o ensino de técnica, ciência, humanidades) e a obrigatoriedade de equiparação salarial entre homens e mulheres. Um dos mais importantes focos de sua organização foi a União das Mulheres pela Defesa de Paris para o Cuidado dos Feridos (*Union des Femmes pour la Défense de Paris a les Soins aux Blessés*), liderada pela Elizabeth Dmitrief (1851-1910), que mantinha amizade com Marx. Este aparelho tinha como princípio a conquista da "revolução social, pela abolição de todas as estruturas sociais e legais existentes, pela eliminação de todos os privilégios e formas de exploração, pela substituição do comando do capital pelo comando do trabalho – em síntese, pela emancipação da classe trabalhadora pela classe trabalhadora"[256].

Como conseqüência de seu envolvimento na luta, centenas de mulheres foram massacradas nos conflitos de Paris e 1.051 foram levadas a julgamento[257]. A experiência, no entanto, deixou marcas profundas nas sociedades européias, exigindo dos militantes socialistas e anarquistas uma reflexão acerca da impropriedade dos estereótipos femininos e do papel social tradicionalmente reservado às mulheres.

As inúmeras demonstrações da capacidade de militância e mobilização das mulheres não passaram despercebidas por August Bebel. Contrariando a posição de líderes do Partido Social-Democrata Alemão como Wilhelm Liebknecht (1826-1900) [258] – para quem o voto feminino, por

---

[254] Dentre as mais expressivas estavam as greves de Lyon (1869), a greve das fosforeiras de Londres (1888), a greve das tipografas de Edimburgo (1909) e a greve das costureiras de Nova Iorque (1909) que reuniu cerca de 20.000 trabalhadoras. Mesmo assim, de acordo com Michele Perrot, entre os anos de 1870 e 1890, apenas 4% dos grevistas eram mulheres, embora elas já representassem 30% da mão de obra industrial (PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da história*. Florianópolis: EDUSC, 2005, p. 292).

[255] Segundo Tony Cliff, as mulheres foram responsáveis pelo levantamento de inúmeras barricadas, como as da Place du Pantheon, da Place Blanche no Boulevard Clichy e do 18° *arrondissement* entre as ruas Doudeauville e Stephenson (CLIFF, Tony. "Class Struggle and Women's Liberation"(1984). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/cliff/works/1984/women/index.htm*>. Acesso em 2001).

[256] SHULKIND, E. apud CLIFF, Tony. "Class Struggle and Women's Liberation". (1984). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/cliff/works/1984/women/index.htm*>. Acesso em 2001, cap.2.

[257] CLIFF, Tony. "Class Struggle and Women's Liberation".(1984). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/cliff/works/1984/women/index.htm*>. Acesso em 2001, cap.2.

[258] Em depoimento escrito em março de 1895, Liebknecht deixa claro a sua enviesada percepção acerca das mulheres, ao relembrar seu contato com Marx e sua esposa, Jenny, quando esteve no exílio: "A esposa dele (Marx) exerceu tão

estar inclinado ao conservadorismo e ao clericalismo, prejudicaria os avanços eleitorais da social-democracia –, Bebel persistiu na missão de salientar a importância do recrutamento das trabalhadoras para o sucesso da luta contra a burguesia. Neste sentido, dedicou sua principal obra, "A mulher e o Socialismo"(1879), ao tema da emancipação da mulher.

Não obstante a preocupação dirigida por Marx e Engels em relação à dupla exploração da mulher na sociedade capitalista – encontrada em passagens de "Manuscritos Econômico-Filosóficos", "O manifesto comunista", "O capital", dentre outras obras – o livro de Bebel representou a primeira produção teórica de particular importância para um enfoque marxista da questão feminina, justamente por sua ampla difusão e abordagem específica do problema[259].

O intuito de Bebel consistia não somente em atrair as mulheres para o movimento, mas igualmente difundir os princípios fundamentais do socialismo para as amplas massas trabalhadoras. Deste modo, o autor dividiu sua obra em três partes, contemplando a situação das mulheres no passado (antes e depois do cristianismo), as condições das mulheres no presente e a projeção das transformações operadas dentro de uma futura sociedade socialista.

A influência dos estudos de antropologia realizados por Marx[260] e Engels, sobre Bebel é evidente, de modo que este recorre igualmente às idéias propagadas por Morgan[261] e Bachofen[262], para traçar uma linha histórica evolutiva da instituição familiar[263]. Assim, identifica a origem da subordinação e opressão sexual das mulheres na passagem de sociedades organizadas com base no direito materno – "gyneocracia" –, para sociedades fundadas no direito paterno:

> Com a ordem da propriedade privada, a subjugação da mulher ao homem, as amarras das mulheres foram atadas. Então veio o período de desconsideração e até desprezo da mulher. O reinado do direito materno significou o comunismo, igualdade para todos; o advento do

---

forte influência em meu desenvolvimento quanto ele. Minha mãe morreu quando eu tinha três anos, e eu tive uma criação um pouco rígida. Eu não fui acostumado a ter qualquer relação séria com mulheres. E agora eu achei aqui uma mulher intelectual, bonita, generosa que dirigiu a este solitário hóspede, encalhado nas margens do Thames, uma bondade meio-maternal, meio-fraternal" (LIEBKNECHT, W. "A bad quarter of na hour". [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/liebknecht-w/1895/03/bad.htm* >. Acesso em fevereiro de 2009).

[259] Basta lembrar que "A mulher e o Socialismo" (1879) foi o livro marxista mais vendido nos meios social-democratas ao longo do século XIX. O trabalho escrito por August Bebel sobre a questão feminina teve oito edições em onze anos. Este alcançou a 25ª edição em 1895, e, até 1910, 50 edições circulavam em toda Europa.

[260] Os estudos de Marx resultaram em uma série de textos não publicados, reunidos entre os anos de 1880 e 1881.

[261] Lewis Henry Morgan, em "*Ancient Society*" (1877), divide a história humana em três estágios fundamentais de desenvolvimento social: selvageria, barbarismo e civilização, cada um destes caracterizado por formas materiais distintas. A família seria um elemento ativo e mutável, passando de uma forma inferior a uma forma superior ao longo do processo evolutivo. Em sociedades que vigoraria ainda o matrimônio por grupos, a família se aglutinaria em grupos consangüíneos pelo lado materno, onde a filiação feminina poderia ser determinada, sendo organizada, portanto, de acordo com o direito materno.

[262] Cf. BACHOFEN, Johan J. "*Das Mutterrecht: Eine Untersuchung über di Gynaikokratie der alten Welt nach ihrer religiösen und rechtlichen Natur*". Stuttgart, 1861.

[263] O livro foi publicado primeiramente em uma versão resumida. Sua elaboração teve início uma década antes, quando seu autor encontrava-se preso, acusado pelo governo alemão de traição por manifestar oposição à guerra franco-prussiana. A primeira parte do livro, de conteúdo histórico, foi acrescentada em edições posteriores, sucedendo a exposição de Engels em "A origem da família, da propriedade e do Estado"(1884).

> direito paterno representou o reinado da propriedade privada e, com ela, a opressão e escravização da mulher.[264]

Deste modo, a escravidão das mulheres remontaria a uma etapa do desenvolvimento histórico marcada por transformações nos modos de produção e distribuição que produziriam modificações nas relações entre os sexos. Ao apontar igualmente o caráter histórico e mutável das instituições, Bebel pretende atacar as concepções estáticas e naturalizadas da família, tão difundidas pela Igreja. Neste sentido, afirma que "nada é eterno, nem na natureza nem na vida humana"[265], uma vez que cada estágio do desenvolvimento humano possui suas próprias condições de produção e seu próprio código moral[266].

Simultaneamente, o autor almeja sublinhar o fato de que a fonte de toda opressão e hierarquia social teria suas raízes na dependência econômica do oprimido para com o opressor[267]. Na medida em que as regras morais são concebidas como reflexo das condições sociais materiais, Bebel distancia-se da perspectiva de pensadores liberais progressistas, como John Stuart Mill, que atribuem a dominação feminina à permanência de traços característicos de sociedades atrasadas – a "lei do mais forte" – nas instituições e costumes modernos:

> (...) esta dependência existente no momento, não é uma instituição original, conquistada a partir de considerações de justiça e de conveniência social. É a continuação do estado primitivo de escravidão, através de sucessivas mitigações e modificações provocadas pelas mesmas causas que atenuaram os costumes em geral e colocaram todas as relações humanas sob o controle da justiça e da influência da humanidade[268].

Ainda de acordo com Stuart Mill, em seu livro "A sujeição das mulheres" (1869), a opressão e subordinação das mulheres seriam solucionadas através de uma reforma das instituições, impulsionada pelo princípio da "perfeita igualdade". Deste modo, a eliminação dos resquícios tradicionais que sustentam a dominação feminina presentes na legislação moderna seria garantida graças à tendência inevitável de "aperfeiçoamento moral da humanidade"[269]:

> (...) o curso da história e as tendências da sociedade progressiva humana não proporcionam nenhuma presunção a favor deste sistema de desigualdade de direitos e, ainda, se colocam fortemente contra o

[264] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: New York Press, 1923, p.30.
[265] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: New York Press, 1923, p.10.
[266] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: New York Press, 1923, p.16.
[267] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: New York Press, 1923, p. 9.
[268] MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escala, 2006, p. 20.
[269] MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escala, 2006, p. 66.

> mesmo; sendo assim, até onde o curso geral do desenvolvimento humano e o fluxo das tendências modernas garantem qualquer inferência neste assunto, pode-se dizer que esta relíquia do passado está em desacordo com o futuro e deve desaparecer por completo.[270]

Diferenciando-se dessa posição e assumindo um discurso marxista, Bebel rejeita a análise da dominação das mulheres como fato isolado da totalidade sistêmica. Para ele a questão feminina só poderia ser verdadeiramente compreendida tomando-a como mais um aspecto da questão social geral. Sendo assim, a seu ver, somente a abolição das contradições e dos males do sistema capitalista poderia originar o fim da escravidão salarial e sexual:

> Nossa meta é então, não só alcançar a igualdade de homens e mulheres sob a ordem social presente que constitui o objetivo exclusivo do movimento feminino burguês, mas ir além e remover todas as barreiras que fazem um ser humano dependente de outro, o que inclui a dependência de um sexo em relação a outro. Esta solução da solução da questão da mulher é idêntica à solução da questão social. Aqueles que buscam uma solução completa da questão da mulher deve, então, unir-se àqueles que inscreveram em sua bandeira a solução da questão social no interesse de todo o gênero humano - os Socialistas[271].

Qualquer conquista pontual no âmbito da sociedade capitalista, por mais relevante que seja, não seria extensiva a todos os integrantes do sexo feminino, uma vez que, enquanto membros de uma classe explorada, parte significativa das mulheres continuaria a ocupar uma posição social subordinada e a não desfrutar de uma real igualdade de oportunidades que lhe permitam desenvolver plenamente suas faculdades e potencialidades. Sua completa liberação exigiria, portanto, a conquista de sua emancipação física, intelectual e econômica:

> Para a grande maioria das mulheres, não importaria se as feministas burguesas alcançassem o objetivo delas e estabelecessem direitos iguais para os homens e mulheres, elas ainda não teriam conseguido abolir aquela escravidão sexual que é o matrimônio, em sua forma presente, para grande parte das mulheres, elas não aboliriam a prostituição; elas não aboliriam a dependência econômica das esposas. Para a grande maioria das mulheres permanece indiferente se alguns milhares de membros de seu sexo, pertencendo às classes mais

[270] MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escala, 2006, p. 33.
[271] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p.6.

> favorecidas de sociedade, obtenham aprendizagem mais alta e ingressem em alguma profissão mais instruída, como a prática da medicina, a carreira científica e a administração pública. A condição geral do sexo não é alterada como um todo[272].

A saída apontada por Bebel para a questão feminina, com vistas à "redenção e emancipação" de todas as mulheres, residiria na sua compreensão de seu verdadeiro lugar no movimento socialista e sua participação na luta de classes. Assim como as idéias socialistas deveriam penetrar em todas as camadas da sociedade, inclusive em círculos conservadores, também as mulheres, geralmente imbuídas de uma moral tradicional amparada na religiosidade e em "superstições", deveriam perceber o atrelamento de sua dependência econômica, subordinação política e baixo status social à exploração de classe promovida no âmbito do modo de produção capitalista. Somente em comunhão de esforço com o proletariado as mulheres atingiriam sua libertação e independência plenas:

> A mulher na futura sociedade é socialmente e economicamente independente; ela não é mais submetida a nenhum vestígio de dominação e exploração; ela é livre, à semelhança do homem, senhora de seu destino. (...) Vivendo sob condições naturais ela é capaz de desenvolver e exercitar suas faculdades e potencialidades mentais. Ela escolhe sua ocupação no campo que corresponder a seus desejos, inclinações e habilidades naturais e ela trabalha em condições idênticas ao homem. (...) Na escolha amorosa ela, como o homem, é livre e desimpedida. Ela flerta ou é galanteada, e termina o relacionamento seguindo apenas suas próprias inclinações. (...) A este respeito, o socialismo não cria nada de novo, apenas restaura, em um nível mais alto de civilização e sob novas formas sociais, o que prevalecia em um estágio social mais primitivo, antes que a propriedade privada tenha começado a comandar a sociedade.[273]

Inversamente, sob as condições existentes, as mulheres encontrar-se-iam presas a um papel social subordinado, sendo educadas para o cultivo de qualidades frívolas e supérfluas, como o sentimentalismo, a religiosidade, a docilidade, a obediência e a castidade. Assim, desde jovens seriam ensinadas a orientarem suas vidas com vistas ao casamento, de forma a garantir sua segurança econômica futura.

---

[272] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p. 4.
[273] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p.343.

O casamento monogâmico típico da sociedade capitalista seria, então, formado por laços de interesse, dependência e necessidade, em detrimento de laços afetivos, solidários e volitivos. Desta maneira, embora constitua uma das bases fundamentais da ordem social burguesa, não seria capaz de satisfazer as necessidades reais para um desenvolvimento saudável da sociedade humana. Homens e mulheres forçados à convivência conjugal viveriam vidas desestimulantes e monótonas, estando mais propensos a apresentar enfermidades físicas e mentais. O recurso à prostituição torna-se, então, o complemento da monogamia.

Ao enfatizar as causas sociais da prostituição, não a encarando como uma mera questão moral ou criminal, Bebel eleva-a à categoria de instituição social necessária ao modo de produção capitalista, considerando-a "o reverso da moeda do casamento"[274]. O autor pronuncia-se contra a hipocrisia com que a sociedade encara tal assunto, bem como contra as ações promovidas pelos governos que implicariam na criminalização das mulheres – condenadas moralmente, submetidas à inspeção sanitária compulsória e agredidas pela polícia – e na vitimização dos homens, cujas "indiscrições" seriam toleradas.

Bebel realiza ainda uma critica às concepções anunciadas por Lombroso e Ferrero no livro "A mulher como criminosa e prostituta" (1876), que atribuíam a participação feminina em atividades ilegais à sua inferioridade natural fisiológica e anatômica. Desta forma, desconsideravam as condições sociais que levavam as mulheres a recorrerem à prática da prostituição, assim como a influência do lucrativo e organizado comércio de mulheres, acobertado pelas autoridades[275].

A prostituição se distinguiria da livre relação sexual, pois converteria as mulheres em simples mercadorias, objetos do prazer masculino. Esta forma de exploração feminina tenderia a se intensificar a medida que as crises econômicas se agravassem, lançando cada vez mais trabalhadoras na miséria. Neste sentido, apenas no contexto da nova sociedade socialista seria possível livrar as relações entre os sexos da esfera da compulsoriedade, ditada pelo casamento ou pela prostituição, e possibilitar a todos o livre exercício da sexualidade.

Segundo Bebel, a sexualidade seria parte essencial da natureza humana, contribuindo para o desenvolvimento da saúde mental e física dos indivíduos. Na medida em que a abstinência e a total repressão dos instintos sexuais poderiam provocar distúrbios, doenças, insanidade e inclusive levar ao suicídio, seria imperativo estimular homens e mulheres a adotarem uma prática sexual saudável, combinada ao autocontrole. Bebel, então, ressalta a importância de incitar a educação sexual de

[274] De acordo com Bebel, na Alemanha o número de mulheres a se prostituírem chegaria a 180.000. Dentre estas as taxas de suicídios seria de cerca de 30% e sua expectativa de vida seria de 22 a 25 anos (BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p. 159).
[275] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p. 157.

ambos os sexos, através da transmissão do conhecimento da fisiologia e anatomia dos órgãos sexuais e de suas funções[276].

A despeito de apresentar a sexualidade como parte da natureza humana, conferindo um sentido histórico aos juízos morais, o autor qualifica as relações homossexuais como "não naturais"[277]. Não obstante, em 1898 Bebel foi um dos poucos membros do *Reichstag* a conferir apoio à petição de Magnus Hirschfeld e do Comitê Científico Humanitário (*wissenschaftlich-humanitäre Komitée*) para remover do Código Criminal Alemão o parágrafo 175 (o chamado "estatuto da sodomia"), de modo a que a prática sexual entre dois homens adultos acima de 16 anos não fosse considerada crime. Em seu pronunciamento ao Parlamento, Bebel foi mais além ao reivindicar que a descriminalização da prática homossexual deveria ser também aplicável às mulheres, posto que "o que é válido para um sexo, deve ser válido para o outro" [278]. Cabe destacar que três anos antes, na ocasião do julgamento de Oscar Wilde, Eduard Bernstein, um dos expoentes da ala revisionista da social-democracia alemã, realizara uma defesa similar da prática homossexual, através de dois artigos no periódico oficial do Partido Social-Democrata "*Die Neue Zeit*" nos quais critica a sua caracterização como "antinatural"[279].

Diferentemente de Bernstein, que fundou seu revisionismo na refutação das "previsões marxianas"[280], Bebel, com base em dados estatísticos, procura confirmar o diagnóstico de Marx e Engels que apontam para a tendência à dissolução da família, tal como concebida pela sociedade burguesa. A entrada crescente de mulheres no mercado de trabalho, a diminuição do número de casamentos e sua dissolução através do divórcio ou da separação de fato e o decréscimo no numero de nascimentos seriam indicadores de que a estrutura familiar estaria em deterioração. O fim da "escravização doméstica" pelo casamento, no entanto, só seria atingido na futura sociedade. Nesta o casamento legalmente indissolúvel seria substituído pela união livre e solidária entre iguais. Embora o casamento monogâmico não desaparecesse por completo, sua existência estaria condicionada exclusivamente à vontade das partes.

---

[276] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p. 81.
[277] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p.37.
[278]BEBEL, August. "*Reichstag* 16th Session Thursday, 13 January 1898". [On Line]. <*http://www.marxists.org/archive/bebel/1898/01/13.htm*>. Acesso em janeiro de 2007.
[279] Nesses dois artigos Bernstein recrimina a visão tradicionalmente conservadora que procura regular a prática sexual dos indivíduos, conferindo um sentido histórico e social às formas de satisfação dos instintos sexuais: "de forma alguma o amor entre homens é sempre o sinal de disposição à corrupção, à satisfação sexual bestial, ou algo parecido. As pessoas que trazem tais concepções posicionam-se ao lado das reacionárias leis criminais, que mesmo os redatores reconhecem estar apoiadas em preconceitos". (BERNSTEIN, Eduard. "The judgement of abnormal sexual intercourse". In: *Die Neue Zeit*, 1895, v.2, p.228-233. [On Line]. <*http://www.marxists.org/reference/archive/bernstein/works/1895/wilde/homosexual.htm* >. Acesso em janeiro de 2007; BERNSTEIN, Eduard. "On the occasion of a sensational trial". In: *Die Neue Zeit*, 1895, v.2, p.228-233. [On Line]. <*http://www.marxists.org/reference/archive/bernstein/works/1895/wilde/wilde.htm*>. Acesso em janeiro de 2007).
[280] Cf. ANDRADE, Joana El-Jaick. *O revisionismo Bernsteiniano e a negação da dialética*. [dissertação de Mestrado] São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia/FFLCH, 2006.

Do mesmo modo, a posição da mulher no organismo social como mãe e esposa ganharia novos contornos a partir de sua liberação em relação às tarefas domésticas, convertidas em serviços públicos prestados por profissionais de ambos os sexos. Assim, seriam instituídas creches, jardins de infância, escolas, cozinhas coletivas (que contem com a utilização de princípios científicos na determinação da qualidade nutricional dos alimentos e da higiene na forma de preparo), lavanderias, serviços de limpeza, enfermarias e hospitais.

A proteção social das crianças não excluiria a participação dos pais na educação dos filhos, sendo incentivada a sua presença nas juntas escolares e nas demais instituições de ensino. Além disto, na medida em que a sociedade se responsabiliza por propiciar todas as condições necessárias ao desenvolvimento mental, físico e psicológico das crianças – incluindo habitação, saúde, educação, arte, lazer – pais e filhos gozariam de mais tempo livre para o convívio e estabelecimento de uma relação de afeto e respeito.

A educação de crianças e adultos, preconizada por Bebel, deveria ser oferecida igualmente para homens e mulheres, de preferência em estabelecimentos mistos. Já que "ambos os sexos são plenamente qualificados para exercitar todos os direitos e deveres que a sociedade exige dos seus membros adultos"[281], desfrutando das mesmas oportunidades todos seriam livres para seguir suas inclinações e desenvolver suas habilidades pessoais:

> A vida social no futuro será cada vez mais pública. (...) A vida doméstica será restrita ao que é absolutamente necessário, enquanto que será aberto um vasto campo para a satisfação dos instintos sociais. Espaços para reuniões, assembléias e discussões públicas sobre questões sociais, locais públicos para brincadeiras, leituras e refeições, bibliotecas, salas de concerto e teatros, museus e ginásios esportivos, parques, jardins, casas de banho, instituições educacionais de todo tipo, laboratórios, etc.; tudo isto organizado e equipado da melhor forma possível oferecerá ricas oportunidades para todos os tipos de convívio e para o avanço da arte e da ciência[282].

Como conseqüência, seria providenciada a abertura de todas as ocupações a homens e mulheres. Ao contrário do que é verificado sob o modo de produção capitalista – no qual a admissão de mulheres nos vários ramos da indústria tem como resultado a maior competição entre trabalhadores e a intensificação da miséria geral [283]–, na sociedade socialista a participação

[281] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p. 329.
[282] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p. 332.
[283] Bebel nos mostra um panorama da situação das mulheres no mercado de trabalho em vários países da Europa, apresentando dados que confirmam a diferença salarial entre homens e mulheres e o abuso do número de horas trabalhadas. Na Inglaterra, país mais industrializado da Europa, de 1871 a 1891, o número de mulheres na indústria subiu 20% (3.323.280 para 4.016.230), e de homens 7,9% (8.270.186 para 8.883.254). A média salarial recebida pelas

feminina no trabalho social teria como conseqüência a progressiva liberação coletiva dos trabalhos mais árduos e o avanço em termos da criação, inventividade e competências humanas.

Os esforços de Bebel para colocar a questão da emancipação feminina em evidência e vencer os preconceitos existentes dentro do próprio movimento operário produziram resultados. Seu livro desempenhou um grande papel na elaboração do Programa de Erfurt do Partido Social-Democrata Alemão, aprovado em outubro de 1891, que passou a estabelecer como princípio o fim das desigualdades entre sexos:

> O Partido Social-Democrata da Alemanha não luta, portanto, por novos privilégios de classe, mas pela supressão da dominação de classe e das próprias classes, e por direitos iguais e deveres iguais de todos, sem exceção de sexo nem de raça. Partindo destas idéias, combate na sociedade presente não só a exploração e a opressão dos trabalhadores assalariados, mas qualquer espécie de exploração e de opressão, seja ela dirigida contra uma classe, um partido, um sexo ou uma raça."[284]

Além disto, o programa inclui entre os objetivos imediatos do partido o "sufrágio universal igual, direto e secreto para todos os membros do Império com mais de vinte anos, sem distinção de sexo", e a "abolição de todas as leis que, do ponto de vista do direito público e privado, colocam a mulher em estado de inferioridade em relação ao homem"[285].

No prefácio ao livro "O programa socialista" [286], publicado em 1892, Karl Kaustky, um dos responsáveis pela formulação do novo programa[287], reconhece a influência de Bebel para a reorientação programática da social-democracia. "A mulher e o socialismo" é colocado, assim, no mesmo nível de importância de obras como o "Manifesto Comunista", "O Capital", "A situação da classe operária na Inglaterra", "Socialismo utópico e socialismo científico" e "A origem da família, da propriedade e do Estado".

A análise de Bebel acerca da dissolução da família burguesa e da emergência de um novo modelo familiar fundado na igualdade entre homens e mulheres, no qual "o amor ideal" passe a formar "a base de toda união"[288], teve especial repercussão entre as mulheres. Contudo, a idéia de

---

trabalhadoras consistia em menos da metade da masculina, pela execução do mesmo trabalho. As longas horas de trabalho também excediam a média trabalhado pelos homens. Na Alemanha somente em 1981 foi introduzida uma limitação para a jornada de trabalho feminino, que não deveria exceder o máximo de 11 horas (BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p. 169 – 176)

[284] MARX, Karl; ENGELS, F; LENIN, V. I. *Critica do Programa de Gotha, Critica do Programa de Erfurt e Marxismo e Revisionismo*. Porto: Portucalense, 1971, p. 95-96.

[285] MARX, Karl; ENGELS, F; LENIN, V. I. *Critica do Programa de Gotha, Critica do Programa de Erfurt e Marxismo e Revisionismo*. Porto: Portucalense, 1971, p. 95-96.

[286] KAUTSKY, Karl. *Le programme socialiste*. Paris: Marcéle Riviére, 1983, p. IV.

[287] O Programa foi realizado de forma conjunta com Eduard Bernstein.

[288] KAUTSKY, Karl. *Le programme socialiste*. Paris: Marcéle Riviére, 1983, p. 39.

que a mulher passaria a assumir o papel de livre companheira, emancipada não somente do serviço doméstico, mas ainda da sujeição ao capital, podendo dispor autonomamente de si mesma e perseguir sua felicidade pessoal, foi recebida com desconfiança por diversos grupos no interior da social-democracia. Alguns como Daniel De Leon (1852-1914), fundador do Partido Socialista Trabalhista (Socialist Labor Party), encararam o trabalho de Bebel como um ataque à instituição do casamento monogâmico. No prefácio à edição americana de 1903, De Leon alerta para os perigos de que a rejeição à tal instituição leve à promiscuidade. Embora seja um defensor da extensão do direito ao divórcio[289], o autor advoga pela reabilitação do casamento monogâmico através da lenta "aquisição de forças morais de afeição paternal" [290].

As análises de Bebel transcenderam as discussões dentro do partido e passaram a compor o arsenal teórico de inúmeras tendências feministas. O impacto de suas teses pode ser medido pelas palavras de Ottilie Baader, integrante da social-democracia alemã:

> Eu vivia resignada e sem esperança (...). Tive notícia de um livro magnífico (...) escrito por Bebel. Ainda que eu não fosse social-democrata, tinha amigos que pertenciam ao partido. Através deles consegui a cobiçada obra. Eu o lia noite após noite. Era meu próprio destino e o de muitas das minhas irmãs. Nem na família, nem no âmbito público eu tinha ouvido falar sobre toda a dor que a mulher deve suportar. Ignorávamos nossa própria vida. O livro de Bebel rompia de maneira corajosa com o velho código do silêncio (...). Li o livro, não uma vez, mas dez vezes. Porque tudo era tão novo que me custou um esforço considerável assimilar as idéias de Bebel. Tive que romper com muitas coisas que antes considerava corretas.[291]

Não obstante o reconhecimento de sua relevância, diversas críticas foram levantadas ao longo do tempo acerca de sua exposição. Algumas feministas marxistas contemporâneas como Zuleika Alambert, argumentam que "a libertação da mulher é descrita por ele de modo estático, no interior da sociedade socialista, que segundo ele, nascerá depois da revolução"[292]. A seu ver, Bebel teria insinuado que "liquidada a sociedade classista, o proletariado oferecerá numa bandeja às mulheres a sua libertação"[293]. Outras autoras, como Andréa Nye, defendem a idéia de que ele teria

---

[289] DE LEON, Daniel. "Divorce"(1912). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/deleon/works/1912/121203.htm*>. Acesso em janeiro de 2007.
[290] DE LEON, Daniel. "Prefácio", in: BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p. V.
[291] BAADER, Ottilie, apud. GONZÁLEZ, Ana Isabel A. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 53.
[292] ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986, p.94.
[293] ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986, p.42.

reforçado o papel das mulheres como mães e donas de casa, uma vez que "haverá sempre prontamente guardiãs, professoras, companheiras e meninas que as ajudariam"[294].

Tais críticas carecem de sentido e podem resultar de uma leitura enviesada dos escritos de Bebel. Conquanto devam-se reconhecer os equívocos teóricos derivados principalmente da incorporação de uma visão antropológica evolucionista, não se pode negar que o intento principal de Bebel consistia em incitar o empoderamento das mulheres trabalhadoras e estimular sua participação política. Ao anunciar abertamente que "é um absurdo direcionar a mulher para a vida doméstica"[295] e prescrever a necessidade da completa igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, Bebel destaca a importância de que a mulher passe a compartilhar da vida púbica e das questões políticas e sociais, retirando-se do confinamento do lar. Da mesma forma, incentiva a que busquem ocupar seus lugares nos sindicatos e partidos, uma vez que "as mulheres devem esperar tanto a ajuda dos homens quanto os trabalhadores dos capitalistas"[296] em relação à sua emancipação.

Sob este prisma, não se deve menosprezar o valor representado pelo legado teórico de Bebel. Sua ênfase no princípio de que "não pode haver emancipação humana sem a independência social e a igualdade entre os sexos"[297] contribuiu inegavelmente para o fortalecimento da atuação política das mulheres no âmbito do movimento operário e para o reconhecimento de sua importância.

A relevância das contribuições de Bebel à formação de um movimento feminino organizado no interior da social-democracia foi expressa por Klara Zetkin, uma das mais proeminentes lideranças feministas da social-democracia alemã, ao concluir a respeito do livro de Bebel:

> Este livro não deve ser julgado de acordo com seus aspectos positivos ou suas falhas. Ao contrário, deve ser julgado dentro do contexto da época em que foi escrito. Era mais que um livro, era um acontecimento – um grande feito. O livro mostrou pela primeira vez a conexão entre a questão das mulheres e desenvolvimento histórico. Pela primeira vez, soou deste livro o apelo: Nós só conquistaremos o futuro se nós persuadirmos as mulheres a se tornarem nossas colutadoras. Ao reconhecer isto, eu não falo como uma mulher, mas como uma camarada do partido.[298]

---

[294] NYE, Andréa. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 64.
[295] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p. 176.
[296] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p.121.
[297] BEBEL, August. *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923, p. 6.
[298] ZETKIN, Klara. "Only in conjunction with the proletarian woman will socialism be victorious" (1896) . [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/zetkin/1896/10/women.htm*>. Acesso em Janeiro de 2007.

Embora a "questão feminina" fosse objeto de muita controvérsia, sua incorporação nos partidos social-democratas tornou-se geral por volta do início do século XX, impulsionada por inúmeros avanços obtidos por intermédio da construção de um movimento feminino no interior da social-democracia. Os pontos seguintes serão dedicados à analise destas formas de organização e sua ação no sentido da defesa da redefinição radical de poder nos espaços público e privado como parte de um projeto de refundação da sociedade sobre novas bases, de forma a eliminar todas as formas de opressão e superar relações sociais hierarquizadas construídas historicamente, típicas da sociedade patriarcal capitalista. Para tanto, o surgimento de um novo paradigma feminino foi fundamental para a participação política feminina e a construção de um projeto emancipatório socialista que leve em consideração o ponto de vista e a particular inserção social das mulheres trabalhadoras.

2.2. Entre o passado e o futuro: a "nova mulher revolucionária" e a construção de um paradigma feminino alternativo.

Um dos grandes obstáculos a serem contornados pelas mulheres socialistas do século XIX residia justamente no rompimento com a imagem e representações sociais associadas às mulheres. O lugar social ocupado por elas dentro e fora de casa, suas potencialidades, seu destino, suas experiências de vida, tudo parecia predeterminado por forças exteriores às suas vontades, sejam elas enunciadas por Deus, pela natureza ou pelos princípios morais universais.

Mas as representações sobre as mulheres, tal como difundidas na época vitoriana, são construções sociais relativamente recentes, que acompanharam o nascimento das sociedades modernas. Como nos lembra José Rivair Macedo, até a Idade Média as mulheres compunham nas sociedades do Ocidente um grupo bastante diversificado, com regras de comportamentos, códigos e formas de agir na sociedade que variavam de acordo com a origem, posição, atividade, faixa etária, instrução e grupo social[299]. Na Civilização Romana, por exemplo, a crença na "inferioridade natural da mulher" justificava sua exclusão das funções públicas, políticas e administrativas, mas não do trabalho. A casa (*domus*) era governada pelo pai/marido/sogro e as mulheres, restritas aos meios domésticos, gozavam de incapacidade jurídica. Além disto, não exerciam ofícios religiosos e tinham uma presença limitada nos lugares de culto. Já nas tribos celtas que habitavam a antiga Gália (hoje territórios da França, Bélgica e Holanda), existia a equiparação jurídica entre os sexos, tendo

[299] MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*. São Paulo: Contexto, 2002.

as mulheres liberdade para a escolha do parceiro, equiparação nas relações conjugais, possibilidade de ruptura da união conjugal e acesso à herança paterna. Da mesma forma, os povos eslavos[300], até o século X e a chegada dos missionários cristãos ou bizantinos, concediam às mulheres solteiras maior independência em relação ao poder paterno, permitiam a elas a escolha do esposo, determinavam a divisão das responsabilidades conjugais e possibilitavam a dissolução das uniões. Diferentemente, na tradição germânica dos povos bárbaros do norte da Europa, a vida social das mulheres deveria ser "pura" e "virtuosa", de maneira que as mulheres deveriam se tornar exemplos de austeridade, força moral e companheirismo. Deveriam mostrar submissão aos homens e obediência à autoridade paterna, sendo o adultério punido severamente – as mulheres seriam arrastadas de casa nuas, teriam seus cabelos cortados e seriam açoitadas com uma vara. Todavia, ao mesmo tempo em que sofriam uma brutal dominação, eram veneradas pelo seu poder de adivinhação e capacidade de praticar sortilégios, podendo ocupar o papel de sacerdotisas.

Durante o feudalismo podemos perceber a homogeneização das práticas e concepções sobre as mulheres. A influência da Igreja sobre os códigos morais e jurídicos inscritos nos costumes locais promoveu paulatinamente uma visão unificada sobre o papel da mulher. Isto não significa, entretanto, que as mulheres compusessem um grupo uniforme, como aponta Macedo:

> Na sociedade medieval, as distinções sociais foram sempre tão fortes quanto as sexuais. Nesse sentido, não é possível alinhar em um mesmo plano condessas e castelãs com servas e camponesas ou ricas burguesas com artesãs, domésticas e escravas. A opressão muitas vezes era exercida por mulheres poderosas sobre suas dependentes[301].

As senhoras da nobreza assumiam tarefas variadas, da organização da casa e gerência do trabalho doméstico à administração das posses, execução de testamentos e coleta de fundos para o resgate de seus parentes homens capturados em viagens, cruzadas ou guerras. Devido às ausências constantes dos seus maridos, ou em função de sua morte, muitas mulheres da nobreza tiveram de assumir responsabilidades aparentemente masculinas, precisando ir além dos seus papéis convencionais[302]. Não obstante, as nobres permaneciam excluídas da linha sucessória, mesmo após a morte de seu esposo. O filho primogênito, cabeça da casa *(caput mansi)*, recebia a totalidade da herança, de modo a evitar a divisão do patrimônio. As mulheres preservavam apenas a posse dos bens doados por seu pai (o dote recebido na ocasião do matrimônio através da carta de *sponsalicium*, que deveria ser administrado pelo marido) e das arras (o contradote recebido do esposo na ocasião do matrimônio). O casamento era uma alternativa para se galgar uma melhor

[300] Oriundos da parte oriental da Europa (Polônia, Boêmia, Hungria, Rússia).
[301] MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*. São Paulo: Contexto, 2002, p.31.
[302] MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*. São Paulo: Contexto, 2002, p.38.

posição social, mais respeito e poder, sendo que "nesse ato, a mulher era ao mesmo tempo doada e recebida, como um ser passivo. Sua principal virtude, dentro e fora do casamento, deveria ser a obediência e a submissão. Solteira, era identificada sempre como *filia de*, *soror de*. Casada, passava a ser personificada sempre como *uxor de*. Filha, irmã, esposa: os homens deviam ser sua referência"[303].

Enquanto as nobres tinham a opção de pagar somas aos funcionários do Rei para poder escolher o marido ou manterem-se viúvas, para as camponesas o casamento era um pacto entre famílias que elas não poderiam contornar:

> Na relação conjugal, reproduziam-se as formas de poder das relações feudo-vassálicas. As expressões de amor ou afeto não eram consideradas importantes nas uniões. A concepção ético-social do amor não se identificava com os compromissos e juramentos constantes nessa forma de casamento. A própria mulher se dirigia ao marido empregando a palavra "*sênior*"; transpunha dessa maneira a ética das relações sociais próprias do feudalismo para o quadro mais restrito e íntimo do meio doméstico.[304]

As mulheres camponesas compunham uma força de trabalho importante na economia rural, participando de quase todas as atividades ao lado do marido[305] – plantavam, colhiam, descascavam, moíam, pescavam, ordenhavam, tosquiavam, fiavam, costuravam, lavavam, cozinhavam, dentre muitas tarefas. Seu labor no campo era interminável, mas muitas vezes era somado ao trabalho artesanal à domicílio ou em pequenas oficinas onde fabricavam sabão, pentes, tecidos, artigos de luxo e cosméticos consumidos nas cortes. Além disto, sua condição servil as obrigava a prestar serviços na casa do senhor, quando solicitadas.

Como observa Macedo, as mulheres participavam ativamente da economia mercantil e monetária medieval, seja nas aldeias, nos castelos, nas praças públicas, nas ruas, nas oficinas artesanais, nas feiras ou nos mercados. Sua presença era freqüente em oficinas artesanais, integradas às corporações de ofício, embora em geral ocupassem funções menos importantes, recebendo salários mais baixos. Nestas, supervisionavam as meninas aprendizes, trabalhavam na tecelagem (incluindo a costura, bordado, confecção artesanal, tosa, etc.), na metalurgia, na construção civil,

---

[303] MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 20.
[304] MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*. São Paulo: Contexto, 2002, p.22.
[305] Como nota Michelle Perrot, "na sociedade dita tradicional, a família é uma empresa e todos os seus membros concorrem juntos, à medida de cada um para a sua prosperidade. Ainda que exista uma partilha freqüentemente muito acentuada dos papéis e tarefas, continua a haver uma certa fluidez nos empregos. Os trabalhos domésticos não são apanágio exclusivo das mulheres, e os homens podem ajudar; por exemplo, a preparação de certos alimentos fica a cargo deles. A indústria têxtil a domicílio teria aumentado essa fluidez: testemunho e imagens mostram-nos trocas de papel o homem a cozinhar ou varrer, a mulher a acabar sua peça. A unidade de lugar, associando domicílio e trabalho, produção e consumo num mesmo espaço, é favorável a essa alternância, aliás limitada." (PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p.189).

nas caldeiras, nas fábricas de cutelos, facas, arame, latas e canecas, nas pedreiras, nas carpintarias, nos açougues, nas salsicharias, nas padarias, nas leiterias, nas peixarias, nas cervejarias, nos cabeleireiros e barbearias, nos boticários... Sua participação só começou a ser questionada ao final da Idade Média, quando as ocupações e trabalhos livres ou semi-livres se tornaram objeto de disputa e competição masculinas[306]:

> Ao final da Idade Média, certas corporações chegaram mesmo a desaconselhar o emprego de mulheres, sobretudo as casadas. Ao que tudo indica, houve uma progressiva limitação da participação de mulheres casadas em atividades fora do lar. Embora se tenha conservado nos séculos posteriores ao XV, o trabalho das artesãs casadas, favorecido pela economia urbana medieval, foi-se tornando cada vez mais restrito (...)[307].

Ao mesmo tempo em que as mulheres eram cada vez mais relegadas ao ambiente doméstico, a vida privada tornava-se sujeita a disciplina e ao controle da Igreja. Assim, nos séculos IX a XII, a Igreja Católica transformou o casamento em um sacramento religioso, de forma que "a união conjugal tornar-se-ia veículo de controle do comportamento da sociedade por parte da Igreja"[308]. A regulação das uniões pela Igreja incluía o controle sobre a sexualidade dos fiéis, a censura à "fornicação" e à prática do concubinato, a incitação à procriação, à virgindade e à castidade, a proibição do incesto (abarcando parentes até o 4º grau) e a indissolubilidade do casamento.

Além de imporem penas canônicas severas à desobediência destes preceitos – especialmente às mulheres, cujos maridos reservavam-se o direito de castigar as esposas com punições físicas, em nome da honra familiar – os religiosos empreendiam esforços para difundir a moral religiosa através de livros de sermões e tratados sobre a educação. É o caso do "Livro das três virtudes", de Cristina de Pisan, escrito em 1405, destinado à princesa Margarida de Borgonha, o qual pretende ensinar às mulheres a arte de viver em sociedade fazendo uso das virtudes da razão, da retidão e da justiça. Outro tratado conhecido foi escrito pelo Sacerdote espanhol Luis de León, em 1583, intitulado "A perfeita mulher casada". Neste são estabelecidos os padrões éticos e religiosos a serem seguidos pelas mulheres casadas, suas obrigações e ofícios fundamentais (como servir ao marido, governar a família, criar os filhos, temer a Deus e possuir uma consciência limpa). Deste modo, seguindo as Sagradas Escrituras, as mulheres deveriam ocupar-se de sua casa e orar para viverem como se deve:

> É sabido que, quando a mulher cuida do seu ofício, o marido a ama, e a família está em harmonia, os filhos aprendem a virtude, a paz reina,

[306] Cabe lembrar que o trabalho das mulheres nas corporações de ofício foi finalmente proibido em 1688. (MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 42.)
[307] MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 42.
[308] MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 23.

> a vida prospera. Como a lua cheia nas noites serenas, desfruta rodeada, como acompanhada de claríssimas luzes, as quais parece que ampliam suas próprias luzes, reverenciando-a; assim a boa mulher casada em sua casa reina e resplandece, atrai para si os olhos e o coração de todos. [309]

As mulheres, portanto, deveriam demonstrar resignação, doçura, fé, piedade, entrega, regozijo, paciência e paz. Deveriam ser santas, honestas e belas, além de promover harmonia e afastar a discórdia. Somente assim seriam reverenciadas pela família, amadas pelos filhos, adoradas pelos maridos, estimadas e elogiadas pela comunidade. Para serem "causa de alegrias e não de problemas", as mulheres não deveriam desperdiçar ou gastar em demasiado. Precisariam se destinar ao recolhimento e à modéstia, já que "nasceram para sujeição e humildade" [310]. Sendo detentoras de uma "razão discreta e fala doce", deveriam externar piedade e ternura e, sobretudo, falar pouco:

> assim como a natureza (...) fez as mulheres para que trancadas guardassem a casa, assim as obrigou a que fechassem a boca (...) assim como a mulher boa e honesta não foi feita pela natureza para o estudo das ciências, nem para os negócios, e sim para um só ofício simples e doméstico, assim limitou seu entendimento, e por conseguinte taxou suas palavras e razões[311].

Segundo Luís De Leon, as mulheres estariam "naturalmente" em dívida com seus maridos, sendo então destinadas ao ofício de lhes "agradar e servir, alegrar e ajudar nos trabalhos da vida e na conservação dos bens". Conseqüentemente, não poderiam ser ociosas, devendo acordar sempre cedo e nunca desobedecê-los, pois foram dadas aos homens "para alívio de seus trabalhos, e para repouso e doçura e afago"[312]. Logo, a mulher que não dá prazer ao marido é "como o corte das pernas e decaimento das mãos", "uma chaga mortal" que destroça o coração[313].

Como se vê, a imagem das mulheres difundida pela Igreja era profundamente paradoxal. Ora eram encaradas como "pedras preciosas", "fontes de doçura e virtude" e responsáveis pela harmonia da família, ora eram retratadas como seres de "espírito fraco", cuja natureza estaria corrompida pelo pecado original, uma vez que "a mulher deu início ao pecado, e por sua causa morremos todos"[314].

O sistema de valores e modelos de conduta apresentado pelos teólogos e moralistas cristãos, difundidos amplamente nas sociedades modernas e industriais, portanto, contribuíram para a

---

[309] DE LEÓN, Luis. *A perfeita mulher casada.* São Paulo: Escala, 2002, p.19.
[310] DE LEÓN, Luis. *A perfeita mulher casada.* São Paulo: Escala, 2002, p.30.
[311] DE LEÓN, Luis. *A perfeita mulher casada.* São Paulo: Escala, 2002, p. 78.
[312] DE LEÓN, Luis. *A perfeita mulher casada.* São Paulo: Escala, 2002, p. 35.
[313] DE LEÓN, Luis. *A perfeita mulher casada.* São Paulo: Escala, 2002, p.20.
[314] DE LEÓN, Luis. *A perfeita mulher casada.* São Paulo: Escala, 2002, p.20.

atribuição às mulheres de uma natureza dupla: virtuosa, submissa e dependente, e simultaneamente pérfida, frívola, ardilosa, perigosa e pecadora. Esta segunda concepção foi alimentada durante a Inquisição, na qual sobretudo benzedeiras, curandeiras e parteiras eram associadas a atos diabólicos e heresias pagãs. Embora o auge deste processo na Europa tenha se dado entre 1560 e 1630, desde 1486 os inquisidores alemães Sprenger e Kramer já haviam escrito seu tratado de demologia e bruxaria "*Malleus Maleficarum*" ("Martelo das Feiticeiras"), identificando as mulheres como os alvos preferenciais de sua perseguição.

Mas a reprodução desta imagem dual feminina não se restringiu ao discurso religioso, sendo incorporada por literatos e intelectuais leigos e até mesmo anti-clericais. O mais célebre dos pensadores modernos a defender este paradigma feminino foi sem dúvida Jean-Jacques Rousseau. Em "Emílio", publicado em 1762, Rousseau esboça sua perspectiva de "um novo modelo familiar, fechado para o exterior e centrado no amor conjugal e parental". Neste, a mulher deveria representar os papéis de esposa virtuosa e fiel, mãe sacrificante e dona-de-casa consumada. "Sofia", a companheira de "Emílio" (o protótipo masculino), seria detentora de uma natureza distinta e complementar a do homem. Ela seria naturalmente dócil, modesta e voltada para atividades caseiras, enquanto "Emílio" representaria força, audácia e a conquista do mundo exterior[315].

As mulheres, segundo Rousseau, deveriam, assim, ocupar seu lugar na ordem física e moral de acordo com as características de seu sexo. Sendo fraca e passiva, a mulher foi feita especialmente para agradar ao homem e para ser subjugada. Portanto, deve tornar-se agradável ao homem ao invés de provocá-lo, pois "sua violência própria está em seus encantos; é por eles que ela deve forçá-lo a descobrir sua força e a usar dela"[316]. Destarte, embora o mais forte seja "aparentemente o senhor do mais fraco", dele depende, pois a lei da natureza daria à mulher maior facilidade de "excitar os desejos"[317].

Mas se a natureza armou as mulheres de "encantos" para domar a força masculina, as mulheres deveriam conter seus instintos sexuais e abraçar a moderação, o pudor e a vergonha, a fim de frear seus perigosos desejos ilimitados:

> Com a facilidade que as mulheres têm de mexer com os sentidos dos homens e de despertar no fundo de seus corações os restos de um temperamento quase extinto, se houvesse algum infeliz lugar na terra em que a filosofia tivesse introduzido esse costume, sobretudo nos países quentes, onde nascem mais mulheres do que homens,

[315] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
[316] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 517.
[317] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 519.

> tiranizados por elas eles acabariam sendo suas vítimas e ver-se-iam todos arrastados para a morte sem que pudessem defender-se[318].

Apenas o "bom uso das faculdades" e o "gosto pelas coisas decentes", compensariam os instintos animalescos femininos. A astúcia feminina estaria em justamente fazer uso de seus "encantos" e de sua fragilidade natural, pois "longe de corar por sua fraqueza, as mulheres orgulham-se dela; seus tenros músculos não oferecem resistência, elas dizem não poder carregar os mais leves fardos e teriam vergonha de ser fortes. Por que? Não apenas para parecerem delicadas, mas por uma precaução mais hábil; preparam de longe as desculpas e o direito de serem fracas quando preciso"[319]. O domínio da mulher seria, portanto, um domínio de doçura, de habilidade e de complacência; de modo que "suas ordens são carícias, suas ameaças são lágrimas"[320]. Contudo, mesmo detendo certas "armas femininas", as mulheres não estariam em condições de paridade com os homens:

> O macho só é macho em certos instantes, a fêmea é fêmea a vida toda, ou pelo menos a juventude toda; tudo a faz lembrar seu sexo e, para bem preencher suas funções, ela precisa de uma constituição que se coadune com ele. Precisa de precauções quando está grávida, precisa de repouso nos partos, precisa de uma vida calma e sedentária para amamentar os filhos, precisa, para educá-los, de paciência e mansuetude, de um zelo e de uma afeição que nada espante; ela serve de ligação entre os filhos e o pai, só ela faz com que o pai os ame e lhe dá confiança para chamá-los seus filhos. Quanta ternura e preocupação ela não deve ter para manter a união em toda a família! E enfim tudo isso não devem ser virtudes, mas sim gostos, pois caso contrário a espécie humana logo se extinguiria[321].

Deste modo, a constituição física ditaria os deveres relativos a ambos os sexos, de modo que "quando a mulher se queixa a esse respeito da injusta desigualdade que o homem institui, ela está errada; tal desigualdade não é uma instituição humana, ou pelo menos não é obra do preconceito, mas da razão"[322]. A própria natureza a teria encarregado da custódia dos filhos e da organização da família; desta maneira deveriam agir de acordo com a destinação particular de seu sexo e suas inclinações naturais, ao invés de procurarem cultivar em si as qualidades do homem. As mulheres, portanto, devem desenvolver um "espírito agradável e fino", próprio a uma "dama", devendo

---

[318] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 517.
[319] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 519.
[320] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 599.
[321] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.521.
[322] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.521.

"aprender muitas coisas, mas apenas aquelas que lhes convém saber"[323]. Sendo assim, as mulheres não necessitariam dos conhecimentos ensinados aos homens, pois sua razão seria uma "razão prática", que faz com que elas encontrem muito habilmente os meios de alcançar um fim conhecido, mas que não as faz descobrir esse fim. Em resumo, as mulheres, segundo Rousseau, seriam movidas por uma moral experimental e pela observação, e não pelo raciocínio:

> A razão que leva o homem ao conhecimento de seus deveres não é muito complexa; a razão que leva a mulher ao conhecimento dos seus é ainda mais simples. A obediência e a fidelidade que deve ao marido, a ternura e as atenções que deve aos filhos são conseqüências tão naturais e tão visíveis de sua condição, que ela não pode, sem má-fé, recusar sua aprovação ao sentimento interior que a guia, nem desconhecer o dever na inclinação que ainda não se alterou[324].

Sua inaptidão ao raciocínio as tornaria incapazes de reunir sabedoria e piedade, oscilando entre a libertinagem e a devoção. O sexo feminino, assim, seria caracterizado pelo exagero, o que exigiria uma autoridade masculina forte a domar seus impulsos, seu ócio, sua indocilidade e suas fantasias, submetendo-as às suas vontades. Toda sua educação deve ser direcionada a meta de se evitar a frivolidade e a inconstância, de modo que as mulheres sejam ensinadas a "vencerem a si mesmas"[325]. Neste sentido, o recato e a doçura seriam as principais qualidades das mulheres, sendo que a "verdadeira mãe de família, longe de ser uma mulher do mundo, é pouco menos reclusa em sua casa do que a religiosa em seu claustro"[326].

> A primeira e a mais importante qualidade de uma mulher é a doçura; feita para obedecer a um ser tão imperfeito quanto o homem, tantas vezes tão cheio de vícios e sempre tão cheio de defeitos, ela deve aprender cedo a suportar até a injustiça, assim como os erros de seu marido, sem se queixar; não é por ele, mas por si mesma que ela deve ser doce. (...) Aspereza e teimosia só aumentam os males e o mau comportamento dos maridos. O céu não as criou insinuantes e persuasivas para tornarem-se coléricas; não as fez fracas para serem imperiosas; não lhes deu uma voz tão doce para dizerem injúrias, não lhes deu traços tão delicados para que fossem desfigurados pela cólera.[327]

---

[323] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.526.
[324] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.558.
[325] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.534.
[326] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.566.
[327] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.536.

Para Rousseau, a dependência seria um estado natural nas mulheres, sujeitas quer a um homem, ou ao juízo dos homens (a opinião pública). As mulheres seriam feitas para obedecer, devendo gozar de pouca liberdade e ser submetidas a constrangimentos habituais, a fim de não se perderem em caprichos e entusiasmos. Ao marido caberia exercer seu mando, assumindo o "tom de seu sexo", de modo a evitar que sua mulher se torne impertinente. A educação oferecida às mulheres e enforcada por seus maridos tem por objetivo garantir que estas sejam mantidas submissas, agradáveis, modestas e dóceis, fazendo com que gostem dos "trabalhos de seu sexo" e que saibam "zelar por seu lar e cuidar da casa"[328].

> Para que disponham do necessário, para que estejam bem, é preciso que o demos a elas, que queiramos dá-lo a elas, que consideremos que são dignas disso; elas dependem de nossos sentimentos, do valor que damos a seus méritos, da importância que prestamos a seus encantos e suas virtudes. (...) Assim, toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amar e honrar por eles, educá-los quando jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar suas vidas agradáveis e doces: eis os deveres da mulher em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância[329].

A perspectiva de Rousseau teve grande repercussão entre os pensadores e revolucionários de seu tempo. Dentre as mentes contestadoras dos regimes monárquicos, progressistas e liberais, no século XVIII e início do XIX, poucos refutavam a visão rousseauniana acerca da natureza feminina. Revolucionários franceses como Robespierre, Santerre, Chaumette, Amar, Lanjuinais e Prudhomme, exortavam as mulheres a ficarem em suas casas e deixarem-se representar por seus pais e esposos. Desde novembro de 1791, o jornalista Prudhomme já defendia a interdição às mulheres de qualquer petição pública e ao direito de se apresentarem à Assembléia Nacional. Em sua visão, elas deveriam simplesmente confiar no relato de seus esposos (seus "representantes naturais") e adotar os princípios políticos de suas famílias, "sem discuti-los demais":

> Já o dissemos, e incomoda-nos sermos obrigados a repeti-lo; cada sexo tem seus deveres bem especificados, e os costumes sempre sofrem quando um dos sexos usurpa as atribuições do outro: a cada um suas funções, seus hábitos, seu tipo de vida. As leis da modéstia confinam as mulheres em suas casas, ou no seio de suas famílias. São plantas benfazejas, mas delicadas, que não devem sair da estufa e se expor às tempestades da publicidade. Seus deveres domésticos já são

[328] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.541.
[329] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.526-527.

> bastante multiplicados, sem que ainda lhes sejam impostos aqueles da supervisão de tudo o que se passa fora de casa.[330]

Ainda que fossem vistas como "cidadãs passivas"[331], sem plenos direitos políticos, as mulheres conquistaram uma série de direitos privados na Constituição de 1791, como casamento civil, capacidade jurídica e direitos sucessórios, além de, no ano seguinte, o divórcio. Tendo sua participação restrita nos grandes clubes políticos, como os jacobinos ou *cordeliers* – que as proibiam de deliberarem e votarem –, formaram clubes políticos mistos ou exclusivamente femininos para levar adiante suas reivindicações[332]. Nestes termos, inúmeras ações foram organizadas em defesa da ampliação de seus direitos políticos e do reconhecimento de sua igualdade jurídica.

Antes mesmo da promulgação da Carta Constitucional de 1791, Olympe de Gouges redigiu e publicou sua "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã", na qual recorria aos princípios liberais e ao direito natural para justificar a necessidade de uma igual inserção da mulher na vida política e civil:

> Diga-me, quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo? (...) Ele quer comandar como déspota sobre um sexo que recebeu todas as faculdades intelectuais. (...) Esta revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do seu destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade. A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. (...) Esses direitos inalienáveis e naturais são: a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão. (...) O exercício dos direitos naturais da mulher só encontra seus limites na tirania que o homem exerce sobre ela; essas limitações devem ser reformadas pelas leis da natureza e da razão[333].

De Gouges, assim, reescreveu os 17 artigos da "Declaração Universal dos Direitos do Homem" (1789), recusando a pretensa universalidade e abstração dos termos "cidadão" e "homem",

---

[330] PRUDHOMME."A propósito das mulheres requerentes". In: BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 77.

[331] Em 1789 o abade de Sièyes descreveu como "cidadãos ativos" – que deteriam o direito de voto – aqueles com escolaridade e racionalidade suficientes para participar do trabalho criativo de uma nação, isto é, os homens autônomos, capazes de promover seu autocrescimento. Já a Constituição de 1791 estabelecia que "cidadãos ativos" eram homens com mais de 25anos, independentes e possuidores de um grau mensurável de riqueza. Com a queda da monarquia, em 1792, o "cidadão ativo" passou a ser todo homem acima de 21 anos que se sustentasse.

[332] Dentre os clubes mistos destacam-se a "Sociedade fraterna dos patriotas dos dois sexos" (1790) e o "Clube dos amigos da lei". Já entre os clubes de mulheres, cabe ressaltar a associação formada por Etta Palm em Dijon (1791), denominada "As amigas da verdade". (BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.34-37).

[333] ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p.34-35.

destacando o sentido concreto que vincula o sexo masculino à cidadania ativa republicana. Deste modo, faz questão de acrescentar ao lado do sujeito político "homem", o sujeito político "mulher", desatrelando a idéia de "cidadã" da de "cidadã passiva". Como observa Joan Scott,

> Não que ela quisesse provar a semelhança entre homens e mulheres a fim de qualificar-se para a cidadania; queria, de fato, refutar a idéia dominante que associa de modo exclusivo masculinidade e cidadania, tornar a diferença de sexo irrelevante no nível político e ao mesmo tempo associar à mulher – explicitamente como mulher – a noção de sujeito "ativo". [334]

A despeito de suas contradições e ambigüidades políticas – como a defesa da monarquia e do papel paternalista do Rei[335] – Olympe de Gouges teve um importante papel na contestação da opressão sexual e racial e na reivindicação da completa igualdade civil e política para as mulheres. Como descrevera em suas cartas públicas dirigidas à Robespierre, De Gouges não se adequava ao papel e a natureza convencionais atribuídos às mulheres, ao anunciar: "Eu sou um animal incomum; não sou nem mulher nem homem. Tenho toda a coragem de um e, às vezes a fraqueza do outro"[336]. Seu exemplo pessoal de uma mulher independente, de opinião forte e imaginação ativa – que como escritora de peças teatrais e folhetos políticos transitava em ambientes considerados exclusivamente masculinos – era considerado escandaloso e mesmo patológico às pessoas de sua época[337]. Sua rebeldia lhe rendeu a desmoralização pública, sendo acusada de plágio, de ser analfabeta e de ter uma relação incestuosa com seu filho. Por fim, seu panfleto "As três urnas", no qual propõe um referendo público para decidir entre três formas de governo – monarquia, república ou federação – oferece aos seus detratores a chance de lhe conferir a pecha de "inimiga da República" e condená-la à morte. Em 3 de novembro de 1793, Olympe de Gouges foi guilhotinada pelos revolucionários franceses, como consequência de ter "esquecido as virtudes próprias de seus sexo". Como ela própria havia remarcado, tal era a situação paradoxal das mulheres na França revolucionária: não podiam subir à Tribuna, mas podiam subir ao cadafalso.

---

[334] SCOTT, Joan Walach. *A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002, p. 69.

[335] De acordo com Marie Josephine Diamond, as ambiguidades de Olympe de Gouges derivam de sua origem pessoal, como suposta filha ilegítima de um aristocrata, Marquis de Pompignan. Marie Gouze (seu nome verdadeiro) foi criada por um açougueiro, tendo tornado-se viúva bem cedo, com um filho para criar. Passou a frequentar os salões da corte como cortesã, onde entrou em contato com a intelectualidade da época, especialmente Condorcet, tendo despertado para a ideia de se tornar uma "mulher de letras" autodidata (DIAMOND, Marie Josephine. "The revolutionary rhetoric of Olympe de Gouges". In: *Feminist Issue*. v.14, n.1, p.3-21, 1994).

[336] SCOTT, Joan Walach. *A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002, p.55.

[337] "Ela era única, singular; a origem de sua pessoa era ela própria. Não havia um "sujeito" preexistente, nenhuma matéria maleável que pudesse receber uma impressão; pelo contrário, por intermédio da representação, Olympe de Gouges produziu um indivíduo cuja representatividade não tinha antecedente e dessa forma ela era, nos termos de sua época, uma cidadã ativa, equivalente e idêntica mesmo ao "novo homem" da Revolução." (SCOTT, Joan Walach. *A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002, p. 53).

Assim como Olympe De Gouges, inúmeras mulheres procuraram organizar-se para estender seus direitos. Em 1º de abril de 1792, o círculo de mulheres dirigido por Etta Palm apresentou à Assembléia Legislativa uma petição reivindicando a admissão de mulheres nos empregos civis e militares, uma educação nacional, maioridade aos 21 anos e igualdade de direitos políticos. No mesmo ano Pauline Léon e Théroigne Méricourt, pedem autorização para empunhar armas e para se organizar como guarda nacional. Em 14 de julho de 1792, Olympe de Gouges ajudou a organizar um desfile de mulheres armadas, recebido com vaias e sarcasmo. Esta intensa mobilização, no entanto, não resultou em mudanças legislativas, sendo encaradas com escárnio e ultraje pelos membros da Convenção.

As revoltas populares deflagradas por mulheres, ao longo do ano de 1793, contra atravessadores, especuladores e agiotas, e sua participação nas ruas, na Assembléia e nas tribunas populares da Convenção quando da tomada do poder em maio e junho de 1793, contribuíram para que fossem retratadas como ameaças à tranquilidade pública e à ordem republicana[338], de modo que em outubro deste mesmo ano as mulheres foram expressamente proibidas de adentrar a tribuna, exercer os seus direitos cívicos, tomar parte no governo, ou ainda reunirem-se em associações políticas. Além destas medidas, a partir de 1795 a repressão intensificou-se, sendo aprovado um decreto na Assembléia Nacional que dispunha:

> Decreta-se que todas as mulheres se retirarão, até ordem contrária, a seus respectivos domicílios. Aquelas que, uma hora após a publicação do presente decreto estiverem nas ruas, agrupadas em número superior a cinco, serão dispersadas por força das armas e presas até que a tranqüilidade pública retorne a Paris[339].

Assim, após participarem ativamente do processo revolucionário, redigindo manifestos, organizando motins contra a carestia, formando clubes políticos, as mulheres deveriam retornar aos seus lares e ao papel resignado que a "natureza" havia lhes destinado, isto é, de um ser silencioso, submisso, obediente, boa esposa e mãe. Ocultava-se, portanto, seu papel ativo e revolucionário, a fim de reabilitar a imagem passiva das mulheres e justificar sua clausura doméstica. Ao mesmo tempo, utilizava-se as "mulheres rebeldes" como exemplos históricos negativos do que poderia advir da rejeição de suas obrigações naturais:

> Com raras exceções, seus contemporâneos não demonstram ternura para com elas. Alvos privilegiados da imprensa monarquista e dos

[338] "Aquelas mulheres capazes de tudo quando não podiam mais alimentar suas famílias são sempre descritas como uma força instintiva, difícil de canalizar. Como serão também as primeiras a exigir cabeças sob o Terror, metem medo. As raras descrições que nos chegam mostram-nas feias, sujas, descabeladas e ameaçadoras. Mais próximas da animalidade do que da humanidade. Surdas a qualquer raciocínio." (BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 9).

[339] ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p.35.

> burgueses bem pensantes, todas foram escarnecidas, caricaturadas e arrastadas para a lama. Uma maioria de historiadores do século XIX, reunindo calúnias e mentiras, chegando mesmo por vezes a criar novas, relegaram-nas à seção das crônicas escandalosas. Inventou-se que tinham uma sensualidade desenfreada, e uma violência incontrolável. Em suma, fez-se delas a imagem de mulheres pouco respeitáveis e perigosas. Em uma palavra: loucas.[340] P.10.

Uma das vozes dissonantes entre os revolucionários quanto à igualdade jurídica das mulheres partiu do Marquês de Condorcet. Contrariando o Relatório sobre a Instrução Pública, apresentado por Talleyrand na Constituinte em setembro de 1791 (e aprovado pela maioria), Condorcet rejeitava a ideia de que a educação doméstica bastava para a felicidade das mulheres e de sua família, de forma que a instrução elementar até a idade de 8 anos seria insuficiente às mulheres. Assim, Condorcet apresentou à Assembléia Legislativa um novo relatório em que preconiza uma instrução similar para os dois sexos [341]. Como as mulheres teriam os mesmos direitos naturais que os homens, elas teriam que obter as mesmas facilidades para adquirir as luzes que podem lhes dar os meios de exercer realmente esses direitos com uma mesma independência com uma mesma independência e uma igual amplitude. Contudo, embora Condorcet advogue pela instrução comum para ambos os sexos, não confronta diretamente o papel social atribuído às mulheres:

> Se o sistema completo da instrução comum, daquelas que têm por objetivo ensinar aos indivíduos da espécie humana o que lhes é necessário saber para gozar de seus direitos e para cumprir seus deveres, parece demasiado extenso para as mulheres, que não são chamadas a nenhuma função pública, podemos restringir-nos a fazê-las percorrer os primeiros graus, mas sem interditar os outros àquelas que tivessem disposições mais felizes, nas quais suas famílias desejassem aprimorá-las. Havendo alguma profissão exclusivamente reservada aos homens, as mulheres não seriam admitidas à instrução particular que ela possa exigir; mas seria absurdo excluí-las daquela que tem por objetivo as profissões que elas devem exercer em concorrência[342].

---

[340] BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.10.
[341] CONDORCET, Marquês de. "A instrução das mulheres". In: BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 87-94.
[342] CONDORCET, Marquês de. "A instrução das mulheres". In: BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 87.

Sua justificativa para a instrução pública universal recai, então, sobre a utilidade da aquisição de conhecimentos pelas mulheres com vistas ao bem-estar e harmonia da família. De acordo com Condorcet, é relevante que as mulheres compartilhem da instrução dada aos homens para que possam supervisionar a instrução dada aos seus filhos e para que sua autoridade não seja passível de ser questionada em virtude de sua ignorância, pois "que autoridade poderia ter a ternura materna, se a ignorância condenasse as mães a se tornarem para seus filhos um objeto de ridículo ou de desprezo?"[343]. Condorcet, assim, defende que as mulheres sejam ensinadas ciências, muito embora elas não possam contribuir com novas descobertas, que exigem longa meditação e força de espírito extraordinária. Suas contribuições aos progressos das ciências se fariam através de "observações" ou pela elaboração de "livros elementares" – atividades próprias à vida sedentária e regrada. Deste modo, conforme apontou em um panfleto de 1789, elas não seriam "conduzidas pela razão dos homens, mas sim pela sua própria"[344].

Não obstante suas reservas quanto a plena potencialidade racional feminina, Condorcet admite que vida das mulheres não pode estar inteiramente ocupada pelos cuidados domésticos [345]. Como indivíduos da espécie humana, as mulheres seriam detentoras de direitos naturais e deveriam exercer a cidadania:

> Ora, os direitos dos homens resultam unicamente do fato de que são seres sensíveis, suscetíveis de adquirir idéias morais e de raciocinar sobre essas idéias. Assim, tendo as mulheres essas mesmas qualidades, têm, necessariamente, direitos iguais. Ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou todos têm os mesmos; e aquele que vota contra o direito de outro, seja qual for sua religião, cor ou sexo, desde logo abjurou os seus[346].

Para o filósofo, portanto, as mulheres não seriam incapazes de exercer os direitos da cidadania devido a gestações e indisposições passageiras, nem por razão de uma suposta diferença natural que as tornaria avessas aos assuntos públicos, já que "não é a natureza, é a educação, é a existência social que causa essa diferença"[347]. Entretanto, Condorcet conforta seus companheiros da Assembléia que temem que suas mulheres abandonem o lar para se dedicarem aos negócios

---

[343] CONDORCET, Marquês de. "A instrução das mulheres". In: BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.89.
[344] CONDORCET, Marquês de. "Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania". In: BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 49.
[345] CONDORCET, Marquês de. "Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania". In: BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
[346] CONDORCET, Marquês de. "Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania". In: BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 46.
[347] CONDORCET, Marquês de. "Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania". In: BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.48.

públicos, ao enunciar que, mesmo com a aprovação de seus direitos políticos, "as mulheres não seriam mais arrancadas dos cuidados caseiros do que os trabalhadores de seus arados, e os artesãos de suas oficinas"[348]. Como cabe a um número ínfimo de cidadãos a tarefa de se ocupar das questões públicas, "não se deve crer que, porque as mulheres poderiam ser membros das Assembléias Nacionais, abandonariam imediatamente seus filhos, sua casa e sua agulha. Só ficariam mais competentes para educar seus filhos e para formar homens"[349].

Embora tenha muitas vezes adequado seu discurso ao auditório a que se reportava, moderando suas posições e críticas à desigualdade instituída entre homens e mulheres, Condorcet inspirou inúmeros seguidores ao combate pela plena igualdade de direitos e em defesa de princípios republicanos. Uma de suas admiradoras, Mary Wollstonecraft, procurou aprofundar suas críticas, consagrando-se como uma das pioneiras do feminismo inglês.

Em 1792, Mary Wollstonecraft teve seu livro "Reivindicação dos direitos da mulher"[350] publicado na Inglaterra. Nesta obra partia em defesa de uma "revolução nos costumes femininos", de forma a "restituir às mulheres sua dignidade perdida, fazendo-as contribuir, enquanto membros da espécie humana, para a reforma do mundo, reformando-se a si mesmas". Assim, inspirada na tradição iluminista francesa, realizou uma exortação moral pelo acesso das mulheres ao ensino e à vida pública.

Segundo Wollstonecraft, o sistema de educação seria voltado para manter a dependência econômica das mulheres. Os livros de instrução, escritos por homens, teriam como objetivo reproduzir um falso refinamento e ignorância, embutindo em suas mentes o gosto por frivolidades e por insignificantes objetos de desejo. Educadas para a dependência, as mulheres seriam levadas a agir de acordo com as vontades de um outro ser falível, submetendo a ele o julgamento do certo ou do errado e cedendo a ele um poder tirânico. As mulheres submetidas a esta educação – treinadas para obedecer sem raciocinar e para a mediocridade – seriam incapazes de desenvolver suas virtudes e habilidades e de se tornarem mães racionais e afetuosas.

Para a autora, portanto, "é tempo de efetivar uma revolução nas maneiras femininas"[351] e de desenvolver as virtudes e faculdades do intelecto em lugar das emoções. As paixões insufladas desde crianças as acostumariam às emoções vívidas, à inconstância e à sensibilidade, à custa da razão e da imaginação. Da mesma forma, as meninas não precisariam fragilizar seu corpo com noções erradas de beleza e excelência femininas. Neste sentido, as mulheres não deveriam ser criadas para satisfazer aos apetites dos homens, servindo-lhes de escravas. Assim, contra Rousseau,

---

[348] CONDORCET, Marquês de. "Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania". In: BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.50.
[349] CONDORCET, Marquês de. "Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania". In: BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.51.
[350] WOLLSTONECRAFT, Mary. *A vindication of the rights of woman*. Hungria: Könemann, 1998.
[351] WOLLSTONECRAFT, Mary. *A vindication of the rights of woman*. Hungria: Könemann, 1998, p. 137.

Wollstonecraft argumenta que as mulheres devem contestar o "direito divino dos maridos", assim como foi contestado o "direito divino dos reis" – já que os homens como "semi-deuses" usam o mesmo argumento de reis tirânicos, qual seja, as mulheres devem ser submetidas porque sempre o foram[352]:

> As mães que desejam dar verdadeira dignidade ao caráter de sua filha devem, independentemente das manifestações de ignorância, proceder a um plano diametralmente oposto ao que Rousseau recomendou com todos os requintes de charme, de eloqüência e sofisticação filosófica: pois sua eloqüência torna absurdos plausíveis e suas conclusões dogmáticas confundem, sem convencer, aqueles que não têm habilidade para os refutar.[353]

Assim como as mulheres devem ser educadas racionalmente, com vistas ao progresso da virtude humana e ao desenvolvimento do conhecimento, elas deveriam cultivar a afeição racional pela pátria. Para tanto, deveriam ser transformadas em membros úteis da sociedade, no pleno exercício de sua virtude pública. Logo, a autora ressalta a necessidade de uma reforma no sistema de representação, dominado pelo despotismo masculino. Segundo Wollstonecraft, seria preciso instituir leis racionais capazes de dar fim à distinção sexual e garantir a liberdade natural e os direitos dos seres morais. Somente assim poder-se-ia restaurar a afeição e confiança entre maridos e esposas, unindo-os em uma relação matrimonial que privilegie os sentimentos comuns, a deliberação conjunta e o compartilhamento dos direitos. Os homens assumiriam a castidade e modéstia e as mulheres possuiriam diferentes deveres a cumprir, devendo se curvar apenas à autoridade da razão. Deste modo, "castidade, modéstia, espírito público e todo o nobre conjunto de virtudes, sob o qual a virtude social e a felicidade são construídos, deve ser compreendido e cultivado por toda a humanidade"[354].

Assim como Condorcet, Wollstonecraft sustenta seu argumento em prol da igualdade jurídica das mulheres, em última instância, na harmonia familiar. A idéia de que para atender à sua destinação peculiar – a maternidade – as mulheres devem desenvolver sua capacidade racional e seu espírito público, portanto, termina por legitimar a visão de que o lugar primordial das mulheres continua a ser o lar. Contudo, se a imagem das mulheres permanecia vinculada ao ambiente doméstico e aos cuidados maternais, na prática as mulheres já se descolavam deste papel e adentravam cada vez mais no mercado de trabalho e em assuntos públicos, participando ativamente de manifestações e motins.

---

[352] WOLLSTONECRAFT, Mary. *A vindication of the rights of woman*. Hungria: Könemann, 1998, p.131.
[353] WOLLSTONECRAFT, Mary. *A vindication of the rights of woman*. Hungria: Könemann, 1998, p.132.
[354] WOLLSTONECRAFT, Mary. *A vindication of the rights of woman*. Hungria: Könemann, 1998, p. 260.

Conforme já fora ressaltado por Edward Palmer Thompson, o século XVIII apresentou um "paradoxo característico": uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde[355]. A resistência às mudanças econômicas capitalistas impostas por governantes, comerciantes ou empregadores (tais como os cercamentos, a disciplina de trabalho, os "livres" mercados não regulamentados de cereais) esteve amparada na cultura conservadora da plebe, que as enxergavam como uma expropriação de seus direitos de uso costumeiros ou como a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. A cultura popular rebelde, deste modo, procurou validar seus protestos com base na defesa dos costumes e das regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária, de maneira a atender seus interesses atuais[356]. Convém salientar, no entanto, que o apego às práticas e normas tradicionais no cerne da "cultura plebéia" não significou a exclusão das mulheres da mobilização contra os novos padrões de consumo, as inovações técnicas ou a racionalização do trabalho, que ameaçavam desintegrar os costumes e a organização familiar dos papéis produtivos[357]. A presença das mulheres era constante, por exemplo, em turbas, multidões e nos "motins da fome" (sublevações contra os preços dos alimentos), no final do século XVIII e início do XIX.

Como provedoras do sustento da família manufatureira – assumindo o papel central na confecção doméstica das roupas e metais e na compra e venda de bens alimentícios (aves, frutas, legumes, cereais) – as mulheres estariam mais atentas ao significado dos preços e mais experientes em detectar peso insuficiente e qualidade inferior de produtos, de modo que seriam elas "freqüentemente as formadoras de opinião na comunidade e aquelas que começavam as ações; às vezes eram as únicas que as criavam, e os homens participavam em solidariedade às mulheres, assim como elas freqüentemente uniam-se aos homens"[358].

> Se as mulheres tinham especial proeminência nos motins da fome de regiões em que era forte a economia doméstica manufatureira, era em parte porque o seu papel nessa economia lhes assegurava autoridade e autoconfiança. Mas tal não se dava porque os papéis de gênero fossem quase indistinguíveis. A esfera da autoridade feminina provavelmente se encarregava da maior parte das compras de alimentos, e dentro da casa era responsabilidade das mulheres assar o pão, preparar a cerveja e cuidar da alimentação da família. Elas eram, portanto, especialmente sensíveis ao preço e à qualidade das mercadorias, e as primeiras a terem de elaborar economias e estratégias de sobrevivência diante da

[355] THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 19.
[356] THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 19.
[357] THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.21.
[358] THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 248.

> ameaça de desabastecimento. Esse papel as tornava guardiãs da sobrevivência da família em pé de igualdade com os homens, que talvez ganhassem a maior parte da renda familiar. Discutiam os seus problemas, raivas ou ansiedades com as outras mulheres, não apenas no dia do mercado, mas diariamente nos encontros cotidianos[359].

Em nome de seu papel na família – como "guardiãs dos filhos, da casa e da vida da comunidade" –, portanto, as mulheres desenvolveram uma "consciência feminina", criando relações de solidariedade e reciprocidade entre elas e organizando-se em ações contra as autoridades estabelecidas. Ao mesmo tempo, desafiavam as concepções correntes que lhes atribuíam uma natureza passiva, sendo capazes de atos os mais variados, desde desfiles portando panelas ou pães ensangüentados em pontas de varas até protestos violentos, que acabavam em agressões ou mortes[360]:

> Durante duzentos e tantos anos, esses motins da fome foram as expressões mais visíveis e públicas da falta de deferência das trabalhadoras e de seu protesto contra as autoridades. Nessa qualidade, tais evidências contestam, por sua vez, os estereótipos da submissão feminina, timidez ou confinamento no mundo privado do lar. (...) Na verdade, uma vez provocadas, as mulheres podem ter sido mais apaixonadas do que os homens na sua eloqüência, menos cautelosas com as conseqüências e, no seu papel de guardiãs da família, mais determinadas a conseguir resultados rápidos. Talvez (...) muitas mulheres estivessem mais imersas do que os homens "na economia moral e menos imersas na economia de mercado", e talvez tenham sido das últimas pessoas a abandonar as práticas da economia moral[361].

Se, como Edward Thompson destaca, "nesses confrontos, é possível perceber o delineamento das subseqüentes formações de classe, bem como da consciência de classe"[362],

---

[359] THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 247.

[360] "Os motins femininos podem não apresentar o mesmo quociente de violência dos masculinos, mas não eram ocorrências recatadas, tímidas. Em geral atingiam o clímax quando as mulheres dominavam os cavalos dianteiros, subiam nas carroças e jogavam os sacos para as companheiras; às vezes soltavam os cavalos e elas próprias empurravam a carroça para um lugar onde pudessem distribuir convenientemente a sua carga." (THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 255).

[361] THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 256.

[362] THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 21.

podemos concluir que as mulheres populares foram um elemento fundamental para a formação da própria classe trabalhadora e a constituição de uma emergente identidade proletária. Não obstante a importância da participação feminina nos levantes populares ao longo do século XIX, à medida que os homens ingressavam nos ramos industriais e substituíam os atos espontâneos por ações reguladas e dirigidas por associações políticas e sindicatos, as mulheres foram sendo excluídas das agitações, sendo novamente encaminhadas às suas casas e afazeres domésticos. Assim, como destaca Michelle Perrot, paulatinamente desaparece um terreno privilegiado de intervenção direta das mulheres, sendo deslocado pelo grande conflito moderno: a greve – instrumento este "mais viril do que feminino, pois ligado ao assalariamento onde, de início, a mulher tem um papel apenas secundário"[363]. Esta situação viria a mudar com a paulatina entrada de mulheres nos diferentes ramos da indústria e serviços, que traz à tona uma nova concepção feminina, na forma da "mulher trabalhadora".

Muitos pensadores do século XIX, associados ao socialismo utópico, perceberam as implicações sociais das mudanças advindas com a sociedade capitalista, ressaltando sua interferência nas relações familiares. A crítica ao individualismo moderno levou estes reformadores sociais a proporem novas formas de convívio e organização capazes de gerar vínculos morais de solidariedade, para além do utilitarismo liberal. William Thompson, por exemplo, em 1825, escrevera seu "Apelo à metade da raça humana, mulheres, contra as pretensões da outra metade, homens, de mantê-las em estado de escravidão civil e doméstica", contra James Mill, que negava os direitos civis das mulheres com base em que os homens poderiam exercê-los em seu lugar.

Tal como o filósofo irlandês, outros autores posicionaram-se abertamente contra a opressão das mulheres, a educação separada e as restrições legais que elas enfrentavam, denunciando ainda a hipocrisia da família burguesa e apontando o caminho para uma sociedade mais cooperativa e igualitária. Charles Fourier (1772-1837) chegou a projetar um novo tipo de comunidade ("Falanstério") capaz de superar a "civilização" e criar harmonia. A "lei da atração passional", formulada por ele, exprimia a confiança nas paixões humanas e o repúdio a pressões externas por moderação. Através das experiências amorosas livres do cinismo, do egoísmo, do calculismo, do espírito mesquinho, da opressão e de privilégios, seria possível desenvolver sentimentos comunitários baseados numa sociabilidade natural e em manifestações de amor e afeto plurais. Assim, tanto o casamento monogâmico – concebido como uma "escravidão conjugal" – quanto a prostituição deixariam de existir, sendo práticas contrárias à natureza[364].

Saint-Simon (1760-1825) e seus discípulos, como Enfantin, relacionaram a emancipação das mulheres com a emergência de um "novo cristianismo", capaz de originar uma regeneração

[363] PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p. 195.
[364] KONDER, Leandro. *Fourier, o socialismo do prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

espiritual em sentido feminino, isto é, pela associação do intelecto ao sentimento. Como Fourier, Saint-Simon reconhecia a igualdade de faculdades físicas, intelectuais e morais entre homens e mulheres, defendendo a igualdade de suas posições na família, na economia, no governo, na magistratura, na guerra, e em funções públicas e domésticas. Assim, as mulheres seriam agentes de uma nova era de cooperação e amor, iluminando os homens através da sensibilidade feminina.

A influência dos socialistas utópicos sobre as mulheres que lutavam por direitos políticos e pelo direito ao trabalho foi considerável, inspirando a criação de diferentes tipos de associações e experiências cooperativas e a fundação de periódicos dirigidos por mulheres. Na França, a partir da década de 1840, surgiram jornais como "A mulher livre", "A voz das mulheres" e "A política das mulheres" – coordenados por personagens como Eugénie Nibóyet, Suzanne Voilquin, Jeanne Deroin e Desirée Gay – que demandavam mais oficinas e treinamento para mulheres, melhores salários e condições de trabalho, assalariamento para trabalhos domésticos, proteção social às mães e crianças, lavanderias, restaurantes e creches. Além disto, organizaram associações cooperativas para atender às desempregadas, aos sem moradia e para prestar serviços assistenciais. Jeanne Deroin projetara inclusive uma "federação de associações" que formaria um sistema cooperativo de produção e distribuição, contando com o auxílio de instituições financeiras que abririam crédito para mulheres e permitiriam o acesso ao mercado.

Flora Tristan, igualmente influenciada pelas idéias de Fourier, Robert Owen e Saint-Simon, bem como de Mary Wollstonecraft e Anna Wheeler, procurou também ressaltar o papel das mulheres trabalhadoras no processo de transformação social. Tristan não se limitou a reivindicar direitos às mulheres e a harmonização das relações entre homens e mulheres trabalhadores, inserindo estas mudanças em um projeto mais amplo de criação de uma cultura alternativa operária na qual os trabalhadores pudessem criar suas próprias representações da realidade, identificar seus interesses e reagir às injustiças. Segundo ela, os trabalhadores só serão libertados da miséria que os embrutece quando as mulheres deixarem de ser dóceis e passivas, passando a agir no sentido de promover a elevação do espírito humano. Ou seja, a libertação da opressão e da exploração exigiria que os trabalhadores e trabalhadoras (incluindo as donas de casa) se unissem em defesa de sua própria causa, acabando com o isolamento que atingiria operários de diferentes categoria e setores.

Assim, a fim de se constituírem em uma classe operária unida, seria indispensável integrar plenamente as mulheres no movimento e instruí-las para a cidadania, pois: "a emancipação dos operários é impossível, enquanto as mulheres permanecerem nesse estado de embrutecimento"[365]. Deste modo, Tristan reportava-se aos homens, alertando que "é em nome do próprio interesse de

[365] KONDER, Leandro. *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.91.

vocês, homens, do interesse que vocês têm em melhorar e do interesse do bem-estar universal para todos e para todas, que eu os conclamo a defender os direitos da mulher"[366].

Embora defendesse a organização e a educação moral, intelectual e técnica das mulheres do povo, argumentando que sua emancipação exerceria uma influência positiva sobre os homens, diferentemente de Jeanne Deroin, Tristan não relacionou a contribuição feminina à experiência e idealização da maternidade. Ao contrário, observava que as mulheres do povo eram freqüentemente rudes, amargas e duras com seus filhos e maridos, justamente em virtude da situação em que se encontravam:

> Nada azeda tanto o temperamento, endurece tanto o coração ou envenena tanto o espírito como o sofrimento contínuo. (...) Primeiro, a injustiça nos fere, nos aflige, nos desespera. Depois, quando ela se prolonga, nos irrita, nos exaspera. Até que, pensando exclusivamente em descobrir um meio de nos vingarmos, acabamos por nos tornar, nós mesmos, duros, injustos, perversos[367].

O sofrimento pessoal e a trágica vida de Flora Tristan – uma jovem que enfrentou a pobreza, filha ilegítima de um oficial espanhol nascido no Peru, perseguida incansavelmente pelo marido abusivo, rejeitada pela família paterna, peregrina em um país estrangeiro e defensora da classe trabalhadora –, tornou-a, como ela mesma definiu, uma "pária" em muitos sentidos, mas ao mesmo tempo abriu-lhe os olhos para as múltiplas contradições existentes na sociedade e a condição particular das mulheres, de "proletárias dos proletários"[368].

Flora Tristan, portanto, inaugurou uma nova perspectiva feminista indissociável da condição de classe, na qual as trabalhadoras estariam inseridas na luta de classes, devendo compor a União Operária ("*L'Union Ouvrière*"), um movimento nacional composto pela classe mais numerosa, profícua e necessária à sociedade, que despertasse para a "dimensão do amor" num impulso organizativo capaz de orientar reivindicações políticas e o atendimento às necessidades econômicas imediatas dos trabalhadores. Mesmo não sendo revolucionária, Tristan depositava nas massas a expectativa da promoção de mudanças sociais e políticas, seja a conquista dos direitos das mulheres, seja a criação de "palácios operários", isto é, comunidades de trabalhadores – que ofereceria moradia, escolas, meios de trabalho e assistência médica às famílias operárias – sustentadas por um fundo de ajuda mútua.

---

[366] KONDER, Leandro. *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.91.
[367] KONDER, Leandro. *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.90.
[368] Cf. KONDER, Leandro. *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Na Rússia, por volta dos anos 60 do século XIX, muitas mulheres, inspiradas pelos socialistas utópicos, também produziram experiências e práticas interessantes que refletiam a adesão a um novo estilo de vida que desafiava costumes e convenções. Tais mulheres, estivessem elas associadas ao niilismo, ao populismo ou ao socialismo, criavam cooperativas urbanas, filiavam-se a organizações clandestinas, abandonavam suas casas ou forjavam casamentos com vistas a perseguirem uma maior independência pessoal e devotarem-se a uma causa[369]. Sua ênfase na liberdade sexual, na satisfação intelectual e no estilo de vida experimental foi retratada por Chernyshevsky, em seu romance "O que fazer?", escrito em 1863. Nesta obra, o autor apresenta a trajetória de Vera Pavlovna, uma heroína progressista que foge do despotismo parental através de um casamento fictício. Logo ela se vê envolvida em um triângulo amoroso com seu marido e um professor de medicina, escolhendo o último de forma a não sacrificar seu "amor erótico" em nome do casamento, por mais livre e igualitário que ele fosse. Além de defender uma doutrina de emancipação pessoal e liberdade sexual, Pavlovna dedica-se tanto aos estudos, pois pretendia tornar-se médica, quanto à ação social, criando uma cooperativa de costura em São Petersburgo, que posteriormente é transformada em uma comuna de produção e consumo. Assim, a personagem encontra finalmente sua realização pessoal na sua tarefa de liberação e conscientização de outras mulheres.

O livro de Chernyshevsky desempenhou um importante papel na popularização de um novo paradigma feminino e, ao mesmo tempo, de um modelo de ação inicialmente circunscrito a pequenos grupos de mulheres radicais, geralmente encontradas entre as camadas intelectualizadas da pequena burguesia, que exigiam igualdade no casamento, direito à privacidade, satisfação pessoal e profissional e independência econômica, engajando-se ainda em um ativismo social e político.

O alcance da visão manifesta por Flora Tristan e pelas radicais russas nem sempre foi encontrado entre as teóricas que abraçavam a causa da opressão das mulheres. Harriet Taylor, por exemplo, evitou o recorte de classes, advogando pela igualdade de direitos, educação, trabalho e voto, a partir da reforma do sistema jurídico inglês. Seu esposo, John Stuart Mill, renunciou abertamente aos direitos maritais e elaborou, com sua cooperação, a conhecida obra "A sujeição das mulheres" ("*The Subjection of Women"*, 1869), considerada uma das mais influentes da história do feminismo.

Em 1865, Mill submeteu, sem sucesso, um projeto de lei ao Parlamento inglês elaborado pelo grupo de mulheres do "Comitê pelo Sufrágio das Mulheres" (Barbara Leigh Smith, Elizabeth Garrett e Emily Davies) que previa o voto feminino. Mas, para o autor, mesmo que enfrentassem

---

[369] Cf. STITES, Richard. *The women´s liberation movement in Russia: feminism, nihilism and bolshevism 1860-1930.* New Jersey: Princeton, 1991.

uma série de resistências e as mudanças legislativas mostrassem-se lentas, seria apenas uma questão de tempo até que os progressos da civilização e das luzes fossem institucionalizados. Deste modo, tal como Herbert Spencer – para quem "a equidade não conhece diferença de sexos" de maneira que "a lei de igual liberdade se aplica, manifestamente, a toda a raça: mulheres e homens" (1850)[370] – Mill considerava o progresso histórico inevitável.

De acordo com a concepção individualista de Harriet Taylor e Stuart Mill, qualquer interferência e limitação legal à liberdade de escolha seria uma afronta aos princípios de justiça. Assim, negam "o direito a qualquer parte da espécie de decidir pela outra, ou a qualquer indivíduo decidir por outro o que é ou o que não é a sua "própria esfera"", pois "a própria esfera de todos os seres humanos é a maior e a mais elevada que possam atingir"[371]. Deste modo, as ocupações deveriam ser abertas a todos, sem favorecimentos ou desfavorecimentos prévios, com o objetivo de se privilegiar os "mais capazes":

> Não há necessidade de se recear que as mulheres tirem das mãos dos homens qualquer tarefa que estes desempenham melhor do que elas. Cada indivíduo provará as suas capacidades da única maneira em que estas podem ser provadas – pela experiência – e o mundo terá o benefício das melhores faculdades de todos os seus habitantes. Mas, interferir antecipadamente, por meio de uma limitação arbitrária, e declarar que, independentemente do gênio, do talento, da energia ou da capacidade mental de um indivíduo de um determinado sexo ou classe, essas faculdades não podem ser exercidas, ou podem sê-lo unicamente em poucas das muitas formas em que aos outros é permitido usar as suas, não só é uma injustiça para com o indivíduo, mas também uma perda para a sociedade (...).[372]

O feminismo liberal de Taylor e Mill ressoou em muitos círculos radicais das classes médias a partir da década de 1860, tendo profundo impacto entre mulheres que se consideravam herdeiras dos movimentos cartista e abolicionista, na Gra-Bretanha e na América. Para estas mulheres o caminho de uma sociedade justa estaria na igualdade jurídica, permitindo às "mais capazes" alcançar o reconhecimento social e as posições de poder em pé de igualdade com os homens.

Assim como os grupos femininos liberais, as mulheres integrantes da "Sociedade Fabiana" (inaugurada em 1884) também depositavam nas mulheres da *intelligentsia* a expectativa de

---

[370] GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 369.
[371] TAYLOR, Harriet. "Enfranchisement of Women" (1851). In: *O pensamento vitoriano: uma antologia de textos*. Lisboa: Edições 70, 1992, p.92.
[372] TAYLOR, Harriet. "Enfranchisement of Women" (1851). In: *O pensamento vitoriano: uma antologia de textos*. Lisboa: Edições 70, 1992, p. 92-93.

mudança social. Criado oficialmente em 1908, o "Grupo de Mulheres Fabianas" reunia importantes personalidades como Beatrice Webb, Barbara Hutchins, Sra.Hylton Dale, Sra. Bernard Shaw, Sra. Townshend, Emma Brooke, Constance Long, Sra. Ernestine Mills, Sra. Gallichan, Millicent Murby, Ethel Bentham, Ruth Cavendish, Helen Blagg, Charlotte Wilson, Barbara Drake, Lilian A. Dawson, Helena Swanwick, Alice Clark e Mabel Atkinson. Estas faziam uma crítica da economia capitalista, pregando um coletivismo cauteloso realizado através de reformas vindas de cima.

A democracia política e o igualitarismo seriam promovidos pelo Estado, por intermédio de mudanças como eleições locais, criação de sindicatos femininos ("*Women's Labour League*"), reforma na lei do divórcio, instituição de prisões femininas, oferecimento de creches e alimentação nas escolas, organização de palestras e conferências sobre emprego e treinamento, proteção à maternidade, assalariamento do trabalho doméstico e criação de cooperativas de consumo, educação e cultura.

Segundo as fabianas, caberia às mulheres que compõem a elite intelectual despertar a "consciência sexual" das demais, de modo que seus interesses não estariam inteiramente seguros nem nas mãos dos homens, nem nas mãos de uma maioria inculta. Assim, em sua maioria, as fabianas manifestavam uma rejeição à democracia de massas e uma desconfiança em relação às mulheres da classe trabalhadora, que não possuiriam tempo suficiente que lhes permitisse refletir e se organizar.

> Dentre as mulheres trabalhadoras há menos consciência de sexo. Entusiasmo social envolvente tende a ser canalizado em direção à revolta trabalhista em geral, do que para a revolução específica contra as condições supostamente atribuída às diferenças de sexo. A mulher trabalhadora sente solidariedade com os homens de sua classe em lugar do antagonismo. As reformas que ela reivindica não são independência e direito ao trabalho, mas a proteção contra o interminável fardo que foi depositado sobre ela[373].

Se nem todas as mulheres que clamavam por emancipação reconheceram a realidade particular das novas trabalhadoras, muitos homens antifeministas se deram conta – não sem horror e estupefação – da potencialidade transformadora das ações desencadeadas pelas mulheres operárias. Neste sentido, Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) foi um dos principais opositores à inclusão das mulheres nos meios operários, reagindo fortemente contra as tentativas de sua organização como trabalhadoras. Em seu livro "A pornocracia, ou as mulheres nos tempos modernos" ("*La pornocratie, ou, les femmes dans lês temps modernes*"), escrito em 1858, quando de seu exílio na

[373]ATKINSON, Mabel. "The economic foundations of the Women's Movement". In: ALEXANDER, Sally (org.). *Women's Fabian Tracts.* Londres: Routledge, 1988, p. 271.

Bélgica, Proudhon descreve as mulheres como seres de inferioridade irremediável, equivalentes a 2/3 de um homem. De acordo com ele os homens teriam maior potencial físico e intelectual por terem cérebros diferenciados, o que os tornaria aptos a desempenhar funções públicas. Já as mulheres, como "rainhas do lar", discípulas, donas de casa e mães, deveriam ser relegadas aos assuntos domésticos, próprios à sua frágil constituição física e mente limitada:

> Quanto às coisas do exterior, eu não as quis, eu não as quero para a mulher, e pelas mesmas considerações, a guerra, porque a guerra se adéqua pouco à beleza como também à servidão. Eu não quero a política, porque a política é a guerra. Eu não quero qualquer função jurídica, policial ou governamental, porque é sempre a guerra. Eu digo que o reinado da mulher está na família; que a esfera de seu brilho é o domicílio conjugal; que é assim que o homem, a que a mulher deve amar não a beleza, mas a força, desenvolverá sua dignidade, sua individualidade, seu caráter, seu heroísmo e sua justiça, e é para tornar este homem cada vez mais valente e justo que sua mulher deve ser cada vez mais rainha, que eu ataco a centralização, o funcionalismo, o feudalismo financeiro, a exorbitância governamental e a permanência do estado de guerra[374].

Contudo, os brados de Proudhon para a manutenção das mulheres dentro de casa não significam que ele estivesse cego à empreitada iniciada pelas mulheres trabalhadoras no interior dos organismos de classe. Pelo contrário, sua cólera derivava justamente da observação de que elas passavam a ocupar espaços cada vez maiores, seja no trabalho seja na política. Isto pode ser visto em sua reprovação ao "banquete fraterno" promovido por mulheres socialistas francesas para exigir reformas e apoiar candidatos políticos, em dezembro de 1848:

> O papel das mulheres não está na vida exterior, na vida ativa e na agitação, mas na vida íntima, nos sentimentos e na tranqüilidade do lar. O socialismo não veio apenas para restaurar o trabalho, mas também para reabilitar o lar, santuário da família, símbolo da união matrimonial (...) convidamos nossas irmãs a pensar sobre o que dissemos e a considerar profundamente a verdade de que a pureza e a moralidade ganham mais nas celebrações patriarcais de família do que nas ruidosas manifestações da política[375].

---

[374] PROUDHON, Pierre-Joseph. "La pornocratie, ou, les femmes dans lês temps modernes". In : <*http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k111425h.r=proudhon.langPT* >. Acesso em 5/2/2011, p. 12-13.

[375] SCOTT, Joan Walach. *A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002, p. 137.

Assim como Proudhon, o historiador francês Jules Michelet condenou a mudança no papel social das mulheres. Em seu livro de 1859 dedicado à análise da condição feminina, Michelet recorre a estudos científicos para justificar a inferioridade biológica e anatômica das mulheres e sua conseqüente incapacidade de atuar como sujeitos históricos. De acordo com sua visão, as mulheres seriam naturalmente debilitadas física e intelectualmente pelas menstruações e gestações. Sua biologia determinaria o papel a ser ocupado por elas, isto é, de seres fixados ao lar, dependentes dos seus maridos. Como "eternas doentes", elas não seriam apropriadas para o trabalho fora de casa. Sua fraqueza e sofrimento ditariam que elas precisam ser cuidadas e poupadas, de modo que o trabalho debilitaria, desgastaria e corromperia ainda mais as mulheres, degenerando as futuras gerações e destruindo a família:

> Na realidade, a mulher não pode trabalhar muito tempo nem em pé, nem sentada. Se fica sempre sentada, o sangue lhe sobe, o peito fica irritado, o estômago perturbado, a cabeça injetada. Se se mantém muito tempo em pé, como a passadeira, como aquela que compõe em impressão, tem outros acidentes sanguíneos. Pode trabalhar muito, mas variando a posição, como faz em sua casa, indo e vindo. Cumpre que ela tenha uma casa, cumpre que seja casada[376].

Dispensadas da profissão e da especialidade, as mulheres guardariam para o homem um "tesouro de nobreza e rejuvenescimento". Já quando levadas ao trabalho, desviariam de sua natureza e de seu papel verdadeiro de "mães". Isto seria percebido nas cidades, onde as mulheres seriam contaminadas pela corrupção moral e vícios, tornando-se coquetes, ávidas de luxo, frívolas, retrógradas, adúlteras ou prostitutas. Submetidas à pobreza e ao trabalho excessivo nas cidades, as mulheres se voltariam para a loucura ou para a criminalidade. Como operárias, seriam a causa de desordem política e moral, além de discórdia conjugal:

> Barbárie de nosso Ocidente! A mulher já não é levada em conta para o amor, para a felicidade do homem, menos ainda como maternidade e como potência da raça; mas como operária! A operária! Palavra ímpia, sórdida, como nenhuma língua jamais teve, como nenhum tempo teria compreendido antes desta idade do ferro, e que sozinha derrubaria todos os nossos pretensos progressos. [377]

Mas, ao mesmo tempo em que Michelet considera as mulheres motivo de desordem social, procura reforçar a imagem de que seriam frágeis e passivas: "E as nossas, o que será delas? Elas não chamam muito a atenção. Não as veremos, como o operário, coligado e robusto, o pedreiro, o carpinteiro, fazer uma greve

[376] MICHELET, Jules. *A mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.23.
[377] MICHELET, Jules. *A mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 14-15.

ameaçadora e ditar condições. Elas morrem de fome, e pronto."[378]. Para conciliar sua perspectiva dúplice acerca do caráter da mulher, Michelet, assim como muitos pensadores e ele contemporâneos, passava a classificar as mulheres populares rebeldes[379] – que apareciam como fonte de insurgência e contestação – como sendo doentes mentais, destarte, exceções à sua própria natureza[380].

A exaltação do papel feminino na família – como a "rainha do lar", segundo Proudhon, ou o "anjo de paz e de civilização", de Michelet – surge como forte reação tanto ao crescente repúdio feminino à clausura da vida doméstica na primeira metade do século XIX, quanto à consolidação da sociedade industrial, erigida sobre relações impessoais e a ruptura com valores tradicionais. Como destacara o historiador Peter Gay, a ideologia vitoriana que valorizava "o poderoso sexo frágil"[381], procurava restabelecer os papéis sexuais tradicionais e a rígida separação entre o público e o privado[382]. Isto, até certo ponto, produziu resultados, especialmente entre as classes médias:

> Os anos vitorianos assistiram a um apreciável abandono dos postos avançados que as mulheres haviam começado a conquistar nos tempos do Iluminismo. A espetacular difusão da prosperidade e do tempo ocioso entre as classes médias que acompanhou esses explosivos levantes permitiram que um número cada vez maior de maridos mantivesse suas esposas em casa, e aparentemente a maioria das mulheres não protestou contra serem mantidas lá. O círculo doméstico tinha seus encantos. Mas não para todas[383].

Como Michelle Perrot também observou, "esboça-se um triplo movimento no século XIX: relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino

---

[378] MICHELET, Jules. *A mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 22.

[379] Michele Perrot realiza a caracterização destas mulheres, substituindo "a representação dominante de uma dona de casa insignificante, negligenciada e negligenciável, oprimida e humilhada, pela de uma "mulher popular rebelde", ativa e resistente, guardiã das subsistências, administradora do orçamento familiar, no centro do espaço urbano." (PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p. 172).

[380] Sobre a configuração das mulheres como doentes mentais, já no final do século XIX, confira: LOMBROSO-FERRERO, Gina. *La femme dans la société actuelle*. Paris: Payot, 1929.

[381] "A contradição patente entre floridas descrições verbais sobre as deusas do lar e as obstruções que as mulheres enfrentaram no dia-a-dia é, na verdade, um caminho para atacar os problemas que estão sob a superfície da consciência. A noção do poder feminino irradiando-se do lar para o mundo, de mães e esposas recatadas e modestas determinando as carreiras dos homens, era o reconhecimento obscuro de um fato na vida dos homens. Ela exibia, embora de maneira distorcida, quase irreconhecível, sua dependência oculta com relação às mulheres, a começar por suas mães. Embora uma caricatura grosseira das realidades sociais, conveniente e de uso próprio, o paradoxo, apesar de tudo, era profundamente sentido." (GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 303).

[382] Na prática, contudo, como explica Michelle Perrot, a fronteira entre o público e o privado não era estanque: "A presença das mulheres, tão forte na rua do século XVIII, persiste na cidade do século XIX, onde elas mantêm circulações do passado, cercam espaços mistos, constituem espaços próprios. Por outro lado, nem todo o privado é feminino. Na família, o poder principal continua a ser do pai, de direito e de fato" (PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p. 180).

[383] GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.293.

nas representações femininas"[384]. As mulheres burguesas foram assim excluídas da gestão dos negócios, e reservadas à administração da família e da criadagem, cultivando uma moral doméstica coerente com a visão de mundo de um "feminismo cristão" – difundido por poemas, sermões, monografias médicas, autobiografias burguesas, livros de conselhos e romances, como os de Mathilde Bourdon, Julia Bécour ou Joséphine de Gaulle, que realçavam as "heroínas domésticas", responsáveis por restabelecer a harmonia do lar e a paz da família através do sofrimento, do sacrifício e das virtudes [385]. Ao mesmo tempo, rejeitavam literatas como George Sand e George Eliot, que desafiavam as imagens e estigmas femininos.

Mas se as mulheres das classes burguesas passavam a recolher-se em casa, circulando ocasionalmente nos salões de chá, nos magazines, na igreja e nos clubes de caridade, as mulheres trabalhadoras foram menos afetadas pelo confinamento doméstico. A necessidade de complementar a renda familiar – seja através do trabalho industrial[386], seja por meio de atividades comerciais como a venda em bancas e cestos, a realização de faxinas, lavagem de roupas e trabalhos de costura para fora, o cuidado de crianças como amas-de-leite ou babás, a entrega de recados e mercadorias, ou a prostituição – exigia que as mulheres do povo saíssem às ruas e fragmentassem seu tempo entre tarefas domésticas e atividades suplementares. Deste modo, as mulheres transitavam incansavelmente pelos canteiros de obras, oficinas, mercados, margens de rios e lavadouros, criando laços de sociabilidade feminina e formas de expressão próprias, marcadas pela irreverência, ironia, espontaneidade e subversão[387].

Ainda que assumissem inúmeras responsabilidades dentro e fora de casa, sendo encarregadas do atendimento às necessidades da família, do equilíbrio do orçamento familiar e da suplementação da renda, no decorrer do século XIX as mulheres foram sendo expulsas das tavernas e pubs, locais considerados masculinos, onde se concentravam as discussões e atividades política.

O novo ideal referente à posição das mulheres que lhe atribuía um "poder feminino" disfarçado pela impotência, ternura, piedade, auto-sacrifício e devoção, mostrava-se profundamente paradoxal, na medida em que encobria os inúmeros obstáculos práticos e legais para o exercício do poder. Na maioria dos países europeus o regime jurídico que regulava as relações familiares havia se espelhado no Código Civil Napoleônico de 1804, que consagrava o poder marital e a subordinação total das mulheres e filhos ao marido/pai. Em seu artigo 213, o Código dispunha: "O

---

[384] PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p.179-180.
[385] PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p.181.
[386] Segundo Michelle Perrot, mesmo em 1906 o trabalho industrial absorveria apenas uma pequena parte da mão de obra feminina da Europa, somente 25%, enquanto 36% estariam empregadas em trabalhos à domicílio e 17% em trabalhos domésticos. As demais estariam empregadas no setor terciário (PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da História*. São Paulo: EDUSC, 2005, p.195).
[387] Cf. PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p. 190.

marido deve proteção à mulher; a mulher, obediência a seu marido"[388]. Assim, as mulheres ainda enfrentavam restrições quanto ao direito de propriedade, eram proibidas de testemunhar em tribunais, de controlar suas contas bancárias, de ter acesso à educação superior e exercer profissões liberais, além de serem excluídas do voto[389].

Por conseguinte, o vigoroso "culto da domesticidade" que percebe as mulheres como estando "secretamente" no controle, exercendo uma poderosa, mas sutil, influência sobre seus maridos, servia como um mecanismo de acomodação e conformação à sua exclusão da vida pública – considerada indigna às mulheres. Como ressaltou Peter Gay,

> Muito dessa literatura bravateadora procurava reconfortar as mulheres domésticas, levantar seu moral e salvá-las das fanáticas que procuravam seduzi-las a um descontentamento com seus destinos. Uma mulher verdadeira não ia querer sujar as mãos com a vida pública; sua missão era elevada demais para isso[390].

Neste sentido, discordamos de Christopher Lasch, para quem "o culto à vida doméstica, embora tenha confinado as mulheres ao recinto do lar, as transformou em árbitros morais da família e de tudo aquilo que lhes dizia respeito". De acordo com Lasch, "ao tirar partido dessa ideologia, as mulheres ganharam maior autonomia no casamento e lançaram campanhas sociais para abolir a prostituição (ou pelo menos retirar a sanção social que ela recebia), elevar a idade da maioridade jurídica, controlar a ingestão de bebidas alcoólicas e também proteger as mulheres contra a violência masculina e o assédio sexual"[391].

A nosso ver, o culto à vida doméstica e a rígida divisão sexual do trabalho não conferiram às mulheres um maior controle sobre sua família nem mesmo abriram caminhos a um ataque sistemático à autoridade patriarcal, como pretende Lasch. Assim, a moralidade sexual vitoriana e a ideologia da vida doméstica não devem ser encaradas como "uma criação das mulheres" a fim de fazer valer seus próprios interesses, muito menos como a "base para o moderno feminismo"[392]. Ao contrário, coube às mulheres emancipadas dos séculos XIX e XX o rompimento com esta perspectiva que as mantinha atreladas ao lar e ao papel de mães e que considerava a família "um

---

[388] GUTIÉRREZ, Rachel. *O feminismo é um humanismo*. [dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia/ IFCS, 1984, p.42.

[389] Cabe lembrar que o sufrágio feminino só foi estabelecido antes de 1914 em parte dos Estados Unidos, na Nova Zelândia (1893), Austrália (1903), Finlândia (1906) e Noruega (1913) (ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, p.46).

[390] GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 300.

[391] LASCH, Christopher. *A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 179.

[392] LASCH, Christopher. *A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 179.

santuário necessário em um mundo organizado ao redor dos princípios impessoais do mercado", não influenciado por "forças socioeconômicas impessoais" [393].

Como foi visto, o feminismo liberal, formado por um vasto espectro teórico – com destaque para o casal John Stuart Mill e Harriet Taylor[394] –, o feminismo utópico de Saint-Simon, Owen, Fourier e Flora Tristan, bem como as obras literárias de autores como George Sand e Chernychevsky exerceram importante influência na gênese de um novo paradigma feminino. Contudo, foi o contato com a teoria marxista, propagada por intermédio do livro de August Bebel, "A mulher e o socialismo" (1879), que possibilitou às mulheres uma visão crítica da totalidade, capaz de aliar sua condição de mulheres e trabalhadoras com vistas à construção de uma nova ordem social. Neste sentido, passam a clamar pela redefinição radical de poder nos espaços público e privado como parte de um projeto de refundação da sociedade sobre novas bases, de forma a eliminar todas as formas de opressão e superar relações sociais hierarquizadas construídas historicamente, típicas da sociedade patriarcal capitalista[395].

Como afirmara Rosa Luxemburgo, a luta de classes proletária ampliou os horizontes das mulheres trabalhadoras "tornando suas mentes flexíveis, desenvolvendo seu pensamento e apontando para o grande objetivo a que deveriam dirigir seus esforços"[396]. Desta forma, segundo a autora, o socialismo teria conseguido proporcionar o "renascimento" da massa de mulheres proletárias. Tal renascimento implicaria o questionamento da posição ocupada pela mulher na sociedade burguesa, a ruptura com os valores tradicionais religiosos e patriarcais, a rejeição da moral burguesa, o reconhecimento do seu direito de voto, associação e expressão, o anseio pela conquista de sua independência econômica e a luta pela construção de sua individualidade através do seu livre desenvolvimento intelectual e profissional.

Ao colocarem em questão as relações de gênero e de classe presentes na ordem burguesa partindo em defesa da reformulação do papel feminino, uma nova concepção de mulher passou a emergir. Michelle Perrot aponta algumas especificidades destas mulheres, que, em sua visão

> não são nem passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para contar a sua história (...). Afirmam-se por outras palavras, por outros gestos. Na

---

[393] LASCH, Christopher. *A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 178.

[394] A obra de John Stuart Mill, "A sujeição das mulheres"(1869), é considerada, igualmente uma das mais influentes da história do feminismo. Em 1867, Mill submeteu um projeto de lei ao parlamento que previa o voto feminino.

[395] Utilizamos a concepção de patriarcado subjacente à análise de Therborn, segundo a qual: "o patriarcado tem duas dimensões intrínsecas básicas: a dominação do pai e a dominação do marido, nessa ordem. Em outras palavras, o patriarcado refere-se às relações familiares, de geração ou conjugais – ou seja, de modo mais claro, às relações de geração e gênero" (THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000.* São Paulo: Contexto, 2006, p.29). Com efeito, destaca-se a assimetria nas relações sociais, o dever de obediência, a deferência, a heteronomia e a submissão ao controle e domínio masculinos.

[396] Discurso de 12/05/1912 (LUXEMBURGO, Rosa. "Women's Suffrage and Class Struggle" (1912). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1912/05/12.htm*>. Acesso em 2001).

> cidade, até mesmo na fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que frustram a racionalidade do poder e estão diretamente enxertadas em seu uso próprio do espaço e do tempo[397].

Embora a participação feminina estivesse presente nos movimentos insurrecionais desde os séculos XVII e XVIII, sendo vista como imprescindível aos grandes acontecimentos históricos, e uma nova identidade coletiva já estivesse em vias de formação através da atuação de novas associações e porta-vozes dos direitos das mulheres – como Condorcet, Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft e Flora Tristan – apenas a partir de meados do século XIX as mulheres tornam-se novamente figuras em evidência no espaço político através da constituição progressiva de um movimento amplo e organizado. Deste modo, o paradigma da "nova mulher revolucionária", representante da nova postura assumida por grupos de mulheres no final do século XIX e início do século XX, apenas atingiria sua plenitude no âmbito do movimento socialista, quando a luta contra a opressão masculina passa a se articular com a luta mais geral pela revolução social.

A revolucionária russa Alexandra Kollontai (1872-1952) foi uma das primeiras teóricas[398] a identificar o surgimento deste novo tipo de mulher, nas décadas de 1870 e 1880, forjado "na luta pesada da necessidade vital", cujo perfil psicológico diferiria completamente dos anteriormente conhecidos: "uma mulher com novas necessidades e emoções, plena de luminosidade e encanto"[399]. Estas mulheres enfrentariam "a velha e decadente ordem da vida", através da ação, da luta e do "trabalho construtivo"[400]. Deste modo, criariam condições para a conquista de sua completa independência e para a livre formação de sua personalidade, com base no princípio da camaradagem e da solidariedade.

As mulheres trabalhadoras constituiriam, então, uma vanguarda, integrando em suas fileiras representantes das diversas camadas sociais, que clamavam por independência econômica, autonomia e individualidade. Destarte, "as mulheres do novo tipo, celibatário e independente, ao se libertarem, libertam o espírito agrilhoado durante séculos, de outras mulheres ainda submissas". Ao mesmo tempo, o despertar da consciência da comunidade de interesses constituiria laços sentimentais e espirituais entre os membros da classe trabalhadora de ambos os sexos, nutrindo uma sensibilidade recíproca que se manifestaria através de uma "unidade de ação e de vontade na criação comum". O ideal de amor da classe operária estaria, portanto, ancorado na colaboração no trabalho e na solidariedade do espírito, sendo antes de tudo uma força social e psíquica:

---

[397] PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da História*. São Paulo: EDUSC, 2005, p.222.
[398] Convém lembrar que o trabalho de Kollontai "A nova moral e a classe trabalhadora" (1918), foi muito influenciado pelo livro "A crise sexual" (1910), da alemã Greta Meisel-Heiss.
[399] KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.44.
[400] KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.173.

> A tarefa da ideologia proletária não é, pois, separar das suas relações sociais o amor, mas dar-lhe novo colorido. Ou seja, visa desenvolver o sentimento do amor entre os sexos, baseado na mais nova e poderosa força: a solidariedade fraterna[401].

As "novas mulheres revolucionárias", originadas de diferentes classes sociais, possuiriam, assim, visão de mundo e prática política substancialmente distintas das gerações passadas, estando imersas na luta revolucionária como legítimos sujeitos do processo histórico. Neste sentido, conforme atenta Kollontai, a tarefa fundamental da social-democracia deveria consistir na mobilização do potencial transformador destas mulheres com vistas ao objetivo revolucionário. Assim, a conscientização e organização das mulheres seria condição *sine qua non* para a vitória do movimento operário, uma vez que retiraria da burguesia seu derradeiro recurso: a exploração capitalista de sua "última vítima indefesa"[402].

> O novo tipo de mulher, que é interiormente livre e independente, corresponde, plenamente, à moral que elabora o meio operário no interesse de sua própria classe. A classe operária necessita, para a realização de sua missão social, de mulheres que não sejam escravas. Não quer mulheres sem personalidade, no matrimônio e no seio da família, nem mulheres que possuam virtudes femininas – passividade e submissão. Necessita de companheiras com uma individualidade capaz de protestar contra toda servidão, que possam ser consideradas como um membro ativo, em pleno exercício de seus direitos, e, conseqüentemente, que sirvam à coletividade e à sua classe[403].

Segundo Kollontai, as transformações operadas no interior da sociedade capitalista e a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho teriam levado à adaptação das mulheres trabalhadoras às novas condições de existência, exigindo-lhes a incorporação de valores considerados "masculinos" – como firmeza, decisão e energia. Sendo assim, as "virtudes femininas" – passividade, submissão, doçura – que lhes foram inculcadas durante séculos, tornar-se-iam agora completamente supérfluas, inúteis e prejudiciais. A dura realidade exigiria outras qualidades das mulheres trabalhadoras[404]:

> Ao arrancar do lar, do berço, milhares de mulheres, o capitalismo converte essas mulheres submissas, escravas obedientes dos maridos, num exército que luta pelos seus próprios direitos e pelos direitos e

[401] KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p158.
[402] Discurso proferido por Alexandra Kollontai em Stuttgart (1907), na "Primeira Conferência de Mulheres Socialistas".
[403] KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.18.
[404] KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.17.

> interesses da comunidade humana. Desperta o espírito de protesto e educa a vontade. Tudo isto contribui para que se desenvolva e fortaleça a individualidade da mulher[405].

Embora Kollontai dê destaque ao processo de proletarização feminina e sua conformação a categorias supostamente universalizantes – calcadas em atributos sociais considerados masculinos (a disciplina, a rigidez, a força e a racionalidade) –, a autora mostra-se atenta ao aspecto paradoxal deste fenômeno, uma vez que a homogeneização da classe trabalhadora não é efetivamente atingida[406]. Assim, mesmo ao ingressar em ramos industriais, o sexo permanece um mecanismo de distinção e hierarquia dentro da sociedade burguesa. A divisão sexual do trabalho reservaria as ocupações mais monótonas, repetitivas e precárias às mulheres, como na indústria alimentar, química, têxtil e em setores terciários. No entanto, para a autora, o processo de mecanização tenderia cada vez mais a incorporar as mulheres nos ramos produtivos considerados masculinos, processo este que apenas seria completado no âmbito da nova sociedade socialista, em que o avanço das forças produtivas não encontrasse limites estruturais[407].

A elaboração teórica, marcadamente otimista, de Kollontai não a impediu, todavia, de atentar aos sérios obstáculos interpostos à concretização da liberação feminina. Mesmo entre homens e mulheres adeptos da causa socialista, a emancipação da mulher aparecia com freqüência como questão menor, ou mesmo irrelevante, dentre aquelas relacionadas na pauta do partido. Como lembra Kollontai em sua autobiografia, escrita em 1926, referindo-se à época de eclosão da primeira revolução na Rússia:

> Ainda naquele período eu percebi quão pouco nosso partido se preocupava com a sorte das mulheres da classe trabalhadora e quão pequeno era o seu interesse na libertação feminina. (...) Foi muito difícil ganhar meus companheiros para essa idéia. Eu estava completamente isolada com minhas idéias e demandas[408].

Neste sentido, os líderes social-democratas tendiam a rejeitar os apelos das mulheres socialistas, qualificando-as como reivindicações "burguesas", opondo-se ainda à criação de organizações femininas dentro do movimento:

---

[405] KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.20.
[406] KOLLONTAI, Alexandra. "The social basis of the women question" (1909). In: *Selected Articles and Speeches*. New York: Progress Publishers, 1984.
[407] KOLLONTAI, Alexandra. *Sobre la liberacion de La mujer. Seminario de Leningrado de 1921*. Barcelona : Fontana, 1979.
[408] KOLLONTAI, Alexandra**.** *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 37-38.

> Meus camaradas de partido acusaram a mim e àquelas mulheres que compartilhavam meu ponto de vista de sermos "feministas" e atribuir demasiada ênfase às questões que diziam respeito apenas às mulheres. (…) exigia do partido que ele abraçasse a causa de libertação feminina. Isso nem sempre foi uma tarefa fácil. Muita resistência passiva pouca compreensão, e ainda menor interesse para esse objetivo se apresentavam, reiteradamente, como obstáculos no caminho[409].

A luta de Kollontai para incluir a questão feminina como um dos objetivos da luta no programa social-democrata tinha implicações práticas bem claras. Para a autora, a indiferença de socialistas em relação ao despertar da consciência política das mulheres abriria caminho para a sua cooptação por organizações femininas de caráter burguês – tais como a Aliança por Igualdade das Mulheres e o Partido Progressista Feminino na Rússia – puramente dedicadas à reivindicação de mudanças parciais na legislação.

Os acenos das feministas burguesas à união de todas as mulheres, independentemente de sua condição social, em prol da extensão do sufrágio e ampliação de direitos civis e políticos, segundo Kollontai, somente encobriria os profundos laços de exploração vinculados à estrutura econômica e social capitalista responsáveis pela opressão das mulheres trabalhadoras. Em lugar de colocar em questão as bases sociais da exploração, dependência e submissão feminina, as feministas e *sufraggettes* reduziriam a luta à conquista da igualdade formal e da assunção de uma posição mais confortável, principalmente para as mulheres oriundas das classes privilegiadas, dentro de um sistema opressivo e desigual:

> Para a maior parte das mulheres do proletariado, direitos iguais aos dos homens significaria apenas uma igual divisão na iniqüidade, mas para as "poucas escolhidas", para as mulheres burguesas, abriria as portas para direitos e privilégios sem precedentes que até hoje têm sido desfrutados somente pelos homens burgueses. Mas cada nova concessão ganha pelas mulheres burguesas daria a elas uma nova arma para a exploração de suas jovens irmãs e aumentaria a separação entre as mulheres dos dois campos sociais opostos[410].

No entanto, a ênfase no objetivo final revolucionário não representaria a renúncia à mobilização por reformas parciais que elevassem o status e a condição das mulheres trabalhadoras,

---

[409] KOLLONTAI, Alexandra**.** *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007, p.40-43.

[410] KOLLONTAI, Alexandra. "On the history of the movement of women workers in Russia" (1919). In: *Selected Articles and Speeches*. New York: Progress Publishers, 1984.

mesmo nos estreitos limites do sistema burguês. Ao contrário, Kollontai percebe estes avanços como meios importantes para a intensificação da luta de classes com vistas à real aquisição de direitos iguais, liberdade, autodeterminação, harmonia e justiça – algo inatingível sob o regime de produção capitalista. Para tanto, a luta não poderia se dar "em oposição aos homens", mas sim pela atuação conjunta e solidária de homens e mulheres proletários, unidos em função de sua consciência de classe.

Somente a nova sociedade socialista, edificada sobre o princípio da camaradagem, da colaboração e da solidariedade, seria capaz de desenvolver "o potencial de amor". Logo, a ideologia proletária procuraria educar e reforçar em cada um dos membros da classe operária sentimentos de empatia diante dos sofrimentos e das necessidades dos seus camaradas de classe, estimulando a sua união com outros membros da coletividade e a difusão do amor (em sentido amplo) enquanto sentimento que une os indivíduos e reforça laços coletivos:

> Amar sempre, amar profundamente, em todos os momentos da nossa vida, amar sempre e cada vez com maior abnegação, é o destino de todo grande coração. O amor em si é uma grande força criadora. Engrandece e enriquece a alma daquele que o sente, tanto como a alma de quem o inspira. Se a humanidade não tivesse amor, sentir-se-ia roubada, deserdada e desgraçada. O amor será seguramente o culto da humanidade futura[411].

Da mesma forma, o casamento deveria ser visto como uma união livre de iguais, unidos por laços de companheirismo e afinidade. A transformação fundamental da psicologia humana e seu enriquecimento "no potencial do amor" converteriam as relações entre os sexos em relações impregnadas de verdadeiro amor, dotadas de uma afinidade real, isto é, em uniões sexuais que nos tornariam efetivamente felizes, sem consumir por completo nossas energias criativas. Kollontai visa, portanto, a superação do individualismo grosseiro, do egocentrismo e da instrumentalização do outro, promovidos pela moral burguesa. Na sociedade socialista seriam reconhecidas todas as formas de união entre os sexos, embora a forma fundamental de relação continuasse baseada na união monogâmica dissolúvel, fundada no amor verdadeiro, no concubinato ou na monogamia sucessiva.

Para tanto, a psicologia humana seria educada e preparada para o verdadeiro amor através do "amor-jogo" ou "amizade erótica", fundado na simpatia mútua, atenção, delicadeza e atitude solícita em relação ao outro. Os indivíduos permaneceriam unidos por inumeráveis laços sentimentais e psíquicos. A nova sociedade, apresentar-se-ia, assim, como coletivista também em

[411] KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 36.

seu espírito e suas emoções, caracterizada pela união feliz e relações fraternais entre os membros da coletividade trabalhadora. O amor, portanto, ocuparia um lugar de honra, como sentimento capaz de enriquecer a felicidade humana:

> Quanto mais numerosos são os fios que se estendem entre as almas, entre os corações e as inteligências, mais solidez adquire o espírito de solidariedade e com maior facilidade pode-se realizar o ideal da classe operária: camaradagem e união (...). O ideal de amor da classe operária está baseado na colaboração no trabalho, na solidariedade de espírito e da vontade de todos os membros, homens e mulheres, e distingue-se, portanto, de modo absoluto da noção que tinham do amor as outras épocas da civilização[412].

Pelo fato de a libertação completa da mulher trabalhadora e a criação das bases de uma nova moral sexual terem sido cruciais na atividade teórica e política de Kollontai, constituindo a força diretriz que impulsionou a sua ação organizativa, especialmente no período pré-revolucionário, suas idéias tornaram-se um instrumento relevante à disposição das novas gerações de feministas e socialistas. A denúncia da hipocrisia moral da cultura burguesa e a defesa de formas mais livres de relações amorosas entre os sexos[413], todavia, nem sempre lhe valeram o respeito e a consideração de seus contemporâneos. É possível assim compreender como as pressões sociais e a moralidade burguesa ainda exerceram uma poderosa influência na vida de Kollontai e das militantes revolucionárias, que mesmo desafiando as práticas e costumes da época – como, por exemplo, através da adesão a uniões livres, a gestação de filhos fora do casamento, o recurso ao divórcio ou ao abandono do cônjuge, o relacionamento amoroso com mulheres ou homens mais novos, etc. – , martirizavam-se igualmente diante de suas decisões, como ela demonstra em sua autobiografia:

> Entretanto, para evitar qualquer mal-entendido, é preciso dizer que eu ainda estou muito longe de ser o tipo de mulher positivamente nova que faz suas experiências como mulher com uma relativa leveza e, poderíamos também dizer, com uma invejável superficialidade, cujos sentimentos e energia mental estão direcionados principalmente para todas as outras coisas na vida que não os sentimentalismos amorosos. Afinal de contas, eu ainda pertenço à geração de mulheres que cresceu num momento crítico da História. O amor e suas muitas decepções, com suas tragédias e eternas reclamações pela perfeita felicidade, ainda cumpriram um papel muito importante em minha vida. Um

[412] KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.124-125.

[413] "Para o sucesso das tarefas do proletariado é indiferente que o amor tome a forma de uma união estável ou que não tenha mais importância do que uma união passageira. A ideologia da classe operária não pode fixar limites formais ao amor." (KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.152).

> papel demasiado importante! Foi um infrutífero e, em última instância, totalmente desprezível, dispêndio de energia e de precioso tempo[414].

A rejeição consciente das "estéreis experiências emocionais", responsáveis pela dissipação da força de trabalho e da ação política construtiva, e a perene batalha contra os valores tradicionais inculcados em sua geração foi tema constante das obras ficcionais de Kollontai (certamente inspiradas em sua própria experiência), como revelado em "Amor Vermelho" (1927) e "Grande Amor" (1929). Embora a construção de um paradigma feminino alternativo exigisse a recusa aos estereótipos e convenções do passado, a projeção de relações sociais envoltas em laços de camaradagem e a constituição de uma nova moral, as militantes socialistas ainda encontravam dificuldades em suplantar a mentalidade burguesa e o "absorvente", "passional" e "exclusivista" sentimento amoroso. A autocrítica à postura assumida em sua vida privada conduz Kollontai à percepção de estar vivenciando um momento histórico singular e paradoxal; um período de transição de uma moral decadente, própria de uma ordem social capitalista em rápido processo de dissolução, a uma nova moral proletária, ainda em construção. Esta percepção, no entanto, não a impede de nutrir certo ressentimento quanto às limitações autoimpostas:

> É certamente verdade que nós, eu, bem como outras ativistas, militantes e trabalhadoras contemporâneas, fomos capazes de compreender que o amor não era o principal objetivo de nossas vidas e que nós sabíamos como dar ao trabalho a devida centralidade. Não obstante, nós poderíamos ter produzido e alcançado muito mais, caso nossas energias não tivessem sido fragmentadas na eterna luta com nossos egos e com nossos sentimentos por outros[415].

A alemã Klara Zetin, por sua vez, em carta a Lili Braun de 29 de agosto de 1900, resume da seguinte forma o dilema enfrentado pelas mulheres revolucionárias: "Vivemos e morremos por nossa causa e, neste caso, não temos vida pessoal – ou, então, situamos nossa vida pessoal em primeiro plano, sem nunca nos entregarmos plenamente à nossa causa"[416]. Em tom de reprovação diante do sofrimento exprimido por Zetkin devido à sua separação de seu segundo companheiro, Friedrich Zundel, Rosa Luxemburgo escreveu: "Manifestar publicamente princípios grandiloqüentes sobre a "liberdade do indivíduo" e, na vida íntima, manter uma alma humana na

---

[414] KOLLONTAI, Alexandra**.** *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007, p.29-30.
[415] KOLLONTAI, Alexandra**.** *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007, p.30.
[416] BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p. 95.

escravidão em função de uma louca paixão, eis o que não compreendo nem desculpo"[417]. Mas, assim como Kollontai e Zetkin, Rosa Luxemburgo, em uma série de cartas escritas ao seu companheiro Leo Jogiches, mostra-se dividida entre uma "vida tranqüila e normal" e suas ambições libertárias e rebeldes[418]. Revelando os anseios e frustrações derivados de uma existência devotada à ação política e ao trabalho intelectual, Rosa surpreende ao idealizar uma vida condizente com as expectativas e valores burgueses:

> Nosso pequeno apartamento, nossa mobília, nossa biblioteca; trabalho tranqüilo e regular, passeios a dois, uma ópera de tempos em tempos, um pequeno, bem pequeno círculo de amigos que podem algumas vezes ser convidados para jantar; todos os anos férias no campo, um mês sem nenhum trabalho! (...) E, talvez, um bebezinho também? Não poderemos nunca? Nunca?[419].

Malgrado Rosa demonstre por vezes em suas cartas irritação ou mesmo desprezo por determinadas exigências de sua ação política – reclamando de seu "trabalho editorial maçante", de algum "fardo" que o partido colocara em suas costas, ou da constante inquietação da clandestinidade que a levaria a não ter um "lar em parte alguma"[420], a revolucionária não apresenta traços de conformismo ou de paralisia diante dos obstáculos enfrentados em sua trajetória política. Ao contrário, manifesta abertamente o desejo de participar das agitações e insurgências de seu tempo e de obter reconhecimento intelectual e espaço dentro do partido:

> Sabe o que tenho sentido? Que algo está se movendo dentro de mim e quer sair. É algo intelectual, algo que tenho que escrever. (...) Sinto que não tenho usado um décimo, um centésimo, de meu potencial. Não estou contente com o que tenho escrito, e positiva e claramente sei que posso fazer um trabalho muito melhor. Em outras palavras, como diz Heinrich, necessito "dizer alguma coisa importante". (...) Desejo afetar as pessoas como o ruído do trovão, inflamar suas mentes não com arengas, mas com a amplitude de minha visão, a força de minha convicção e o poder de minha expressão[421].

---

[417] Carta a Hans Diefenbach, de 7 de janeiro de 1917 (BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p. 165).

[418] Carta de Rosa a Jogiches, de 17/5/1898: "Nunca tivemos uma vida juntos, alegrias ou felicidade (isto se refere a nossa relação pessoal, não à causa – seus percalços não deveriam interferir em nossa felicidade)." (LUXEMBURGO, Rosa. *Camarada e amante: cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.63).

[419] Carta a Jogiches, de 6/3/1899 (LUXEMBURGO, Rosa. *Camarada e amante: cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 97).

[420] Carta a Jogiches, de 25/3/1894 (LUXEMBURGO, Rosa. *Camarada e amante: cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.44).

[421] Carta a Jogiches, de 19/4/1899 (LUXEMBURGO, Rosa. *Camarada e amante: cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.99).

A busca pela felicidade pessoal aparece, deste modo, como uma extensão da luta pelo direito à felicidade de todos, mas de forma alguma esta é subsumida pela primeira. Rosa, portanto, não deixa de reconhecer "o sentido maior da existência" como sendo justamente "uma vida voltada para o exterior", para a "ação construtiva" e o "trabalho criativo", mas assume que a harmonia só é atingida ao compartilhá-la com um "outro" alguém[422]. Neste sentido, tanto Rosa como Zetkin e Kollontai distanciam-se do paradigma corrente de militante, reproduzido por Bakunin e Nechaiev, em seu "Catecismo Revolucionário" (1866):

> O revolucionário é um homem perdido; não tem interesses próprios, nenhuma causa própria; não tem sentimentos, hábitos, pertences; nem mesmo possui nome. Tudo nele é absorvido por um único e exclusivo interesse, um único pensamento, uma única paixão – a revolução. (...) Todos os sentimentos ternos da vida familiar, amizade, amor, gratidão e até mesmo honra, precisam ser nele sufocados por uma única paixão – a causa revolucionária[423].

Diferentemente deste arquétipo, fundamentalmente masculino, o paradigma da "nova mulher revolucionária" não pretende excluir ou sufocar os sentimentos de amor, amizade e afeto, mas conferir-lhes uma dimensão coletiva. Como vislumbrado por Kollontai, a nova moral reivindicada pelas mulheres revolucionárias, levaria os laços de simpatia entre os membros da nova sociedade a se desenvolverem e se fortalecerem. Desta maneira, acreditam que "a capacidade para amar será muito maior e o amor-camaradagem se converterá no estimulante papel que na sociedade burguesa estava reservado ao princípio de concorrência e egoísmo". Sendo assim, os laços sentimentais e psíquicos possibilitariam que o "coletivismo do espírito e da vontade" triunfasse sobre o individualismo[424], abrindo caminho para uma nova cultura que deverá florescer plenamente sob o socialismo.

Devemos observar, entretanto, que a emergência deste novo paradigma feminino, embora em muitos aspectos tributário de valiosas elaborações teóricas e experiências políticas que o antecederam, encontra-se intimamente relacionado com o momento histórico atravessado pelas sociedades capitalistas no final do século XIX. As sucessivas crises econômicas, disputas imperialistas e avanços nas técnicas produtivas – que dentre outros fatores impulsionaram as mulheres para a produção industrial – originaram não somente projetos sociais alternativos, mas

---

[422]Carta a Jogiches, de 3/7/1900: "É preciso trabalhar constantemente sobre si mesmo para evitar afundar-se num auto-consumo espiritual. Mas, para não perder o sentido maior da existência que acredito seja uma vida voltada para o exterior, ação construtiva, trabalho criativo, necessita-se estar sob o controle de outro ser humano. Este ser humano precisa ser íntimo, compreensivo e ao mesmo tempo separado do "eu" que busca harmonia". (LUXEMBURGO, Rosa. *Camarada e amante: cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 125).

[423] LUXEMBURGO, Rosa. *Camarada e amante: cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 21.

[424] KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.154.

ebulições revolucionárias que colocaram em relevo as contradições econômicas, políticas, jurídicas, sociais e culturais presentes na ordem existente.

As novas mulheres revolucionárias, vinculadas a diferentes correntes ideológicas e facções partidárias, participaram ativamente deste movimento contestatório, por vezes sofrendo oposição de seus próprios camaradas. Orientavam grande parte de suas vidas em função da causa coletiva, isto é, da deflagração de mudanças sociais profundas e radicais capazes de colocar um fim a relações de exploração e opressão, mesmo que para tanto fosse necessário confrontar a polícia, o exército, a burocracia estatal, a "opinião pública" e seus próprios familiares. Assim, subverteram a imagem e o papel tradicionalmente atribuídos às mulheres, denunciando a hipocrisia velada e a desigualdade explícita vigentes na sociedade burguesa, ainda que lutassem constantemente contra os vestígios morais que lhes infundiam incongruências e ambigüidades.

A unificação destas mulheres, oriundas de grupos sociais heterogêneos, em torno de um movimento de massas revolucionário associado à social-democracia lhes permitiu formular novas táticas e práticas organizativas, bem como uma visão de mundo que integrasse sua identidade feminina à luta de classes. A resistência à sua participação em condição de igualdade com os militantes masculinos, verificada no interior dos partidos social-democratas, lhes conduziu à busca de uma maior autonomia e independência em relação ao poder central das organizações, propiciando uma visão crítica em relação à burocratização do partido e à centralização das decisões.

Não foi por acaso, portanto, que as três mais importantes porta-vozes do movimento feminino social-democrata – Rosa Luxemburgo, Klara Zetkin e Alexandra Kollontai – também tenham sido aquelas a desafiarem o autoritarismo e a denunciarem a guinada reformista do partido, depositando sua confiança no ímpeto criativo e transformador das massas, desencadeado a partir de suas próprias experiências de luta. Excluídas em grande parte da política oficial dos partidos e de seus órgãos dirigentes, as mulheres seriam um elemento crucial deste movimento de massas "espontâneo". Assim, como percebe Kollontai, a "nova mulher" não representa somente um novo perfil psicológico ou mentalidade, mas um "fenômeno de massas", "moldada no próprio processo da luta"[425]. Da mesma forma, Rosa Luxemburgo, em artigo escrito para o *Leipziger Volkszeitung*, em 1902, antes mesmo de sua desavença com a direção do SPD quanto às greves de massas de 1905 na Rússia[426], já remarcava:

> Com a emancipação política das mulheres, um vento fresco e poderoso entrará na vida política e espiritual [da social-democracia] dissipando a atmosfera sufocante da atual vida familiar filistéia que

[425] KOLLONTAI, Alexandra. "What has the October Revolution done for women in the West?" (1927). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/kollonta/1927/october.htm*>. Acesso em Janeiro de 2007.
[426] Cf. LUXEMBURG, Rosa. *Oeuvres I : Reforme ou révolution? Grève de masse, parti et syndicats.* Paris: François Maspero, 1969.

> tão inconfundivelmente pesa também sobre os membros de nosso partido, tanto nos operários como nos dirigentes.[427]

No próximo ponto, analisaremos os percursos da auto-organização das mulheres socialistas, destacando sua relação com os organismos partidários, caracterizada tanto pela colaboração mútua quanto por múltiplos atritos e tensões.

2.3. Mulheres em luta: as estratégias de organização e definição dos objetivos

Conforme se viu, para Bebel, assim como para alguns líderes da social-democracia, a luta pelo sufrágio universal e pela extensão dos direitos políticos às mulheres seria um caminho importante para sua educação política e sua adesão ao socialismo. Contudo, Bebel não teria conseguido vislumbrar, na ocasião da redação de seu estudo, o significativo papel de organização e liderança que as mulheres viriam a desempenhar no interior do movimento social-democrata. Tal transformação começa a se tornar aparente na Alemanha na década de 1890, a partir dos esforços de personalidades como Klara Zetkin (1857-1933) e Rosa Luxemburgo (1871-1919).

Klara Zetkin nasceu na Saxônia, filha de Gottfried Eisner, um professor de religião protestante, e Joséphine Vitale. Através de sua mãe, uma mulher culta com ideais iluministas, Klara teve contato com personagens pioneiras do movimento feminista na Alemanha. Ainda jovem, Klara ingressou no Instituto Van Steyber, dirigido por Auguste Schmidt, primeira presidente da Federação de Associações de Mulheres Alemãs (*Bund Deutscher Frauenvereine*), a fim de obter a habilitação ao cargo de professora[428]. Embora Auguste Schmidt representasse uma figura proeminente no feminismo alemão da época, defendendo o acesso das meninas ao estudo, embasava seus argumentos na importância de se proporcionar uma "boa educação" e uma "elevação dos valores morais" às mulheres com vistas à preparação para o casamento e a maternidade[429]. Assim, criticava concepções mais radicais, como de Louise Otto Peters, para quem as mulheres deveriam tornar-se seres humanos autônomos e livres, e não apenas mães e esposas.

---

[427] DUNAYEVSKAYA, Raya. *Rosa Luxemburgo,la liberación femenina y La filosofia marxista de La revolución*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985, p.183-184.

[428] Cabe lembrar que somente em 1892 as mulheres alemãs puderam realizar o *Abitur*, exame de aceso à universidade alemã.

[429] Com este objetivo criou em 1864 a Associação para a Formação de Mulheres, fundada em Leipzig (BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p. 45).

Ao terminar seus estudos, Klara aproximou-se do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), através de um grupo de imigrantes e estudantes russos que vivia em Leipzig. Neste grupo conheceu seu futuro companheiro Ossip Zetkin, que havia deixado uma família abastada para viver do próprio trabalho e dedicar-se à causa revolucionária[430]. Juntos, Klara e Ossip mudaram-se para Paris, impelidos pela promulgação da lei anti-socialista em 21 de outubro de 1878, passando a viver de empregos precários e mal-remunerados. Somente em 1882, por recomendação de Eduard Bernstein, então redator do "O Social-Democrata", Klara foi contratada por Julius Motteler, para trabalhar na divulgação do periódico publicado na Alemanha[431].

Morando em um pequeno cômodo alugado e dividindo-se entre os cuidados com seu companheiro doente, a criação de seus dois filhos (Maxim e Costia), trabalhos como tutora, preceptora e tradutora e as atividades do partido – como a participação em reuniões noturnas, encontros, manifestações e coletas para grevistas –, Klara construiu uma importante identificação com as mulheres trabalhadoras:

> Eu sentia muita dificuldade de promover, de forma sistemática a minha formação, como eu gostaria, e de me dedicar mais ao movimento socialista (...). Só mais tarde compreendi que havia adquirido uma grande maturidade durante aquele período. Foi nessa época que comecei a refletir sobre o que eu havia lido ou estudado para elaborar minhas próprias idéias[432].

Apesar das dificuldades que teve de enfrentar e a impossibilidade de se dedicar completamente à sua formação intelectual e política[433], Klara conseguiu elaborar importantes trabalhos teóricos dentro do campo do feminismo revolucionário. Em 1886, por exemplo, escreveu um artigo para a *Neue Zeit*, sobre a atuação de Louise Michel na Comuna de Paris (intitulado "Memórias de Louise Michel"). Após a morte de seu marido, em 1889, Klara passou a se dedicar mais intensamente também à ação política. Neste mesmo ano discursou no congresso de fundação da Segunda Internacional em Paris, em julho de 1889, sendo uma das 8 mulheres entre os 400 delegados dos 19 países.

---

[430] De acordo com Gilbert Badia, Klara adota o sobrenome Zetkin, mas não chegam a casar, por princípio e por não querer perder sua nacionalidade. (BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003).

[431] Ainda em 1887, em carta a Wilhelm Liebknecht, Klara escreve: "Até hoje, nunca conseguimos achar um trabalho seguro e contínuo. Tivemos de contar sempre com o acaso, excetuando pequenos trabalhos que não conseguem equilibrar nosso modesto orçamento." (BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p. 26).

[432] BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.31.

[433] "Sou costureira, cozinheira, lavadeira, etc., enfim, empregada para qualquer serviço. Além disso, há dois danadinhos que não me dão sossego um só momento. Mal comecei a fazer o estudo de Louise Michel, foi necessário limpar o nariz do número um; e mal me sentei para escrever, precisei dar a chupeta ao número dois." (BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p. 30).

Em seu discurso, intitulado "Pela libertação das Mulheres", destacou a questão feminina e se opôs à proibição do trabalho das mulheres em nome do direito ao trabalho fora do lar e à independência econômica. O trabalho fora, conforme explicou, permitiria às mulheres que ampliassem seus horizontes e crescessem em conhecimentos e experiências. Frisou ainda que a emancipação feminina só ocorreria no marco da emancipação do trabalho em relação ao capital, de modo que plenos direitos apenas seriam alcançados através da revolução socialista. Outrossim, a participação de Klara no Congresso possibilitou a aprovação de uma resolução que garantia às mulheres o direito de exigir salários iguais por trabalhos iguais, condenando a existência de qualquer tipo de discriminação entre os trabalhadores. Entretanto, Klara não conseguiu evitar a incorporação de duas cláusulas que restringiam o trabalho feminino, impondo a interdição do trabalho noturno para as mulheres e a proibição de trabalhos "perigosos para o organismo feminino"[434]. Social-democratas, como Edmund Fischer, voltaram a sustentar por diversas vezes que o trabalho feminino contrariaria tanto a evolução econômica quanto a natureza humana, sendo este um "mal capitalista" que deve desaparecer com o estabelecimento do socialismo e a reconstituição da família. Deste modo, Fischer alegava que as mulheres poderiam "se interessar", paralelamente à vida doméstica, pela política, arte e ciência, mas sua verdadeira natureza estaria relacionada à gestação e criação de filhos[435]. Este viés antifeminista, esboçado na condenação ao trabalho feminino, permaneceu vivo dentro do movimento, sob a capa de um protecionismo desinteressado, como explicitou Rosa Luxemburgo, em carta escrita a Leo Jogiches:

> Para variar, após a reunião em Meerane, fui rigorosamente questionada sobre os direitos da mulher e sobre o casamento. Um esplêndido jovem tecelão, chamado Hoffman, tem zelosamente perseguido a questão lendo Bebel, Lili Braun e o *Gleichheit*. Ele tem discutido acaloradamente com os camaradas mais velhos, que insistem em dizer que a mulher pertence ao lar e querem que lutemos pela abolição do trabalho feminino [436].

A relevante atuação política de Klara lhe garantiu o posto de jornalista (em 1890), de editora do periódico "A Igualdade" (*Die Gleichheit*), em 1892 – cargo que ocupou por 25 anos –, além de uma posição na Comissão de Disciplina do Partido (1895), que a tornara a primeira mulher a fazer parte de um órgão dirigente do SPD. O periódico editado por Klara atuava como meio de comunicação, educação e denúncia das condições de trabalho enfrentadas pelas mulheres, sendo de

---

[434] BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.50.

[435] Fischer explicitou sua visão avessa à emancipação feminina em um artigo intitulado "Sobre a questão feminina", publicado nos "Cadernos Socialistas", em 1905 (BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.78).

[436] Carta de 11/2/1902 (LUXEMBURGO, Rosa. *Camarada e amante: cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.140).

suma importância para a adesão feminina à social-democracia, especialmente até 1908, quando ainda vigorava a lei que proibia as mulheres de integrarem partidos políticos e associações. Através de seu trabalho jornalístico, Klara conseguiu a autorização do SPD – à época sob a liderança de Bebel – para conduzir um trabalho político específico entre as mulheres, organizando inclusive conferências de mulheres socialistas, simultâneas aos congressos do Partido. Sua intenção era instruir teoricamente as mulheres trabalhadoras, atraí-las ao socialismo e preveni-las contra os princípios do feminismo burguês reformista. Com isso procurava estabelecer uma clara divisão entre a o movimento feminino (*Frauenbewegung)* e o movimento de trabalhadores (*Arbeiterinnen-Bewegung),* opondo-se às propostas de cooperação entre burguesas e proletárias, formuladas por social-democratas como Henriette Fürth e Lili Braun. Sua desconfiança em relação àquele movimento levou Klara a criticar abertamente o periódico do partido "Avante", que publicara em 1895 uma moção das feministas burguesas exigindo a reforma das leis sobre associação. Segundo Klara, o SPD não deveria ser movido por moções, à moda do feminismo burguês, mas realizar a educação e mobilização das massas para a deflagração de ações visando transformações radicais[437].

Para Zetkin, as mulheres burguesas desejariam impulsionar reformas sociais com o intuito de fortalecer a ordem social existente, enquanto as mulheres trabalhadoras exigiriam igualdade política não somente para defender seus interesses econômicos e culturais, mas para utilizá-la como arma na luta contra o capitalismo. Assim, as mulheres burguesas não batalhariam pela emancipação do sexo feminino como um todo, sendo antes de tudo representantes dos interesses comuns de toda a classe burguesa. As trabalhadoras, portanto, não deveriam adjudicar a elas sua liberação, já que "em sua luta pela completa emancipação social e política só devem confiar em sua força e no poder de sua classe"[438], cooperando com os homens proletários na derrubada da ordem social. A necessária vinculação entre a "questão feminina" e a "questão social" ficara evidente igualmente em seu discurso à Conferência de Mulheres Socialistas, realizada em Mannheim, em 1906:

> Como a "questão da mulher" é só uma parte da questão social, e só pode ser resolvida com ela, ou seja, através da supressão do capitalismo e da emancipação do proletariado, da mesma maneira a emancipação política de todo o sexo feminino só se pode realizar através da luta pela completa emancipação política do proletariado[439].

Convém ressaltar que o distanciamento defendido por Klara entre as mulheres proletárias e as burguesas fundava-se na preocupação com a constituição de um movimento proletário unificado

---

[437] BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra.* São Paulo: Expressão popular, 2003, p.49.
[438] ZETKIN, Klara. "O sufrágio feminino". In: GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres.* São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.172.
[439] GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres.* São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.169.

e com a preservação da identidade de classe das mulheres trabalhadoras. Diante da própria recusa das associações femininas burguesas – vinculadas à Federação de Associações de Mulheres Alemãs (*Bund Deutscher Frauenvereine*) – de aceitarem a adesão de associações de mulheres trabalhadoras (em 1894) e do seu rechaço a uma moção que preconizava a cooperação com o movimento das mulheres social-democratas (1900)[440], Klara não via a possibilidade de estabelecer com elas conexões que não afetassem os interesses da classe proletária como um todo. Isto não significa, porém, que Zetkin não reconhecesse a importância das reivindicações (que incluíam o direito ao ensino superior, ao voto e à proteção social das trabalhadoras) ou incidisse na desqualificação pessoal das feministas burguesas, como transparece nas anotações do diário de Minna Cauer (pertencente à ala mais radical da BDF), ao relatar uma visita de Klara, na ocasião de seu septuagésimo aniversário, em 30 de março de 1912:

> A senhora Zetkin ficou perto de quatro horas em minha casa. Suas demonstrações de amizade foram comoventes. (...) Como Bebel, ela me disse "Fique onde está! A senhora semeia a perturbação; é uma força, a despeito do pequeno grupo que a segue. A senhora destrói preconceitos. Faz viver o movimento burguês pelo direito de voto. Resista![441]

A iniciativa de construir um caminho próprio, apartado do movimento feminista burguês, destarte, não deve ser encarada como fruto de leviandade, preconceito ou vaidade, como geralmente foi propagado pela imprensa feminista liberal, sendo um passo refletido e coerente, fundado em suas convicções políticas e princípios teóricos marxistas. Embora Zetkin reconhecesse as "boas intenções" de setores mais radicais do feminismo burguês, não deixava de criticar a sua suposta "neutralidade política", ação tímida e objetivos moderados: "Uma mistura de boas intenções, de incompreensão e de perplexidade, de grandes protestos de simpatia dirigidos às proletárias e de tímidas tentativas para empreender pequenas ações de seu interesse"[442].

Deste modo, reagindo ao crescimento de associações de mulheres de caráter burguês e reformista, Zetkin orientou seus trabalhos dentro do Partido Social-Democrata Alemão para a criação de estratégias específicas de organização das massas de mulheres trabalhadoras. Seu intuito era evitar o deslocamento da luta de classes para uma "batalha de sexos", o que obscureceria a dominação de classe e impossibilitaria a solidariedade entre homens e mulheres trabalhadores:

---

[440] Estas medidas foram fortemente defendidas por Helene Lange, então presidente da BDF (BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p. 48).
[441] BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.97.
[442] Trecho de um artigo em "A Igualdade", de 1899 (BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p. 96).

> A mulher proletária luta de mãos dadas com o homem de sua classe contra sociedade capitalista. Seguramente, ela concorda também com as demandas do movimento das mulheres burguesas, mas ela considera o cumprimento destas demandas simplesmente como meios para permitir aquele movimento a entrar na batalha, equipados com as mesmas armas, ao lado do proletariado. (...) A concessão da igualdade política às mulheres não muda o equilíbrio de forças atual. A mulher proletária termina no proletário, a mulher burguesa no campo burguês. Nós não devemos nos deixar enganar pelas tendências socialistas no movimento das mulheres burguesas que só dura enquanto as mulheres burguesas sintam-se oprimidas.[443]

A forma de organização proposta por Klara não pretendia substituir ou desautorizar a organização partidária, mas estendê-la a fim de alcançar todo um grupo de mulheres que não era até então contemplado pela propaganda e agitação social-democrata. Tal como ocorrera no tocante aos sindicatos[444], as mulheres socialistas procuraram construir espaços próprios em que pudessem expor livremente suas demandas, críticas e projetos, bem como difundir uma nova "cultura socialista". Para tanto, criaram uma rede de associações culturais e sociais ligada ao SPD, incluindo clubes juvenis, grupos de música, corais, círculos de leitura e de formação de trabalhadoras (*Frauenbildungsvereine*)[445], clubes de ginástica, dentre outras agremiações. Além disto, formaram Comissões Femininas de Propaganda em Hamburgo e Berlim, a fim de desenvolver métodos educativos e informativos distintos, através da elaboração de publicações atraentes e acessíveis às mulheres da classe trabalhadora. Assim, o trabalho de esclarecimento e organização deixava de ser de responsabilidade exclusiva dos "homens de confiança" do Partido (*Vertrauensmänner*), englobando as mulheres numa definição mais geral de "pessoas de confiança" (*Vertrauenspersonen*)[446]. A atuação destas mulheres, no entanto, foi constantemente atacada dentro do SPD, tendo somente sido incorporada nos estatutos do Partido em 1905, quando determinou-se

---

[443]ZETKIN, Klara. "Only in conjunction with the proletarian woman will socialism be victorious" (1896) . [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/zetkin/1896/10/women.htm*>. Acesso em Janeiro de 2007.

[444] Carlos Bauer nos oferece vários exemplos deste tipo de organização sindical: "em muitos lugares da Europa e da América, a persistente negativa dos sindicatos em admitir as trabalhadoras levou-as a constituir sindicatos femininos. Surgiram associações nas mais diversificadas profissões. Na indústria têxtil algodoeira inglesa estas sociedades protagonizaram importantes lutas em defesa de melhorias salariais na perspectiva de equiparação com os dos salários masculinos. O movimento feminista deu apoio absoluto à criação destas organizações sindicais específicas" (BAUER, Carlos. *Breve história da mulher no mundo ocidental*. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001, p. 83-84). Mesmo assim, em 1907, na Alemanha somente 15% das trabalhadoras eram sindicalizadas (ABRAMS, Lynn. *Worker's Culture in Imperial Germany: Leisure and recreation in the Rhineland and Westphalia*. Londres: Routledge, 1992, p. 16).

[445] Segundo Badia, em 1907 existiam no Reich 94 círculos de formação das trabalhadoras, com 10.302 membros (BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.57).

[446] O número de delegadas (*Vertrauenspersonen*) passou de 25 em 1901, para 407 em 1907 (BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.56).

que "a propaganda sistemática no proletariado feminino é realizada por delegadas mulheres, eleitas, se possível, em todas as localidades, de acordo com as instâncias do partido"[447].

A despeito de seus consideráveis esforços, Zetkin e suas companheiras não conseguiram penetrar em todos os meios operários e vencer a hostilidade que grande parte das mulheres ainda dirigia ao SPD[448]. Ademais, muitas compartilhavam da concepção esboçada por Guilherme II, para quem: "nossas mulheres (...) devem aprender que a tarefa principal da mulher alemã não está no campo das assembléias e das associações, nem na conquista de supostos direitos com os quais ela possa fazer as mesmas coisas que os homens, mas no trabalho silencioso em casa e na família" [449]. O próprio governo, todavia, não se mostrava tão apreensivo quanto às investidas de agitação entre as mulheres trabalhadoras conduzidas pelas socialistas, como é evidenciado em um relatório do Ministro do Interior da Prússia, ainda em 1899: "As guardiãs do Capitólio fazem um papel ridículo. Todos os esforços de algumas agitadoras fracassam em razão da apatia do proletariado feminino e da falta de interesse da direção do partido"[450].

Contudo, graças à ação organizativa das militantes socialistas as mulheres trabalhadoras foram sendo gradualmente cooptadas, de modo que em 1914 já compunham 16,1% do total de filiados no SPD (cerca de 175.000 mulheres)[451] e a tiragem do *Die Gleichheit* chegava a 125.000 exemplares. À medida que iam ampliando seu público para além do campo político da social-democracia, tornou-se necessário criar novas maneiras de aproximação em relação às trabalhadoras, sobretudo àquelas que não trabalhavam nas fábricas, como donas de casa, empregadas domésticas, balconistas, trabalhadoras rurais, etc. Neste sentido, em 1905, Klara acatou as recomendações do Partido para que a sua publicação fosse mais popular, destinada a todas as trabalhadoras, e não somente às eruditas. Assim, o periódico passou a tratar de temas do cotidiano, introduzindo dois suplementos intitulados "Para nossas mães" e "Para nossos filhos", que abordavam problemas relacionados à maternidade, educação, saúde, higiene, nutrição, culinária, costura, vida selvagem e trabalho. De acordo com a Executiva do Partido, o jornal não deveria ser apenas "um fiel conselheiro tendo por fim incentivar a participação das mulheres na luta pela libertação de sua classe", devendo contribuir "para a auto-formação das mulheres em todos os campos", facilitando "a realização de seus deveres de donas de casa e de mães"[452]. Klara, no entanto, relutou em aceitar tais mudanças, pois acreditava que não bastava tratar de questões "femininas", mas sim abordá-las

---

[447] BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.56.
[448] Antes de 1914, apenas 25% dos trabalhadores pertenciam ao SPD (ABRAMS, Lynn. *Worker's Culture in Imperial Germany: Leisure and recreation in the Rhineland and Westphalia*. Londres: Routledge, 1992, p.5).
[449] Discurso realizado em 1910 (GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 323).
[450] BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.62.
[451] GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres.* São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 55.
[452] Resolução do Congresso Social-democrata de 1908 (BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.65).

sob o enfoque social, político e econômico. Desde 1896, a revolucionária já havia traçado as metas fundamentais do movimento de mulheres socialistas ao estabelecer que

> Nós não devemos conduzir uma propaganda específica para mulheres, mas sim realizar uma agitação socialista entre mulheres. Os interesses insignificantes, momentâneos, do "mundo feminino" não devem tomar o palco. Nossa tarefa deve ser incorporar a mulher proletária moderna em nossa batalha! (…) A propaganda para mulheres deve tocar em todas as questões que são de grande importância ao movimento proletário geral. Realmente, a tarefa principal é despertar a consciência de classe das mulheres e as incorporar na luta de classe[453].

Klara rejeitou igualmente a proposta de Lili Braun[454] de criação de um núcleo de pesquisas sobre a condição de vida das operárias (inspirada pela experiência da Sociedade Fabiana), composto também por uma biblioteca e um escritório onde as mulheres poderiam solicitar conselhos jurídicos[455]. Para Klara, o trabalho social-democrata deveria se concentrar em tarefas de propaganda e organização, preocupando-se em despertar a consciência de classe das operárias e transformá-las em militantes socialistas. Deste modo, o propósito da ação partidária seria prioritariamente estabelecer contato com as trabalhadoras e as mobilizar, de maneira que as militantes "vão de cidade em cidade, encontram companheiras, sobem escadas, explicam, discutem, fazem reuniões"[456].

O sucesso da luta empreendida pelas socialistas dependeria também da expansão do trabalho entre mulheres no plano internacional. Assim, Klara contribuiu na organização da 1ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas (1907), que teve lugar durante o sétimo Congresso da Segunda Internacional, em Stuttgart. O objetivo da Conferência era estabelecer uma conexão e uniformidade de ações entre os movimentos de mulheres socialistas dos diferentes países. Compareceram 59 representantes de 15 países, estando entre elas Angélica Balabanova (pela Itália), Alexandra Kollontai (pela Rússia), Rosa Luxemburgo e Klara Zetkin (pela Alemanha).

Durante a reunião foi discutida a postura a ser adotada pelos partidos social-democratas no tocante ao voto feminino. Zetkin, que já havia manifestado apoio ao sufrágio feminino durante a Conferência Feminina de Zurique (1902) e no Congresso de Dresden (1903), voltou a ressaltar a importância do direito de voto para a formação política e educação revolucionária, de modo a combater a indiferença política e a mentalidade retrógrada presente em parte do proletariado

---

[453] ZETKIN, Clara. "Only in conjunction with the proletarian woman will socialism be victorious" (1896) . [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/zetkin/1896/10/women.htm*>. Acesso em Janeiro de 2007.
[454] Lili Braun era filha de um general do exército prussiano, de origem aristocrática, casada com Heinrich Braun, redator do "Avante" e vinculado à ala direitista do SPD.
[455] Este projeto foi aprovado pela direção do Partido, embora não tenha sido executado por insuficiência de verbas.
[456] BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.90.

feminino. Todavia a delegação alemã sofreu a oposição de belgas, suecas e austríacas, que defendiam o ponto de vista sustentado por Victor Adler, para quem o sufrágio feminino não deveria integrar os programas social-democratas como um objetivo imediato a ser alcançado, devendo caber a cada partido definir o momento adequado de se defender o sufrágio feminino e o método a ser utilizado, de modo a não prejudicar os avanços do proletariado masculino. Ademais, parte da delegação inglesa sustentou a defesa do sufrágio feminino limitado, como sendo o primeiro passo para a ampliação dos direitos políticos de todas as mulheres. Klara repudiou veementemente ambas as posições, que a seu ver representavam concessões oportunistas e uma violação dos princípios socialistas. No ano anterior, Zetkin já havia denunciado as conseqüências da adoção de um sufrágio feminino limitado:

> O sufrágio limitado, aumentando o poder das classes proprietárias, seria um meio para manter a escravidão política e social das massas exploradas. Muito poucas esposas e filhas de trabalhadores estão econômica ou socialmente em condições de cumprir as exigências do sufrágio limitado. Estas mulheres não possuem propriedades, nem obtiveram um título universitário, para não falar das mulheres solteiras e que sustentam a si mesmas. (...) Todo aquele que reivindica o sufrágio feminino não como um monopólio de classe, todo aquele que luta com férrea convicção pela emancipação política de todo o sexo feminino, pode e deve voltar as costas ao sufrágio limitado para as mulheres e lutar com entusiasmo pelo sufrágio para todos os adultos[457].

Ao final das discussões, por uma maioria de 47 votos contra 11, o Congresso aprovou a seguinte resolução, comprometendo os partidos com a luta pelo sufrágio feminino:

> Os partidos socialistas de todos os países têm o dever de lutar energicamente pela implantação do sufrágio universal das mulheres (...) o qual (...) deve ser vigorosamente reivindicado, tanto por meio da agitação, como por meio dos mecanismos parlamentares. A batalha a ser feita pelo sufrágio deve ser regida pelos princípios socialistas e, portanto, deve reivindicar o sufrágio universal para homens e mulheres.[458]

---

[457] GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres.* São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.168- 169.

[458] GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres.* São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.63.

O Congresso estabeleceu também a criação de um Secretariado Internacional de Mulheres (*International Women's Bureau*), sendo Klara eleita sua presidente e o periódico "A Igualdade" convertido na publicação oficial das mulheres filiadas à Segunda Internacional. O Secretariado funcionaria permanentemente, com sede em Stuttgart, e estaria incumbido de todas as questões relativas ao estreitamento das relações entre as organizações de mulheres da classe operária internacional. A existência de um órgão central próprio, ainda que subordinado às decisões do Secretariado Geral da Internacional, era mais um sinal do avanço das mulheres em termos de sua autonomia e organização, demonstrando seu empenho em galgar espaços políticos dentro do movimento, predominantemente dirigido e orientado aos homens.

Conforme foi sublinhado, a atuação de Zetkin nos Congressos da Segunda Internacional fez sua influência transcender os limites do SPD, levando os demais partidos social-democratas a reconhecerem a luta pela igualdade entre os sexos como uma das metas imediatas a ser alcançada – a despeito da objeção levantada pela delegação austríaca, encabeçada por Victor Adler e Adelheid Popp, que defendia relegar o sufrágio feminino a alvo a ser perseguido exclusivamente pelas mulheres. De igual importância foi sua campanha pela criação de um departamento especial feminino dentro dos partidos, designado à organização das trabalhadoras e difusão das idéias socialistas através de cursos, palestras e reuniões, além de jornais e periódicos produzidos e destinados às mulheres. Como editora do *Die Gleichheit*, Zetkin pôde mobilizar grupos de trabalhadoras para a militância socialista, divulgar conferências nacionais e internacionais de mulheres e promover uma maior participação destas nos congressos dos partidos social-democratas.

Contudo, a partir de 1908 observou-se uma mudança nas relações entre o movimento de mulheres socialistas e a cúpula do SPD, agora sob a direção do revisionista Friedrich Ebert. A revogação da lei alemã que restringia a participação política das mulheres em associações e reuniões deu ensejo a uma série de questionamentos por parte de membros do Partido que viam como uma ameaça ou um desperdício de recursos a conservação de órgãos especiais voltados para as mulheres. Assim, defendiam o fim das comissões femininas, compostas por delegadas eleitas de acordo com um procedimento especial, bem como de todos os organismos vinculados ou semi-autônomos dirigidos pelas mulheres. Embora Klara e Ottilie Baader tenham pleiteado, no Congresso de Nuremberg, uma maior representação feminina nas direções regionais, a eleição de delegadas para os congressos por assembléias femininas e a continuidade das associações para a formação de mulheres, a direção não atendeu suas demandas. Enquanto a estrutura organizativa das mulheres passou a estar subordinada totalmente à direção – inclusive "A Igualdade" – as mulheres continuavam sub-representadas nos órgãos dirigentes e assembléias do Partido[459]. A única

[459] Até 1906 número de delegadas nos congressos oscila entre 1 e 6%, sendo que não chega a 10% em 1914 (BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.111).

concessão feita foi à reserva de uma cadeira do Comitê Executivo para uma mulher. Com efeito, Luise Zietz (1865-1922), foi eleita para ocupar o posto na Executiva – que até 1912, não dava direito a voto. A moderação e submissão de Luise às determinações da cúpula motivaram o seu rompimento com Klara, que em carta a Kautsky não poupou críticas à sua atuação: "Pode-se ver quem manipula os fios desta marionete"[460].

É necessário ressaltar, no entanto, que o tratamento conferido às organizações de mulheres socialistas por parte da nova direção não deve ser atribuído simplesmente a uma postura veladamente antifeminista de seus membros. As medidas impostas pela corrente agora majoritária do SPD – os revisionistas – inseriam-se em um leque amplo de reformulações programáticas que procuravam mudar o arsenal teórico e principiológico do Partido, adequando-o às exigências da prática estritamente reformista e parlamentar. A rejeição do objetivo revolucionário, a consolidação e ampliação do aparato burocrático partidário e o fortalecimento do grupo parlamentar conduziram à execução de uma política de contenção das massas, controle dos Sindicatos Livres, centralização das decisões e aversão a dissidências. Assim, a reorientação do Partido visando uma *Realpolitik* pragmática e comedida, advogada pelos novos dirigentes, não poderia conviver com um movimento semi-autônomo, crítico e ativo, ainda que este fosse formado por mulheres – um grupo minoritário que não chegaria a constituir sozinho um risco à sua hegemonia dentro do SPD. Ademais, a liderança de Klara Zetkin e Rosa Luxemburgo, expoentes da ala revolucionária e maiores denunciadoras e combatentes do reformismo, levava a que vissem o movimento feminino como sendo potencialmente explosivo, além de um terreno fértil para alavancar críticas e fragmentações internas. De fato, como Zetkin remarcou, o movimento de massas feminino da Alemanha possuía um caráter acentuadamente revolucionário e anti-reformista:

> A característica mais proeminente do movimento das mulheres socialistas na Alemanha é sua clareza e espírito de revolucionário sobre teorias socialistas e princípios. (…) A emancipação humana integral de todas as mulheres depende, por conseguinte, da emancipação social do trabalho; isso só pode ser realizado pela luta de classes da maioria explorada[461].

Nestes termos, a perseguição a que as mulheres socialistas foram submetidas revela, em certa medida, o reconhecimento de sua capacidade mobilizadora e de seu caráter subversivo, contrariando mais uma vez as concepções propagadas dentro da própria social-democracia acerca da existência de uma natureza feminina dócil, passiva e obediente, logo, inadequada à política.

---

[460] Carta de Klara a Kautsky, 14 de março de 1909 (GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres.* São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.67).

[461] ZETKIN, Klara. "German socialist women's movement" (1909). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/zetkin/1909/10/09.htm* >. Acesso em Janeiro de 2007.

Não obstante as dificuldades impostas pela burocracia e a proibição da realização das conferências femininas que ocorriam a cada dois anos, às vésperas do congresso do Partido Social-Democrata Alemão, em 1910 as social-democratas organizaram a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em Copenhague. Nesta foi declarado o Dia Internacional das Mulheres, com o objetivo de conclamar as mulheres socialistas de todos os países a, em cooperação com os organismos políticos e sindicais, manifestarem-se em prol do direito de voto feminino. O Dia Internacional da Mulher – primeiramente festejado no dia 19 e no ano seguinte alterado para 8 de março – tornou-se uma data de grande relevância, transcendendo seu objetivo imediato e sendo o estopim de inúmeros movimentos contestatórios e revolucionários, como o ocorrido na Rússia em 1917. Milhares de mulheres de diferentes classes sociais iam às ruas, participavam de marchas e reuniões, ou aglomeravam-se em comícios sob a bandeira da igualdade de direitos e do socialismo. O entusiasmo provocado pelo sucesso das agitações internacionais nos anos de 1911, 1912 e 1913 levou muitos militantes a acreditarem que a expansão dos direitos políticos femininos seria alcançada em um breve espaço de tempo. Neste sentido, conforme Rosa Luxemburgo assinalara em 1912, o sufrágio feminino seria uma conseqüência necessária do poderoso movimento de massas das mulheres trabalhadoras, que teria aprendido a utilizar todos os meios de luta e pressão disponíveis para conquistar seus objetivos:

> O despertar político e sindical das massas do proletariado feminino durante os últimos quinze anos foi magnífico. Mas só foi possível porque as mulheres trabalhadoras demonstraram um vívido interesse pelas lutas políticas e parlamentares de sua classe apesar de serem privadas de seus direitos. Por enquanto, as mulheres proletárias são dependentes do voto masculino, no qual elas realmente tomam parte, embora apenas indiretamente. Grandes massas de homens e mulheres da classe trabalhadora já consideram as campanhas eleitorais uma causa que eles compartilham em comum. (...) O progresso irresistível da luta de classe proletária puxou os direitos das mulheres trabalhadoras para o turbilhão da vida política. Usando o seu direito de união e assembléia, as mulheres proletárias tomaram parte ativa na vida parlamentar e em campanhas eleitorais. É apenas uma conseqüência inevitável, só o resultado lógico do movimento que hoje milhões de mulheres proletárias demandam desafiadoramente e com autoconfiança: Deixe-nos ter voto![462].

[462] LUXEMBURGO, Rosa. "Women's Suffrage and Class Struggle (1912)". [On Line]. <*http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1912/05/12.htm*>. Acesso em janeiro de 2007.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial, no entanto, teve um grande impacto dentro do movimento feminino social-democrata. A unidade progressivamente construída foi rompida pelo clima ultranacionalista difundido entre os meios operários e intelectuais, sobretudo através da imprensa. A partir de então Klara Zetkin e Rosa Luxemburgo, juntamente com social-democratas de esquerda como Karl Liebknecht e Franz Mehring, iniciaram uma campanha anti-militarista, denunciando os propósitos imperialistas da guerra e a farsa do argumento da "defesa nacional". Desta maneira, procuravam convalidar a deliberação do Congresso de 1910, que estabelecia que "todas as companheiras tem o dever de fazer valer as resoluções contra a guerra, votadas no Congresso Internacional de Stuttgart, e de zelar pela educação de seus filhos, no sentido da paz"[463]. O grupo internacionalista, entretanto, foi fragorosamente derrotado, tendo a fração parlamentar do SPD no *Reichstag* – com exceção de Liebknecht – votado favoravelmente aos créditos de guerra.

Klara reagiu duramente a esta capitulação ao governo imperial, conclamando as mulheres à formação de um movimento pacifista, uma vez que, de acordo com ela: "Quando os homens matam, cabe a nós, mulheres, lutar para manter a vida; quando os homens se calam, é nosso dever, em nome de nosso ideal, levantar a voz"[464]. A sua contundente recriminação à posição chauvinista assumida pelo Partido foi reprisada um mês depois, no Congresso de Stuttgart – em 6 de dezembro de 1914 –, ocasionando a evasão do recinto por parte dos membros da cúpula Executiva e de cerca de mais 30 delegados ainda durante o seu discurso.

Após a entrada na guerra, Rosa e Klara convocaram uma conferência da Internacional de Mulheres Socialistas em Berna, Suiça, em 15 de março de 1915. Embora tenham comparecido apenas 28 delegadas originadas da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Polônia, Rússia, Holanda e Suíça, a conferência aprovou uma resolução redigida por Zetkin, condenando a guerra. Já a resolução proposta pelas delegações russa e polonesa, elaborada por Angelica Balabanova e Käte Dunker, responsabilizando os partidos social-democratas que apoiaram a investida militar e sugerindo uma cisão, foi reprovada. Não obstante as múltiplas críticas dirigidas à social-democracia por seu abandono dos princípios socialistas e sua rendição ao colonialismo e ao patriotismo oportunista, a preservação da unidade partidária em tempos de crise ainda era considerada uma prioridade, sobretudo diante da eventual emergência de um cenário revolucionário.

Na ocasião da Conferência de Berna foi divulgado ainda o manifesto de Zetkin intitulado "Às mulheres da classe trabalhadora", que teve grande repercussão e terminou por motivar a sua prisão por "alta traição":

> Nós as mulheres socialistas de todas as nações reconhecemos o imperialismo como o inimigo que está dirigindo agora os povos a

[463] BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.147.
[464] BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.159.

> lutarem um contra o outro, no intuito de exauri-los e escravizá-los. Não há nenhuma possibilidade de qualquer tipo de combinação entre imperialismo e socialismo. Assim, é a nossa fixa determinação dedicar toda a força de nossas vontades e toda a exaltação de nossos corações para o triunfo do socialismo sobre o imperialismo. Um grande acontecimento histórico como este, a guerra nos ensina, só é possível tendo o socialismo internacional como base, apenas quando os explorados de todos os países estiverem unidos contra os seus exploradores e senhores. O socialismo triunfará sobre o imperialismo e sobre o capitalismo, quando os homens e mulheres do proletariado decidirem trazer para a defesa dos seus próprios interesses e para a realização de seus objetivos tanto poder, paixão e inspiração, e fazer tão grandes sacrifícios de vida e propriedade, como o imperialismo agora demanda deles para seus próprios fins.[465]

A oposição à guerra culminou na prisão, detenção, deportação ou exílio de inúmeras militantes socialistas, enquadradas nas leis de exceção de seus países. O periódico de Klara, "A Igualdade" (*Gleichheit*), foi repetidamente censurado e confiscado pela polícia e as manifestações públicas foram violentamente dispersadas. O empenho em contornar a repressão governamental exigiu do grupo a retomada do trabalho na clandestinidade, recorrendo às "reuniões familiares" e "noites de leituras" como expedientes para a articulação do movimento. Não bastasse, porém, a coerção exercida pelo governo sobre as anti-militaristas, muitos partidários da social-democracia passaram a coagir e pressionar as militantes. Friedrich Ebert, Secretário Geral do SPD, por exemplo, acusou Klara Zetkin, Margarethe Wengels, Martha Arendsee, Bertha Thalheimer, Lore Agnes, Toni Sender e outras delegadas alemãs presentes à Conferência de Berna de terem violado os estatutos do Partido ao não informarem à direção sobre suas intenções. Luise Zietz e Ottilie Baader também se tornaram alvos dos dirigentes, tendo sido a primeira demitida do Comitê Central e a última transferida para um posto burocrático de pouca importância. Na tentativa de conter as agitações pacifistas, a Executiva do SPD promoveu a dissolução gradual do seu departamento feminino, além de interditar a realização de uma conferência feminina nacional cujo tema seria: "Propaganda dirigida às mulheres durante a guerra"[466]. A repressão contou ainda com a colaboração de setores do movimento feminista social-democrata cooptados pela retórica nacionalista. Assim, personalidades como Lili Braun e Henriette Fürth – que engajaram-se ativamente nos esforços de

---

[465] ZETKIN, Klara. "To the labour women" (1915). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/zetkin/1915/01/reply.htm* >. Acesso em Janeiro de 2007.
[466] BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003, p.159.

guerra – exaltaram em seus escritos a força da "nação", sustentaram uma visão xenófoba e conservadora e dirigiram acusações de traição e anti-patriotismo às suas antigas companheiras.

Se a guerra agravou as tensões existentes entre a corrente majoritária do SPD e a ala revolucionária do Partido, seu relacionamento tornou-se insustentável em 1917, com a conjuntura pré-revolucionária na Rússia. Após ser destituída de seu cargo de editora do "A Igualdade" e testemunhar a consolidação de uma posição abertamente anti-revolucionária dentro do SPD, Klara Zetkin, juntamente com Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e os demais espartaquistas[467], decidiram deixar o Partido e filiar-se ao recém criado Partido Social-Democrata Independente (USPD), que paradoxalmente contava com a participação dos líderes reformistas Karl Kautsky e Eduard Bernstein.

Com a deposição de Guilherme II e a instituição da República de Weimar, sob os auspícios de um pacto de conciliação entre social-democratas, a burguesia alemã e as forças armadas (*Reichswehr*), o fosso entre reformistas e revolucionários foi aprofundado, culminando na violenta repressão perpetrada pelo governo republicano aos socialistas radicais e no assassinato brutal das principais lideranças do grupo espartaquista, Rosa Luxemburgo, Leo Jogiches e Karl Liebknecht.

Às vésperas do malogro da revolução alemã, os espartaquistas ajudaram a fundar o Partido Comunista Alemão (*Kommunistiche Partei Deutschlands* - KPD). Em uma de suas conversas com Lênin, ocorrida no outono de 1920, Klara recordara como ela, Rosa e Jogiches pretendiam incorporar um plano de trabalho específico de organização das operárias ao plano de trabalho geral do Partido, além de criar um periódico destinado às mulheres[468]. Contudo, após a morte de seus companheiros, Klara viu-se isolada dentro do KPD e impossibilitada de restaurar o movimento feminino. Como relatara à Lênin, os quadros mais atuantes do movimento feminino socialista continuavam vinculados aos partidos social-democratas, conservando sua influência sobre as organizações operárias:

> Em sua primeira conferência clandestina, o Partido se ocupou destes problemas. Todas as agitadoras e dirigentes instruídas e especialistas que tinham se destacado no período anterior e durante a guerra, quase sem exceção, continuavam dentro dos partidos social-democratas de ambas as tendências e mantinham sob sua influência as massas de operárias, que atravessavam um estado de efervescência. Sem dúvida, entre as mulheres também se havia constituído um pequeno núcleo de camaradas enérgicas e abnegadas que tomavam parte em todo o

[467] A "Liga Espartaco" foi criada pela ala mais radical do SPD em 1916, como contraposição à política imperialista e à teoria revisionista adotada pela cúpula partidária.

[468] "Rosa Luxemburgo dava grande importância à tarefa de incorporar as mais amplas massas femininas à luta revolucionária. Quando foi fundado o Partido Comunista, Rosa insistiu que devia publicar-se um periódico consagrado ao movimento feminino" (LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 101).

> trabalho e na luta de nosso partido. O próprio Partido havia organizado uma atividade metódica entre as operárias. Naturalmente tudo isso não era mais que o começo, mas era um bom começo [469].

Embora Klara tenha ocupado no novo partido um espaço considerável como membro do Comitê Central (de 1919 a 1923 e em 1927) e como parlamentar, suas críticas à falta de perspectiva histórica e à tática política radical, inconseqüente e irrefletida que conduziram os dirigentes à "ação de março" em 1921[470] geraram desconfiança e antipatia em relação às suas intervenções. Vista como demasiadamente moderada – especialmente em virtude de sua defesa da constituição de uma frente única de esquerdas para conter as ameaças fascistas que avançavam na Europa – Klara apenas conseguiu evitar sua expulsão do KPD e garantir sua permanência no Comitê Central graças ao apoio de Lênin.

Embora fosse amiga pessoal de Lênin desde 1907, a sua relação com o governo revolucionário socialista foi estreitada quando, aos 62 anos, Klara foi nomeada Secretária Internacional das Mulheres Comunistas pelo Comitê Executivo da Terceira Internacional, em substituição a Inessa Armand. Klara, então fez uso de toda a experiência e vivência adquiridas no movimento social-democrata feminino, para desempenhar um papel ativo no que considerava a efetiva liberação das mulheres sob o socialismo. Em seu discurso ao 4º Congresso da III Internacional, Zetkin expôs as diretrizes do trabalho do Secretariado Internacional das Mulheres Comunistas:

> O Secretariado Internacional das Mulheres é um ramo do Executivo do Comintern. Ele conduz suas atividades não apenas em constante cooperação com o Executivo, mas sob sua liderança imediata. O que nós geralmente designamos de Movimento de Mulheres Comunistas não é um movimento de mulheres independente. Ele existe para a realização de uma propaganda comunista sistemática entre mulheres. Esta tem um propósito duplo: Primeiramente, incorporar nas seções nacionais do Comintern aquelas mulheres que já são imbuídas do ideal comunista, fazendo delas colaboradoras conscientes nas atividades daquelas seções. Em segundo lugar, para levar às mulheres indiferentes o ideal comunista e trazê-las para as lutas do proletariado. As massas de trabalhadoras devem ser mobilizadas para estas lutas. Não há trabalho no Partido, nenhuma luta do movimento em qualquer país, que nós mulheres não consideremos nossa tarefa participar.

[469] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 101.
[470] A "ação de março" foi uma tentativa de levante realizado na região do Halle-Mansfeld por setores ultra-esquerdistas do Partido Comunista Alemão, apoiados pelo Comitê Central do Partido, que resultou em uma violenta reação por parte das tropas do governo e hostilidade da opinião pública.

> Ademais, nós desejamos tomar nosso lugar nos Partidos Comunistas e na Internacional onde o trabalho é mais pesado e as balas mais grossas, sem evitar o mais trivial e modesto trabalho cotidiano.[471]

Deste modo, Zetkin volta a defender a constituição de órgãos especiais para o trabalho de organização e educação comunista entre mulheres – como, por exemplo, Secretariados ou Departamentos das Mulheres – atrelados à máquina dos partidos comunistas, de forma a contar com suficientes recursos e pessoal treinado e preparado para a atuação política. A agitação comunista entre mulheres deveria fazer parte da vida do Partido, não sendo apenas uma tarefa reservada às mulheres. Mas se o labor de resgate do movimento feminino de massas deveria caber a homens e mulheres, por outro lado, as mulheres também deveriam participar de todas as demais atividades do Partido – da distribuição de panfletos à luta decisiva. A assunção de uma maior responsabilidade na execução de tarefas políticas partidárias exigiria, assim, um meticuloso e amplo trabalho de educação e treinamento prático das mulheres. Este trabalho educacional constituiria uma condição prévia indispensável para o sucesso do movimento feminino comunista. Desta maneira, Klara pretende também contornar as freqüentes críticas masculinas acerca do despreparo das militantes[472].

> Nós não devemos esconder o fato de que as mulheres como também os homens comunistas (pois em geral nós não somos piores, ou mais estúpidas que vocês), freqüentemente careçam do necessário treinamento teórico e prático fundamental. O atraso e fraqueza das mulheres no movimento político só refletem o atraso e a fraqueza nas fileiras comunistas em geral. É da maior importância superar, tão depressa quanto possível, a falta de treinamento e fraqueza desses que levarão a cabo o trabalho comunista entre o proletariado feminino.[473].

O trabalho sistemático e energético das militantes comunistas deveria visar especialmente à grande massa de mulheres fora do Partido. Klara, portanto, adverte para a importância de se exercer influência sobre extensos setores de mulheres nos sindicatos e cooperativas, sem, no entanto, desprezar as donas de casa proletárias e as pequeno-burguesas. Consoante sua visão, as condições sociais na Europa mostrar-se-iam particularmente favoráveis à agregação de mulheres não-

---

[471] Discurso realizado em novembro de 1922 (ZETKIN, Klara. "Organizing women". [On Line]. <http://www.marxists.org/archive/zetkin/1922/ci/women.htm>. Acesso em junho de 2007).

[472] A recomendação feita por Lênin a Klara Zetkin deixa transparecer a sua incredulidade acerca da capacidade das mulheres se fazerem ouvir no Congresso e serem levadas com seriedade: "[as mulheres não devem] tagarelar como boas comadres, mas falar a plenos pulmões, como combatentes, falar com clareza. (...) O congresso não é um salão no qual as damas devem brilhar por seus encantos, como se diz nas novelas. O congresso é uma palestra de luta, na qual combatemos a fim de conhecer a verdade, indispensável para a ação revolucionária." (LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 121).

[473] Discurso realizado em novembro de 1922 (ZETKIN, Klara. "Organizing women". [On Line]. <http://www.marxists.org/archive/zetkin/1922/ci/women.htm>. Acesso em junho de 2007).

proletárias para o comunismo. A proletarização das classes médias e o desgaste político, econômico e simbólico dos governos em virtude da guerra facilitariam o recrutamento de massas exploradas e escravizadas de mulheres para a luta.

> Muitas mulheres profissionais, especialmente as intelectuais, como professoras, servidoras públicas e funcionárias de escritórios de todos os tipos estão se rebelando e são pressionadas à luta contra o capitalismo. Camaradas, nós devemos tomar proveito deste fermento nestes círculos femininos e transformar sua resignação desesperançosa em uma chama de indignação que conduzirá à consciência e ação revolucionária. (...)
>
> Tudo aquilo nos prejudicou anteriormente, o atraso político e a indiferença das mulheres em geral, pode, sob a pressão do sofrimento insuportável, trazer as mulheres adultas ao campo comunista. A sua mentalidade é menos afetada pela falsa e enganosa retórica dos reformistas social-democratas ou dos reformadores burgueses. A mentalidade delas é freqüentemente como uma folha em branco, assim nós acharemos mais fácil posteriormente trazer as até agora indiferentes massas femininas para nossa luta sem a transição preliminar de organizações sufragistas, pacifistas e reformistas. Porém, eu quero soar uma nota de advertência. Nós não devemos ser muito otimistas e esperarmos que as mulheres se unirão imediatamente à luta por nossos objetivos finais, mas nós poderemos depender delas em nossa luta defensiva contra a ofensiva geral da burguesia.[474]

Mais tarde, Klara irá reconhecer que a despolitização de camadas de mulheres proletárias e pequeno-burguesas – bem como de outros setores marginalizados atingidos pela crise do pós-guerra –, não contribuiu para a sua adesão à luta revolucionária, mas, pelo contrário, nutriu um sentimento nacionalista de revanchismo e aversão aos movimentos sociais, habilmente absorvido pela nova direita, representada por grupos fascistas e nazistas que utilizavam como palavra de ordem a restauração da autoridade, da estabilidade e da glória nacional perdidas.

Lênin partilhava da concepção de Zetkin no tocante à importância de atrair as massas de mulheres despolitizadas e passivas utilizando, para tanto, "um núcleo de camaradas – homens e mulheres – que tenham uma séria preparação teórica e prática para realizar e impulsionar as tarefas

[474] Discurso realizado em novembro de 1922 (ZETKIN, Klara. "Organizing women". [On Line]. <http://www.marxists.org/archive/zetkin/1922/ci/women.htm>. Acesso em junho de 2007).

do Partido"[475]. A seu ver, o trabalho de educação e agitação política deveria transcender a esfera tradicional dos meios operários, de modo a abranger camponesas e pequeno-burguesas. Contrariando a vertente mais radical de feministas revolucionárias que estabelecia uma rígida separação entre organizações proletárias e burguesas, Lênin passou igualmente a defender a iniciativa de realização de conferências e congressos de "mulheres sem partido", seja nas repúblicas socialistas seja no plano internacional, que contariam inclusive com a participação de grupos feministas liberais[476].

> O partido deve contar com organismos – grupos de trabalhos, comissões, comitês, seções ou como se decida chamá-los – cuja tarefa especial seja despertar as amplas massas femininas,vinculá-las ao partido e mantê-las sob a influência deste. Para isso, naturalmente, é necessário que desenvolvamos plenamente uma tarefa sistemática entre as massas femininas. Devemos educar as mulheres que tenhamos tirado da passividade, devemos recrutá-las e armá-las para a luta proletária de classe sob a direção do Partido Comunista. Não me refiro somente às proletárias que trabalham nas fábricas ou trabalham com afinco no lar, mas também às camponesas, às mulheres de distintas camadas da pequena burguesia. Elas também são vítimas do capitalismo, e desde a guerra o são mais do que nunca. Psicologia apolítica, não social, atrasada, destas massas femininas; estreiteza do seu campo de atividade, todo seu modo de vida: tais são os fatos. Não dar atenção a isto seria inconcebível, completamente inconcebível. Necessitamos de nossos próprios organismos para trabalhar com elas, necessitamos métodos especiais de agitação e formas especiais de organização. Não se trata de uma defesa burguesa dos "direitos da mulher", mas dos interesses práticos da revolução[477].

Apesar de seu alinhamento à posição das líderes do movimento feminino comunista que estimulavam a atuação política entre as massas não-operárias e não-politizadas com a finalidade de lhes infundir uma consciência proletária, Lênin revela-se ainda preso a concepções conservadoras. Neste sentido, em conversa com Klara, procedeu à desvalorização dos esforços empreendidos por uma comunista em Hamburgo de editar um periódico dirigido às prostitutas. Segundo Lênin, isto se trataria de um "mórbido desvio", pois tais mulheres seriam "vítimas da sociedade burguesa", do

[475] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 118.
[476] Lênin reafirma na IV Conferência de operárias sem partido da cidade de Moscou, 23/9/1919: "Nossa tarefa consiste em fazer que a política seja acessível a cada trabalhadora. (...) Neste sentido é necessária também a participação das operárias, não só das militantes do Partido, das que são conscientes, mas também das sem partido e das mais inexperientes." (LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. P. 18).
[477] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 113.

"sistema de propriedade imperante" e "da maldita hipocrisia moral", "dignas de compaixão" e de "simpatia social", mas não passíveis de serem organizadas "como um destacamento combativo revolucionário especial". Assim, termina por indagar à Klara: "Por acaso não há na Alemanha operárias industriais as quais é preciso organizar, para as quais deve existir um jornal periódico e às quais é necessário atrair para vossa luta?" [478].

Não obstante suas próprias contradições, Lênin opôs-se abertamente a grupos antifeministas dentro do Partido, notadamente membros dos sindicatos e dos sovietes rurais, ressaltando que a efetivação da revolução exige que a mulher esteja ativamente engajada no processo revolucionário, em condições de "trabalhar em pé de igualdade, pela transformação da economia e da superestrutura ideológica"[479]. Destarte, segundo Lênin, saber mobilizá-las "com uma clara compreensão dos princípios e sobre uma firme base organizativa, são questões das quais dependem a vida e a vitória do Partido Comunista" [480].

> Nossas seções nacionais mantêm uma atitude passiva e de expectativa ante a tarefa de criar, sob a direção comunista, um movimento de massas trabalhadoras. Não compreendem que desfraldar esse movimento de massas e dirigi-lo constitui uma parte muito importante de toda a atividade do Partido, representando mesmo a metade do trabalho geral do Partido. O reconhecimento ocasional da necessidade e do valor de um potente movimento feminino comunista, que tenha pela frente um objetivo claro, é um reconhecimento platônico de palavra e não uma preocupação e um dever constante do Partido. Nossas seções nacionais concebem o trabalho de agitação e propaganda entre as massas femininas, seu despertar e sua radicalização como algo secundário, como uma tarefa que afeta exclusivamente as mulheres comunistas[481].

É necessário sublinhar, todavia, que a construção e organização de um movimento de massas feminino socialista já havia se iniciado na Rússia antes mesmo da Revolução de Outubro. As primeiras tentativas organizacionais se deram ainda no começo do século XX, tendo à frente Alexandra Kollontai. Embora inúmeros ânimos isolados dentro da social-democracia russa tivessem buscado chamar a atenção para a "questão das mulheres", seja através de trabalhos teóricos – como

[478] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 102.
[479] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 115.
[480] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 116.
[481] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 117.

é o caso da relevante obra de Nadezhda Kupskaya, intitulada "A mulher trabalhadora" (1899) –, seja por meio de reformulações no Programa do Partido, esboçadas por Lênin em 1903[482], ou ainda pela participação nos Congressos do Partido e da Segunda Internacional, eram raros os militantes social-democratas que se dispunham a realizar um trabalho político sistemático entre as trabalhadoras.

Mesmo tendo como estopim motivações econômicas, as greves deflagradas na Rússia em 1905 produziram um relevante efeito na perspectiva política de Kollontai, tendo lhe revelado a potencialidade de insurgência das mulheres proletárias. A partir de então, Kollontai dedicara-se à organização de círculos de trabalhadoras em São Petersburgo – aproximando-se principalmente da União de Trabalhadores Têxteis –, passando a defender igualmente a formação de um Secretariado de Mulheres Trabalhadoras, como órgão interno do Partido. A recusa da direção em apoiar este projeto a conduziu à preparação de uma associação autônoma para cuidar da agitação entre mulheres e transformar suas reivindicações econômicas em políticas. Assim, em 1907 criou a Sociedade de Ajuda Mútua para Mulheres Trabalhadoras – posteriormente alcunhada de Clube das Mulheres Trabalhadoras –, que teve uma curta duração. Apesar da brevidade desta experiência, a atuação política de Kollontai mostrou-se essencial para o início da organização das mulheres no interior da social-democracia russa. As participantes de seu grupo posicionavam-se criticamente tanto em relação às feministas burguesas quanto em relação aos entraves à sua ação encontrados dentro das próprias organizações operárias. Deste modo, as socialistas conseguiram apresentar-se como grupo autônomo e distinto no Congresso de Mulheres da Rússia, convocado por associações feministas em 1908, demarcando, nas palavras de Kollontai, "uma clara linha entre as sufragistas burguesas e o movimento de libertação feminina da classe trabalhadora na Rússia"[483].

Ao longo da primeira década do século XX a organização das mulheres e sua ampla adesão a greves e ações de massa intensificaram-se ainda mais[484]. A negação do direito ao voto feminino para as eleições da Duma não esmaeceu o ímpeto transformador das organizações socialistas femininas emergentes, que passaram a avivar sua atuação. Kollontai teve importante participação neste processo, através de sua atividade jornalística e militante, a que deu prosseguimento nos anos em que passou no exílio, de 1908 até 1917, quando estabeleceu contato com movimentos socialistas

---

[482] Lênin foi o responsável pela introdução no esboço do Programa do Partido Operário Social-Democrata Russo de 1903 dos seguintes dispositivos: as reivindicações pelo "sufrágio universal, igual e direto" para ambos os sexos, pela "abolição de todos os estamentos e plena igualdade de direitos a todos os cidadãos independentemente do sexo, da religião ou da raça", pela "proibição do trabalho da mulher nos ramos em que é especialmente prejudicial para o organismo feminino" e pela proteção à maternidade (incluindo 10 semanas de licença maternidade, creches nos locais de trabalho e a criação de postos de mulheres inspetoras) (LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 17-18).

[483] KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007, p.40.

[484] Cf. STITES, Richard. *The women´s liberation movement in Russia: feminism, nihilism and bolshevism 1860-1930.* New Jersey: Princeton, 1991.

da Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Suíça, Itália, Dinamarca, Noruega e Estados Unidos, entre outros países.

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, o movimento das mulheres trabalhadoras passara a florescer com maior vigor e energia. A militância contra a guerra e a entrada de grande número de mulheres no mercado de trabalho propiciou maior engajamento e crítica em relação à condição da mulher na sociedade capitalista e sua dupla exploração, na esfera doméstica e laboral. Assim, dois periódicos destinados às trabalhadoras foram lançados e em 8 de março de 1914 foi realizado o Congresso Internacional de Mulheres Trabalhadoras. A criação do jornal *"Rabotnitsa",* vinculado aos bolcheviques, representou o primeiro passo no desenvolvimento de um esforço partidário especial de organização de mulheres trabalhadoras e esposas de trabalhadores. Em seu corpo editorial estavam presentes importantes figuras como Nadezhda Krupskaya, Inessa Armand, Anna Elizarova, Lilina Zinoveva e Lyudmila Stal, que seriam perseguidas e presas por sua oposição à guerra.

As greves e manifestações femininas ocorridas no Dia Internacional das Mulheres de 1917 inauguraram uma nova fase do movimento feminino socialista. Mesmo estando em grande parte excluídas dos órgãos estatais, partidos, sovietes, exército, associações de camponeses, organizações nacionais, cooperativas, conselhos industriais e sindicatos, seu trabalho de mobilização foi revigorado. Ao contrário de grupos de feministas nacionalistas que aderiram aos esforços de guerra, criando inclusive batalhões de mulheres para participarem do combate, as socialistas iniciaram uma campanha pelo fim da guerra e contra o governo de Kerenski. A pressão combinada de feministas liberais e socialistas levaram o Governo Provisório a ratificar em 20 de julho de 1917 a resolução da Conferência Especial sobre a Lei Eleitoral para a Assembléia Constituinte, instituindo o voto universal a todos os adultos com mais de 20 anos. O governo estabeleceu ainda o direito das mulheres exercerem a advocacia e de servirem como juradas, bem como a transformação dos cursos superiores femininos em universidades e a igualdade de oportunidades, salários, benefícios sociais e acesso a posições no serviço público.

As concessões do governo, no entanto, não aplacaram a rebeldia das socialistas nem sufocaram suas críticas. Em abril de 1917 os bolcheviques criaram o Secretariado de Mulheres Trabalhadoras, com o objetivo de organizar as trabalhadoras para a revolução socialista. No mesmo período o grupo em torno do *Rabotnitsa* foi reconstituído, sendo responsável pela criação de uma "escola de formação de mulheres militantes" para a realização de um trabalho de politização, em especial com setores femininos marginalizados, como lavadeiras e mulheres de soldados.

O sucesso da Revolução de Outubro e a fundamental participação ativa feminina no levante evidenciou aos bolcheviques a necessidade de fundarem comissões especiais de agitação e organização que angariassem o apoio das massas de mulheres para a consolidação do processo

revolucionário. Assim, além de assumirem postos dentro dos sovietes e do Partido – seja nos departamentos políticos, seja no próprio Comitê Militar Revolucionário –, as mulheres integraram o Exército Vermelho e as milícias populares, exercendo funções que iam de cuidados médicos e preparação de alimentos a enfrentamentos militares e espionagem, sendo reunidas nos Destacamentos de Combate de Mulheres Comunistas e nos Destacamentos de Mulheres Comunistas para Propósitos Especiais.

O engajamento das militantes no trabalho de educação e propaganda foi também de suma relevância durante os primeiros anos da Revolução. Suas tarefas incluíam o recrutamento de mulheres para o trabalho voluntário, sua organização para o recebimento de treinamento médico e militar, a alfabetização de adultos e sua instrução política. O intenso trabalho coordenado de propaganda exigiu que as militantes percorressem grandes e pequenas cidades, de trem ou barco, por vezes sendo recebidas com hostilidade e violência. O Departamento de Agitação do Secretariado de Comissários Militares, dirigido por Varya Kasparova, realizava ainda um trabalho de educação política dirigido aos soldados, fazendo uso de variados métodos, como literatura política, seminários, conversas e apresentações visuais.

Em busca da mobilização feminina, Inessa Armand, Kollontai, Sverdlov e Nikolaeva organizaram também, já em novembro de 1917, a Primeira Conferência de Mulheres Trabalhadoras – reunindo anarquistas, socialistas-revolucionárias e bolcheviques – na qual se debateu as formas de combater a escravidão doméstica e a dupla moral, estabelecer acomodações coletivas e auto-geridas, garantir a proteção ao trabalho feminino e à maternidade e eliminar as causas da prostituição. Tal ímpeto de organização lançou as bases para o trabalho que viria a ser desempenhado pelo Departamento Feminino do Partido Bolchevique (*Zhenotdel*), que se converteria no principal órgão pós-revolucionário responsável pela liberação das mulheres.

Aprovado no VIII Congresso do Partido, em 1919, o *Zhenotdel* atuaria ao lado dos órgãos regulares do Partido de modo colaborativo e complementar, estando subordinado ao Comitê Central do Secretariado, que nomeara Inessa Armand como sua primeira diretora. Além de intervir em todas as matérias que envolveriam as mulheres – propostas, por exemplo, na Seção de Maternidade e Infância do Ministério da Saúde, na Comissão para o luta contra a Prostituição, nos órgãos vinculados à seguridade, educação, bem-estar social e cultura [485]– o *Zhenotdel* exercia ainda influência sobre os sovietes, sindicatos e cooperativas. Foi criada igualmente uma rede de *zhenotdels* locais, nos níveis mais baixos do partido, de maneira a estabelecer uma ponte entre as bases e as esferas mais altas da Administração.

[485] Além das atividades de mobilização e propaganda, interferiam nas decisões acerca dos cuidados com órfãos e crianças, serviços escolares, inspeção, distribuição de alimentos, habitação, medicina preventiva, saúde pública, campanhas anti-prostituição, educação, elaboração legislativa, serviços familiares, entre outros.

Após a morte de Inessa em 1920, Kollontai – que havia sido apontada Comissária do Povo para a Assistência Social, em 1918[486] – assumiu a direção do *Zhenotdel*, sendo responsável pela execução de um trabalho pioneiro e inovador entre as mulheres. Com vistas a estimular a participação política feminina e despertá-las para a cidadania, Kollontai implementou o sistema de "Assembléias de Delegadas", no qual as mulheres reunidas nas fábricas, cooperativas, associações ou bairros elegiam delegadas para atuarem como representantes do *Zhenotdel* durante um período de 3 a 6 meses. Estas delegadas seriam encarregadas de frequentar, observar e participar de vários ramos da atividade social, seja em escolas, estabelecimentos sanitários, creches, órgãos políticos, fábricas, sovietes, sindicatos ou na Administração. No decorrer deste tempo as delegadas reportavam-se ao *Zhenotdel*, onde também recebiam formação teórica e reuniam-se com outras delegadas. Ao término de seu estágio, as mulheres deveriam compartilhar com as demais as suas experiências, impressões, críticas e sugestões, contribuindo também na preparação das próximas delegadas. Deste modo, visava-se propiciar o contato direto com a prática política e incentivar a formação de uma postura ativa e consciente, incorporando as massas femininas no processo de construção do socialismo[487].

Como parte do trabalho de mobilização, o *Zhenotdel* conferiu particular atenção à liberação das mulheres do Oriente (nas áreas do Cáucaso, Volga e Ásia Central), que se encontravam em situação de extrema desigualdade e subordinação, fundamentada em preceitos e tradições religiosas. Devido à resistência encontrada nestas regiões, foi necessário recorrer a métodos diferenciados para a conscientização política das mulheres. Deste modo, apelavam a visitas secretas, reuniões em casas de banho ou a formação de pequenos grupos e clubes de mulheres. Contudo, a despeito dos seus maiores esforços, muitas mulheres sofreram a reação violenta de seus familiares. De acordo com Richard Stites, somente no primeiro trimestre de 1929 foram constatadas 300 mortes de mulheres relacionadas à sua atuação política, na Ásia Central[488], fora os casos de agressão e mutilações.

O trabalho realizado pelo *Zhenotdel* teve um profundo significado para a inclusão política das mulheres do campo e da cidade, em especial se se considerar que à época da Revolução Russa 14.000.000 dos 17.000.000 de analfabetos eram mulheres[489]. Ainda assim, a participação das

---

[486] Como ressalta Kollontai, dentre as atribuições do Ministério incluíam-se: "todo o programa de assistência aos mutilados de guerra (...), o sistema de pensão em geral, casas para crianças abandonadas, casas para os idosos, orfanatos, hospitais para os necessitados, as oficinas de manufatura de próteses, a administração de fábricas de baralho, o sistema educacional, hospitais clínicos para mulheres. Além de toda uma série de institutos educacionais para meninas (...)". (KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007, p.65).

[487] Segundo Nadezhda Krupskaya, em 15 anos fizeram parte das "Assembléias de delegadas" cerca de 10 milhões de mulheres, eleitas em fábricas, zonas rurais, povoados, sindicatos e cooperativas camponesas (LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. X).

[488] STITES, Richard. *The women´s liberation movement in Russia: feminism, nihilism and bolshevism 1860-1930*. New Jersey: Princeton, 1991, p. 340.

[489] De acordo com Stites, a porcentagem de mulheres alfabetizadas saltou de 42% em 1926 para 83% em 1939. A campanha promovida pelo *Zhenotdel* levou à criação de uma "Comissão Extraordinária para a Liquidação do

mulheres no processo político foi limitada, sendo mais presente nos setores médios da Administração[490]. As mulheres também eram minorias nos sovietes – compondo 18% dos delegados na cidade e 9% no campo em 1926 – e nos sindicatos – constituindo 22% dos membros em 1922[491]. A força política limitada das massas femininas não evitou, entretanto, que conseguissem levar adiante um extenso rol de reivindicações vinculadas à questão de gênero, buscando concretizar os ideais de igualdade que norteavam os princípios socialistas. Neste sentido, apenas entre 1917 e 1930 foram criados 301 decretos e resoluções do Partido concernindo a mulher.

Além de promover a inserção das mulheres na produção coletiva, criando programas de serviços coletivos (como restaurantes, creches e lavanderias) e novas instituições educativas, a legislação revolucionária determinou a abolição de toda norma que limitasse a paridade de direitos da mulher em relação ao homem, reconhecendo assim, por exemplo, o direito à igual remuneração e o acesso da mulher à terra. No âmbito do direito familiar as mudanças foram ainda mais perceptíveis. Já em dezembro de 1917 foram expedidos decretos introduzindo o divórcio, o casamento civil, a igualdade entre marido e mulher e o fim da distinção entre filhos legítimos e ilegítimos. Estas inovações foram incorporadas ao Código de Família, elaborado em 1918.

O novo código pôs fim ao casamento religioso, determinando que o casamento civil fosse realizado através de registro em um departamento administrativo, sendo que sua validade não dependeria de requisitos como fidelidade ou coabitação. Os cônjuges poderiam escolher um nome comum - podendo ser do homem, da mulher ou dos dois – e compartilhariam igualmente a responsabilidade pela manutenção, proteção e tutela dos filhos. Em caso de dissolução da união, poderiam requerer o divórcio por consentimento mútuo, apenas através da manifestação de sua vontade comum na frente de um funcionário civil, ou por requisição de um dos cônjuges ao Tribunal competente, que resolverá o mérito da pensão alimentícia e dos bens. Em regra, prevalecia a absoluta separação de bens e das aquisições posteriores, e a obrigação de ambos os cônjuges de pagarem uma pensão alimentícia para os filhos – embora pudesse se estabelecer também a prestação de alimentos ao cônjuge em estado de necessidade, isto é, inadaptado ao trabalho ou desemprego. A obrigação quanto ao sustento dos filhos e todos os direitos relativos à filiação passariam a abranger os filhos havidos dentro ou fora do casamento.

Analfabetismo de Toda a Rússia", pelo Comissariado de Educação, dirigida por Anna Kurskaya. (STITES, Richard. *The women´s liberation movement in Russia: feminism, nihilism and bolshevism 1860-1930.* New Jersey: Princeton, 1991, p.393).

[490] De 1924 a 1939, somente 4 mulheres integraram o Comitê Central (Nikolaeva, Artyukhina, Krupskaya, Anna Kalygina); e até 1930 apenas 1/6 dos postos administrativos eram preenchidos por mulheres. Elas ainda compunham menos de 10% dos delegados nos congressos do Partido, até 1939; 8,2% dos filiados do Partido até 1924 e 16% dos filiados em 1932. (STITES, Richard. *The women´s liberation movement in Russia: feminism, nihilism and bolshevism 1860-1930.* New Jersey: Princeton, 1991, p.326).

[491] STITES, Richard. *The women´s liberation movement in Russia: feminism, nihilism and bolshevism 1860-1930.* New Jersey: Princeton, 1991, p.328.

A mudança legislativa foi ainda aprofundada nos anos seguintes. Em 1920, foi elaborado um decreto que legalizou a prática do aborto e determinou sua realização gratuita em estabelecimentos de saúde pública. Além disto, a edição de um novo Código de Família Soviético, em 1926, flexibilizou ainda mais as regras relativas ao casamento e ao divórcio. Passou-se a reconhecer os casamentos *de facto* – produzindo efeitos sobre a partilha da propriedade e o direito à pensão alimentícia –, suprimiu-se a necessidade de atribuição de um nome comum e facilitou-se o divórcio, abolindo a necessidade de se recorrer ao juiz nos casos de dissolução unilateral.

O papel desempenhado pelas feministas revolucionárias foi fundamental para o reconhecimento dos direitos e liberdades das mulheres. O estímulo à participação política das mulheres na vida pública e na formulação dos projetos sociais tinha como objetivo torná-las sujeitos ativos no processo de transformação social, não se contentando com a conquista da igualdade formal. Neste sentido, corroboravam o entendimento de Lênin que, em discurso de 22 de fevereiro de 1920, observou que

> existe uma longa distância entre igualdade na lei e igualdade na vida; para que as mulheres trabalhadoras alcancem a igualdade em relação aos homens é fundamental que cada vez mais tomem parte na administração dos negócios públicos e do Estado. (...) o proletariado não conseguirá alcançar a completa liberdade a não ser que alcance a completa liberdade para as mulheres[492].

Apenas através de sua efetiva prática política, do acesso a novas experiências e da educação as mulheres poderiam ocupar um espaço equivalente aos homens na vida social. Por esta razão, segundo Kollontai, a Revolução Russa teria inaugurado uma nova etapa da história da humanidade. A profundidade de tais mudanças, para a autora, só poderia ser produto de um processo revolucionário, pois "somente as frescas tempestades revolucionárias" seriam "fortes o bastante para varrer velhos preconceitos contra a mulher e somente as pessoas com trabalho produtivo podem igualar e liberar completamente a mulher, construindo uma sociedade nova"[493]. Embora Kollontai saudasse com otimismo as mudanças introduzidas pelo governo revolucionário quanto aos direitos da mulher, suas idéias referentes à transformação do matrimônio e da moral sexual e à dissolução da família como unidade isolada econômica e emocionalmente não chegaram a ser concretizadas. Como observara a autora,

> No fim das contas, havia ainda a tarefa infinda, a libertação das mulheres. As mulheres, é claro, tinham recebido todos os direitos, mas

---

[492] LENIN, V. "To the Working Women". [On line]. < *http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/feb/21.htm*g>. Acesso em Janeiro de 2007.

[493] KOLLONTAI, Alexandra**.** *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 80.

> na prática viviam ainda sob a velha opressão: sem autoridade na vida familiar, escravizadas por mil tarefas domésticas, carregando todo o fardo da maternidade, mesmo os cuidados materiais, porque agora muitas mulheres conheciam a vida desacompanhada, em conseqüência da guerra e de outras circunstâncias[494].

Para a revolucionária, o Estado deveria assumir gradualmente os encargos e tarefas de educação e manutenção das crianças, liberando as mulheres do serviço doméstico. Sendo assim, caberia aos sovietes contribuir igualmente para a promoção entre as mulheres da consciência da luta por direitos iguais, envolvendo-as no trabalho comunal e nas questões públicas do Estado.

Em seu livro de 1918, "A nova mulher e a moral sexual", Kollontai realizara uma contundente crítica à moral burguesa ainda prevalecente na mentalidade de homens e mulheres russos. Segundo a autora, resquícios das velhas concepções prender-se-iam ao espírito da mulher que busca sua libertação, de modo que "o antigo e o novo se encontram em contínua hostilidade na alma da mulher". Deste modo, seria preciso romper com a mentalidade patriarcal e erigir o amor e a sexualidade sobre novas bases: igualdade, respeito mútuo, companheirismo e solidariedade. Seria, portanto, tarefa da revolução promover as imprescindíveis mudanças nos costumes e na moral, de acordo com os princípios da cultura proletária:

> A reeducação da psicologia da mulher, necessária às novas condições de sua vida econômica e social, não pode ser realizada sem luta. Cada passo dado nesse sentido provoca conflitos, que eram completamente desconhecidos das heroínas antigas. São esses conflitos que inundam a alma da mulher, os que pouco a pouco chamam a atenção dos escritores e acabam por converter-se em manancial de inspiração artística. A mulher transforma-se gradativamente. E de objeto da tragédia masculina converte-se em sujeito de sua própria tragédia [495].

As mulheres celibatárias procurariam conscientemente substituir o sentimentalismo exagerado pela autodisciplina, a submissão e anulação de sua personalidade pela apreciação da liberdade e independência, a sua "hipócrita máscara de pureza" pela busca pela satisfação sexual, a sua condição de sombra ou reflexo do homem pela afirmação da sua individualidade. Para tanto, seria "preciso que se abram para a mulher as múltiplas portas da vida. É preciso endurecer o seu

---

[494] KOLLONTAI, Alexandra**.** *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007, p.71.
[495] KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 21-22.

coração e forjar a sua vontade. Já é hora de ensinar à mulher a não considerar o amor como a única base da sua vida e sim como uma etapa, como um meio de revelar seu verdadeiro eu"[496].

Os postulados da nova moral proletária enunciados por Kollontai, no entanto, não foram bem acolhidos pelos membros do partido. Como revela em suas lembranças: "minhas teses, minhas idéias sobre sexo e moral, foram amargamente combatidas por muitos camaradas do partido de ambos os sexos"[497]. Após dissentir com o PC e criticar a sua tendência à burocratização e proibição de facções, compondo o grupo "Oposição Operária", Kollontai foi afastada da direção política do governo[498], sendo a primeira mulher a ocupar o cargo de embaixadora da Rússia na Noruega, México e Suécia (1923-1945). Deste modo, assumiu, até o fim de sua vida em 1952, o posto de conselheira em assuntos internacionais, com atribuições consultivas. Contudo, o legado de Kollontai, para o marxismo e sua vinculação teórica entre classe e gênero, concebidos como dimensões emancipatórias complementares e indissociáveis de um projeto democrático e libertário continuou a ressoar entre as militantes socialistas.

Assim como Kollontai viu-se paulatinamente afastada de seu papel como liderança política e de sua atividade militante junto às organizações femininas, outras dirigentes e intelectuais foram igualmente refreadas. Em 1926 o Secretariado Internacional de Mulheres do Comintern foi abolido, sendo transformado em um departamento do comitê Executivo da Internacional Comunista. Do mesmo modo, no final da década de 20, o próprio *Zhenotdel* foi alvo de permanentes críticas, até ser completamente dissolvido em 1930.

Ainda em 1921, na mesma época em que Kollontai vociferava pelo fortalecimento da força criativa das massas proletárias, como remédio ao crescente centralismo, autoritarismo, burocratismo e disciplina impostos pelo Partido, a revolucionária Angelica Balabanova diagnosticava: "A deformação da Revolução de Outubro progrediu na mesma medida em que o indivíduo substituiu as massas. Esta substituição, que foi feita de início de boa fé, estava condenada a degenerar com o tempo"[499]. No ano seguinte, Klara Zetkin manifestou esta mesma preocupação:

> É claro que nós não desconsideramos a possibilidade de que alguma grande personalidade, homem ou mulher, possa ser capaz de fazer o mesmo trabalho em uma organização local ou distrital, mas a despeito de reconhecermos os feitos deste indivíduo no Partido, nós devemos nos perguntar quão maiores os benefícios seriam se ao invés do trabalho de um único indivíduo nós tivéssemos a cooperação de

---

[496] KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.39.

[497] KOLLONTAI, Alexandra**.** *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007.

[498] Cabe lembrar que após a saída de Kollontai da direção do *Zhenotdel* em 1922, assumiram o cargo Sofya Nikolaevna Smidovich (de 1922 a 1924), Klavdiya Nikolaeva (de 1924 a 1927) e Aleksandra Vasilevna (de 1927 a 1930).

[499] STITES, Richard. *The women´s liberation movement in Russia: feminism, nihilism and bolshevism 1860-1930.* New Jersey: Princeton, 1991, p. 324.

> muitas forças. A ação unificada de muitos em direção a um objetivo comum deve ser nosso slogan no Partido, na Internacional e no nosso trabalho com as mulheres. [500]

Em seu artigo "A revolução social é portadora de uma mudança radical de valores", escrito em 1923, a anarquista Emma Goldman argumentou neste sentido, ao dirigir contundes criticas ao Partido Comunista, que em sua visão seria responsável por coibir os impulsos criativos dos movimentos sociais, a liberdade de iniciativa e a participação popular, substituindo as múltiplas energias criadoras do povo por valores estáticos, reacionários e autoritários. O Partido induziria ainda a hostilidade das massas em relação à *intelligentsia,* como forma de constranger a crítica e inibir a transformação. Por conseguinte, a revolução como "o arauto de novos valores", veículo de transformação das relações fundamentais entre os homens, vetor de uma nova ética e concepção de vida, e "regeneração mental e espiritual" é derrubada[501].

> As autoridades centrais tentaram canalizar à força as atividades do povo em formas que correspondessem aos objetivos do Partido. O único objetivo dos bolcheviques era reforçar o Estado e controlar todas as atividades econômicas, políticas, sociais e, inclusive, culturais. A revolução tinha um objetivo totalmente diferente, já que, por natureza, ela encarnava a própria negação da autoridade e da centralização. A revolução esforçou-se para abrir campos cada vez mais amplos à expressão do proletariado e multiplicar as possibilidades de iniciativas individuais e coletivas. Os objetivos e as tendências da revolução eram diametralmente opostos aos do partido político dominante[502].

Sem dúvida, a desmobilização do movimento de massas feminino socialista e a sua substituição por uma política social imposta de cima, rigidamente controlada pela burocracia partidária, contribuíram para o retrocesso das conquistas das mulheres e o revigoramento de valores tradicionais. A partir da década de 1930, verificou-se o ressurgimento de um discurso moralizador centrado na importância da família e da maternidade. Convém ressaltar, no entanto, que tal discurso já se fazia presente nos anos 20, quando a moral sexual da juventude despertava a preocupação de líderes do Partido, dentre eles Lênin.

---

[500] Discurso realizado em novembro de 1922 (ZETKIN, Klara. "Organizing women". [On Line]. <http://www.marxists.org/archive/zetkin/1922/ci/women.htm>. Acesso em junho de 2007).
[501] GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007, p. 100.
[502] GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007, p.87-88.

Segundo Lênin, a juventude russa do período pós-revolucionário tornaria as questões sexuais elementos centrais em sua vida psíquica, apresentando um comportamento profundamente individualista e anti-social. Os jovens deixar-se-iam consumir em uma vida de excessos, que nada teria a ver com o "amor livre", no sentido socialista. Assim, confundiriam a emancipação sexual com a emancipação do corpo, afastando-se da plenitude da vida amorosa, da alegria de viver e de uma vida saudável. Mas, diferentemente de seus contemporâneos, Lênin atribui esta conduta às próprias ambigüidades intrínsecas ao processo revolucionário:

> Na atmosfera das conseqüências da guerra e da revolução que começou, caem os velhos valores ideológicos, perdendo sua força de contenção. Os novos valores se cristalizam lentamente, através da luta. Os pontos de vista sobre as relações humanas e sobre as relações entre o homem e a mulher se radicalizam da mesma maneira que os pensamentos e as idéias. Estabelecem-se novos limites entre o direito do indivíduo e o direito da coletividade e, portanto, entre as obrigações do indivíduo. Este é um processo lento e freqüentemente muito doloroso de gênese e caducidade. Tudo isto afeta também a esfera das relações sexuais, do matrimônio e da família.[503]

Deste modo, Lênin rejeita uma concepção "marxista" mecanicista que concebe as formas ideológicas e culturais como derivadas automaticamente da estrutura econômica[504]. A superação dos valores burgueses, das ideologias e dos preconceitos, portanto, exigiria um trabalho de reeducação e edificação de uma nova moral. Assim, Lênin reconhece que mesmo após a revolução e a implementação de medidas com vista à liberação do trabalho doméstico e da "escravidão do lar", a mulher continuaria a sofrer a imposição de um trabalho monótono, esgotante e embrutecedor:

> São muito poucos os maridos, mesmo entre os proletários, que pensam no quanto poderiam aliviar o peso e as preocupações da mulher, e mesmo suprimi-la por completo, se quisessem ajudar "a mulher no seu trabalho". Não o fazem por considerá-lo conflitante com "o direito e a dignidade do marido"! Este exige descanso e conforto. A vida doméstica da mulher é um sacrifício diário em milhares de detalhes insignificantes. O velho direito do marido à dominação continua subsistindo de forma encoberta. (...) Nosso trabalho comunista entre as massas femininas, nosso trabalho político, compreende uma parte

[503] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p.107.

[504] De modo irônico, Lênin declara: "Graças sejam dadas a este "marxismo", para o qual todos os fenômenos e mudanças na superestrutura ideológica da sociedade se deduzem exclusivamente, de maneira imediata e direta, e sem exceção, da base econômica. A questão não é tão simples, muito pelo contrário." (LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p.108-109).

> considerável de trabalho educativo entre os homens. Devemos extirpar até as últimas e menores raízes do velho ponto de vista próprio dos tempos de escravidão[505] .

Da mesma maneira, Leon Trostky, em artigo publicado no *Pravda* intitulado "Da velha à nova família"[506], adverte que "a reforma radical da família e, de forma mais geral de toda a ordem da vida doméstica requer um grande esforço consciente da parte de toda a massa da classe trabalhadora e presume a existência de uma poderosa força interna molecular de desejo por cultura e progresso dentro da própria classe trabalhadora". Logo, de acordo com Trotsky, a dissolução da família tradicional e a instituição da igualdade entre homens e mulheres dentro da família seria uma tarefa muito mais difícil e complexa do que o simples estabelecimento da igualdade política e econômica:

> É mesmo óbvio que a não ser que haja real igualdade entre o marido e a esposa na família, no sentido normal como nas condições de vida, nós não podemos falar seriamente de sua igualdade no trabalho social e na vida política. Enquanto a mulher estiver acorrentada ao seu trabalho doméstico, o cuidado da família, cozinhando e costurando, todas as suas chances de participação na vida política e social são cortadas ao extremo[507].

A "revolução dos hábitos domésticos" faria parte de um longo processo de formação e luta por uma nova cultura baseada em valores genuinamente humanos e no desenvolvimento da personalidade. Para tanto, seria necessário não apenas a destruição de velhas formas econômicas, mas da "elevação do nível de cultura e educação da classe trabalhadora", permitindo-lhe a crítica às tradições e a quebra e substituição de velhos laços familiares.

Consoante Lênin e Trotsky, portanto, a superação das formas burguesas de matrimônio e de relações entre os sexos não significa a incorporação imediata e direta de práticas e valores condizentes com a sociedade socialista. Como Lênin esperava, "no terreno do matrimônio e das relações sexuais se aproxima uma revolução em consonância com a revolução proletária"[508].

Não obstante sua reprovação da moral sexual da juventude e sua aquiescência quanto à necessidade de uma renovação cultural, Lênin não considerava que as discussões acerca da questão sexual deveriam estar em primeiro plano. Em conversa com Klara Zetkin, Lênin censurou o

---

[505] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p.117-118.
[506] Artigo publicado em 13 de julho de 1923 (TROTSKY, Leon. "From the old family to the new". [On Line]. <*http://www.marxists.org/archive/trotsky/women/life/23_07_13.htm*>. Acesso em 2010).
[507] TROTSKY, Leon. "From the old family to the new". [On Line]. <*http://www.marxists.org/archive/trotsky/women/life/23_07_13.htm*>. Acesso em 2010.
[508] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p.108.

trabalho de educação política e social das operárias realizado na Alemanha, que a seu ver colocaria de lado assuntos mais prioritários:

> Diga-me por favor se é agora o momento de fazer com que as operárias dediquem meses inteiros a elucidar como se ama e se é amado, como se corteja e se é cortejado. E naturalmente no passado, no presente, no futuro e entre os diferentes povos. E a isto denominam logo, com todo orgulho, materialismo histórico. Atualmente, todos os pensamentos das operárias devem estar concentrados na revolução proletária. Ela criará também a base para uma renovação efetiva das condições de matrimônio e das relações entre os sexos.[509]

Assim, de modo paradoxal, Lênin reserva a discussão de problemas sexuais e matrimoniais para um momento posterior, em que as bases materiais para tal renovação já tivessem sido erigidas. Destarte, enquanto a revolução não estivesse assegurada, as mulheres não deveriam se deixar absorver pelos problemas sexuais "como um faquir indiano pela contemplação de seu umbigo"[510], pois "por mais rebelde e revolucionária que possa parecer tal preocupação, em última análise ela é eminentemente burguesa"[511].

Se Lênin demonstrava-se vacilante quanto à importância a ser destinada à difusão de uma nova moral sexual, muitos de seus companheiros de partido revelavam-se inflexíveis no tocante aos valores sexuais tradicionais. David Riazanov, por exemplo, defendia uma "doutrina comunista do casamento", que pusesse fim às relações sexuais desordenadas, ao "comunismo sexual" e à "poligamia", que representariam formas culturais inferiores. Assim, perpetrava um ataque direto aos "cânticos imbecis" em defesa do "direito ao amor" [512]. Como Riazanov, vários socialistas atribuíam a Marx e Engels a idéia de que o casamento monogâmico e a forma tradicional de família deveriam ser restabelecidos no cerne da sociedade socialista. Nestes termos, resgatavam também uma concepção conservadora acerca do papel "natural" das mulheres na família, cuja função principal seria a procriação.

O culto à maternidade difundido na Rússia revolucionária, contudo, fundamentava-se menos na função social da mãe dentro da família, do que na sua relevância para toda a coletividade. Mesmo feministas revolucionárias como Kollontai reproduziram frases de Lênin, tais como as proferidas no Primeiro Congresso das Mulheres Trabalhadoras, em 18 de novembro de 1918: "As mulheres são uma valiosa força criativa. Mas elas têm também o direito e o dever de serem mães. A

---

[509] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 105.
[510] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 104.
[511] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p.104.
[512] CERRONI, Umberto. "A experiência soviética". In: *A crise da família e o futuro das relações entre os sexos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1971, p. 29.

maternidade é uma grande obrigação social" [513]. Ainda em 1915, em seu prefácio à "Sociedade e Maternidade", Kollontai defendera que um dos avanços proporcionados pela revolução seria possibilitar às mulheres a realização de sua "vocação natural" sem abandonar suas "obrigações profissionais, sua independência econômica e participação ativa na luta pelos ideais de sua classe"[514]. Como Lênin, Kollontai pretendia a transfiguração do "mundo da maternidade individual ao mundo da maternidade social"[515]. A seu ver, o oferecimento pelo Estado de alimentação coletiva, saúde pública, creches, maternais, jardins de infância e escolas liberaria as mulheres para o trabalho útil, de modo que o dever e responsabilidade das mães se modificariam:

> se queremos dar às mulheres a possibilidade de participar na produção, a coletividade deve descarregá-las da pesada carga vinculada à maternidade e evitar assim a exploração desta função natural pela sociedade. Trabalho e maternidade são compatíveis a partir do momento em que a educação dos filhos deixa de ser uma tarefa familiar privada para converter-se em uma instituição social, em assunto de Estado. [516]

A sociedade como um todo passaria a se responsabilizar pela criação e desenvolvimento das crianças, bem como pela sua educação física e moral, embora a mulher ainda conservasse o dever de trazer ao mundo novos membros da sociedade e de amamentá-los:

> Nossa principal tarefa é, pois, descarregar a mulher que trabalha dos cuidados com os filhos; a função social da maternidade consiste antes de tudo em trazer os filhos ao mundo. (...) A mulher deve observar de sua parte as regras de higiene prescritas e recordar que durante os nove meses de gravidez deixa, de certa maneira, de pertencer-se. Está, em resumo, a serviço da coletividade, e seu corpo "produz" um novo membro para a república operária.[517]

Para Kollontai, portanto, a mãe desempenharia um "papel sagrado para a coletividade", possibilitando sua continuidade. Desde que livres das tarefas domésticas e incluídas no trabalho produtivo, as mulheres não se encontrariam oprimidas diante desta "obrigação social". As mães, assim, poderiam desfrutar de sua relação com os filhos sem o peso das tarefas familiares. Da mesma

---

[513] KOLLONTAI, Alexandra. "V.I.Lênin and the First Congress of Women Workers". [On Line]. <*http://www.marxists.org/archive/kollonta/1918/congress.htm*>. Acesso em janeiro de 2007.
[514] KOLLONTAI, Alexandra. "Preface to the Book Society and Motherhood". [On Line]. <*http://www.marxists.org/archive/kollonta/1915/mother.htm* >. Acesso em janeiro de 2007.
[515] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p.107.
[516] Conferência realizada na Universidade de Sverdlov, em 1921 (KOLLONTAI, Alexandra. *Sobre la liberacion de La mujer. Seminario de Leningrado de 1921*. Barcelona : Fontana, 1979, p. 244).
[517] KOLLONTAI, Alexandra. *Sobre la liberacion de La mujer. Seminario de Leningrado de 1921*. Barcelona : Fontana, 1979, p.246.

forma, emergiria uma nova maneira de ver a maternidade, na qual se nutriria sentimentos de amor e ternura para com todas as crianças.

Assim como Kollontai, Zetkin por vezes recaiu no mesmo culto à maternidade, combinando a conquista da igualdade em relação ao homem, a inserção na produção e a participação na luta política com a plena satisfação dos seus deveres de esposa e mãe.

> De fato, não deve certamente ser o objetivo da propaganda socialista entre as mulheres alienar a mulher proletária de seus deveres de mãe e esposa. Ao contrário, ela deve ser encorajada a levar adiante estas tarefas melhor do que nunca no interesse da liberação do proletariado. Quanto melhores as condições dentro da família, melhor sua eficiência em casa, maior será sua capacidade de luta. Quanto mais ela puder servir como educadora e formadora de seus filhos, melhor ela poderá esclarecê-los a fim de que eles continuem a lutar como nós, com o mesmo entusiasmo e disposição para o sacrifício em prol da liberação do proletariado. Quando um proletário exclamar: "Minha esposa!" ele acrescentará mentalmente, "Camarada de meus ideais, companheira de minhas batalhas, mãe de meus filhos para futuras batalhas." Muitas mães e esposas que enchem seus maridos e filhos com consciência de classe realiza tanto quanto as camaradas que nós vemos em nossas reuniões.[518]

Cabe indagarmos aqui como foi possível a Lênin, Kollontai e Zetkin conciliar seu discurso acerca da maternidade com a defesa da liberdade e independência pessoais das mulheres, do pleno desabrochar de suas personalidades, do amor livre e do direito ao aborto[519]. Uma explicação para tanto seria a necessidade prática de angariar o apoio dos setores mais conservadores do proletariado, notadamente no campo. Consoante lembra Nadezhda Krupskaya, as relações patriarcais e as doutrinas religiosas permaneciam arraigadas nas famílias camponesas, que assim desenvolviam uma forte rejeição ao socialismo e ao que consideravam uma ameaça contra a família:

---

[518] ZETKIN, Klara. "Only in conjunction with the proletarian woman will socialism be victorious" (1896) . [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/zetkin/1896/10/women.htm*>. Acesso em Janeiro de 2007.

[519] Convém ressaltar que nem todas as socialistas encaravam a maternidade como "vocação natural". Para Eleanor Marx: "Não há uma vocação natural (*natural calling*) da mulher mais do que há uma lei natural da produção capitalista, ou um limite natural à quantidade de produto dos trabalhadores que destinado a ele para sua subsistência. Que no primeiro caso a única vocação de uma mulher seja supostamente o cuidado das crianças, a manutenção das condições do lar e a obediência geral ao seu senhor; que no segundo, a produção de mais-valia é preliminarmente necessária à produção do capital; que no terceiro, a quantidade que o trabalhador recebe para sua subsistência é tanto quanto mantenha ele e sua família a ponto de inanição: estas não são leis naturais no mesmo sentido das leis do movimento. Elas são apenas determinadas convenções temporárias da sociedade, como a convenção de que o francês é a língua da diplomacia" (AVELING, Edward; MARX, Eleanor. "The Woman Question"(1986). [On Line]. <http://www.marxists.org/archive/eleanor-marx/works/womanq.htm>. Acesso em janeiro de 2007.

> A economia agrícola pequena e média mantinha a mulher camponesa em situação de terrível sujeição. A fazenda individual fazia da mulher uma prisioneira, estreitava seu horizonte, a transformava em escrava do marido que a golpeava. A pequena economia camponesa criava a base para a religião: "Cada um por si e Deus por todos (...)[520].

Assim, o discurso acerca da "vocação materna natural da mulher" serviria como um anteparo contra revoltas direcionadas à sua incorporação ao trabalho produtivo. Por esta razão, em geral não encontraríamos o culto à maternidade expresso nas obras teóricas dos revolucionários – ao menos até o final da década de 20 –, mas sim nos discursos e seminários dirigidos às massas não-partidárias. Outro fator a colaborar para o enaltecimento do "dever da maternidade" consistiria na reação às teorias neomalthusianas, muito populares no século XIX e início do século XX. Em artigo no *Pravda*, em 6 de junho de 1913, intitulado "A classe operária e o neomalthusianismo", Lênin atribui às medidas anticoncepcionais difundidas nas sociedade burguesas um caráter hipócrita e reacionário, embora reconheça que constituam direitos democráticos elementares do cidadão e da cidadã:

> A classe operária, longe de perecer, cresce, se vigoriza, madura, se une, se instrui e se forma na luta. Somos pessimistas com respeito ao regime de servidão, ao capitalismo e à pequena produção, porém somos fervorosamente otimistas com respeito ao movimento operário e aos seus fins. Já estamos assentando os cimentos do novo edifício e nossos filhos arrematarão a obra. (...). Naturalmente, isto não nos impede, de modo algum, de exigir a abolição absoluta de todas as leis que castigam o aborto ou a difusão de obras de medicina, nas quais se expõem medidas anticoncepcionais etc. Semelhantes leis não indicam senão a hipocrisia das classes dominantes. Estas leis não curam as doenças do capitalismo, mas as fazem particularmente malignas e perniciosas para as massas oprimidas. Uma coisa é a liberdade da propaganda médica e a proteção dos direitos democráticos elementares do cidadão e da cidadã, e outra coisa é a doutrina social do neomalthusianismo. Os operários conscientes sustentarão sempre a luta mais implacável contra as tentativas de impor esta reacionária e medrosa doutrina à classe social contemporânea mais avançada, mais forte e mais preparada para as grandes transformações. [521]

---

[520] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. XI.
[521] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 28-29.

Cabe lembrar que muitos socialistas se opunham ao uso de anticoncepcionais por considerarem que a restrição do número de trabalhadores desfalcaria os exércitos proletários na luta de classes. Assim, contrapunham-se à estratégia defendida por Marie Huot na França e Alfred Bernstein e Julius Moses na Alemanha (em 1913), de utilizar o planejamento familiar como meio de luta, iniciando uma "greve dos ventres" que aceleraria o fim do capitalismo pela limitação do número de operários e soldados.

Esta divergência levou a que a maior parte dos partidos socialistas não introduzisse em seus programas a reivindicação de acesso aos métodos anticoncepcionais. Antes da Primeira Guerra, o SPD, no entanto, se opôs à interdição da venda de preservativos, proposta pelo *Zentrum* católico no *Reichstag*. Além disto, posicionava-se abertamente contra o artigo 218 do Código Penal Alemão que punia criminalmente o aborto, utilizando-se isto inclusive como bandeira de luta para cooptar as mulheres à causa operária, como lembra Zetkin:

> Em vários países, as mulheres comunistas, sob a liderança do Partido, utilizaram cada oportunidade para despertar o proletariado feminino e liderá-lo para a luta contra o sistema capitalista. Este foi o caso da Alemanha nas lutas contra a Lei do Aborto, que foram utilizadas como uma campanha de maior alcance e sucesso contra o domínio de classe burguês e o Estado burguês. Esta campanha assegurou a empatia e adesão de grandes massas de mulheres. Ela foi apresentada não como uma questão feminina, mas como uma questão política do proletariado. [522]

A legalização do aborto era, por sua vez, compreendida como um mal necessário, tendo em vista que as condições insalubres em que freqüentemente eram realizados vitimavam milhares de mulheres trabalhadoras. Kollontai adere a esta posição pragmática, ao constatar que "enquanto as condições de vida permanecerem precárias, as mulheres continuarão abortando". Sendo assim, a liberação do aborto pelo governo revolucionário – que garantia sua realização gratuita por médicos em hospitais públicos e em condições de higiene – seria uma resposta paliativa a um grave problema de saúde pública que teria como base o insuficiente atendimento às necessidades sociais, não consistindo então num efetivo reconhecimento dos direitos individuais reprodutivos das mulheres: "o governo soviético está consciente de que o aborto não desaparecerá até que a Rússia disponha de uma vasta rede de instituições de proteção maternal e de educação social. Está consciente também de que a maternidade é um dever social"[523].

---

[522] Discurso realizado em novembro de 1922 (ZETKIN, Klara. "Organizing women". [On Line]. <http://www.marxists.org/archive/zetkin/1922/ci/women.htm>. Acesso em junho de 2007).

[523] KOLLONTAI, Alexandra. *Sobre la liberacion de La mujer. Seminario de Leningrado de 1921*. Barcelona : Fontana, 1979, p.253.

Devido à sua defesa da maternidade enquanto "obrigação social", inúmeras críticas foram e ainda são dirigidas a Kollontai nos meios feministas[524]. Ao analisarmos o conjunto da obra de Kollontai e sua prática política, no entanto, podemos compreender como esta perspectiva se insere em sua concepção teórica acerca da "nova moral", relacionando-a igualmente ao contexto histórico que estava vivenciando. Kollontai, como fora mencionado anteriormente, vislumbrava um novo paradigma de relações entre os sexos baseado na estima, respeito e afinidades comuns. A regulação social sobre as relações amorosas e sexuais seria praticamente inexistente – com exceção da proibição de práticas como a pedofilia e o incesto, e de medidas sociais para a contenção de doenças sexualmente transmissíveis–, cabendo aos próprios indivíduos disciplinarem seus excessos e perseguirem o "Eros alado", uma forma de amor que lhes promova o desenvolvimento pessoal, não se resumindo à atração sexual. A família, portanto, é erigida sob novas bases, deixando de constituir uma unidade econômica para se converter em uma unidade de afetos. Assim, os interesses familiares já não entrariam em contradição com os interesses coletivos, posto que o individualismo daria lugar a um sentimento de solidariedade e laços de cooperação. Dentro deste espectro, a maternidade se converteria em uma "função" fundamental, ao contribuir para estreitar o vínculo dos indivíduos com a coletividade e evitar a fragmentação social. Ao mesmo tempo, a maternidade, liberada de uma série de imputações tradicionais, passaria a reduzir-se ao processo gestacional, de modo a abstrair-se qualquer referência a um "dever de paternidade".

Se a perspectiva de Kollontai, que enxergava a maternidade como um "dever moral" para com a coletividade, mostra-se problemática diante do direito à autonomia individual que ela igualmente sustentava, esta idéia se tornaria ainda mais contraditória à medida que o regime soviético endurecia e se burocratizava, convertendo a maternidade numa verdadeira imposição por parte do Estado e restaurando o papel social tradicional das mulheres no lar – como se depreende da fala de Stalin no Dia Internacional das Mulheres de 1949: "A educação das crianças é o honrável dever social de mães. Maternidade e a criação de crianças na União Soviética são honradas e respeitadas"[525].

Deste modo, a partir da década de 30 o discurso conservador ganhou novas forças. Setores do Partido Comunista atribuíam à "permissividade" da legislação em vigor a responsabilidade pelo alto número de divórcios, abortos e filhos abandonados. Progressivamente teve início uma série de campanhas "reeducativas" buscando a valorização e o resgate da autoridade da família como forma de combater a delinqüência juvenil e controlar a "desordem" social. Ademais, a participação das

---

[524] Cf. HEINEN, Jacqueline. "Kollontai and the History of Women's Opression". In: *New Left Review*. I/110. jul-ago 1978.

[525] STALIN, Joseph. "International Women's Day". [On Line] <*http://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/subject/women/index.htm*>. Acesso em dezembro de 2010.

massas femininas na formulação de políticas públicas foi desestimulada, sendo substituída pela promoção de serviços assistencialistas em nome do "bem-estar da família".

Visando angariar o apoio de grupos conservadores e contornar a insatisfação com as condições políticas e econômicas que a sociedade atravessava muitas medidas progressistas foram revogadas pelo governo. O novo Código de Família sancionado em 1936 simbolizou, assim, o abandono dos princípios socialistas até então adotados em matéria de relações entre os sexos. Conforme a exposição de motivos do projeto do novo código, publicada no jornal *Pravda*, a nova legislação amparava-se na imperatividade do reforço da "família soviética" e da "luta contra a atitude leve e negligente diante do casamento":

> Quando nós falamos da sustentação da família soviética, nós falamos precisamente da luta contra as sobrevivências de uma atitude burguesa quanto ao casamento, às mulheres e às crianças. O chamado "amor livre" e toda vida sexual desordenada são em tudo burguesas e não tem nada a ver com os princípios socialistas nem com a ética e o comportamento de um cidadão soviético. (...) Uma mulher sem filhos merece nossa piedade por que ela não conhece a verdadeira felicidade. Nossas mulheres soviéticas, florescendo cidadãs do país mais livre do mundo, conhecem a benção da maternidade. Nós devemos salvaguardar nossa família e criar e trazer ao mundo saudáveis heróis soviéticos![526].

Seguindo estes preceitos, o novo Código de Família de 1936 aboliu o direito ao aborto, criminalizando sua prática, e impôs uma série de obstáculos ao divórcio – exigindo a convocação de ambos os cônjuges por parte da autoridade judicial competente e ainda o pagamento de uma taxa. Em meio à Segunda Guerra, o governo intensificou sua campanha demográfica, determinando o pagamento de taxas por cidadãs e cidadãos solteiros ou que tivessem até um filho (1941). Além disto, foram criados prêmios e honrarias destinados às mães exemplares, como "Mãe heróica", "Glória Materna" e "Medalha da Maternidade". Já em 1944 foi sancionado o "Decreto de 8 de julho", que determinou o fim do reconhecimento dos casamentos de *facto* e anulou o "direito atribuído à mãe, de agir em juízo a fim de estabelecer a paternidade e para exigir alimentos para a manutenção da criança nascida de pessoa com a qual ela não contraiu matrimônio registrado"[527]. Com isto, negava-se o reconhecimento obrigatório do filho natural, retomando a antiga distinção entre filhos legítimos e ilegítimos. Por fim, o decreto passava a exigir que todo divórcio, mesmo

[526] CERRONI, Umberto. "A experiência soviética". In: *A crise da família e o futuro das relações entre os sexos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1971, p. 32.
[527] CERRONI, Umberto. "A experiência soviética". In: *A crise da família e o futuro das relações entre os sexos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1971, p.65.

consensual, fosse feito por meio um procedimento judicial, no qual caberia ao juiz, de acordo com sua discricionariedade, concedê-lo ou não. Na prática, os juízes passavam a recusar a grande maioria dos pedidos em primeira ou segunda instâncias, consoante exposto pelo Plenário do Supremo Tribunal da URSS, em 3 de outubro de 1949:

> A finalidade essencial do decreto de 1944 está na consolidação da família soviética e do matrimônio. (...) o Tribunal só pode dissolver o matrimônio no caso em que o pedido seja provocado por motivos sérios e justificados, e no caso em que a manutenção do vínculo matrimonial fosse suscetível de prejudicar os princípios da moral comunista ou não pudesse assegurar as condições da vida em comum e a educação dos filhos [528].

A nova posição quanto ao divórcio, mostrava-se diametralmente oposta ao que era defendido por Lênin, para quem "não se pode ser social-democrata e socialista sem exigir imediatamente a plena liberdade de divórcio, pois a falta desta liberdade implica a máxima ofensa ao sexo oprimido, da mulher"[529]. Da mesma forma, a abolição e a criminalização do aborto – o qual Lênin incluíra no rol dos direitos democráticos das cidadãs –, passaram a ser defendidas como se fossem medidas propriamente anti-burguesas. Assim, como Trotsky observara:

> As leis de casamento e família estabelecidas pela revolução de outubro, uma vez objetos de orgulho legítimo, estão sendo refeitas e mutiladas por vastos empréstimos das leis dos países burgueses. E, como se feito propositalmente para estampar zombaria e ridículo, os mesmos argumentos que eram antes lançados em favor da liberdade incondicional de divórcio e aborto – "a liberação das mulheres", "a defesa dos direitos da personalidade", "a proteção da maternidade" – são repetidos agora em favor de sua limitação e completa proibição. O retrocesso não só assume a forma de repugnante hipocrisia, mas também vai infinitamente além do que a férrea necessidade da economia demanda[530].

Para Trotsky, o direito ao aborto seria "um dos mais importantes direitos civis, políticos e culturais" das mulheres. Deste modo, a sociedade socialista deveria "remover as causas que impelem a mulher ao aborto, e não forçá-la com a ajuda de uma abjeta interferência policial naquilo que é para toda

---

[528] CERRONI, Umberto. "A experiência soviética". In: *A crise da família e o futuro das relações entre os sexos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1971, p.66.
[529] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 41.
[530]TROTSKY, Leon. "The revolution betrayed" (1936). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/trotsky/1936/revbet/ch07.htm#ch07-1*>. Acesso em Junho de 2010.

mulher a mais íntima esfera da vida". Neste sentido, repudiara a posição de um juiz da Suprema Corte Soviética, que declarara a obrigatoriedade das mulheres se renderem aos "prazeres da maternidade":

> Tendo revelado sua inabilidade em servir às mulheres que são obrigadas a recorrer ao aborto com o necessário cuidado médico e sanitário, o Estado faz uma mudança extrema de rumo, e segue o caminho da proibição. E assim como em outras situações, a burocracia faz do vício uma virtude. Um dos membros mais altos da Corte Soviética, Soltz, um especialista em questões matrimoniais, baseia a proibição vindoura do aborto no fato de que em uma sociedade socialista onde não há desempregados, etc, etc, uma mulher não tem o direito de declinar "os prazeres da maternidade". A filosofia de um padre investida de poderes de um general[531].

Como Trotsky constatara em 1936, a política de fortalecimento da autoridade da família decorria da necessidade da burocracia de promover relações hierárquicas estáveis e disciplinar a juventude, no intuito de assegurar o apoio ao poder e domínio do Estado. A família como "núcleo sagrado de um triunfante socialismo", portanto, nada mais significaria do que a revalidação de relações patriarcais e a recondução das mulheres ao confinamento do lar.

A legislação conservadora dos anos 30 vigorou durante um longo período. Em 1955, o direito ao aborto foi restabelecido, juntamente com outras modificações esparsas; contudo, um Novo Código de Família só foi elaborado em 1968, apresentando ainda um caráter eminentemente moderado. O novo Programa do PCUS, aprovado em 1961, refletia bem o espírito ainda corrente no Partido no tocante à questão feminina. Neste a única menção às mulheres encontra-se no item referente à política social do Partido, no qual procede à valorização do papel da família e da proteção das "mulheres-mães":

> O PCUS atribui enorme importância, no nível do Estado, ao reforço do desvelo pela família. A família desempenha um papel cada vez mais importante no fortalecimento da saúde e educação da jovem geração, na garantia do progresso econômico e social da sociedade, na melhoria dos processos demográficos. É aí que se formam os principais traços do caráter do homem, a sua atitude para com o trabalho, para com os valores morais, ideológicos e culturais mais importantes. A sociedade está profundamente interessada em uma família sólida e moralmente

[531]TROTSKY, Leon. "The revolution betrayed" (1936). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/trotsky/1936/revbet/ch07.htm#ch07-1*>. Acesso em Junho de 2010.

> sã. (...) A sucessiva melhoria da situação das mulheres-mães é alvo de permanente desvelo do Partido. Com este objetivo, continuarão a ser criadas condições favoráveis para que a mulher possa conjugar a maternidade com a participação ativa no trabalho e na vida social.[532]

A rejeição à feição autoritária assumida pela revolução socialista na União Soviética não deve ocultar, todavia, as importantes contribuições teóricas e experiências práticas desenvolvidas pelo movimento de massas feminino, sobretudo nos primeiros anos da revolução. Como salientou Göran Therborn:

> O que quer que tenha sido a dimensão feminista da Revolução Bolchevique, não foi nem oportunista nem simples decoração ideológica. Tratou-se de uma afirmação de princípio, muito difícil de realizar contra a forte resistência e tenaz resiliência, mantida com reservas pelos líderes soviéticos posteriores que, todavia, não puderam nunca abandoná-la completamente[533].

A emergência de um movimento feminista revolucionário de massas crítico, democrático e radical serviu de paradigma a inúmeras experiências revolucionárias e lutas políticas desencadeadas no século XX, conduzidas dentro ou fora dos partidos socialistas, em movimentos de massas, sindicatos ou organizações clandestinas. Embora, como Klara Zetkin reconhecera, o arsenal teórico marxista não houvesse oferecido respostas prontas à questão das mulheres, suscitando o aparecimento de diferentes pontos de vista acerca da opressão feminina e de sua superação, teria fornecido algo melhor: o método correto e preciso de estudo e compreensão da questão. Com efeito, "toda análise marxista relativa a uma parte importante da superestrutura ideológica da sociedade e a um relevante fenômeno social deve desembocar na análise do regime burguês e de sua base: a propriedade privada; e toda análise desse gênero deve levar à conclusão de que "é preciso destruir Cartago""[534].

A visão histórica e sistêmica instigada pelo materialismo histórico teria, então, possibilitado a articulação da luta contra a opressão específica de gênero com a luta pela libertação de todo os seres humanos do jugo do capital. A perspectiva totalizante, portanto, não encobriria as condições específicas derivadas de particularidades identitárias relativas ao gênero, raça, etnia, religião, opção sexual ou nacionalidade, sob o manto de uma universalidade abstrata que subsumiria todas as

---

[532] PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. Moscou: Nóvosti, 1985, p. 60-61.
[533] THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 129.
[534] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 105.

demais. Pelo contrário, através da análise do complexo de relações sociais existentes, percebe suas múltiplas inter-relações, ambigüidades e contradições que se articulam em uma mesma estrutura social, ao invés de encará-las como fenômenos isolados. Justamente por estar imbuído desta visão de mundo, o movimento feminino socialista teria demonstrado a capacidade de conjugar as lutas de todos os oprimidos, através de um esforço consciente de constituição de uma unidade de ação frente à diversidade de situações e identidades. Nas palavras de Lênin:

> O movimento feminino comunista deve ser um movimento de massas, não somente do movimento dos proletários, mas de todos os explorados e oprimidos, de todas as vítimas do capitalismo. Nisto consiste a importância do movimento feminino para a luta de classes do proletariado e para a sua missão histórica: a organização da sociedade comunista.[535]

A teoria marxista, portanto, foi fundamental tanto para o trabalho prático de organização e mobilização das mulheres, quanto para a formação de uma nova concepção de mundo, fundada em novos ideais morais. As "novas mulheres revolucionárias" – que consideram a plena igualdade social da mulher como princípio absolutamente indiscutível de uma sociedade socialista – são, antes de tudo, ativas e transformadoras, cientes de que apenas a revolução social é capaz de construir condições materiais para a superação das relações de exploração e opressão enraizadas historicamente que concorrem (de diferentes modos) para a manutenção e reprodução modo de produção capitalista[536].

---

[535] LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p.112-113.

[536] Sobre a articulação entre diferentes formas de opressão é interessante considerar o que nos escreve Heleieth Saffioti: "A sociedade não comporta uma única contradição. Há três fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi-se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais. (...) O nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo constitui uma realidade bastante nova, que se construiu nos séculos XVI-XVIII, e que não apenas é contraditória, mas também regida por uma lógica igualmente contraditória. Não é possível pensar o econômico desvinculado do político, e o próprio Marx foi explícito a este respeito. Enquanto a dimensão política de uma classe social não for constituída, ela não é verdadeiramente uma classe capaz de lutar por seus interesses. Foi, por conseguinte, o próprio Marx que me ensinou a pensar o nó, embora em sua época não lhe tenha sido possível fazê-lo." (SAFFIOTI, Heleieth. "Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?". In: *Crítica Marxista*. nº 11. São Paulo: Boitempo, 2000, p.73).

3. Considerações finais

A experiência soviética e o insucesso no que tange à dissolução do autoritarismo estatal e patriarcal originaram um alto grau de desconfiança e aversão em relação à teoria marxista por parte de consideráveis setores do movimento feminista. Assim, ao longo do século XX pudemos testemunhar a ampliação do feminismo liberal e sua fragmentação em inúmeras correntes que buscavam afirmar sua completa autonomia ideológica, política e partidária, buscando construir uma identidade comum a partir da exaltação do princípio da diferença e da crítica aos universalismos.

A partir das agitações sociais produzidas na conjuntura dos anos 60, vários círculos de mulheres foram criados, sobretudo nos Estados Unidos e Europa, com o objetivo de reintroduzir as reivindicações de gênero na lista de mudanças legislativas, políticas sociais e transformações culturais, mediante a formação de uma contracultura feminina capaz de confrontar a hegemonia do androcentrismo e o domínio do patriarcado[537].

O novo contexto político, econômico e social deu ensejo, igualmente, a críticas contundentes ao determinismo biológico, criando condições para a superação dos paradigmas prevalecentes na produção historiográfica. A partir da década de 1970, a emergência da Nova História, da História Social e da História Cultural, que contemplavam os sujeitos anônimos e as práticas cotidianas no lugar das grandes personalidades e acontecimentos, encontrara na História das Mulheres um campo fecundo de estudo. Este empreendimento de incorporação das mulheres como sujeitos históricos, interrogando-se sobre as raízes da opressão feminina, recebeu uma forte dose de influência da teoria marxista. Neste sentido, a contribuição do historiador inglês E. P. Thompson, especialmente no final dos anos 1970, foi fundamental. Sua ênfase na pesquisa das múltiplas estratégias criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano e o foco na idéia de uma "cultura de resistência" em que a luta pela sobrevivência e a improvisação tomaram feições de atitudes políticas, formas de conscientização e manifestações espontâneas de oposição foram de suma relevância para a renovação dos estudos sobre as mulheres operárias.

Como foi visto, tanto a emergência dos estudos sobre as mulheres como sujeitos históricos quanto o avanço do movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970 suscitaram discussões sobre a categoria "mulher"[538] e apontaram para a necessidade de uma redefinição de "feminino" que não

---

[537] A tentativa de politizar a esfera privada incluía importantes reivindicações individuais, como a liberação sexual, a luta contra a opressão heterossexual, a liberdade reprodutiva e a recusa a encarar a maternidade como função social e biológica essencial à mulher, o repúdio da objetificação sexual, a igualdade de direitos e oportunidades na inserção das mulheres no mercado de trabalho, maior participação no espaço político, o direito ao próprio corpo e a descriminalização do aborto. Não obstante sua relevância, ao assumirem o primeiro plano, as demandas por reformas específicas conduziram à perda de uma perspectiva da totalidade sistêmica.

[538] Em fins da década de 1940, Simone de Beauvoir publicou seu livro "O segundo sexo" onde ofereceu uma inestimável contribuição neste sentido ao inferir que as mulheres não nascem mulheres, tornam-se a partir de suas experiências. Segundo Beauvoir, o desenvolvimento psicológico e os condicionamentos que as mulheres sofrem durante

estivesse baseada essencialmente em aspectos biológicos e generalizantes. Conforme observa Joan Scott,

> O momento histórico se mostrava particularmente propício à criação de uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando a igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e sobre suas vidas[539].

Esta corrente desenvolveu a compreensão do "gênero" enquanto fenômeno relacional, que diz respeito tanto às mulheres quanto aos homens, ampliando o enfoque até então existente. Descartava-se, assim, um tipo de discurso feminista que fazia uso das categorias biológico-deterministas, como, por exemplo, o de Sheila Rowbotham[540]. O conceito de gênero surge, então, da tentativa de se compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas[541]. Deste modo, seria possível pensar as práticas materiais e construções simbólicas, evitando o essencialismo biológico ou a sustentação exclusiva na dimensão econômica.

Inserindo-se neste debate, Pierre Bourdieu em uma série de estudos desenvolvidos ao longo da década de 1970[542], atentara para a importância de se combater a naturalização das estruturas de dominação sociais e cognitivas que reforçam a violência simbólica[543]. Assim, ressaltara que na própria "História das Mulheres" não basta averiguar a condição das mulheres sem atentar para o sempre renovado trabalho de re-historização, com seus mecanismos estruturais e suas estratégias que podem levar as próprias mulheres a contribuírem para sua exclusão. Bourdieu, portanto, propôs-se a tarefa de explorar as estruturas simbólicas deste inconsciente androcêntrico que sobreviveria ainda hoje em homens e mulheres. Desta maneira, analisou a máquina simbólica de reprodução, a constância relativa das estruturas sexuais e dos esquemas de conhecimento das estruturas objetivas e as estruturas cognitivas de uma sociedade androcêntrica[544]. Com efeito, a seu ver, pretender

---

o período de sua socialização ao invés de integrá-las ao seu sexo, tornam-nas alienadas, sendo treinadas para serem meros apêndices do homem. Assim, caberia às mulheres transformarem-se em sujeitos ao invés de objetos da História.

[539] SCOTT, Joan, *apud* GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.66.

[540] A autora realiza um recorte biológico para a compreensão da especificidade da opressão feminina, cunhando os conceitos de "classes sexuais", "luta de sexos" e "opressão sexual".

[541] ARAÚJO, Clara. "Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero". In: *Crítica Marxista*. n.11. São Paulo: Boitempo, 2000, p.68.

[542] Coletânea de estudos realizados nos anos 70, publicados em 1998 na França sob o título "A dominação masculina".

[543] Para Bourdieu a violência simbólica seria a "violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou,mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento" (BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.7 e 8).

[544] BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.137.

> pôr em foco os efeitos que a dominação masculina exerce sobre os *habitus* masculinos não é, como alguns poderão crer, tentar desculpar os homens. É mostrar que o esforço no sentido de libertar as mulheres da dominação, isto é, das estruturas objetivas e incorporadas que se lhes impõem, não pode se dar sem um esforço paralelo no sentido de liberar os homens dessas mesmas estruturas que fazem com que eles contribuam para impô-la[545].

Se os estudos de gênero realizados ao longo dos anos 80, tiveram êxitos em sua batalha contra determinismo econômicos e biológicos que envolviam a temática feminista, colocando em pauta as expressões culturais, sociais e psicológicas ao reconstruírem o conceito de feminino no campo das suas significações simbólicas, tal conceito viria a ser novamente colocado em xeque no início dos anos 90. Nesta época, as teorias pós-modernas e pós-estruturalistas realizaram inúmeras objeções à utilização do conceito de "gênero". Consoante explicitou Margareth Rago

> A nova relação que o feminismo contemporâneo estabelece consigo e com as imagens de si que projeta para o mundo numa atitude de metacrítica, essa relação se caracterizaria por um dobrar-se sobre si mesmo, isto é, pela reflexão crítica sobre o próprio feminismo e por sua historização, em um movimento de avaliação e balanço de suas conquistas, seus avanços, limites e impasses, seja no campo das práticas, seja no do pensamento[546].

A meta-crítica pós-moderna implicaria no deslocamento da filosofia do sujeito para o "pensamento da diferença", marcado pela contribuição de filósofos como Foucault, Deleuze e Derrida. Segundo esta posição, baseada em uma análise discursiva que questiona a integridade ou coerência de descrições sociais totalizantes, realizar-se-ia a "crítica da política identitária" e a "crítica do sujeito". A "contestação política do estatuto do sujeito" seria expressa nos seguintes termos:

> Recusar-se a pressupor, isto é, a exigir a noção do sujeito desde o início, não é o mesmo que negar ou dispensar essa noção totalmente; ao contrário, é perguntar por seu processo de construção e pelo significado político e pelas conseqüências de tomar o sujeito como num requisito ou pressuposição da teoria[547].

---

[545] BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.136.
[546] RAGO, Margareth. Apud. COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (org.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p.31.
[547] BUTLER, Judith. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo"". In: *Cadernos Pagu*. n.11. Campinas: UNICAMP, 1998, p.15.

Como o poder permearia o próprio aparato conceitual, qualquer conceito totalizador do universal impediria, ao invés de autorizar, as reivindicações não antecipadas e não antecipáveis que poderiam ser feitas sob o signo do "universal"[548]. Assim, o sujeito nunca estaria plenamente constituído, possuindo a possibilidade permanente de um processo de re-significação.

A crítica marxista à análise pós-moderna que advoga a fragmentação e indefinição dos sujeitos por negar a existência de essências duradouras, entrevê nesta teoria um obstáculo às lutas políticas, que exigem a cimentação de uma unidade entre os diferentes atores sociais. Desta forma, Ellen Wood adverte que

> As implicações políticas de tudo isso são bem claras: o *self* humano é tão fluido e fragmentado (o "sujeito descentrado") e nossas identidades tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma "identidade social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns[549].

Diante do exposto podemos concluir que a problemática da questão feminina não se desenvolveu à margem da teoria marxista, mas, ao contrário, em constante interlocução. O materialismo histórico ainda se mostra extremamente útil na análise e compreensão das relações sociais, nas suas dimensões produtivas e reprodutivas. É de vital importância ainda para contrabalançar a ênfase excessiva dos estudos culturais sobre o discurso e as narrativas e para questionar as análises que tendem a conduzir os movimentos sociais à impotência política, despindo-lhes de sua base material.

Buscando recuperar uma perspectiva mais radical, diversas organizações feministas contemporâneas sentem a necessidade prática e teórica de articular sua luta com outros movimentos sociais – tais como o movimento negro, ecológico, contra a globalização e grupos de trabalhadores do campo e da cidade –, superando a limitação de um enfoque exclusivamente de gênero. Sendo assim, nota-se o revigoramento de uma concepção feminina de inspiração marxista, que busca relacionar as lutas feministas a uma visão mais ampla da transformação social. Com efeito, procuram recolocar no centro das discussões a análise estrutural da sociedade que leva em conta as relações de produção, distribuição e reprodução estabelecidas sob o regime de produção capitalista. Neste sentido, as distanciam-se de autores como Alain Touraine, que atribui ao movimento das mulheres contemporâneo, por ele denominado de "pós-feminista", a responsabilidade pela realização de uma "reviravolta cultural" que garantiria a passagem de uma "sociedade dos homens" a uma "sociedade de mulheres":

---

[548] BUTLER, Judith. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo"". In: *Cadernos Pagu*. n.11. Campinas: UNICAMP, 1998, p.22.
[549] WOOD, Ellen. *Em defesa da História: marxismo e pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p.13.

> Um novo dinamismo só poderá surgir a partir de uma ação que consiga recompor o que o modelo ocidental separou, superando todas as polarizações. Esta ação já é evidente, por exemplo, nos movimentos ecológicos e nos que lutam contra a globalização. Mas as mulheres é que são e serão as atrizes principais desta ação, já que foram constituídas como categoria inferior pela dominação masculina e desenvolvem, para além de sua própria libertação, uma ação mais geral de recomposição de todas as experiências individuais e coletivas.[550]

Touraine avalia que diante do declínio dos atores sociais e políticos tradicionais, particularmente partidos e sindicatos, e da perda de influência do socialismo, somente o protagonismo político de novos grupos identitários, como é o caso das mulheres ou de minorias culturais, seria capaz de proporcionar a compreensão do cenário social em sua totalidade e de seus novos problemas, penetrando a subjetividade de cada indivíduo[551]. O "sujeito pessoal", portanto, prevaleceria sobre o sujeito coletivo. Afastadas da ideologia socialista, as mulheres cultivariam um movimento sensível às demandas por particularismo, enfrentando as conseqüências nefastas da globalização. Deste modo, seria fora da herança social-democrata "e de sua representação do mundo que são inventadas as idéias e as emoções que transformam a sociedade e suas relações de autoridade, suas formas de comunicação, suas relações entre indivíduos e entre grupos."[552].

Contrariamente, a corrente feminista vinculada à tradição marxista permanece depositando nas mãos da classe trabalhadora – composta por homens e mulheres –, o papel de agente histórico responsável pela transformação social. Segundo sua visão, a verdadeira compreensão da totalidade leva à crítica e ao repúdio da ordem econômica vigente. Enquanto a sociedade estiver submetida à lógica destrutiva do capital, baseada na exploração e alienação do trabalho, a decorrente desigualdade e as diferentes formas de opressão que contribuem para a perpetuação do sistema não poderiam ser suprimidas. Ao ressaltar a indissociabilidade das lutas contra a dominação de gênero e de classe, o feminismo materialista contemporâneo reconhece a importância de se resgatar a contribuição de autores marxistas que procuraram realizar uma abordagem crítica da condição feminina, para fundamentarem estratégias de ação e delinearem os objetivos a serem alcançados pelo atual movimento feminino.

Neste sentido, a experiência de luta e a concepção de mundo formuladas pelas feministas revolucionárias no cerne do movimento socialista durante o século XIX e início do século XX constitui um valioso material de análise para as futuras gerações de feministas e socialistas. Ainda

[550] TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2007, p.242.
[551] TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2007, p.242.
[552] TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2007, p.237.

que tenham sofrido grandes limitações em sua liberdade de ação impostas pelos aparelhos burocráticos dos partidos, pelo governo ou pela opinião pública, procuraram contornar divisões e antagonismos com vistas à superação da sociedade de classes e das variadas formas de opressão que nela coexistem e se entrecruzam. Seguindo a mesma linha das feministas revolucionárias do início do século, Mary-Alice Waters sintetiza os principais aspectos de suas contribuições:

> Nós não somos uma federação de grupos oprimidos, representando interesses diferentes e contraditórios, mas um partido democrático e centralista em que todos os seus membros participam no desenvolvimento de um programa e ajudam a liderar a luta multifacetada pela abolição do capitalismo. Não há absolutamente nenhuma contradição entre lutar pela construção de organizações independentes de liberação das mulheres com uma liderança totalmente feminina e ao mesmo tempo reconhecer que não são apenas os membros mulheres do partido, mas nosso partido como um todo, que é responsável e deve liderar nosso trabalho pelo movimento de liberação feminina[553].

Deste modo, a dupla atuação das militantes socialistas contribuiria para democratizar e arejar as organizações de esquerda, tornando-as permeáveis a novas críticas, demandas, valores e concepções de mundo. Neste sentido, a influência de um movimento feminino socialista sobre sindicatos, partidos, ONGs, associações, ou movimentos sociais de base popular, possibilita o alcance de uma visão sistêmica acerca das múltiplas contradições sociais, bem como a criação de novas práticas, estratégias e experiências capazes de fazer avançar a luta anticapitalista. Para tanto, não é indispensável a autonomia organizativa das feministas revolucionárias, desde que encontrem espaços de atuação política que possibilitem a livre expressão de sua força criativa e transformadora.

O feminismo revolucionário, mostrou-se, ao longo da história, dotado de uma impressionante e radical potencialidade emancipatória. Isto não significa, no entanto, que seus membros estivessem livres de ambigüidades ou contradições, como portadoras de uma "cultura não-repressiva" [554] capaz de promover a emancipação dos sentidos, da consciência e da totalidade da existência humana, como sugere Marcuse. Não há como estabelecer o vínculo automático entre e a personalidade feminina socialmente condicionada – supostamente impregnada de qualidades estéticas não-violentas capazes de neutralizar a agressividade dominante – e a crítica à lógica capitalista, à produtividade, à racionalidade instrumental, à dupla moralidade, à ética do trabalho, à vontade do poder, à imposição da força e à virilidade[555].

---

[553] WATERS, Mary Alice. "The Politics of Women's Liberation Today". In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997, p.29.
[554] MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
[555] MARCUSE, Herbert. "Marxism and Feminism". In: *Women's Studies*. Vol.2. Londres: Gordon and Breach Science, 1974, p. 279-288.

A força subversiva das mulheres não decorre de atributos psicológicos individuais que as distinguiriam dos homens como reprodutores do princípio de desempenho e da alienação. Sua disposição para a luta contra a hierarquia, a opressão, a exploração, a desigualdade e os valores a eles associados depende do compartilhamento de novas experiências, vivências e lutas, capazes de constituir laços de solidariedade e cooperação; ou seja, depende de seu engajamento na *práxis* revolucionária. Através de sua ação e visão de mundo, coletivamente construídas, as feministas revolucionárias marxistas nos deram provas de que a articulação entre gênero e classe não apenas é possível e desejável, mas indispensável para a superação da passividade e do conformismo, o aprofundamento das lutas e a transformação do mundo. Temos muito o que aprender a partir de seus exemplos.

4. Referências Bibliográficas

ABRAMS, Lynn. *Worker's Culture in Imperial Germany: Leisure and recreation in the Rhineland and Westphalia*. Londres: Routledge, 1992.

ADORNO, Theodor. "Tempo livre". In: *Indústria cultural e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ADORNO, Theodore W.; HORKHEIMER, Max. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cutrix, 1973.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ALEXANDER, Sally (org.). *Women's Fabian Tracts.* Londres: Routledge, 1988.

ANDRADE, Joana El-Jaick. *O revisionismo bernsteiniano e a negação da dialética*. [dissertação de Mestrado] São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia/FFLCH, 2006.

ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

ARAÚJO, Clara. "Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero". In: *Crítica Marxista*. n.11. São Paulo: Boitempo, 2000.

AVELING, Edward; MARX, Eleanor. "The Woman Question"(1986). [On Line]. <*http://www.marxists.org/archive/eleanor-marx/works/womanq.htm*>. Acesso em janeiro de 2007

BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003.

BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens (1790-1793).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BARRETT, Michèle. “Narcisism and the family: a critique of Lasch”. In: *New Left Review*, n. 135, Londres, set-out, 1982.

___. “Rethinking women’s oppression: a reply to Brenner and Ramas”. In: *New Left Review*, n. 146, Londres, jul-ago, 1984.

BAUER, Carlos. *Breve história da mulher no mundo ocidental*. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001.

BEBEL, August. “*Reichstag* 16th Session Thursday, 13 January 1898”. [On Line]. <*http://www.marxists.org/archive/bebel/1898/01/13.htm*>. Acesso em janeiro de 2007.

___. *Woman under socialism*. New York: New York Press, 1923.

BENOIT, Lelita Oliveira.”Feminismo, gênero e revolução”. In: *Crítica Marxista*. nº 11. São Paulo: Boitempo, 2000.

BERNSTEIN, Eduard. “The judgement of abnormal sexual intercourse”. [On Line] <*http://www.marxists.org/reference/archive/bernstein/works/1895/wilde/homosexual.htm* >. Acesso em janeiro de 2007.

___. “On the occasion of a sensational trial”. [On Line] <*http://www.marxists.org/reference/archive/bernstein/works/1895/wilde/wilde.htm*>. Acesso em janeiro de 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRAUN, Lily. *Probleme de la femme*. Paris: Societé Nouvelle Cornely, 1908.

BRENNER, Johanna; RAMAS, Maria. “Rethinking Women’s oppression today”. In: *New Left Review*, n. 144, Londres, mar-abr, 1984.

BUTLER, Judith. “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo””. In: *Cadernos Pagu*. n.11. Campinas: UNICAMP, 1998.

CASTRO, Mary Garcia. “Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais”. In: *Crítica Marxista*, n. 11. São Paulo: Boitempo, 2000.

CERRONI, Umberto. “A experiência soviética”. In: *A crise da família e o futuro das relações entre os sexos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1971.

CLIFF, Tony. “Class Struggle and Women’s Liberation”(1984). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/cliff/works/1984/women/index.htm*>. Acesso em 2001.

COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (org.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

DE LEON, Daniel. “Divorce”. [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/deleon/works/1912/121203.htm*>. Acesso em janeiro de 2007.

DE LEÓN, Luis. *A perfeita mulher casada.* São Paulo: Escala, 2002.

DELPHY, Christine. *L'Ennemie Principal*. Paris: Syllepse, 2002.

___. "Patriarchy, domestic mode of production, gender, and class". In: *Marxism and the interpretation of culture.* Basingstoke: Macmillan Education, 1988.

DIAMOND, Marie Josephine. "The revolutionary rhetoric of Olympe de Gouges". In: *Feminist Issue*. v.14, n.1, p.3-21, 1994.

DINIZ, Antonio Carlos. "Pós-modernismo". In: Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DUNAYEVSKAYA, Raya. *Rosa Luxemburgo,la liberación femenina y La filosofia marxista de La revolución*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public man, private woman: women in social and political thought.* New Jersey: Princeton, 1981.

ENGELS, Friedrich. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000.

___. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

___."Letter to Gertrud Guillaume-Schack, July 5, 1885". [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/marx/works/1885/letters/85_07_05.htm*>. Acesso em Janeiro de 2007.

EVANS, Richard J. *Comrades and sisters: feminism, socialism and pacifism in Europe, 1870-1945*. Palgrave: Macmillan, 1987.

FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminina*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976.

GARDINER, Jean. "Women's Domestic Labour ». In: *New Left,* n. 89, Londres, 1975.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GENOVESE, Elizabeth Fox. "Placing Women's History in History". In: *New Left Review*. N. 133. Londres: NLR, maio-jun, 1982.

GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZÁLEZ, Ana Isabel A. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

GUIDDENS, Antony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

GUTIÉRREZ, Rachel. *O feminismo é um humanismo*. [dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia/ IFCS, 1984.

HARAWAY, Donna. "Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra". In: *Cadernos Pagu*, n.22. Campinas, jan/jun. 2004.

HAUG, Frigga. "Para uma teoria das relações de gênero". In: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectiva*s. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

HAVELKOVÁ, Hana. "Women in and after "classless" society". In: *Women and social class – International feminist perspectives*. New York: UCL Press, 1999.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito (1821)*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEINEN, Jacqueline. "Kollontai and the History of Women's Opression". In: *New Left Review*. I/110. jul-ago, 1978.

HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chris (org.). *Materialism Feminism: a reader in class, difference, and women's lives*. New York: Routledge, 1997.

HIMMELWEIT, S.; MOHUN, S. "Domestic labour and capital". In: *Cambridge Journal of Economics*, n.1, Londres, 1977.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et alii. (org.). *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HODGE, Joanna. "Women and the Hegelian State". In: *Women in Western Political Philosophy: Kant to Nietzsche.* New York: St. Martin's Press, 1987.

HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva; USP, 1990.

KAUTSKY, Karl. *Le programme socialiste*. Paris: Marcéle Riviére, 1983.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

___. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007.

___. "The social basis of the women question" (1909). In: *Selected Articles and Speeches*. New York: Progress Publishers, 1984.

___. "On the history of the movement of women workers in Russia" (1919). In: *Selected Articles and Speeches*. New York: Progress Publishers, 1984.

___. "Preface to the Book Society and Motherhood". [On Line]. <*http://www.marxists.org/archive/kollonta/1915/mother.htm* >. Acesso em janeiro de 2007.

___. *Sobre la liberacion de La mujer. Seminario de Leningrado de 1921*. Barcelona : Fontana, 1979.

___. “What has the October Revolution done for women in the West?” (1927). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/kollonta/1927/october.htm*>. Acesso em Janeiro de 2007.

___. “V.I.Lênin and the First Congress of Women Workers”. [On Line]. <*http://www.marxists.org/archive/kollonta/1918/congress.htm*>. Acesso em janeiro de 2007.

KONDER, Leandro. *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

___. *Fourier, o socialismo do prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LASCH, Christopher. *A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LASSALLE, Ferdinand. *Manifesto operário e outros textos*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

LEPLAY, Frederic. *Ouvrieres europeens*. Paris: Alfred Mame, 1879.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

LEWIS, Jane. “The debate on sex and class”. In; *New Left Review*, n. 149, Londres, jan-fev, 1985.

LENIN, Vladimir Ilitch. “Igualdade completa para as mulheres!” (1920). In: *Textos marxistas-leninistas-maoístas sobre a questão da mulher*. São Paulo: Seara Vermelha, 1999.

___. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

___.“To the Working Women”. [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/feb/21.htmg*>. Acesso em Janeiro de 2007.

LIEBKNECHT, W. “A bad quarter of na hour”. [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/liebknecht-w/1895/03/bad.htm*>. Acesso em fevereiro de 2009.

LOMBROSO-FERRERO, Gina. *La femme dans la société actuelle*. Paris: Payot, 1929.

LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburgo: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: UNESP, 1995.

___. *Rosa Luxemburgo: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. *Camarada e amante: cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

___. *Oeuvres I : Reforme ou révolution? Grève de masse, parti et syndicats.* Paris: François Maspero, 1969.

___. “Women's Suffrage and Class Struggle” (1912). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1912/05/12.htm*>. Acesso em 2001.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*. São Paulo: Contexto, 2002.

MACKINNON, Catharine A. “Feminism, marxism, method and the state: an agenda for theory”. In: *Feminist Theory: a critique of ideology*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

___. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

___. "Marxism and Feminism". In: *Women's Studies*. Vol.2. Londres: Gordon and Breach Science, 1974.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia.* Porto: Escorpião, 1976.

___. *A questão judaica*. São Paulo: Laemmert, 1969.

___. *Capítulo VI inédito de "O capital"*. São Paulo: Centauro, 2004.

___. "Criticism of a criticism: editorial note of "The divorce Bill"". In: *Rheinische Zeitung*, n. 319, 15 de novembro de 1842. [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/marx/works/1842/12/18.htm* >. Acesso em Janeiro de 2007.

___. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

___. "Letter to Kugelmann, London, december 12, 1868". [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/marx/works/1868/letters/68_12_12.htm*>. Acesso em janeiro de 2010.

___. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1. Tomo 1. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

___. "O Capital: crítica da economia política". Volume 1, Tomo 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

___. "O Capital: crítica da economia política". Volume 2. In: *Coleção os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

___. *Teorias da Mais Valia*. Volume 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

___. "The Divorce Bill". In: *Rheinische Zeitung*, n. 353, 19 de dezembro de 1842. [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/marx/works/1842/11/15.htm* >. Acesso em Janeiro de 2007.

___. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.

___. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, F; LENIN, V. I. *Critica do Programa de Gotha, Critica do Programa de Erfurt e Marxismo e Revisionismo*. Porto: Portucalense, 1971.

MCCUNE, Mary. "Creating a place for women in a socialist brotherhood: class and gender politics in the workmen's circle, 1892-1930". In: *Feminist Studies*. v.28, n.3. College Park: The University Press, 2002.

MÉSZÀROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MICHELET, Jules. *A mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escala, 2006.

MILLETT, Kate. *Sexual Politics*. New York: Avon, 1971.

MITCHELL, Juliet. *La condición de La mujer.* Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.

___. "Women: the longest revolution". In: *New Left Review*, n. 40, Londres, 1966.

___. *Woman's Estate*. Maryland: Penguin Books, 1971.

MOLYNEUX, Maxine. "Beyond the domestic labour debate." In: *New Left Review*, n.116, Londres, jul-ago, 1979.

MORAES, Maria Lygia. "A questão feminina". In: *Estudos CEBRAP*. N. 16. São Paulo: CEBRAP, 1976.

___. "Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças". In: Crítica Marxista, n.11. São Paulo: Boiitempo, 2000.

___. "Pós-modernismo, marxismo e feminismo". In: *Margem Esquerda: ensaios marxistas*. v.2. São Paulo: Boitempo, 2004.

NICHOLSON, Linda. *Gender & History.* New York: Columbia University Press, 1986.

NOGUEIRA, Cláudia, Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão popular, 2006.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

PENA, Maria Valéria J. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da história*. Florianópolis: EDUSC, 2005.

___. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PHELPS, Linda. "Patriarchy and Capitalism". In*: Quest*, n.2. , New York, 1975.

PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. Moscou: Nóvosti, 1985.

PROUDHON, Pierre-Joseph. "La pornocratie, ou, les femmes dans les temps modernes". In : <*http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k111425h.r=proudhon.langPT* >. Acesso em 5/2/2011.

___. *O que é a propriedade?* Lisboa: Editora Estampa, 1997.

PRZEWORSKI, Adam. "O processo de formação das classes". In: *Revista Dados*, n.16. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1977.

REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Proposta, 1980.

RODRIGUES, Jessita Martins. *A mulher operária: um estudo sobre tecelãs*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

ROUSSEAU, Jean-Jacques*. Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROWBOTHAM, Sheila. "O movimento de mulheres e a organização para o socialismo". In: *Além dos fragmentos: o feminismo e a construção do socialismo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

RUBIN, Gayle. "L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et systèmes de sexe/genre". In: *Les cahiers du CEDREF* ,n. 7, 1998. < http://cedref.revues.org/171>. Acesso em 19 fevereiro de 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. "Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?". In: *Crítica Marxista*. nº 11. São Paulo: Boitempo, 2000.

SARGENT, Lydia (org.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism.* Boston: South End Press, 1981.

SCHOLZ, Roswitha. "O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP. N.45, julho de 1996.

SCOTT, Joan Walach. *A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SECCOMBE, Wally. "Domestic Labour: reply to critics". In: *New Left Review*, n. 94, Londres, 1975.

___. "The housewife and her labour under capitalism". In: *New Left Review*, n. 83, Londres, 1974.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. *Gênero e marxismo: um estudo sobre suas aproximações*. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Serviço Social, 2003.

STALIN, Joseph. "International Women's Day". [On Line] <*http://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/subject/women/index.htm*>.Acesso em dezembro de 2010.

STITES, Richard. *The women´s liberation movement in Russia: feminism, nihilism and bolshevism 1860-1930.* New Jersey: Princeton, 1991.

TAYLOR, Harriet. "Enfranchisement of Women" (1851). In: *O pensamento vitoriano: uma antologia de textos*. Lisboa: Edições 70, 1992.

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, Dorothy. *Outsiders: class, gender and nation*. Londres: verso, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

___. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.* São Paulo: Sundermann, 2005.

TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2007.

TRISTAN, Flora. *Peregrinações de uma pária*. Florianópolis: Editora Mulheres, EDUNISC, 2000.

TROTSKY, Leon. *A revolução desfigurada*. São Paulo: Global, 1981.

___. “From the old family to the new”. [On Line]. <*http://www.marxists.org/archive/trotsky/women/life/23_07_13.htm*>. Acesso em 2010.

___. “The revolution betrayed”. [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/trotsky/1936/revbet/ch07.htm#ch07-1*>. Acesso em 2010.

VERGARA, Moema de Rezende. “A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan”. In: *Cadernos Pagu*. n.13. Campinas: UNICAMP, 1999.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A vindication of the rights of woman*. Hungria: Könemann, 1998.

WOOD, Ellen. *Em defesa da História: marxismo e pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ZETKIN, Klara. “German socialist women’s movement” (1909). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/zetkin/1909/10/09.htm* >. Acesso em Janeiro de 2007.

___. *La questione femminile e la lotta al riformismo*. Milão: Gabriele Mazzotta Editore, 1972

___. “Only in conjunction with the proletarian woman will socialism be victorious” (1896). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/zetkin/1896/10/women.htm*>. Acesso em Janeiro de 2007.

___. “Organizing women”. [On Line]. <*http://www.marxists.org/archive/zetkin/1922/ci/women.htm*>. Acesso em junho de 2007.

___. “To the labour women” (1915). [On line]. <*http://www.marxists.org/archive/zetkin/1915/01/reply.htm*>. Acesso em Janeiro de 2007.